

ALINNE DE LIMA BONETTI

Entre Feministas e *Mulheristas*

Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas  
Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito  
Parcial à obtenção do grau de Mestre.  
Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social,  
Centro de Ciências Humanas e Filosofia  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Ilha de Santa Catarina

2000

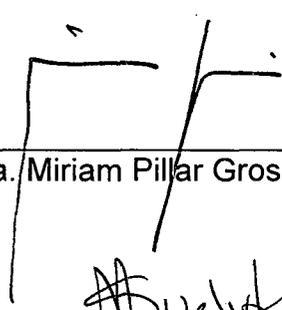
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“ENTRE FEMINISTAS E MULHERISTAS: UMA ETNOGRAFIA  
SOBRE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES E NOVAS  
CONFIGURAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA  
POPULAR EM PORTO ALEGRE - RS”**

ALINNE DE LIMA BONETTI

Orientadora: Dra. Miriam Pillar Grossi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



---

Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC-Orientadora)



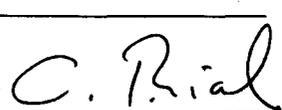
---

Dra. Suely Kofes (UNICAMP)



---

Dr. Theophilos Rifiotis (UFSC)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Sílvia Moraes Rial  
Coordenador do PPGAS/CFH/UFSC

Florianópolis, 22 de setembro de 2000.

A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto enfocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de maneira correta. Mas essa é que é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas.

C. Geertz, 1989.

Dedicado este trabalho à minha amada Vera, que foi embora cedo demais.

## AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, devo registrar minha profunda gratidão às PLPs/Partenon, por me terem deixado fazer parte de suas vidas ao longo destes últimos quatro anos. Este trabalho não seria possível sem suas presenças em minha vida. Em especial, às PLPs Ieda, Fátima, Jane Pinheiro, Jaci, Guacira, Josi, Lena, Lurdes, Iara, Roseli, Maria Guaneci, Jane da Silva, Ana Reni e Eveniz, pela generosidade, paciência e imensa acolhida nesta última fase da pesquisa.

À minha família, pela força, pelo amor e pelo apoio incondicionais em todas as escolhas de minha vida: Airoldi, Marlene, Vera (*in memoriam*), Paschoal, Junior e Gilmara.

À querida amiga e mestra Claudia Fonseca por ter-me feito apaixonar pela Antropologia e cuja dedicação e profissionalismo são-me referenciais.

À amiga Lis Pasini por fazer parte de minha vida, por compartilharmos importantes momentos de nossa trajetória na Antropologia e por, mesmo estando longe, estar sempre presente atualizando o imenso valor da amizade.

À amiga Heloísa Paim por estar sempre presente, pelo incomensurável apoio e paciência na "escuta de ajuda" nos momentos mais cruciais do trabalho de campo e pela eterna disponibilidade em me ajudar a pensar meus dados.

Ao amigo Francisco Carvalho Junior por ter apostado em mim, pela sua amizade e constante incentivo acadêmico.

As amigas Raquel Wiggers e Eva Scheliga pelo companheirismo e apoio nas horas mais difíceis ao longo do mestrado, pela intensa troca afetiva e intelectual e pelas presenças, as quais tornaram a árdua fase da escrita em um momento mais prazeroso.

Às queridas amigas Natacha e Diana, por não me deixarem esquecer a ludicidade da vida ao longo destes dois últimos anos.

À família Wiggers por ter me acolhido afetuosamente nesta terra estrangeira: Dona Maria Emília, Karina, Fábio e Pipoca.

Aos queridos primos Darianna, Alexei e Gracco Bonetti pela presença carinhosa ao longo de minha trajetória, pela acolhida calorosa na etapa do trabalho de campo e fundamentalmente por serem minha importante referência familiar em Porto Alegre.

A Rafael Azize pela sua inusitada e feliz aparição em minha vida na última fase do mestrado, por me ter ensinado o imenso valor da franca comunicação, pela grande amizade e afeto que encontrei em nosso convívio, pela leitura atenta e pela revisão deste texto.

A Creusa Lopes e Rogério Azize pela amizade e acolhida carinhosa em momentos cruciais desta última etapa do processo de mestrado.

Ao amigo Fernando Paetzel pela presença carinhosa e pela inestimável ajuda na indicação e "garimpagem" de referências bibliográficas.

À Profa. Miriam Grossi pela possibilidade de interlocução, por sua escuta interessada e pelas instigantes provocações que marcaram o processo de orientação.

Aos professores do PPGAS que contribuíram em minha formação e na construção de meu objeto de pesquisa: Rafael Bastos, Jean Langdon, Oscar Calávia Saez, Maria Amélia Dickie, Sônia Maluf. A eles, minha gratidão, meu reconhecimento e meu carinho.

Aos colegas do grupo temático Gênero e Política do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) pelas calorosas e instigantes discussões: Ari Sartori, Bernadette dos Santos, Flávia Motta, Marco Antônio Gonçalves, Miriam Grossi, Myrian Santin e Rozeli Porto.

À amiga Bernadette dos Santos pelo apoio e amizade e pela "assessoria esotérica" na conturbada fase de escrita da dissertação.

À socióloga Sônia Miguel pela leitura cuidadosa de meu texto e pelas preciosas contribuições a esta dissertação.

À equipe da Themis - Assessoria e Estudos de Gênero pela inestimável ajuda.

Às Promotoras Legais Populares de Porto Alegre que sem sua afetuosa acolhida e disponibilidade seria inviável a realização desta pesquisa.

Às agências CAPES e CNPq por terem financiado meus estudos, possibilitando-me dedicação exclusiva ao curso de mestrado e a qualidade de minha formação.

## RESUMO

A partir do estudo etnográfico junto a um grupo de Promotoras Legais Populares (PLPs) atuantes no Serviço de Informação à Mulher (SIM), esta dissertação analisa novas formas de participação política de mulheres das camadas populares urbanas. O universo pesquisado é constituído por mulheres dos grupos populares porto-alegrenses, formadas no curso de capacitação legal oferecido pela Organização Não-Governamental (ONG) feminista gaúcha Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Tal curso objetiva instrumentalizá-las para a defesa dos Direitos Humanos das Mulheres. A pesquisa situa-se na cidade de Porto Alegre/RS, no final da década de 90. Tal contexto apresenta uma configuração política particular, a qual oferece inúmeros canais para a participação política popular, em especial para as mulheres dos grupos populares urbanos. Esta análise concentra-se no sentido êmico atribuído à participação política – entendida como uma forma de mudança de status social -, revelando uma apropriação, resignificação e utilização estratégica e contextual tanto do ideário feminista quanto dos códigos que regem o campo político pelo qual estas mulheres circulam.

## ABSTRACT

Based on an ethnographic study carried out with a group of paralegals (PLPs) who work at the Women's Information Service (SIM), the present thesis analyzes urban, working class women's new ways of political participation. The research focuses on Porto Alegre's groups of working class women who have attended the legal literacy course organized by the city's feminist NGO Themis – Legal Counseling and Gender Studies. The aim of this course is to provide those women with the tools for the defense of Women's Rights. The research was carried out in Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul state, in the late nineties. Such place and time constitute a peculiar political context which opens up several political participation opportunities for working class people in general and for urban, working-class women in particular. The analysis privileges an emic sense making perspective of political participation which is understood as a social status upgrading mechanism. The study reveals that there has been appropriation, re-signification and strategic, contextual use of both the feminist body of ideas and the rules regulating the political sphere that those women inhabit.

## LISTA DE SIGLAS

- ACOVISMI: Associação da Vila São Miguel
- AESPOM: Associação de Esposas dos Praças da Polícia Militar
- AP: Administração Popular
- CAR: Centro Administrativo Regional
- CEB: Comunidade Eclesial de Base
- CLADEM: Comitê Latino Americano para a Defesa dos Direitos das Mulheres
- CLIS: Comissão Local Interinstitucional de Saúde
- CDDH-AL/RS: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- COP: Conselho do Orçamento Participativo
- COMDIM: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
- CPP: Conselho Popular do Partenon
- CRC: Coordenação de Relações com a Comunidade
- CRAS: Comissão Regional de Assistência Social
- CT: Conselho Tutelar
- FESC: Fundação de Educação Social e Comunitária
- PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- MOVA: Movimento de Alfabetização de Porto Alegre
- ONG: Organização Não-Governamental
- OP: Orçamento Participativo
- PAISM: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
- PCB: Partido Comunista Brasileiro
- PLPs: Promotoras Legais Populares
- PPS: Partido Popular Socialista
- PSB: Partido Socialista Brasileiro
- PT: Partido dos Trabalhadores
- SIM: Serviço de Informação à Mulher

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O CENÁRIO DA PESQUISA	6
1. O Campo Político de Porto Alegre	6
1.1. O Orçamento Participativo	8
1.2. Os Conselhos Tutelares	9
1.3. As Políticas Públicas Voltadas para as Questões das Mulheres	10
2. A ONG Themis e o Projeto de Formação de Promotoras Legais Populares	13
3. A Pesquisa: Reflexões Metodológicas	20
3.1 O Ponto de Partida	20
3.2. O Retorno	24
3.3. O Livro como Dádiva	26
3.4. O Uso dos Nomes: Revelar ou Não?	30
3.5. Lugares e diferentes personagens da etnografia	32
3.6. A Relação com a Política Institucional e o Campo Político Municipal	35
3.7. Com a Cara na Porta	37
CAPÍTULO II – DO CURSO DE PLPS À FORMAÇÃO DO SIM	40
1. Movimento feminista no Brasil: situando a ONG Themis	41
2. O Feminismo da Themis no Curso de Formação de PLPs	46
2.1. Direito de Família	51
2.2. Violência	58
3. As PLPs do Partenon: do curso ao SIM	64
3.1. As Participantes do Curso	65
3.2. Os Sub-grupos	66
3.3. O SIM/Partenon	70
3.4. Os Lugares no Campo Político Comunitário	76
CAPÍTULO III – DO SOS-MULHER AO SIM	80
1. Do SOS-Mulher ao SIM: a Especificidade das PLPs	81
1.1. A Divulgação: Estratégia para Parcerias e Oferta de Serviços	83
1.2. Os Atendimentos	90
2. Ser Feminista X Ser Feminina: Uma Questão de Estratégia Política	99
CAPÍTULO IV – FEMINISTAS OU FEMININAS? O TRIO DE PLPs ATUANTES DO PARTENON	104
1. Anete, Elvira e Alice: Três Trajetórias	105
1.1. Anete	106
1.2. Elvira	111
1.3. Alice	117
2. PLPs: Mulheres Valentes?	119
3. A Importância dos Parentes e de Ter um Homem	126
4. As Condições da Militância no Cotidiano	130

<b>CAPÍTULO V – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE STATUS SOCIAL</b>	135
1. O Reconhecimento e a Política	138
2. A PLP como Autoridade	141
3. O Ser Popular e da Comunidade	143
4. O Trabalho Voluntário	149
4.1. Locomoção e Alimentação: As Limitações Práticas	152
5. A Participação Política	156
5.1. A Política como Masculina	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – SIM: ESPAÇO PRIVILEGIADO DA MULHER POPULAR</b>	170
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	175

## INTRODUÇÃO

---

Desde 1996, venho acompanhando um grupo de mulheres das camadas populares de Porto Alegre que participaram da terceira edição do projeto "**Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs)**", organizado pela ONG feminista gaúcha **Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero**. O projeto de Formação de PLPs foi inspirado em experiências feministas de capacitação legal voltadas para mulheres das camadas populares. Estas experiências tiveram lugar em alguns países da América Latina, e posteriormente foram adaptadas para a realidade de Porto Alegre pela equipe da ONG Themis. Segundo as organizadoras, o objetivo do projeto é a constituição de redes femininas de informação sobre os direitos das mulheres nas camadas populares urbanas, assim como a multiplicação dessas redes. O projeto de Formação de PLP é constituído por duas grandes etapas: o curso de formação, no qual durante quatro meses as participantes do curso adquirem conhecimentos básicos sobre Direito, e a implantação do **Serviço de Informação à Mulher (SIM)**, o local de atuação das PLPs formadas dentro das suas regiões de moradia.

Acompanhei a terceira edição do curso de formação de PLPs, desenvolvido na região do Partenon - periferia sudeste de Porto Alegre - no período de abril a julho de 1996. Desde então, venho acompanhando a turma de PLPs ali formada. De abril a julho de 1999, empreendi uma pesquisa etnográfica sistemática junto ao grupo de PLPs/Partenon que estava à frente da atuação do SIM, a fim de escrever esta dissertação de mestrado. Nesta fase, a minha pesquisa buscou compreender a especificidade da atuação destas mulheres, a partir da hipótese da existência de um feminismo particular por elas atualizado. No entanto, no decorrer desta última fase de pesquisa pude perceber que a questão relativa ao feminismo se revelou periférica frente à riqueza da experiência política daquele grupo de mulheres. Assim, persuadi-me de que a questão central a ser desvendada pelo olhar antropológico relacionava-se, antes, com o significado atribuído pelo grupo de PLPs atuantes à participação política. Foi assim que cheguei ao objeto de análise desta dissertação, a qual constitui o produto de todos estes anos de pesquisa junto àquele grupo de mulheres.

Com isto quero indicar que o material de análise utilizado nesta dissertação compreende todo o corpus de dados etnográficos que juntei ao longo dos quatro últimos anos.

A maior parte destes dados são diários de campo, além de transcrições de entrevistas tanto com algumas PLPs quanto com as fundadoras da ONG, material institucional fornecido pela Themis - livros, relatórios da entidade, material didático do curso, questionários aplicados às participantes dos cursos -, materiais fornecidos pelas PLPs - livro-ata e folders do SIM, estatuto da Associação de Promotoras Legais Populares de Porto Alegre -, e ainda uma infinidade de panfletos e materiais explicativos dos diversos espaços do campo político municipal no qual circulam as PLPs atuantes, materiais que fui recolhendo ao longo de minha pesquisa ao acompanhá-las.

A fim de compreender a peculiaridade do significado da participação política para este grupo de PLPs atuantes, há que se levar em conta, fundamentalmente, o cenário político mais amplo da cidade de Porto Alegre no qual ocorre este fenômeno. Trata-se de uma configuração política específica, fortemente marcada pela presença, há mais de 10 anos, da esquerda na administração municipal. Isto acarreta uma série de implicações cruciais para a atuação das PLPs e da ONG Themis. Esta configuração política caracteriza-se sobretudo por uma abertura de vários canais de participação política popular, cuja expressão máxima seria o **Orçamento Participativo (OP)**. De forma geral, as PLPs são ativas participantes dos vários canais da política comunitária deste cenário: OP, Conselhos Municipais, Associação de Moradores, creches comunitárias, núcleos locais de partidos políticos, Conselhos Tutelares (CT), entre outros.

É tendo em vista este cenário particular que construo meu argumento, distanciando-me do que afirmam algumas análises sobre a participação política de mulheres das camadas populares urbanas. Na literatura sobre participação política de mulheres das camadas populares, é comum encontrarmos a idéia de que o seu espaço de atuação se restringe à política comunitária - creches, CEBs, clubes de mães - mimetizando seus tradicionais papéis de mãe e esposa. A atuação política destas PLPs - mulheres de grupos populares urbanos - não se enquadra nos moldes do movimento feminista, e tampouco nos moldes dos movimentos populares reivindicativos, palco por excelência da participação feminina popular, muito celebrado pela literatura da década de 80 (cf. Singer, 1980, Caldeira, 1984, Filgueiras, 1984, entre outros). O meu argumento vem, assim, de encontro à tradicional dicotomia movimento de mulheres vs. movimento feminista, ao sugerir que a concepção nativa de participação política está diretamente associada a uma suposta viabilização de projetos individuais visando uma mudança de status social.

Antes de estarem lutando por algo que esteja associado aos tradicionais papéis de mãe e esposa, as PLPs, ao se defrontarem com um novo campo de possibilidades aberto pela configuração política municipal, estariam à procura de um lugar de destaque neste cenário. Assim, elas apropriam-se de elementos dos diversos códigos culturais com os quais entram em contato - seja no próprio curso oferecido pela Themis, seja nos diferentes espaços semânticos do campo político por onde circulam - ressignificando-os e aplicando-os na sua atuação política cotidiana de forma contextual.

O argumento que defendo neste trabalho é o de que existe, no caso das PLPs atuantes, uma apropriação significativa de alguns elementos, tanto do ideário feminista (e portanto universalista e moderno) oferecido pela ONG Themis, quanto de códigos dos mais variados espaços sociais pelos quais estas mulheres se movimentam. Parto da hipótese de que o significado êmico de participação política está associado à possibilidade de mudança de status social com vistas à realização de projetos individuais (cf. Velho, 1994), o que resulta numa forma peculiar de atribuição de sentido, por estas mulheres, à participação política. Assim, para se compreender o sentido que tem, segundo creio, a participação política para estas mulheres, é necessário percorrer o percurso de construção do argumento aqui apresentado.

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos. O capítulo primeiro, **O cenário da pesquisa**, divide-se em dois momentos. A fim de contextualizar a conjuntura histórico-política na qual aparecem as PLPs em Porto Alegre, num primeiro momento, resgato alguns elementos cruciais que se relacionam diretamente com a atuação política das PLPs. Ou seja, discuto a configuração política de Porto Alegre ao longo das três gestões da "Administração Popular" (AP) de esquerda na prefeitura, com o intuito de pôr em perspectiva os canais de participação popular que então se originaram, com os quais as PLPs se relacionam. Além disto, apresento um breve histórico da ONG Themis e do curso de "Formação de Promotoras Legais Populares", relacionando-os com a configuração do campo político de Porto Alegre.

Num segundo momento, apresento a pesquisa propriamente dita, discutindo as principais questões metodológicas que enfrentei na constituição do meu objeto de pesquisa. Dentre elas, gostaria de ressaltar desde logo a que me parece ser crucial: a questão ética referente à proteção dos informantes. Não anteciparei aqui tal discussão, que empreendi no capítulo; apenas gostaria de assinalar a preocupação que tenho com os possíveis usos e interpretações da minha análise, tendo em vista o impacto sobre o grupo estudado. Tenho consciência de que ao tornar pública a sua análise, o autor não tem controle sobre as

possibilidades interpretativas a que ela dê ensejo. No entanto, reafirmo aqui, antes de se embrenhar o leitor na leitura desta dissertação, a minha preocupação com os possíveis usos e excessos interpretativos tanto dos dados que apresento quanto da minha análise, a qual teve a intenção de mostrar a riqueza do fluxo da experiência vivenciada por estas mulheres.

O segundo capítulo, **Do Curso de PLPs à Formação do SIM**, remete-se substancialmente à etapa da pesquisa do curso de Formação de PLPs/Partenon, decorrido de abril a julho de 1996. O objetivo é analisar o perfil da turma de PLPs formadas em 1996, e demonstrar como a sua característica particular influenciou na forma de organização e funcionamento do SIM/Partenon no contexto do campo político de Porto Alegre. Além disto, analiso a maneira como esta peculiaridade da configuração da turma de PLPs implicou, na última etapa de investigação em 1999, na redução do universo de pesquisa.

Todos estes elementos estão diretamente relacionados com o significado que a participação política tem para estas mulheres. Ao resgatar a etnografia do curso de formação, pretendo também estabelecer o tipo de ideologia feminista característica da Themis, ideologia com a qual as participantes do curso têm contato e dialogam. Para marcar a especificidade do discurso feminista da ONG em questão, faço um breve histórico do movimento feminista brasileiro, a fim de situar a ideologia feminista norteadora da ONG Themis dentro deste cenário mais amplo.

No terceiro capítulo, **Do SOS-Mulher ao SIM**, procuro demonstrar como as PLPs atuantes encontram no curso e na atuação no SIM mais um canal para sua busca por um lugar de destaque no cenário político de Porto Alegre. A fim de marcar a particularidade da atuação das PLPs, empreendo uma análise comparativa entre as práticas do SIM/Partenon e dos SOS-Mulher, entidades feministas da década de 80 voltadas para o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. A partir desta comparação, pode-se ter contato com a forma ressignificada e contextual como estas PLPs atuantes põem em prática os conhecimentos feministas adquiridos ao longo do curso, e que são analisados no capítulo segundo.

No quarto capítulo, **Feministas ou Femininas? O Trio de PLPs Atuantes do Partenon**, analiso alguns elementos das trajetórias de vida das três PLPs/Partenon que estavam à frente do SIM/Partenon, quando da etapa de investigação em 1999. Tais elementos me parecem condicionantes, senão decisivos, para a forma com que estas mulheres praticam a sua militância política. Tendo em vista os elementos analisados no segundo capítulo, creio que as trajetórias destas três mulheres são significativas do universo de investigação, e podem

ser tomadas como exemplares para uma reflexão acerca da experiência das PLPs como um todo.

Objetivo com isto compor um quadro interpretativo para a compreensão do universo referencial de valores destas mulheres, para em seguida poder entender como estes valores estarão em negociação com os diferentes códigos culturais com os quais elas têm contato em seu cotidiano dentro do campo político do qual fazem parte. Para tanto, situo-as dentro de um contexto cultural mais amplo, do qual atualizam determinados valores. Trata-se de elementos culturais que se inserem dentro de um ethos específico: a cultura dos "grupos populares urbanos" (cf. Fonseca, 1995b).

Finalmente, no último capítulo, **A Participação Política como Possibilidade de Mudança de Status Social**, analiso as categorias êmicas utilizadas na referência ao político. Estes usos específicos remetem ao tipo de estratégia utilizada pelas PLPs, e revelam o seu domínio dos diferentes códigos culturais em ação. Todos estes elementos, conjugados com a discussão empreendida ao longo dos capítulos anteriores, me permitirão, assim espero, chegar, à compreensão da particularidade do sentido atribuído à participação política pelas PLPs atuantes no contexto estudado neste trabalho.

## CAPÍTULO I - O CENÁRIO DA PESQUISA

---

Como ponto de partida da minha análise, julgo ser necessário situar o cenário no qual transcorreu a pesquisa, a fim de remeter o leitor ao contexto dos dados analisados ao longo desta dissertação. Assim, principio este capítulo com uma apresentação do contexto político mais amplo da cidade de Porto Alegre, no qual o universo pesquisado está inserido. Ofereço um recorte analítico que abrange as principais reformulações políticas que foram feitas na cidade de Porto Alegre, a partir da primeira gestão municipal da Frente Popular: o Orçamento Participativo, os Conselhos Tutelares e as Políticas Públicas voltadas para as questões das mulheres. A apresentação destes elementos é, creio, indispensável posto que eles estão diretamente relacionados com a atuação política das mulheres com quem pesquisei, fazendo parte de seus cotidianos - como se poderá notar adiante.

Em seguida, procuro fazer um breve histórico da Organização Não-Governamental (ONG) Themis e de seu projeto de Formação de Promotoras Legais Populares. O meu objetivo com este tópico é o de situar a origem das PLPs e a forma com que este projeto se relaciona com o contexto político no qual está inserido. Creio que a viabilidade (e o sucesso) deste projeto de formação de PLPs é indissociável das especificidades com que a forma de cultura política, que caracteriza o período histórico em que o curso de PLPs é implementado, se configura.

Reservei o último tópico deste capítulo para a apresentação da pesquisa, salientando minhas reflexões metodológicas.

Passo agora, a uma explicitação do caminho que trilhei para chegar nesta dissertação, com o intuito de preparar o leitor para questões centrais - as quais serão aprofundadas ao longo dos capítulos - que conformam a análise do objeto desta dissertação através do panorama geral da etnografia empreendida.

### **1. O Campo Político de Porto Alegre**

A fim de construir um marco de análise para a caracterização do cenário no qual transcorreu minha pesquisa, tomo como referência o período histórico-político conhecido

como da "Administração Popular" (AP), inaugurado em 1989, pela primeira gestão da administração municipal da "Frente Popular"<sup>1</sup> em Porto Alegre, a partir da eleição de Olívio Dutra para prefeito. O meu intuito com este recuo histórico de 10 anos é o de sugerir que este contexto político mais amplo é crucial para a compreensão da experiência de participação política das Promotoras Legais Populares (PLPs) pesquisadas, posto que se trata de um período de grande efervescência política, marcando uma mudança no campo político municipal e ao qual as próprias informantes fazem constante referência. Portanto, mesmo tratando-se de um recorte analítico, por vezes arbitrário, não é meramente aleatório. Trata-se, creio eu, de uma conjunção de fatores sócio-políticos que indiretamente garantem a viabilidade do projeto político feminista da ONG Themis para mulheres de "grupos populares urbanos"<sup>2</sup>. Não pretendo aqui fazer uma avaliação acerca do impacto da administração de esquerda e/ou do movimento feminista nas camadas porto-alegrenses de baixa renda. Antes, pretendo dar visibilidade às estreitas relações entre o campo político municipal e a experiência de participação política das PLPs pesquisadas.

Procuo, assim, resgatar três elementos principais da configuração do cenário político de Porto Alegre ao longo das três gestões consecutivas (1989 a 1992, 1993 a 1996 e 1997 a 2001) da administração da Frente Popular: o Orçamento Participativo, a implantação dos Conselhos Tutelares e a relação entre o feminismo gaúcho e a administração pública de esquerda em Porto Alegre, no que tange às políticas públicas voltadas para as ditas questões "de gênero", ou melhor, políticas públicas voltadas para as questões das mulheres. Estes elementos são cruciais para o estudo empreendido aqui, posto que constituem espaços políticos privilegiados pelos quais circulam as PLPs atuantes desta etnografia.

---

<sup>1</sup> A "Frente Popular" foi composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Popular Socialista (PPS).

<sup>2</sup> Trata-se de um conceito antropológico utilizado por Fonseca (1995b), para caracterizar analiticamente o universo cultural de grupos urbanos porto-alegrenses de baixa renda. Segundo esta autora, a utilização desta definição procura transcender os aspectos meramente econômicos e materiais como principal característica da cultura destes grupos sociais, além de não pretender uma homogeneização e tampouco sugerir um suposto isolamento dos sistemas simbólicos destes grupos. Neste sentido, a "noção de 'cultura de grupos populares' (é) um entre vários recortes que poderiam nos servir para entender as particularidades de uma visão de mundo, forjada nas filas de INPS e nos bairros residenciais onde, de um horizonte a outro, se estendem malocas que falam de uma experiência de vida radicalmente diferente da dos grupos abastados." (1995b :05). Utilizo este conceito ao longo de minha análise por julgar que as mulheres com as quais pesquisei compartilham e fazem parte deste mesmo universo de valores estudado por Fonseca.

### 1.1. O Orçamento Participativo

O "Orçamento Participativo" (OP) situa-se dentro de uma proposta política de descentralização do poder municipal e se caracteriza, tal como sugere Fedozzi, como "uma modalidade de gestão pública baseada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e a execução do orçamento público municipal, especialmente na indicação das prioridades para a alocação dos recursos de investimentos." (1997: 105). O OP foi implementado já em 1989, no primeiro ano da administração da "Frente Popular".

Segundo Navarro (1997), a implementação do Orçamento Participativo foi possível graças à forte tradição de organização popular característica de Porto Alegre, pois foi aproveitada a estrutura das associações comunitárias já existente. Com o OP, iniciou-se uma nova relação entre estas organizações populares e o Estado, já que dentro da estrutura organizativa do OP muitos militantes dos movimentos populares passam a ocupar cargos vinculados ao poder municipal como representantes destes movimentos, tais como os Conselheiros do Orçamento Participativo (COPs)<sup>3</sup>.

O Orçamento Participativo conta com uma variedade de instâncias deliberativas, de pessoas e de etapas no seu funcionamento. Na máquina administrativa municipal, há dois órgãos responsáveis pelo processo do Orçamento Participativo: a Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC), que se encarrega da política e organização comunitárias, e o Gabinete de Planejamento (GAPLAN), que é responsável pela coordenação técnica e elaboração do orçamento municipal. Para fins do orçamento, a cidade se encontra dividida em 16 regiões, nas quais são realizadas reuniões com a população para a discussão das prioridades locais e eleição dos delegados e conselheiros do orçamento. Além destas, há também as plenárias temáticas, nas quais são debatidas e propostas políticas para as áreas de Circulação e Transporte, Desenvolvimento Econômico e Tributação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano, Saúde e Assistência Social, Educação e ainda Cultura e Lazer. Estas reuniões são organizadas e coordenadas pelo Centro Administrativo Regional (CAR) de cada região, órgão ligado à CRC.

---

<sup>3</sup> Esta característica pode ser notada através do crescente número de filiações ao PT entre o movimento comunitário da cidade. Segundo Navarro (1997), regiões de Porto Alegre que antes eram redutos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de forte tradição no Rio Grande do Sul, se vão tornando redutos petistas ao longo das gestões da AP e da consolidação do OP.

O processo do OP é dividido em três etapas. A primeira é denominada "Primeira Rodada"; nela é feita a prestação de contas dos investimentos do ano anterior, são apresentados os critérios e planos de investimentos para o ano seguinte e são eleitos os delegados de cada região. A segunda etapa é chamada de "reuniões intermediárias". Trata-se de reuniões nas próprias "comunidades" nas quais são negociadas e escolhidas as prioridades das obras a serem realizadas na região. A terceira é a "Segunda Rodada", na qual são apresentadas as prioridades regionais e temáticas votadas nas reuniões intermediárias, e eleitos os conselheiros do OP.

Cada região elege dois conselheiros e dois suplentes, os quais representam as suas regiões no Conselho do Orçamento Participativo (COP). Este conselho - constituído ainda por dois representantes do governo, um representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) e um do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) - possui a atribuição de aprovar a proposta orçamentária antes de esta ser enviada à Câmara dos Vereadores para votação. Os delegados são os encarregados em contactar os moradores da região e de discutir as suas demandas a partir do plano de investimentos proposto pelo poder municipal. A partir disto serão decididas as prioridades a ser levadas à "Segunda Rodada". Os delegados são eleitos pelos moradores da sua região. Para cada 20 moradores presentes na reunião, elege-se um delegado. Esta é, sinteticamente, a estrutura de funcionamento do OP, descentralizada e altamente burocratizada. Ao longo das três gestões da AP, ele se consolidou a partir dos movimentos comunitários de Porto Alegre, e se tornou o grande trunfo político desta administração pública na cidade<sup>4</sup>.

### *1.2. Os Conselhos Tutelares*

Porto Alegre foi a primeira capital do país a instalar os Conselhos Tutelares<sup>5</sup>, em 1992, servindo de modelo para os demais municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados do país<sup>6</sup>. Em 1991, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes acerca do histórico do OP e seu funcionamento ver Navarro (1997) e Fedozzi (1997).

<sup>5</sup> Este Conselho são instituições encarregadas da defesa e promoção dos direitos da infância e adolescência, surgindo a partir do novo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - lei no. 8069/90.

<sup>6</sup> Em comparação com experiências da dificuldade de implantação destes conselhos em outros estados, Ribeiro (1996) sugere como uma possível explicação para o pioneirismo de Porto Alegre a posição política da administração municipal, cujos quadros contavam com a presença de militantes dos movimentos sociais voltados para a questão da infância. Para a autora, este foi um elemento fundamental "para que a instalação da estrutura

(CMDCA), constituído por entidades governamentais e não-governamentais, encarregado da eleição e implantação dos Conselhos Tutelares. Para tanto, o CMDCA baseou-se na estrutura do Orçamento Participativo, dividindo a cidade de Porto Alegre em oito micro-regiões a partir das 16 micro-regiões do OP. Também a partir do OP foram feitas as divulgações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e as eleições, bem como a busca dos candidatos a conselheiros.

Ao cargo de conselheiro tutelar pode candidatar-se qualquer pessoa que tenha uma experiência comprovada de trabalho com crianças e adolescentes e que conheça o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal. O conselheiro tutelar é a referência local - dentro das micro-regiões - encarregada da promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Os conselheiros eleitos cumprem um mandato de três anos, com direito a uma reeleição. Para tanto, durante o mandato, os conselheiros devem ter dedicação exclusiva ao exercício do cargo, para o qual recebem um salário em torno de 1.500 reais<sup>7</sup>, pago pelo governo municipal. Durante a pesquisa, este fator me foi apontando como uma das maiores motivações pela candidatura ao CT, sendo atualmente as eleições grandemente concorridas. Neste sentido, uma peculiaridade de Porto Alegre é o grande número de militantes de movimentos comunitários e populares que se tornam conselheiros tutelares. Além do que, segundo dados de Ribeiro (1996), na primeira eleição feita em Porto Alegre, em 1992, elegeram-se mais mulheres do que homens para o cargo de conselheira tutelar: 24 dentre 40 candidatos. Esta especificidade sugere-me que os CT se configuram também como um grande canal de participação política popular aberto dentro do cenário de Porto Alegre, em especial para as mulheres de grupos populares. Este fato assemelha-se em muito com a experiência de participação política das PLPs, como mostrarei ao longo desta dissertação.

### ***1.3. As Políticas Públicas Voltadas para as Questões das Mulheres***

Ao longo dos quatro anos da primeira administração municipal da Frente Popular (89-92), começam a aparecer iniciativas e políticas públicas que se dizem voltadas para as ditas "questões de gênero", mas que na realidade são políticas públicas voltadas para as questões

---

institucional prevista pela lei contasse com o respaldo e apoio direto do poder público municipal" (Ribeiro, 1996: 40)

<sup>7</sup> Valores de julho de 1999, segundo algumas informantes ex conselheiras tutelares

concernentes às mulheres. Isto revela a inclusão de demandas advindas do movimento feminista, e também uma apropriação peculiar da categoria gênero pelos órgãos governamentais<sup>8</sup>. Em 1992, é inaugurada a Casa de Apoio Viva Maria, uma casa-albergue para acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Esta casa oferece serviços jurídicos e acompanhamento psicológico gratuitos para mulheres, sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

Em 1993, é instituída a Assessoria Especial para a Mulher, diretamente ligada ao gabinete do prefeito municipal, a qual se preocupará em promover os direitos das mulheres junto ao executivo municipal. Além destas iniciativas políticas voltadas para as questões femininas, existem ações governamentais da administração municipal com relação às comemorações do Dia Internacional da Mulher, o 8 de março, os preparativos para a IV Conferência sobre a Mulher em Pequim de 1995, incentivo à lei de cotas, promoção de seminários e conferências para discussão e implantação de políticas públicas voltadas para as ditas "questões de gênero", além de denúncias acerca da violação dos direitos das mulheres.

No "Relatório Azul", uma publicação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul<sup>9</sup>, pode-se ter uma idéia aproximada das iniciativas acerca da promoção dos direitos das mulheres que contam com o apoio da administração pública, em parceria com movimentos sociais em todo o estado do Rio Grande do Sul. Em especial, destaca-se a grande mobilização neste sentido na cidade de Porto Alegre, contado com o apoio da administração municipal. Importa salientar aqui as iniciativas de âmbito estadual, posto que há uma estreita relação entre a administração municipal petista de Porto Alegre e componentes petistas do legislativo estadual.

No âmbito municipal, destacam-se a aprovação da lei no. 7781/96, do vereador petista João Motta, a qual garante o atendimento dos casos de aborto legal na rede pública. Em relação a legislações estaduais, tem-se o projeto de lei no. 195/92 do Dep. Estadual petista Marcos Rolim, o qual se encontra ainda em tramitação. Há ainda o movimento pela

---

<sup>8</sup> Alvarez (1998), ao analisar a presença de feministas nos quadros de governos latino-americanos com políticas neo-liberais, demonstra que a categoria gênero foi apropriada na implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, mas foi ressignificada e, segundo a autora, tornou-se esvaziada de um significado de luta política feminista, passando a ser um indicador neutro de modernidade e desenvolvimento.

<sup>9</sup> Este relatório vem sendo publicado anualmente desde 1994, contendo o relato das atividades da comissão, bem como uma avaliação e denúncia da violação dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Conta com o apoio e colaboração de inúmeras entidades não governamentais que militam na defesa e garantia destes direitos. Com relação à sub-comissão encarregada dos Direitos das Mulheres, esta comissão conta com militantes do

regulamentação do Programa Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o projeto de lei da Dep. Estadual do PT Luciana Genro. Tal projeto visa inserir no PAISM a distribuição gratuita da "pílula do dia seguinte" nos postos de saúde para mulheres vítimas de violência sexual. Tem-se ainda projetos de leis na tentativa de combate à discriminação sexual e ao assédio sexual nos ambientes de trabalho, projetos também do Dep. petista Marcos Rolim, que estão desde 1993 em tramitação.

Com relação ao estabelecimento de conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres, tem-se a lei complementar no. 347/95 da vereadora petista Maria do Rosário. Contudo, somente em 1996 é implantado o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM) e o Fórum Municipal dos Direitos das Mulheres, na segunda gestão da AP. Ao nível estadual, o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM/RS), desativado nos governos anteriores, foi reestruturado em 1999, após a eleição do governador petista Olívio Dutra.

O que importa reter-se destes exemplos é o fato de apontarem para uma crescente ampliação das políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da sociedade civil organizada. Eles sugerem ainda, em especial no contexto político de Porto Alegre, a presença de militantes dos mais variados movimentos sociais nos quadros da administração municipal, do que decorre uma estreita relação Estado/sociedade civil, o que é em si um dado importante para se contextualizar o objeto de estudo desta dissertação. Para além disto, a crescente atenção às demandas dos movimentos sociais, particularmente às demandas relativas aos direitos das mulheres, amplia as possibilidades de inserção das mulheres no campo político, especialmente as mulheres de grupos populares urbanos.

Neste contexto específico de efervescência no campo político de Porto Alegre marcado pelas três gestões consecutivas da "Administração Popular", a qual propicia a abertura de inúmeros canais de participação política popular em particular para as mulheres, tais como o OP, os CT e as iniciativas de políticas públicas voltadas para as questões das mulheres, é que circulam as principais protagonistas de minha etnografia. Neste sentido, creio que somente a partir destas particularidades que conformam este cenário é que se pode compreender a experiência destas mulheres de grupos populares.

---

movimento feminista gaúcho, inclusive algumas que fazem parte da ONG Themis. Em 1999, encontrava-se em sua quinta edição.

Passo agora a focar mais o meu olhar, e contextualizar, dentro deste cenário, as responsáveis pela existência das PLPs: a ONG feminista Themis.

## 2. A ONG Themis e o Projeto de Formação de Promotoras Legais Populares

Segundo Fernandes (1994), as ONGs surgiram por volta das décadas de 70 e 80, em apoio aos movimentos populares que se proliferavam no país. Uma característica que marca a atuação dessas entidades nessa altura é a oposição ao Estado, que estava sob a égide do regime militar (cf. Doimo, 1995). No contexto dos anos 90, frente às modificações do processo político, tem-se uma redefinição dos papéis de atuação das ONGs.

Estas organizações configuram-se neste momento como mediadores entre Estado e sociedade civil, como sugere Scherer-Warren: "Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando a sua relação com o poder político, passando a atuarem no sentido de descentralização do poder e de uma crescente participação da sociedade civil." (1994:10).

Neste mesmo sentido, nota-se um processo de "onguização" do movimento feminista (cf. Alvarez, 1998). Em mapeamento dos grupos e organizações de "mulheres/gênero/feministas" brasileiras nos anos 90, Grossi e Miguel (1995) apontam que "uma parcela significativa de ex-militantes de grupos 'autônomos' dos anos 70/80 consegue 'construir' espaços feministas, seja nos seus próprios locais de trabalho, seja pela criação de ONGs" (1995:27 e 28). Em Porto Alegre não é diferente<sup>10</sup>, e é dentro desta conjuntura que se origina a ONG feminista Themis.

*Uma idéia na cabeça e um Código embaixo do braço!*<sup>11</sup> É assim que as fundadoras da ONG gaúcha Themis introduzem a história da trajetória da entidade que se institucionalizou em 1993 a partir da implementação do "Programa de Formação de Promotoras Legais

---

<sup>10</sup> Após um período de desmobilização dos grupos feministas atuantes na cidade, o movimento feminista gaúcho entra num processo de crescente institucionalização, com um grande afluxo de militantes deste para os quadros do governo municipal. (cf. Grossi, 1988 e Brito & Prá, 1988). Neste momento, muitas feministas "históricas" - aquelas militantes feministas participantes de grupos autônomos que inauguraram a segunda fase do feminismo brasileiro marcado pela primeira Conferência Mundial da Mulher, organizada pela ONU no México em 1975 - saem dos grupos autônomos para compor os quadros de órgãos públicos na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a questão de gênero, o que, segundo Grossi (1998a), caracteriza o "feminismo de Estado".

<sup>11</sup> Todas as palavras, expressões e frases marcadas em itálico ao longo do texto são êmicas.

Populares (PLPs)". A entidade surgiu a partir da convergência de objetivos e trajetórias comuns das suas fundadoras: mulheres com larga experiência tanto no movimento feminista gaúcho quanto no movimento político de esquerda. Uma delas foi fundadora do Liberta, grupo feminista que surge dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do movimento estudantil em 1980, formado por mulheres universitárias ligadas ao Partido dos Trabalhadores<sup>12</sup>. Já uma outra fundadora era atuante no Germinal, grupo feminista formado por estudantes na cidade gaúcha de Santa Maria e que também militavam no PT local. Além destes elementos em comum, elas possuíam experiência profissional na área jurídica, e compartilhavam das mesmas críticas ao que elas definem como o *viés sexista do Direito*.

A idéia de conjugarem as suas experiências e o seu desejo de constituir um grupo de promoção e defesa dos direitos das mulheres surgiu em 1992, a partir de uma conferência realizada pelo Comitê Latino Americano para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM). Nesta conferência, tiveram contato com projetos de "Capacitação Legal para Mulheres" desenvolvidos em alguns países da América Latina e decidiram organizar o curso de Promotoras Legais Populares em Porto Alegre<sup>13</sup>. Segundo as suas organizadoras, o curso tem por objetivo a constituição de redes femininas de informação sobre os direitos das mulheres nos setores urbanos de baixa renda, além da multiplicação destas informações a um número cada vez maior de mulheres.

Nesta época, a da primeira gestão da administração da Frente Popular em Porto Alegre, pelo menos duas das fundadoras desenvolviam trabalhos relacionados a políticas públicas para a mulher, dentro dos quadros do governo municipal. Uma trabalhava na Secretaria Municipal de Educação (SMED), e outra na "Casa de Apoio Viva Maria".

O programa de formação de PLPs teve início em maio 1993 e foi, como salienta uma das fundadoras da Themis, "parte fundante e constitutiva da instituição e ocupou, sempre, grande parte do tempo e dos recursos disponíveis" (Dora, 1998:06). Para a viabilização da primeira experiência do curso, a ONG contava com o apoio da Fundação Ford, agência de financiamento internacional. Além disto, foi feito um projeto em parceria com a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), órgão público municipal encarregado da elaboração e implementação de políticas públicas de assistência social, em plena primeira gestão da Frente

---

<sup>12</sup> Segundo Brito e Prá, a linha de ação deste grupo era pautada pela "intervenção nos movimentos sociais levando a questão da mulher, a partir da atuação prática" (1988: 15)

<sup>13</sup> Em países como Peru, Argentina, Bolívia e Costa Rica, por exemplo. Para maiores detalhes sobre a diversidade de experiências destes projetos ver Schuler & Kadrigamar-Rajasingham (1992) e Vásquez (1991).

Popular em Porto Alegre<sup>14</sup>. Nesta parceria, enquanto a Themis ficaria responsável pela formulação do programa e por ministrar o curso, a FESC garantiria a infra-estrutura básica para sua realização: escolha da região onde seria dado o curso, a seleção da turma, transporte para as organizadoras do curso e o local para as aulas. Há que se salientar que o principal critério de escolha das mulheres participantes do curso exigidos pela Themis era o de que fossem *lideranças comunitárias* nas suas regiões de moradia, além de serem obrigatoriamente alfabetizadas<sup>15</sup>.

Os primeiros cursos foram desenvolvidos concomitantemente na Zona Leste e na Restinga - respectivamente micro-regiões 3 e 7 - seguindo o critério da divisão geográfica utilizada pelos Conselhos Tutelares. Na avaliação da ONG Themis, a primeira experiência na região da Restinga não se mostrou muito eficaz, já que a turma se desmobilizou. Contudo, neste mesmo momento a Themis recebeu financiamento da agência financiadora internacional Fundação McArthur para a implementação de um projeto sobre direitos sexuais e reprodutivos. Desta forma, foi organizada uma nova turma de PLPs na região da Restinga em torno desta temática. Assim, esta nova turma da Restinga que concluiu o curso e continua atuante ainda hoje foi uma turma temática: curso de formação em direitos sexuais e reprodutivos.

Logo após estas primeiras experiências, a parceria com a FESC foi desfeita, já que, na avaliação da ONG, esta relação não se mostrou muito frutífera. Uma das questões que se revelou mais problemática foi a seleção da turma conjugada com a conjuntura política daquele momento. Tratava-se da primeira gestão da "Administração Popular", e a sua inserção na política comunitária estava sendo construída. Por este fato, foram selecionadas para o curso apenas aquelas mulheres que tinham alguma relação com a FESC. Disto decorre que não se tratava necessariamente de mulheres que eram reconhecidas como lideranças pela *comunidade*<sup>16</sup>. Além disso, outras mulheres que eram reconhecidas como lideranças, mas que

---

<sup>14</sup> Dados obtidos através de entrevistas com duas das fundadoras da ONG Themis.

<sup>15</sup> Em 1998, em projeto conjunto com o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA), a Themis e as PLPs formadas trabalharam na viabilização de um curso de alfabetização para mulheres de grupos populares, atingindo cerca de 2000 mulheres da periferia urbana da cidade de Porto Alegre.

<sup>16</sup> De acordo com algumas definições do Novo Dicionário Aurélio, *comunidade* é qualidade ou estado do que é comum; qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica; qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns ou ainda um agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos. A despeito de todas estas definições, creio ser fundamental salientar que *comunidade* é aqui um termo êmico de uso corrente no meu contexto de pesquisa, e que por este motivo acaba por ser naturalizado e usado sem maiores estranhamentos. É

tinham uma relação com outros partidos, ficaram de fora da turma. Elementos cruciais naquele momento e que talvez na conjuntura atual se mostrassem com resultados diferentes, após três gestões petistas e a inserção deste partido no movimento comunitário. Desde então a seleção da turma fica a cargo da própria ONG, contando ainda com a assessoria da Agência de Cooperação Alemã - GTZ, que possui um trabalho junto às organizações de bairro na forma de "Comitês de Desenvolvimento" das regiões. Esta parceira começou em 1996, já para a implementação do curso de Formação de PLPs na micro-região do Partenon, o qual acompanhei desde seu início.

A divulgação do curso de formação de PLPs é estrategicamente lançada na micro-região onde será oferecido o curso: são distribuídos panfletos explicativos sobre o curso de PLPs nos Conselhos Tutelares, nas Associações de Moradores, nos postos de saúde, nas creches comunitárias e nas reuniões do Orçamento Participativo. Nestas ocasiões, uma das mulheres da equipe da ONG vai até ao bairro e, além de distribuir os panfletos, faz exposições sobre o curso e convida as interessadas para uma primeira reunião com as encarregadas da administração do curso. Vale ressaltar que para a escolha da região onde será oferecido o curso, a ONG ainda hoje segue o critério de distribuição geográfica utilizado pelos Conselhos Tutelares<sup>17</sup>. Pretende-se com este critério "contar com uma turma de PLPs em cada micro-região da cidade (...) **atuando em conjunto** com os Conselhos Tutelares, comissões locais de saúde, Orçamento Participativo e demais instâncias do movimento popular" (Dora, 1998:08, grifos meus).

Logo depois da turma do Partenon, a 3<sup>a</sup>. edição do curso de PLPs, formaram-se mais três turmas em Porto Alegre: no início de 1997 a turma da Grande Cruzeiro (micro-região 5 do CT), no segundo semestre de 1997 foi a turma da Zona Norte (micro-região 2 do CT) e em 1998, a turma da região de Humaitá, Navegantes e Ilhas (micro-região 1 do CT). Além destas há duas turmas de PLPs recentemente formadas em São Leopoldo e Canoas, duas cidades da Grande Porto Alegre.

---

tarefa árdua encerrar o sentido atribuído ao termo emicamente em uma única definição. Trata-se portanto de um termo polissêmico, empregado de diversas formas. Contudo, esta diversidade comporta uma regularidade: é utilizado pelas informantes para designar o grupo social do qual fazem parte. O que não se limita simplesmente ao espaço físico da vila, ou mesmo a vizinhança da qual fazem parte. Parece antes, conjugar tanto o aspecto geográfico, as pessoas que o compõem, quanto o universo de valores compartilhados que significam o próprio grupo social, remetendo a um sentimento de pertencimento comum. Em Macedo (1986) se pode encontrar uma reflexão sobre estes elementos.

<sup>17</sup> Que, por sua vez, segue o mesmo critério de distribuição geográfica do Orçamento Participativo.

O curso de formação de PLPs, propriamente dito, dura em média quatro meses, sendo ministrado durante três horas em um dia da semana em local próximo à moradia das participantes do curso. Ao longo deste período são ensinadas noções sobre direitos fundamentais, garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, garantia dos direitos das mulheres no trabalho e contra a discriminação racial, direitos das mulheres nas relações familiares, proteção e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes temas são desenvolvidos através de aulas expositivas, oficinas, vídeos, além de dinâmicas de grupos para discussão. A ênfase maior ou menor em determinado item do programa, sua supressão ou ainda o enfoque a outros temas depende da demanda do grupo de participantes do curso, como me exemplifica uma das organizadoras: *Na Vila<sup>18</sup> X, por exemplo, havia muita violência. Então se organizou mais aulas em torno desse tema, já na Vila Y havia muitas mulheres com muitos filhos, problemas nessa área, fazendo com que tivessem mais aulas sobre direito reprodutivo.*

Como se pode notar, o programa mínimo do curso de formação de PLPs se foi constituindo a partir da experiência vivenciada pela equipe nas diferentes realidades onde o curso foi oferecido. Foi exatamente a partir desta experiência que chegaram à base mínima do programa, constituído essencialmente pela ênfase nos Direitos Humanos, direitos reprodutivos e a questão da violência contra a mulher. A partir disto, seguem uma lógica segundo a qual, em primeiro lugar, se procura conhecer a "realidade" das mulheres participantes do curso e, a partir de temas das suas vidas, focar a relação com o direito. Isto as instrumentalizará para atuação no Serviço de Informação a Mulher (SIM), após o curso.

O SIM é a segunda etapa do projeto de PLPs, originado pela demanda das duas primeiras turmas de PLPs formadas, que necessitavam de um espaço de atuação para centralizar os atendimentos. Como este espaço de atuação se deveria tornar uma referência na região de moradia das PLPs, não poderia localizar-se fora do bairro onde vive o público-alvo do serviço. Esta proximidade incentivaria a procura pelo SIM. Desta forma, a ONG propõe mais um projeto para as agências financiadoras internacionais, e é contemplada com incentivos para a implantação do serviço. Assim, na mesma solenidade da formatura da turma de PLPs/Partenon, foram inaugurados os SIM Leste e Restinga, em agosto de 1996. O SIM/Partenon, após longo processo de negociação entre as PLPs e a chegada a um consenso

---

<sup>18</sup> "Vila" é a versão portoalegrense das favelas cariocas. É um termo utilizado para designar as áreas de habitação popular da periferia da cidade. Em geral trata-se de vilas de invasão.

sobre o local disponível para a implantação do SIM, foi inaugurado em meados de 1997. Todas as turmas formadas possuem hoje o seu próprio serviço<sup>19</sup>.

O Serviço de Informação à Mulher (SIM) é então, o espaço de atuação das PLPs dentro de suas regiões de moradia, através do qual procuram reconhecimento e legitimidade para suas atividades dentro das suas comunidades de origem. O serviço funciona uma vez por semana, durante todo o dia, em um sistema de rodízio de plantões nos quais as PLPs se revezam no atendimento exclusivo a mulheres que procuram o local. A maioria dos "casos" atendidos pelas PLPs envolvem fundamentalmente questões relativas ao universo das relações familiares, tais como reconhecimentos de paternidade, violência doméstica, pensões alimentícias, guarda de filhos, entre outros.

Nos seus primórdios, os serviços contavam com a participação de uma advogada oferecida pela Themis que acompanhava os plantões juntamente com as PLPs. As promotoras faziam a triagem dos casos relatados pelas "clientes", preenchiam uma ficha e encaminhavam-na para a advogada. Esta organizava os tramites burocráticos necessários a cada caso e acompanhava a sua cliente nos passos do processo. Atualmente, não há mais advogadas acompanhando os plantões dos serviços, ficando todo o atendimento a cargo das PLPs. Assim, elas analisam o caso e, conforme as suas particularidades, o encaminham para os mais diferentes locais. Os casos mais complicados, que revelam um flagrante desrespeito aos "direitos humanos das mulheres", são encaminhados ao setor de assessoria jurídica feminista gratuita da Themis, que aciona os recursos necessários.

Além do SIM, após o curso a ONG organiza cursos de atualização - o que é denominado emicamente de *reciclagem* - e reuniões quinzenais com as PLPs. Segundo a entidade, estas ações têm por objetivo aumentar cada vez mais o potencial de multiplicadoras das PLPs e também reforçar os laços entre as promotoras de diferentes regiões, no sentido da consolidação de uma rede. Salientam ainda a demanda constante das promotoras por aprendizagem. Além disto, há propostas de ações políticas em comum, como por exemplo a elaboração de propostas das PLPs para as conferências sobre Direitos Humanos, entre elas a

---

<sup>19</sup> Um dado que me parece importante é que durante o ano de 1999, após a ONG ter passado por uma série de modificações em sua estrutura, empreendendo parcerias com, por exemplo, o Ministério da Justiça, os SIMs Leste e Restinga se tornaram ONGs, com projetos e recursos próprios. Parece iniciar-se aí uma nova etapa na trajetória da entidade e das próprias PLPs no sentido de se tornarem independentes da Themis. Trata-se de um fenômeno novo, que se conjuga com a criação concomitante da Associação de Promotoras Legais Populares de Porto Alegre e que, mesmo fugindo dos limites da discussão da etnografia que empreendi, lança luz sobre a questão acerca do alargamento do campo de possibilidades para a participação de mulheres das camadas urbanas de baixa renda no campo político. Configura-se aí um novo e instigante objeto de pesquisas futuras.

proposta de uma política habitacional de gênero para a Conferência Estadual sobre Política Habitacional, que visa a ampliação da rede de casas-albergue para mulheres vítimas de violência doméstica e incentivo para que mulheres de camadas urbanas de baixa renda obtenham financiamento para a compra de casas populares sem necessitarem da assinatura de seu marido e/ou companheiro e de comprovação de renda fixa, já que muitas mulheres possuem atividades remuneradas sem carteira de trabalho assinada.

Atualmente, a ONG feminista Themis parece estar mudando de estatuto jurídico, deixando de ser uma ONG e passando a transformar-se numa instituição com um corpo de associados e regimento interno específico. A sua atuação continua sendo orientada pelo "Programa de Acesso à Justiça", o qual se desdobra em três grandes áreas: 1. **programa de formação de promotoras legais populares**, 2. **programa de assessoria jurídica feminista e estudos** e 3. **publicações sobre gênero e direito**. Possui, também, muitos projetos de trabalho que tratam da defesa dos aspectos jurídicos sobre a questão da mulher, entre eles a assessoria jurídica gratuita, por meio de que são atendidas e orientadas várias mulheres que procuram o serviço. Há um trabalho de sensibilização dos operadores de Direito (juízes, promotores, delegados, defensores públicos, etc.) acerca da "questão do gênero"<sup>20</sup>. Para tanto, estabelece relações de parceria e cooperação na promoção de seminários, conferências, palestras e campanhas de defesa dos Direitos Humanos com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (CCDH - AL/RS), a Anistia Internacional, o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA/RS), o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), sindicatos, organizações de base e grupos organizados de mulheres a nível local, nacional e internacional.

Além disto, a Themis participa do movimento de mulheres nacional e internacional, de movimentos de promoção de defesa dos Direitos Humanos, da rede nacional de saúde e direitos reprodutivos, do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Porto Alegre (COMDIM) e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/RS). Cabe ainda salientar que em 1996 a entidade ganhou o prêmio Nacional de Direitos Humanos na

---

<sup>20</sup> Há que se fazer uma ressalva neste ponto. O uso da categoria "gênero" neste contexto não tem o cunho de uma categoria analítica tal qual propõe Scott (1991). Antes, trata-se de uma categoria política, a qual foi apropriada e ressignificada pelos Movimentos Sociais, em especial por determinadas correntes do Movimento Feminista. Neste contexto, é utilizada como sinônimo da categoria sociológica "mulher". Ou seja, ao usar a categoria "gênero" na definição de sua atuação, a ONG Themis está procurando sensibilizar os operadores de Direito para as questões das especificidades das mulheres em relação ao Direito, o qual, como salientei anteriormente, elas entendem desenvolver uma prática sexista.

categoria ONG, oferecido pela presidência da República, em reconhecimento pela sua atuação na sociedade civil. No final de 1999, ganhou o prêmio instituído pela UNESCO, CDDH-AL/RS, Fundação Maurício Sirostky Sobrinho e Conselho Britânico na categoria de Defesa dos Direitos Humanos. Esta entidade ocupa hoje um lugar de destaque na cidade de Porto Alegre pelas suas atividades, além de possuir amplo reconhecimento social e ser uma das referências do movimento feminista gaúcho.

A Themis é a principal responsável, como já havia apontado, pela existência do que se afigura hoje um dos crescentes fenômenos de participação política das mulheres de grupos populares urbanos na cidade de Porto Alegre: as promotoras legais populares. Esta descrição, que pretendeu ser o mais detalhada possível da trajetória da entidade feminista Themis bem como da dinamicidade da conjuntura sócio-política de Porto Alegre, tem por objetivo introduzir o leitor no mundo em que as protagonistas desta dissertação estão a transitar. Este "mapeamento", uma "fotografia" do cenário mais amplo que deu origem e possibilitou em grande medida a aparição das PLPs, teve, assim, o intuito de situar o leitor, colocá-lo lado a lado com as PLPs e convidá-lo a fazer o exercício da alteridade a que se propõe esta etnografia, a fim de culminar na compreensão da especificidade da forma de participação política destas mulheres. Passo agora a situar a minha pesquisa junto ao grupo de PLPs do Partenon, desde o seu início - que teve como marco o curso de formação em 1996 - até a esta última etapa, de abril a julho de 1999.

### **3. A Pesquisa: Reflexões Metodológicas**

#### ***3.1. O Ponto de Partida***

Graduanda do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1996 eu trabalhava como bolsista auxiliar de pesquisa no Núcleo de Antropologia e Cidadania - NACI, daquela universidade, coordenado pela Profa. Dra. Claudia Fonseca. Naquela ocasião, a ONG feminista Themis estava implementando a terceira edição de seu projeto de intervenção junto a mulheres das camadas populares urbanas, o Programa de Formação de PLPs, e solicitou ao NACI uma "assessoria". Tendo em vista os obstáculos enfrentados nas duas experiências anteriores do projeto, a entidade foi em busca de um outro olhar, mais distanciado, sobre o programa de formação, a fim de minimizar as possíveis

dificuldades nesta próxima experiência. O interesse da Themis em um acompanhamento passava pela preocupação em analisar a sua prática, a eficácia da sua atuação, além de ter um conhecimento e visão mais amplos da nova turma de PLPs em formação.

A indicação de uma assessoria especificamente antropológica foi feita por uma empresa de pesquisa sociológica, a partir de uma pesquisa encomendada pela própria ONG junto às duas turmas já formadas. O nosso trabalho parecia ser encarado pela ONG feminista como algo aproximado ao de um tradutor. O nosso grupo - constituído exclusivamente por antropólogos - era entendido como um conjunto de especialistas, detentores de saberes específicos acerca do universo cultural das camadas populares urbanas. Com isto, a nossa presença junto ao grupo de alunas, o nosso "olhar antropológico" possibilitaria uma "tradução" daqueles códigos para a linguagem das organizadoras, o desvendamento da lógica que permeava as relações sociais daquele grupo cultural. Seríamos, assim, intermediários entre dois grupos sociais em contato, com o objetivo de minimizar os possíveis ruídos na comunicação entre ambos.

Assim, acompanhei a terceira turma do curso de Promotoras Legais Populares, participando das aulas juntamente com o grupo de "alunas". Esta edição do curso foi realizada na região conhecida como Partenon, 4ª. micro-região do Conselho Tutelar, que compreende uma vasta região ao sudeste da cidade de Porto Alegre, abrangendo desde o bairro Partenon até o bairro Lomba do Pinheiro. Como método de pesquisa, utilizei fundamentalmente o método etnográfico fortemente marcado pela observação participante (cf. Malinowski, 1984). Participava das aulas do curso, procurando atentar para a interação entre as pessoas que ali estavam compartilhando daquele espaço. Escutava as conversas entre as colegas, registrava suas colocações na aula, esgueirava-me por entre os pequenos grupos que se formavam nos intervalos da aula, intrometia-me nas suas conversas, por vezes direcionando-as para alguns assuntos que me pareciam especialmente interessantes para a pesquisa. Além disso, observava as professoras do curso, as suas posturas, as suas colocações, as suas maneiras, anotava os conteúdos e as discussões produzidas. Tudo isto com o intuito de compreender as especificidades de cada sujeito, e como estas especificidades estariam implicando na constituição de diferentes universos simbólicos que ali interagiam. Após o término das aulas, registrava minhas observações, estando todas elas sistematizadas em diários de campo.

Em companhia de outra pesquisadora da equipe do NACI, fizemos as incursões nas casas e locais de trabalho das informantes. Nesta etapa da pesquisa, concomitantemente com o

curso, utilizamos também o método etnográfico, com ênfase na observação participante. Além disto, objetivávamos naquele momento entender um pouco a trajetória de vida de cada uma das participantes do curso. Para tanto, tínhamos um roteiro básico que orientava as nossas conversas com as mulheres. Em virtude do tempo reduzido de pesquisa, como já apontei, não foi possível ter um contato com todas as 32 mulheres participantes do curso. Centramo-nos, assim, em apenas algumas PLPs, 11 das 32<sup>21</sup>.

O curso terminou em agosto de 1996, encerrando com uma cerimônia de formatura, onde as PLPs, juntamente com a pesquisadora, receberam o diploma do curso. Nesta mesma cerimônia foram lançados os Serviços de Informação à Mulher (SIM) das outras duas turmas de PLPs anteriormente formadas. O SIM da turma recém formada ainda não estava organizado, entrando em funcionamento somente no ano seguinte. Continuei acompanhando a mobilização do grupo na organização do SIM/Partenon, embora de forma menos sistemática neste momento.

Quando finalmente o SIM/Partenon se estruturou em meados de 1997, passei a acompanhar as PLPs formadas em suas atuações. Fiz algumas visitas ao local de atendimento mas, à primeira vista, a demanda pelos serviços do SIM/Partenon não parecia ser grande. A fim de ter dados comparativos, visitei o SIM de outra região, em funcionamento há mais tempo e tido como o SIM modelo, devido à sua grande demanda. Além disto, procurei as PLPs/Partenon que estavam mais atuantes em suas casas. Nestas visitas, tinha a intenção de compreender como elas percebiam as suas experiências no SIM. Associado a isto, gostaria de resgatar as suas concepções acerca dos direitos das mulheres e da cidadania.

Após um afastamento para o curso de mestrado, retornei a campo para implementar a etnografia para esta dissertação. Para esta fase da pesquisa, de abril a julho de 1999, orientei-me por questionamentos que vinham surgindo ao longo do meu contato com o grupo de PLPs/Partenon. Comecei a investigar a "circularidade" de elementos simbólicos entre diferentes "espaços semânticos" (cf. Ginzburg, 1995 e Comaroff & Comaroff, 1991), e a maneira como os valores simbólicos apropriados e ressignificados nesta circularidade

---

<sup>21</sup> Um dado importante a ressaltar aqui é que as três principais protagonistas da etnografia que empreendi para fins desta dissertação não se encontravam entre as 11 mulheres em que, por falta de tempo para contactar as demais, nos centramos. Ou seja, com o passar do tempo, o universo de PLPs atuantes foi-se reduzindo. Isto é fundamental pois dá indícios sobre a forma como se organiza e funciona este grupo político das PLPs. Mais adiante, discutirei detalhadamente as implicações desta forma de constituição do grupo.

informam e formam as visões de mundo que pautam a atuação das PLPs<sup>22</sup>. Estas questões levaram-me a colocar uma interrogação às análises acerca da atuação política das mulheres de grupos populares, recorrentemente caracterizada como reivindicações ligadas às funções femininas, legitimadas a partir de seus papéis de mãe e esposa. O que significa, segundo este ponto de vista, não estarem pautadas por um cunho feminista. (cf. Fernandes, 1994; Caldeira, 1987; Cardoso, 1983; Salem, 1981 e Blay, 1980). Estas diferenciações remetem à dicotomia movimentos de mulheres vs. movimentos feministas, estando o primeiro relacionado com as mulheres de grupos populares, e o segundo com mulheres de classe média – ou seja, mulheres intelectualizadas que compartilham de valores individualistas modernos (cf. Franchetto et al., 1981). Estas análises que privilegiam esta dicotomia não me pareciam dar conta da complexidade das experiências das PLPs com as quais me deparei em campo. Começa a esboçar-se um problema a ser solucionado pelo olhar antropológico relativizador.

Frente a essas questões, construí uma hipótese de pesquisa acerca da possibilidade da existência de um feminismo específico, oriundo da experiência de atuação política das PLPs, mulheres de grupos populares. Este feminismo "popular" estaria relacionado com a ideologia fundante da prática feminista da ONG Themis em questão, mas não exclusivamente. Há também outros "espaços semânticos" por onde circulam as PLPs, e que o influenciariam.

Desta forma, para compreender o significado da experiência destas mulheres, era necessário acompanhá-las nas suas atividades cotidianas – em suas casas e nas suas redes de sociabilidade – e nas atividades das quais participavam, como, por exemplo, as reuniões na ONG Themis, nos Conselhos Municipais dos quais faziam parte, nas reuniões da associação

---

<sup>22</sup> O conceito de circularidade aqui utilizado a partir da proposta de Ginzburg (1995) remete à idéia de que diferentes visões de mundo - de cultura - estão constantemente em contato, "um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo" (Ginzburg, 1995:13), onde os diferentes valores culturais que constituem estas culturas são, neste relacionamento, apropriados e ressignificados de acordo com aquelas visões de mundo. O conceito de espaço semântico que utilizo ao longo de minha análise é inspirado na definição de cultura utilizada por Comaroff & Comaroff (1991). Estes antropólogos definem o conceito de cultura como o "o espaço semântico, o campo de sinais e práticas, nos quais seres humanos interpretam e representam eles próprios e os outros, e conseqüentemente suas sociedades e histórias, [contendo] em si imagens, ações e mensagens potencialmente contestáveis e polivalentes. [Cultura] é, em suma, um conjunto em desdobramento, historicamente situado de significados em ação imediatamente material e simbólico, social e estético." (Comaroff & Comaroff, 1991: 27). Neste sentido, a noção de espaços semânticos pelos quais as PLPs circulam associa-se à idéia de que estas mulheres estão em contato com diferentes universos simbólicos e diferentes códigos sociais ao longo de sua prática política cotidiana, e que estão constantemente dialogando com estas diferenças. Assim, o uso do conceito de espaços semânticos vem a complementar o conceito de circularidade, posto que indica que as diferentes culturas possuem, dentro do espaço social, "sub-espaços" privilegiados os quais refletem o universo de valores que dá sentido às diferentes visões de mundo. Estes espaços possuem sentido e são impregnados de significados culturais. Trata-se, portanto de espaços sociais

de bairro, do Orçamento Participativo, entre outros. Como ponto de referência para as minhas observações elegi o SIM/Partenon, local onde as PLPs faziam os atendimentos. Isto possibilitar-me-ia apreender as suas concepções sobre relações de gênero, direitos da mulher e participação política, e assim chegar ao suposto feminismo "popular". Contudo, dados os "imponderáveis" inerentes à etnografia, as coisas não se deram exatamente desta forma. Assim, ao longo da pesquisa fui percebendo que a possibilidade de um suposto "feminismo popular" não era uma questão central na experiência das PLPs atuantes. Antes, ficava submergida pela riqueza de suas práticas políticas cotidianas que tive a oportunidade de presenciar. Desta forma, a pergunta sobre o significado atribuído por elas à sua forma de participação política se impunha de forma mais contundente.

### *3.2. O Retorno*

Em abril de 1999, iniciei os primeiros contatos para efetivar a pesquisa. Como estratégia inicial, pensei em conversar com a equipe da ONG feminista Themis e entregá-lhes uma cópia de meu projeto, para me situar no campo, já que estava afastada do grupo há algum tempo. Para mim, isto serviria como um rito de passagem: estava em Porto Alegre e iniciaria a minha pesquisa. A minha intenção era abrir mais um espaço de inserção junto às informantes, já que sabia que estas participavam regularmente de reuniões nessa instituição. Ledo engano.

A ONG estava passando por modificações na sua estrutura organizacional, como já apontei, e havia mudado a coordenação. Neste mesmo momento soube que o centro de referência escolhido para as minhas observações das atuações das PLPs, o SIM Partenon, estava fechado. Fui informada pelas técnicas da ONG de que o serviço havia passado por alguns problemas e havia sido fechado temporariamente. Assim, a partir daquele momento elas iriam fazer reuniões com as PLPs para uma nova tentativa. Pedi para participar dessas reuniões, pois elas seriam de grande interesse para o meu trabalho. Poderia acompanhar todos os passos da re-implementação do serviço e a organização das mulheres que me interessava pesquisar. As técnicas disseram-me que consultariam antes as PLPs para verificar se elas permitiam a minha presença nas reuniões.

---

eminentemente simbólicos, os quais contribuem para a ressignificação e dinamicidade dos valores culturais na

Frente a isto, fazia-se necessário lançar mão de outras estratégias para a pesquisa, pois não poderia esperar até que as coisas se ajeitassem. Decidi então "garimpar" as minhas informantes. Resolvi procurar aquelas que eu sabia terem estado à frente do SIM de maneira mais sistemática. A primeira visita a PLP Olívia<sup>23</sup> foi frustrada: não a encontrei em casa. Após alguns desencontros, finalmente conseguimos falar-nos. Conte-i-lhe sobre a pesquisa, dizendo-lhe que me interessava acompanhar as suas atuações nos trabalhos com a *comunidade* para poder escrever um livro sobre o assunto. Não imaginava que esta explicação sobre os objetivos da minha pesquisa seria tão sedutora como se mostrou ser. Ela interessou-se pela pesquisa e falou-me sobre os problemas no SIM; disse-me ainda que tinha uma outra coisa *muito mais interessante* para minha pesquisa: a associação de moradores da qual fazia parte. A diretoria de tal associação era composta só por mulheres; além de Olívia, participavam mais duas PLPs. Assim, fui a uma reunião de tal diretoria, mas esta inserção não se mostrou muito frutífera. Olívia estava desempregada e à procura de um novo trabalho, o que a deixava um pouco afastada destas outras atividades. Tentei outra via de acesso para a pesquisa.

Fui procurar algumas PLPs que moravam em outra vila. Busquei por Elvira e Alice, duas irmãs que também estiveram atuantes no SIM. Assim, numa tarde de abril, encontrei Alice sentada na pequena varanda de sua casa costurando algumas almofadas, situação rara, como pude verificar ao longo da pesquisa. No primeiro momento ela não me reconheceu, lembrando-se logo em seguida com largo sorriso. Esta se revelaria a inserção mais frutífera para minha pesquisa. Ficamos a tarde toda conversando. Ela falou-me sobre os percalços do SIM - cuja coordenação estava ao seu encargo - e de todas as reuniões e conselhos dos quais ela, Elvira e Anete - outra PLP - faziam parte. Dei-lhe a mesma explicação sobre minha a pesquisa. Ela abriu-me um largo sorriso e comentou: *Ah, o Partenon vai ficar famoso!*

Definitivamente a idéia do livro era por demais sedutora. E o mais surpreendente para mim é que o encanto desta sedução não terminou. Antes pelo contrário, parecia aumentar com o decorrer da pesquisa, passando a configurar em signo de status no contexto do trabalho, e marcando profundamente a relação pesquisador/pesquisado. Fiquei surpresa, por várias razões, pois não esperava esta imensa receptividade à idéia do livro. Explico-me.

---

sua circularidade.

<sup>23</sup> Os nomes utilizados aqui são fictícios. Mais adiante discutirei um pouco sobre a postura ética antropológica de preservar a identidade dos informantes.

### 3.3. O Livro como *Dádiva*

Uma das dificuldades que encontramos na pesquisa antropológica, principalmente na etnografia clássica, pautada fundamentalmente pela observação participante, é a de fazer os nossos informantes entenderem o que estamos fazendo ali, horas a fio junto a eles. Afinal de contas, onde está o gravador e o questionário? Não parece fazer muito sentido ficarmos horas conversando sobre coisas da vida cotidiana, da família, das fofocas da vizinhança<sup>24</sup>. Um elemento que importa salientar é que, de acordo com alguns autores, a cultura dos grupos populares urbanos é eminentemente oral, mesmo levando-se em conta a heterogeneidade inerente aos grupos sociais. Ainda assim, o caráter oral, marcado pelas narrativas e performances, é um elemento constituidor do universo simbólico destes grupos que marca uma distinção em contraste com culturas letradas, altamente escolarizadas (cf. Bourdieu, 1979 e Willis, 1991). À primeira vista, nestes contextos a escrita não parece ter muita relevância.

Devido a estes pressupostos, que carreguei comigo para a pesquisa, fiquei surpreendida ao ver que as minhas informantes propagandeavam aos quatro ventos que eu estava a escrever um livro sobre elas. A partir deste estranhamento, passei a questionar aqueles pressupostos, e buscar o significado da importância do livro para aquele grupo. Isto indicava uma pista a ser seguida, um indício sobre a circularidade de valores simbólicos culturais, sua apropriação e ressignificação. Passei, assim, a prestar mais atenção em outros signos da dita cultura letrada que apareciam ali. O que importa salientar é que o fato de eu estar a escrever um livro sobre elas teve influência na nossa relação.

A partir daí fui "adotada" por Alice, Elvira e Anete. Praticamente tomaram conta da minha pesquisa. Levavam-me a todas as reuniões de que participavam, apresentavam-me pessoas, indicavam-me algumas que consideravam fundamentais para a pesquisa e colocavam-me a par das últimas discussões que estavam acontecendo. Tudo isto por sua intermediação, como se pode notar em minhas anotações de campo na primeira reunião do Orçamento Participativo (OP) em que as acompanhei, em abril de 1999:

---

<sup>24</sup> Na minha primeira experiência de pesquisa etnográfica, junto a prostitutas de rua no centro de Porto Alegre de agosto de 94 a março de 96, esta dificuldade era recorrente. A saída que encontrei foi dizer que eu era estudante da faculdade e que estava escrevendo um livro sobre a vida nas ruas do centro de Porto Alegre. Contudo, isto nunca se mostrou muito importante para estas informantes. Antes pelo contrário, já que costumavam brincar comigo ao enfatizar que esta era uma desculpa "esfarrapada", pois na realidade o meu verdadeiro interesse deveria ser no aprendizado do *métier*. Assim que, neste contexto, o uso da escrita do livro como justificativa para a pesquisa não era muito valorizado pelas informantes.

Anete me colocou sentada em uma cadeira atrás de uma grande mesa que havia no espaçoso salão da igreja onde costumavam acontecer as reuniões da região. Logo em seguida, começou a trazer pessoas para me apresentar: *Essa é uma amiga nossa, antropóloga, que tá fazendo uma pesquisa com as mulheres na política*, dizia ela, praticamente mandando-me explicar minha pesquisa e agendar entrevistas. Eu não sabia muito bem como lidar com aquilo, e fui deixando os acontecimentos se desenvolverem. Antes de começar a reunião, eu estava conversando com um funcionário da prefeitura, encarregado regional do OP. Ele comentou: *mais uma pesquisadora pra nós...* Ao que retruquei: *Espero que elas sejam bem vistas!* Ele ri dizendo que sim, colocando-se à minha disposição. Anete, que estava por perto a escutar a nossa conversa, aproximou-se e entusiasmadamente disse, rindo e batendo com a mão em seu peito: - *E essa, fui eu que trouxe! Essa eu tenho orgulho e bato no peito, fui eu que trouxe!* Eu, meio sem jeito, sorri.

Logo em seguida, ela me trouxe um pedaço de papel, dizendo-me: *escreve direitinho aí todo o teu nome, de onde tu vem, o que tu é, e sobre o que tu pesquisa. Escreve também que quem te trouxe foi as Promotoras Legais Populares do Partenon.* Perguntei para o que seria, ela, como de costume, sem muita paciência para minhas perguntas, respondeu-me: *É que é assim que funciona, todas as pessoas de fora tem que ser anunciada quando começa a reunião, pra todo mundo saber quem tu é!* Fiz o que ela me pediu, entregando-lhe o papel. Ela pegou-o, conferiu o que escrevi e entregou-o ao coordenador da reunião.

Resolvi levantar-me e circular pelo ambiente para falar livremente com as pessoas, sem a intermediação de Anete e de Alice, que estavam sempre à minha volta. Quando me estava aproximando de um grupo de mulheres, Anete veio em minha direção e perguntou-me como eu estava indo. Brinquei com ela dizendo que estava aturdida com tantas novidades. Ela riu com ar de satisfação e, gesticulando com as mãos, disse-me: *Ah, mas é assim mesmo. Aqui tu vai ter que trabalhar. Eu sei bem o que é uma tese. Tem que ir a fundo. Por isso que quanto mais gente tu conhecer melhor...*”

Alguém a chamou e finalmente me vejo livre. Num pequeno grupo de mulheres que conversavam, reconheci uma que havia conhecido na reunião da associação de

moradores da qual tinha participado por intermediação de Olivia. Aproximei-me dela para cumprimentá-la. Sorridente, ela me apresentou sua amiga, dizendo-lhe que eu estivera na última reunião da associação, e contou-lhe sobre minha pesquisa. Alice chegou rapidamente ao meu lado, colocou o braço em torno do meu e disse-lhes: *Ela veio com nós, nós é que convidamo ela!* Puxou-me para que eu me sentasse ao seu lado, pois a reunião iria começar. Pedi licença às duas e fui sentar-me com Alice.

O Conselheiro do Orçamento Participativo do Partenon (COP), responsável por coordenar a reunião, deu início aos trabalhos da noite, apresentando algumas pessoas. Logo em seguida lê o papel que Anete lhe entregou: *Meus amigos, hoje temos aqui conosco um grupo de promotoras legais populares do Partenon (Anete me cutucou: Ó, agora é tu. Te levanta!) que trouxeram a pesquisadora Alinne Bonetti, mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina que pesquisa sobre mulher e política. Seja bem vinda na nossa reunião e na nossa cidade!*

Neste momento tive de me levantar, caso contrário Anete não me deixaria em paz. Senti meu rosto enrubescer quando todos se viraram e olharam para mim. Anete e Alice sorriam satisfeitas ao meu lado, rindo de meu visível constrangimento. (28/04/99)

Após esta "iniciação", tive uma certeza: aí estava a especificidade do meu campo. Não se tratava mais de estar em uma roda de mulheres, conversando despreocupadamente sobre coisas da vida, ou tomando café com bolachas na cozinha de uma informante e fofocando sobre os últimos acontecimentos da vila. Estava entrando em campo "minado". Era outra esfera, completamente nova para mim, fortemente marcada por disputas, tensões e negociações. Neste contexto, ser *amiga* de uma pesquisadora, ter uma antropóloga - por mais abstrata que pudesse ser esta categoria profissional para elas - interessada na sua atuação, acompanhando-as, parecia conferir-lhes um status diferenciado. Se por um lado não lhes parecia fazer muito sentido o meu interesse por coisas do tipo a maneira como conheceram o marido, quem lavava as roupas e limpava a casa ou ainda as minhas perguntas indiscretas sobre de onde saía o dinheiro que sustentava a casa, por outro pareciam ter a clara noção do que significava uma pesquisa e o alto valor simbólico que isto possui naquele meio. Coisas que eu, ingenuamente, não sabia e me foram mostradas por elas.

Um elemento que ajuda a relativizar esta aparentemente grande importância conferida à figura da pesquisadora e que também aponta uma resposta às "preocupações" da

antropologia pós-moderna acerca da autoridade do antropólogo (cf. Clifford e Marcus, 1986) é o fato de que as minhas informantes faziam questão de explicitar, ao mesmo tempo em que valorizavam minha presença, uma diferença entre nós. Creio tratar-se de uma explicitação do status social destacado e contextual de cada uma de nós, conformando uma hierarquia na qual elas detinham o status de maior valor. Estas explicitações foram recorrentes em todo o processo da pesquisa.

Ao chegar no plantão do SIM, encontrei-as conversando com um líder comunitário da região. Trata-se de uma figura de grande prestígio local, há anos ocupando este lugar de destaque. Cheguei silenciosamente e cumprimentei-os. Anete fez um muxoxo e não me deu muita atenção. O senhor logo perguntou quem sou. Anete explicou-lhe: *a antropóloga... lembra? A gente tinha falado pro senhor. Alice rapidamente passou o braço em minha cintura e continuou a explicação: é nossa colega, antropóloga, que tá nos acompanhando para fazer pesquisa dela sobre mulher e políticas. Ela é assim, fez o curso de promotoras com a gente, ia em tudo que é aula, recebeu diploma e tudo, só que é meia promotora, por que ela não é liderança como nós, não trabalha na comunidade. Daí ela anda com nós pra cima e pra baixo, só que as vezes ela não tem o fôlego da gente!* (19/05/99)

Ou seja, elas enfatizavam que mesmo eu sendo pesquisadora, vinda da faculdade - de meios altamente letrados - em determinadas situações de *nada me adiantava tanto estudo*, como costumavam enfatizar. Eram elas as mulheres que detinham o saber mais importante ali: a experiência, a prática vivenciada dentro da "comunidade". E o mais fundamental, elas se utilizavam deste jogo de trocas que parece ter-se estabelecido, no qual elas me davam a "permissão" de estar junto a elas, acompanhando suas atividades, e eu retribuiria com o tal livro. Ou seja, nada adiantava eu estar escrevendo um livro, se elas não me tivessem aceito. Quando percebi que era esta a troca implicitamente estabelecida, tive que redobrar meus cuidados.

Encontrei-me, então, num limiar: se por um lado esta abertura de Anete, Alice e Elvira me era favorável, já que elas me levavam a todos os lugares e estavam sempre preocupadas em me ajudar, por outro lado não poderia deixar que a minha presença ficasse associada à delas, pois poderia acarretar indisposições e fechamentos da parte de possíveis adversários

que me eram desconhecidos. Dali em diante, teria que ter muita cautela e extrema atenção, a fim de não sucumbir às disputas políticas que se apresentavam, em muitas das quais eu e o tal livro que estava a escrever eram recorrentemente utilizadas como uma arma de prestígio.

Definitivamente esta não foi uma tarefa tranquila. Mesmo com todos os cuidados, os meus silêncios e atenções não me pouparam a conflitos com as três informantes. Anete e Alice, principalmente, são mulheres de personalidade forte, beligerantes e por vezes dominadoras. Estavam sempre a cobrar minha presença junto a elas. Quando não aparecia em alguma reunião ou quando eu lhes anunciava que estava à procura de outras PLPs, imediatamente "me lembravam" que a pesquisa era sobre elas: *Não sei o que tu quer nessas reunião! Pelo o que eu sei, e a Fulana (técnica da Themis) nos falou, tu tá pesquisando as promotora do Partenon e nessas reunião não tem nenhuma promotora do Partenon! Pelo que eu entendi, nós é que temos o privilégio da pesquisa. Tu tem que ir onde a gente tá. Então, no meu entendimento, tu tem que ir na reunião de sistematização com nós e não na reunião da associação!*

Infundáveis explicações se seguiam. Falava-lhes sobre a importância de ter vários contatos para a riqueza da pesquisa e de conhecer diferentes experiências. Sempre salientava o detalhe de que se tratava de uma pesquisa com as PLPs do Partenon, porque era a turma cuja formação eu havia acompanhado. Mas isto não me impedia de ter contato com outras PLPs. Esta negociação era recorrente e, aos poucos, no convívio com elas, fui aprendendo a lidar com os seus temperamentos explosivos.

Um outro elemento relacionado com a idéia da escrita do livro sobre elas que se tornou um desconforto imenso para mim e que se agudiza agora, na escrita da dissertação, é o uso dos seus nomes. Quando me dei conta do valor que estava sendo atribuído ao livro, rapidamente enfatizei, reiteradas vezes ao longo da pesquisa, as questões éticas que norteiam a natureza da etnografia. Explicava-lhes que por estas razões, éramos obrigados a proteger a identidade dos nossos informantes, o que se traduz neste contexto na troca dos nomes verdadeiros das pessoas envolvidas na pesquisa.

### **3.4. O Uso dos Nomes: Revelar ou Não?**

Num dos plantões, numa ocasião em que havia acontecido um grande conflito entre algumas lideranças do local, Anete e Alice comentavam sobre o ocorrido com dois líderes comunitários, uma das partes da disputa. Enquanto eles conversavam, eu

anotava algumas informações, como era meu costume. Um deles, "Seu Fulano", virou-se para mim e perguntou: - *Minha filha, o que tu tanto caneteia aí?* Anete, sem esperar minha resposta, explicou: - *É pra pesquisa dela, ela precisa disso. Mas não se preocupe, isso vai pra Santa Catarina. Ela é sempre assim, vai escrevendo tudo o que a gente vai falando.*

Ele não se satisfez com a explicação e continuou: - *Quero ver se ela escreveu aí: 'Seu Fulano chamou a mulher de galinha!' A gente vai poder ver o que tá escrito aí?* Anete, posando de porta-voz, sentenciou: - *Só quando sair o livro dela.* Ele, meio desconfiado, retrucou: - *Mas como nós vamos poder ter esse livro?* Alice interveio, solucionando o impasse: - *Ela vai dar um xerox pra nós e daí nós passamos para vocês.* "Seu Sicrano", que até então escutava a discussão, opinou: - *O "Fulano" não entende essas coisas. Isso é assim mesmo, homi!*

Finalmente, consegui um espaço para falar e, aproveitando a deixa de "Seu Sicrano", argumentei: - *Pois é, mas tem uma questão que eu tô sempre explicando pras gurias, até já falei pro "Seu Fulano" noutra dia: é a questão da ética na pesquisa. Eu vivencio as coisas com vocês e escrevo. Mas no livro os nomes das pessoas não aparecem. É uma exigência da minha profissão. A gente tem um código de ética, para proteger a identidade das pessoas que a gente pesquisa. Vocês podem ficar tranquilos a esse respeito. Nenhum nome vai aparecer, os nomes serão todos trocados.*

"Seu Sicrano", com ar de cumplicidade, colocou: - *Ah, pois é. Só quem tava junto é que vai saber quem são as pessoas...* Alice, concordando com "Seu Sicrano", enfatizou: - *É, mas quem conhece vai saber quem é quem. Só nós vamos saber quem é.* "Seu Fulano", já parecendo mais satisfeito com as explicações, mudou de postura, convidando-me para conhecer os projetos que ele promovia na *sua comunidade*.  
(09/06/99)

Será que a mera troca dos nomes resolve o impasse ético? E as descrições, a contextualização, não acabam por se tornar muito mais reveladores, como "Seu Sicrano" e Alice me fizeram perceber? E onde, ou melhor, em quem se situa o "prurido" ético?<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Para uma discussão interessada sobre os impasses e dilemas éticos aos quais os antropólogos são recorrentemente expostos e sobre a cada vez maior atualidade deste debate, ver Santos (1998), Laraia (1998) e Menezes Bastos (1998), além de Arantes et al. (1992).

Refletindo sobre estas questões, concluo que se trata mais de um problema para mim do que propriamente para as informantes. A revelação das suas verdadeiras identidades não parece constituir um problema, antes pelo contrário, pareciam querer que seus verdadeiros nomes fossem colocados. Assim, vi-me em um impasse, o que dificultou imensamente o processo da escrita. Trata-se de uma opção que tive que fazer. Optei pela troca dos nomes.

Obviamente a responsabilidade pelo que foi observado, pelas interpretações e pela escrita é absolutamente minha. Trata-se do filtro de meu olhar sobre a experiência que vivenciei junto a elas. Contudo, este meu excesso de zelo, que pode até ser ilusório, como bem demonstrou Alice, servindo mais para aplacar as MINHAS ansiedades com o produto do meu trabalho, advém do compromisso com o tipo de antropologia que optei por fazer e as possíveis implicações que ela pode acarretar.

Trilhando um caminho analítico que visa a busca dos significados que constituem o fluxo da experiência social, é crucial que haja a constante explicitação dos contextos, descrições detalhadas que inerentemente são atravessadas por ambigüidades, incoerências e tensões, como nos ensina Geertz (1989). Ao fazer-se esta opção teórico-metodológica, assume-se imediatamente o risco da exposição demasiada tanto da própria vida dos pesquisados quanto das incongruências e falhas do pesquisador. Em se tratando de um contexto de pesquisa inerentemente conflitivo e pontuado de disputas e jogos de prestígio, como o é esta esfera pública das relações políticas, estes riscos assumem outra proporção. Neste sentido, não me parece excessivo lembrar que estou lidando com vidas reais, vidas de pessoas que possuem um lugar neste espaço público e têm expectativas sobre este espaço.

Creio que, quando se opta por este método, em qualquer contexto de pesquisa se enfrenta este obstáculo. Contudo, estas especificidades exigem-me um maior cuidado, para que o meu processo de interpretação e análise não interfira negativamente na vida destas pessoas. Assim, assumo o risco e procuro minimizá-lo através do artifício dos nomes fictícios. Se este não resolve inteiramente as questões éticas, pelo menos creio valer o esforço na tentativa de resolução.

### ***3.5 Lugares e diferentes personagens da etnografia***

Além de Alice, Elvira e Anete, consegui contatar outras PLPs. Encontrei Cibele, Carla, Eneida, Odete, Edna, Eleonor, Mirtes e Anelise, mulheres que se formaram na turma do Partenon, algumas das quais estiveram, num momento ou outro, atuando no SIM. Contudo,

no momento em que eu estava em campo, por diferentes motivos elas estavam afastadas. Consegui visitar Cibele e Carla em suas casas, e conversar sobre o curso, o SIM e as suas vidas. As outras, encontrava eventualmente, seja em reuniões do OP, em festas ou eventos em que estive durante a pesquisa. Não consegui manter um contato mais sistemático com elas, já que muitas trabalhavam e não estavam muito ligadas à atuação como PLP.

Em uma reunião na ONG, onde estavam presentes as representantes de outras regiões, conheci outras PLPs. Falei sobre a minha pesquisa e elas prontamente se colocaram à disposição, caso fosse necessário. Fui convidada a participar de reuniões da Associação de Promotoras Legais Populares de Porto Alegre então em formação. Das quatro reuniões de que participei, apenas em uma estiveram presentes Alice e Anete. Elvira não compareceu a nenhuma. Além destas, não havia mais nenhuma PLP/Partenon. As reuniões tinham quórum baixo, comparecendo em média seis PLPs das micro-regiões Restinga, Leste e Grande Cruzeiro. Apesar de não se constituírem como o foco principal da etnografia, o acompanhamento destas reuniões foram importantes para que eu me munisse de mais elementos comparativos na análise da experiência de Anete, Alice e Elvira, estas sim, o foco central da pesquisa.

Assim, acompanhei sistematicamente Alice, Elvira e Anete, que tomaram para si a tarefa de levar adiante o SIM, colocando-o em funcionamento sob outra forma. Na sua forma original, o SIM funcionava um único dia da semana, num único local, de preferência no centro da micro-região onde foi feito o curso de PLPs. Tendo em vista a dificuldade em se encontrar um lugar central, consensual entre todas as PLPs do Partenon, o SIM passou a funcionar três vezes por semana, em três diferentes locais da região. O que de nada adiantou, pois as outras PLPs não voltaram a atuar no serviço, pelo menos no tempo em que durou esta pesquisa. Havia algo a mais nesta desmobilização, mas eu ainda não conseguia entender muito bem o que era. Ouvia coisas aqui e ali, acusações à falta de interesse de algumas *colegas*. Fui juntando informações para poder compreender o que se passava. Levantei ao longo da pesquisa a hipótese de que se tratava de um modelo de segmentação do grupo que já existia desde o primeiro dia de curso, e que continuou a pautar as relações das PLPs no SIM<sup>26</sup>. Voltarei a este assunto mais detalhadamente no capítulo II desta dissertação.

---

<sup>26</sup>Utilizo o conceito de segmentação tal qual proposto por Evans-Pritchard (1993), inspirada pelo uso que dele faz Pontes (1986) ao comparar ao caso Nuer de Evans-Pritchard a constituição de pequenos grupos e a relação de disputa entre eles em sua etnografia sobre o SOS-Mulher de São Paulo. Evans-Pritchard forja o conceito de

Os primeiros plantões foram momentos em que eu, Alice, Anete e Elvira organizávamos os materiais de divulgação do SIM: cartazes e panfletos a serem distribuídos pela região. Elas estavam sempre a atribuir-me tarefas, dividindo o trabalho a ser feito comigo. Preparado o material, passamos a fazer a divulgação. Visitamos escolas, delegacias de polícia, quartéis da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Postos de Saúde, Empresas de Transporte Urbano, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e Associações de Moradores. Nesses momentos pude observar como essas mulheres agiam e interagem em diferentes contextos. Fui, assim, constituindo um corpus de dados sobre elas: as suas atividades políticas e as suas concepções sobre o feminino e o político.

Acompanhei ao longo da pesquisa dez plantões do SIM: um em abril, cinco em maio, três em junho e um em julho. Creio que devido às constantes mudanças na organização e localidade do SIM/Partenon, agora funcionando em três diferentes lugares, e talvez à propaganda não muito eficaz, não havia muita procura aos serviços oferecidos pelas PLPs. Durante o tempo da pesquisa, tive oportunidade de assistir a apenas dois atendimentos feitos nos plantões. Tratava-se de casos de encaminhamentos de documentação (registro de nascimento), de reconhecimento de paternidade e pensão alimentícia. Assim, os espaços dos plantões serviam basicamente como um momento em que conversávamos sobre as mais variadas coisas: comentávamos as reuniões do dia anterior, elas contavam-me coisas sobre suas vidas, colocavam-me a par das fofocas e disputas entre as lideranças comunitárias locais, discutiam os problemas do Orçamento Participativo e do SIM.

Em meio a estes plantões, presenciei uma grande disputa entre dois diferentes grupos de *lideranças comunitárias* numa das vilas em que elas faziam plantão<sup>27</sup>. Nesta ocasião, as três PLPs foram envolvidas e chamadas a tomar uma posição, sem nem ao menos serem moradoras do local. Parecem ter assumido um papel de "autoridade" com legitimidade e reconhecimento para opinarem. A disputa travou-se em torno do centro comunitário local e

---

segmentação a partir de suas análises do sistema político do povo nilota Nuer, a fim de explicar as disputas e fragmentações constituintes de um grupo político.

<sup>27</sup> Neste dia de plantão, quando cheguei Elvira lia uma reportagem recortada de uma edição daquela semana do Correio do Povo (um dos jornais gaúchos). Pergunto-lhe sobre o que lê e ela passa-me a reportagem. A matéria fala sobre uma invasão àquele espaço do centro comunitário onde elas faziam plantão. A invasão, segundo a reportagem, devia-se ao descontentamento de um grupo de moradores locais com a atuação de "Seu Fulano" e "Seu Sicrano" na gerência do centro comunitário. Em consequência disto, fala-se na possibilidade de afastamento destas duas figuras do centro comunitário. Pergunto o que significa aquilo e Elvira passa a relatar com detalhes o ocorrido. "Seu Sicrano" entra na sala e num tom de levante brada para nós: *Sábado, vai ter um reunião aqui. Às 13 e 30. E nós não temo pedindo, temo convocando vocês. Por que nós queremos apoio, por que essa turma de agitador vem aí e nós temo que juntá a nossa turma!* Passam então a discutir sobre o ocorrido.

acabou envolvendo - além dos líderes locais- alguns vereadores do PSB, PDT e PT, os médicos do posto de saúde, o delegado de polícia, o major da Brigada e a Secretaria Estadual de Saúde. Não acompanhei o desfecho do conflito, fiquei apenas com as versões do trio. Tratava-se, na realidade, de uma disputa local entre diferentes grupos políticos concorrentes que queriam dominar o centro comunitário. Este fato isolado parece-me interessante por ilustrar uma situação em que as três PLPs parecem ocupar um lugar de prestígio por terem sido chamadas a opinar e intermediar na tal querela. Ele sugere o lugar simbólico de destaque destas mulheres, pelo menos naquele momento.

Com o passar do tempo, e com o estabelecimento de uma relação de confiança entre as informantes e eu, tive acesso ao livro-ata do SIM, cujos registros remontam à sua fundação, em 1997. Anete aconselhou-me a fotocopiá-lo, para que eu *ficasse por dentro* de toda a história do serviço. Assim o fiz. Trata-se de um material riquíssimo, seja pelos dados que traz - situando o período em que acompanhei o SIM dentro de uma lógica cíclica marcada por fortes tensões entre o grupo, o que retomarei mais adiante - seja pelo significado atribuído a este livro, o que se pode notar pela natureza dos registros feitos, mais uma vez levando a pensar no contato entre diferentes universos simbólicos e no movimento de apropriação e ressignificação e valores daí advindos. Ou seja, elas apropriavam-se daquele livro-ata, entendendo-o como um documento de alto valor, que informa sobre o seu trabalho.

Contudo, os registros, antes de informarem prioritariamente sobre os atendimentos feitos e as ações empreendidas por elas nos casos, como seria de supor, trazem descrições detalhadas sobre o lanche que comeram no dia, os problemas enfrentados por elas na falta de recursos para o transporte diário para as suas diversas atividades, sobre os problemas domésticos que tinham, entre outras peculiaridades. Registravam, assim, o que dentro de seu universo de valores lhes parecia mais fundamental. É uma versão "nativa" de um diário de campo. Ao meu ver, este elemento é extremamente significativo, posto que corrobora a importância de que se reveste a escrita para este grupo de mulheres, tornando mais plausível a minha hipótese acerca da circularidade de valores culturais e a sua apropriação e ressignificação pelas PLPs atuantes.

### ***3.6. A Relação com a Política Institucional e o Campo Político Municipal***

Um outro elemento crucial que apareceu ao longo da pesquisa é a relação das informantes com a política institucional. Um fato a ser lembrado é que quando estas se

referem à atividade de PLP, enfatizam o seu caráter a-partidário. No entanto, em nenhum momento é possível dissociar a prática destas mulheres do contexto político mais amplo, pelo menos o municipal. A presença deste viés da política é freqüente nos seus cotidianos. Como já mencionei, o próprio espaço do SIM era palco de discussões e articulações sobre a política partidária. A ligação que têm com esta esfera é de longa data, ao ponto de Anete se caracterizar como *delegada nata* do Orçamento Participativo. Tanto Anete quanto Alice têm uma trajetória de militância em partidos políticos, ligadas a algum vereador. No momento da minha pesquisa, Anete, que antes era filiada ao PT, estava filiada ao PSB. Alice era filiada ao PT e a Elvira não tinha nenhuma filiação partidária, como costumava me dizer: *sou uma avezinha. Gosto de tá livre e ir pousando de galho em galho*. Contudo, até ao final da pesquisa este quadro mudou. Anete consegue trazer as duas para o PSB.

Ao entrar no último mês de pesquisa, em julho de 1999, fui-me afastando gradativamente de Alice, Anete e Elvira, ao mesmo tempo em que procurei entrevistar PLPs de outras regiões. Objetivava um distanciamento e estranhamento do grupo que vinha acompanhando, a fim de contrastar alteridades e, assim, ter um panorama mais geral da atividade de PLP. Fiz nove entrevistas com uma PLP/Restinga, duas PLPs/Leste, três PLPs/Cruzeiro, uma PLP/Navegantes, uma PLP/Norte. Além destas, entrevistei uma *liderança comunitária*, amiga de Anete, devido à sua insistência na indicação. As entrevistas tiveram um caráter aberto, seguindo um roteiro que percorria as suas histórias de vida, as suas atuações como PLP e as suas concepções sobre o significado de "ser feminista", questões que me foram suscitadas pelo processo da pesquisa. A escolha das entrevistadas seguiu o único critério de que houvesse pelo menos uma de cada região. Entrevistei, assim, aleatoriamente as PLPs que se mostraram mais disponíveis e que possuíam um envolvimento com os SIMs das suas regiões.

Além disto, neste último mês acompanhei duas das entrevistadas a uma reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM). Aceitei o convite devido ao fato deste órgão fazer parte do circuito por onde circulam as PLPs, e também por congregar mulheres de várias pertenças sociais, algumas das quais apareceram inúmeras vezes nas falas de minhas informantes, recorrentemente marcadas por uma distinção - ou seja, entre elas - as PLPs, *mulheres de base, mulheres pobres, mulheres populares*- e as outras - *mulheres de elite, madames*. Esta experiência mostrou-se interessante para a minha pesquisa, posto que atualizou pragmaticamente elementos sobre a articulação de uma identidade de gênero

específica das PLPs e os traços constituidores deste feminino. Naquele contexto, foram postas em relação diferentes alteridades que apontam para uma promissora hipótese: a identidade de gênero articulada pelas PLPs, antes de passar por uma identificação entre "irmãs" de gênero, a mulher, constitui-se a partir de um recorte de classe, de pertencimento social. Contudo, a complexidade desta questão não se esgota aí e está diretamente associada com os objetivos políticos das PLPs. Há ainda um leque de nuances que voltarei a discutir mais adiante.

Estas mesmas questões também surgiram no *Encontro de Mulheres do PSB*, evento organizado por Alice, Anete e Elvira, e que serviu simbolicamente como o encerramento de minha pesquisa. Trata-se de um evento no qual foi fundada a Secretaria da Mulher do partido e que tem um grande significado para o trio organizador. Esta era uma das *bandeiras de luta* "conquistada" pelas informantes dentro de um *partido machista*, como costumavam explicar-me. Uma delas, após uma disputa interna no partido, foi eleita secretária geral da Secretaria da Mulher do partido, fato que lhe confere um grande prestígio político: lidera um grupo formado por uma advogada, uma professora, uma assistente social, algumas estudantes e uma líder comunitária.

### 3.7. *Com a Cara na Porta*

Para encerrar este panorama geral da pesquisa, resgato ainda uma questão metodológica que me causou uma sensação de frustração, mas que, olhando-se por outro viés, encerra um importante dado, marcando melhor a especificidade destas mulheres. Partindo de alguns pressupostos sobre o cotidiano de mulheres de grupos populares urbanos, construí o meu projeto de pesquisa considerando como uma das etapas metodológicas a observação das suas rotinas cotidianas na esfera doméstica. Sendo este um pressuposto já naturalizado na pesquisadora, sequer o questioneei, daí a frustração. A única casa que conheci foi a de Alice, e mesmo assim de passagem, rapidamente e poucas vezes. Trata-se de situações em que estávamos saindo do plantão do SIM para alguma outra reunião e passávamos pela casa de Alice, que era de mais fácil acesso, seja para comer algo ou para pegar mais agasalhos para suportar o frio da noite. O cotidiano delas, pelo menos na fase em que as acompanhei, acontecia na maior parte do tempo fora de casa. Saíam de manhã cedo para os plantões e voltavam tarde da noite, após as inúmeras reuniões das quais participavam. Os nossos encontros eram sempre na rua.

E a observação das suas relações com a vizinhança, da organização doméstica, das coisas materiais que também são significativas quanto às suas visões de mundo, como ficariam? Não havia espaço para isto no tempo da pesquisa. Mas não estava satisfeita; tinha que resolver isto de alguma forma. Insisti e marquei uma "entrevista" com Anete, que "precisava" ser em sua casa. Após uma longa negociação, na qual ela tentava achar um horário em que estivesse em casa, a tal entrevista foi marcada.

No dia combinado, rumei ansiosa para o encontro. Qual não foi minha surpresa em dar com a "cara na porta"! Ela não estava e tampouco havia mais alguém na casa com quem eu pudesse conversar e, enfim, satisfazer minha curiosidade sobre o lugar onde Anete vivia. Deixei-lhe um bilhete e fui caminhar pelas redondezas, tentar encontrar a casa de Elvira, que parecia morar perto. Embrenhei-me pelas sinuosas ruelas de chão batido onde crianças brincavam ao sol de inverno de julho. Perguntei-lhes se sabiam onde Elvira morava. Elas não souberam responder e assim fui à sua procura, batendo de casa em casa. Enfim encontrei a casa de Elvira. Mas ela também não estava. Fui até à casa de Alice, na esperança de a encontrar. Mas o portãozinho de sua casa também estava fechado. Resolvi então voltar para casa e escrever o diário de campo sobre os "não-encontros" e a curiosidade insatisfeita. Mais tarde fui saber que Anete tivera de ir a uma reunião do seu partido em cidade vizinha a Porto Alegre, e que Elvira e Alice estiveram envolvidas com os preparativos para o lançamento da Secretaria da Mulher de seu partido.

Estes dados são, ao meu ver, extremamente significativos, posto que apontam para a especificidade do cotidiano destas mulheres. Em outras palavras, este "estar fora de casa o dia todo" marca a característica destas mulheres, que ao invés de estarem no espaço doméstico da casa ou, ainda, no âmbito da "comunidade" - que entre o universo cultural dos grupos populares urbanos é uma "extensão" da casa - elas estão circulando por espaços que transcendem o habitual. Ampliam o seu espaço social de circulação nas suas atividades políticas cotidianas. Assim, este dado parece-me fundamental por representar o significado da participação política para estas mulheres, que são muito mais públicas do que domésticas.

Não há, enfim, como se pressupor de antemão como será a pesquisa etnográfica. É no caminho que ela se vai construindo. Já em 1922, Malinowski em meio aos trobriandeses nos ensinava sobre as vicissitudes do trabalho de campo e a riqueza dos imponderáveis da vida cotidiana como partes fundamentais da etnografia. Assim, entre descaminhos, encruzilhadas e

ruelas sinuosas construí o caminho da minha pesquisa ao longo dos quatro meses deixando-me guiar pelo seu próprio desenrolar.

## CAPÍTULO II - DO CURSO DE PLPs À FORMAÇÃO DO SIM

---

Para se compreender a especificidade da experiência de participação política das PLPs atuantes, creio ser crucial reconstruir a etnografia do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares/Partenon que empreendi de abril a julho de 1996. Estes dados situarão o tipo de ideologia feminista com o qual as mulheres participantes do curso tiveram contato e com a qual estas mesmas mulheres, depois de formadas, dialogam e que utilizam de forma ressignificada, tanto na sua prática no SIM/Partenon, quanto nos diversos espaços do campo político no qual circulam. Além disto, a etnografia do curso nos fornece dados para compreender o perfil da turma de PLPs/Partenon formada, e a razão pela qual, na etapa da pesquisa de 1999, se encontravam atuando apenas três das 32 mulheres que compunham a turma de 1996.

Este capítulo divide-se em três momentos. No primeiro, procuro fazer um breve histórico do movimento feminista brasileiro, tomando como ponto de referência a década de 70, posto que é a partir desta década que se inicia o novo feminismo brasileiro, diferenciando-se do movimento sufragista do início do século<sup>28</sup>. Objetivo com isto marcar a especificidade do movimento feminista em relação ao movimento de mulheres, bem como situar a ideologia feminista norteadora da ONG Themis dentro deste cenário mais amplo. A partir disto, no segundo momento resgato a etnografia do curso de PLPs/Partenon a fim de analisar a ideologia feminista presente nos conteúdos trabalhados. O meu intuito aqui é o de ressaltar como as participantes do curso recebiam estes conteúdos, e a maneira como se estabelecia a relação entre elas e as advogadas feministas da equipe da ONG Themis.

No terceiro momento, apresento a turma de mulheres participantes do curso e a forma como se configurou o SIM/Partenon. Procuro salientar as particularidades que conformam o perfil da turma, com o objetivo de demonstrar como a sua configuração específica se reflete no funcionamento do SIM, reproduzindo uma forma peculiar de inserção no campo político. No que se refere à constituição do SIM/Partenon, objetivo dar especial atenção aos conflitos e

---

<sup>28</sup> Em Rago (1996) se pode obter maiores informações acerca do movimento feminista sufragista brasileiro do início do século XX

tensões que fundam a construção deste novo espaço de atuação política para algumas mulheres de grupos populares em Porto Alegre.

### 1. Movimento Feminista no Brasil: situando a ONG Themis

Tema que gerou e ainda gera debates no seio do próprio movimento feminista, a diferença entre este e o movimento de mulheres parece estar longe de ser consensual: qual é o englobante e qual é o englobado? Creio que esta falta de consenso se deva em grande medida à peculiaridade da história do novo movimento feminista brasileiro, particularmente na década de 70<sup>29</sup>. Este movimento emerge no contexto político da ditadura militar, e estando por isto muito ligado ao movimento de esquerda e aos movimentos populares<sup>30</sup>. A intersecção destes diferentes movimentos sociais resultam, num primeiro momento, no embaralhamento das fronteiras entre movimento de mulheres e movimento feminista.

Neste período da história política brasileira, mulheres de diferentes pertenças de classe figuraram como atrizes de diversos movimentos sociais. Mulheres de classe média organizaram-se no Movimento pela Anistia, motivadas pela defesa das suas famílias frente aos desaparecimentos dos seus membros pelas mãos da ditadura. O Movimento Contra a Carestia abrigou donas de casa tanto das classes médias quanto das camadas populares, organizadas pela Igreja Católica, que lutaram contra a alta do custo de vida motivadas pelos seus papéis de mães e esposas. As mulheres das camadas populares urbanas, ativas participantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e organizadas em associações de bairro, reivindicaram melhores condições de vida e moradia para a sua comunidade, local onde viviam as suas famílias, o que é caracterizado como uma "militant motherhood" (Alvarez, apud Soares, 1994:16). Em todos estes casos, as mulheres são levadas ao espaço público para reivindicarem algo que está ligado aos seus tradicionais papéis de mães e esposas, as guardiãs da coesão e do bem-estar da família. (cf. Blay, 1980; Singer, 1980; Filgueiras, 1984; Cardoso, 1983 e 1987; Caldeira, 1987; Lobo, 1987; Soares, 1994 e 1998).

---

<sup>29</sup> Autoras como Goldberg (1987) e Grossi (1998a) designam de novo movimento feminista brasileiro as mobilizações de feministas no Brasil a partir da década de 70, tendo como marco fundamental a Primeira Conferência Mundial da Mulher, em 1975 no México, organizada pela ONU. Este novo feminismo marca a sua especificidade pela ruptura com as lutas sufragistas femininas do fim do século XIX e início do século XX.

<sup>30</sup> Esta é uma característica bem particular do movimento feminista latino-americano como um todo, cujos países possuem uma histórica política semelhante em relação às ditaduras militares enfrentadas e os processos de redemocratização. Em Letelier (1997) e Alvarez (1998, 1999 e 2000) podemos ter um panorama das semelhanças entre os feminismos latino-americanos e das suas atuais situações.

Ou seja, o traço comum que aproxima esta "maternidade militante" é a luta por questões do cotidiano, reivindicações que não contemplam um questionamento direto sobre o lugar da mulher na sociedade.

Neste quadro de intensa participação feminina se insere a luta política pela redemocratização do país. Neste contexto, as feministas - mulheres de classe média, intelectualizadas, profissionais liberais - acumulavam uma "dupla militância": em partidos de esquerda e no movimento de mulheres/feminista. A sua atuação era voltada para uma prática de conscientização das mulheres das periferias urbanas, organizadas nos movimentos populares. O enfoque era a oposição ao regime militar "autoritário e capitalista", visto como a "fonte da opressão" tanto de homens quanto de mulheres do proletariado. Este era o feminismo aceito e legítimo, "o feminismo bom para o Brasil" (cf. Goldberg 1987).

Nesta perspectiva, a libertação da mulher seria uma consequência da libertação das "classes oprimidas". A palavra de ordem era a luta geral, e o engajamento considerado politicamente legítimo dava-se em prol da democracia. As questões colocadas por diferentes correntes do feminismo internacional, tais como a importância da construção de uma identidade feminina compartilhada por todas as mulheres e discussões sobre sexualidade e subjetividade, eram vistas como coisas de "burguesas alienadas" ou de "lésbicas raivosas". Neste contexto aparece o estereótipo negativo da figura da feminista, vista como uma mulher feia, mal-amada e que tem alergia ao homem (cf. Pinto, 1987; Goldberg, 1987 e Grossi e Miguel, 1995). É a partir disto que a máxima "não sou feminista, sou feminina" passa a ter uso corrente e entra no imaginário do senso comum. Segundo sugere Goldberg (1989), esta era uma forma de "conter" uma determinada corrente do feminismo, a radical, que propunha um movimento de "liberação da mulher" a partir da tomada de consciência da sua condição de subalternidade determinada pela sexualidade. Esta característica desta corrente do feminismo acabava por relegá-la à ilegitimidade, pois não contemplava a questão urgente para o país: a democratização.

Com a abertura política, pluripartidarismo e eleições para o Poder Legislativo nacional e local e para o Executivo estaduais e municipais, muitas das feministas que se engajaram na "dupla militância", migraram para os partidos políticos, pleiteando cargos nas eleições. Ao mesmo tempo, as questões das lutas específicas tornaram-se as bandeiras do movimento de mulheres/feministas. Surgiram vários grupos de reflexão e ação cujas preocupações eram: a situação da mulher na sociedade brasileira, a denúncia de sua posição subalterna, o aborto,

sexualidade, a violência contra a mulher, e, fundamentalmente, a forma tradicional de desempenho dos papéis femininos e masculinos, em busca de uma nova identidade para a mulher. Parece estar aqui o divisor de águas que marca a especificidade do feminismo em relação ao movimento de mulheres: a questão identitária. (cf. Pinto, 1987 e 1992; Grossi, 1988; Goldberg, 1989; Peirucci, 1999)

O movimento feminista procura, assim, construir uma identidade feminina que não reconhece as fronteiras de classe social, compartilhada por todas as mulheres, que tem por base a identificação de uma opressão exclusiva à mulher, como bem sintetiza Pontes (1986) :

o movimento feminista propõe-se a criar um novo laço social entre as mulheres e, para tanto, formula e apresenta, para o conjunto da sociedade e, em particular, para a população feminina, uma outra identidade, liberta e igualitária. Pretende, assim, atingir todas as mulheres de forma a despertá-las para o que há de comum no fato de serem mulheres. A opressão ganha nessa conceitualização um caráter 'universalista', pois supõe que, por trás das diferenças sociais, exista uma identidade feminina que se afirma pela interdição. (Pontes, 1986:26)

Contudo, este ideário de libertação feminina, de igualdade entre homens e mulheres e do reconhecimento de uma identidade comum, constituidor do movimento feminista, está longe de ser uma preocupação universalmente compartilhada pelas mulheres. Pelo contrário, é uma preocupação socialmente bem localizada, ou seja, é característica de mulheres de classe média, intelectualizadas, que compartilham de valores individualistas modernos.

Neste sentido, Franchetto et al. (1981) situam o feminismo como uma ideologia política típica da modernidade, cuja base ideológica se inscreve no ideário individualista moderno a partir de valores como igualdade, liberdade, racionalismo e individualismo. A partir desses valores, o programa feminista se constitui basicamente na luta contra a violência e a discriminação, na defesa dos direitos das mulheres, na promoção da saúde da mulher<sup>31</sup> e no seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos (Cf. Paoli, 1985 e Alves e Pitanguy, 1991)<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Tema de grande debate e luta entre o movimento feminista, a questão da saúde reprodutiva da mulher, a partir da inclusão do tema da sexualidade, influenciou políticas públicas. Emerge daí o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983. (Cf. Corrêa, 1993).

<sup>32</sup> Cabe ressaltar que não se trata de um bloco homogêneo. Vicent (1995), por exemplo, aponta pelo menos 5 tipos diferenciados: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo marxista, feminismo radical, feminismo pós-estruturalista ou pós-moderno e eco-feminismo. Goldberg (1987) analisa a influência e a disputa entre algumas destas diferentes correntes na constituição do novo feminismo no Brasil, inaugurado a partir da década da mulher (cf. nota 9) em 1975. Grossi (1988) nos fornece um panorama do movimento feminista em Porto Alegre, salientando a pluralidade de grupos feministas informados por diferentes correntes que conviviam no contexto gaúcho na década de 80.

Subsumindo as principais questões de discriminação de que a mulher é objeto, a luta contra a violência, segundo afirma L. E. Soares (1996), constitui-se como o signo político por excelência do movimento feminista no Brasil a partir da década de 80. Desde então várias mobilizações contra a absolvição de assassinatos de mulheres pelos seus cônjuges passaram a ter lugar na pauta do dia: passeatas, debates, seminários, de onde o conhecido slogan "Quem ama não mata" é forjado e passa a significar a luta contra a violência contra a mulher (cf. Barsted, 1995; Grossi, 1993; Heilborn, 1996). Com a abertura política, dá-se a entrada de feministas no Estado, o que marca uma especificidade na atuação do movimento: a busca de um diálogo pelo reconhecimento de igualdade no plano legal.

Em 1981, a partir da assinatura "Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres" das Nações Unidas pelo governo brasileiro, o movimento feminista passa a pressionar o Estado na busca de soluções acerca da problemática da violência contra a mulher. Conselhos de defesa dos direitos das mulheres são criados a nível federal, estadual e municipal, com a função de propor políticas públicas voltadas para a questão da mulher, e de fiscalizar e pressionar a ação do Estado nas suas realizações. Várias propostas são encaminhadas ao legislativo, sendo que as principais demandas são em relação a mudanças no direito de família e na legislação penal, a fim de que mecanismos legais fossem criados para coibir a violência doméstica (cf. Barsted, 1995).

É neste quadro de lutas feministas que se pode situar a luta pelos **Direitos Humanos das Mulheres**, que começa a tomar forma no Brasil a partir da década de 90. Esta é uma das atuais vertentes do movimento feminista brasileiro, que pode ser identificada na atuação de grupos como a ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e a ONG Themis<sup>33</sup>. **Direitos Humanos das Mulheres** é uma categoria política do movimento feminista que apareceu pela primeira vez na Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993. Ela ancora-se na crítica radical feminista, em âmbito mundial, ao caráter sexista dos direitos dos cidadãos (cf. Bonacchi e Groppi, 1994; Riot-Sarcey, 1994 e Fraise, 1995).

---

<sup>33</sup> A título de exemplo, registro as seguintes publicações oriundas destas ONGs feministas brasileiras, que fornecem instrumentos para a divulgação e defesa dos Direitos Humanos das Mulheres: **Guia dos Direitos da Mulher**, do CFEMEA, **Da Guerra à Paz - Os Direitos Humanos das Mulheres**, da Themis e o **Direitos Humanos das Mulheres Passo a Passo**, do CEPIA.

Esta crítica denuncia que tanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, por exemplo, apesar de serem calcadas em uma idéia de humanidade abstrata, têm como referente o masculino de classe social e etnias dominantes (cf. Barsted e Pitanguy, 1999) ou seja, "o homem ocidental, rico, branco e sadio" (CFEMEA,1994:4). A crítica feminista, portanto, ao denunciar este modelo de humanidade eminentemente masculino, chama a atenção para a especificidade dos direitos femininos que não são contemplados neste modelo<sup>34</sup>. Há assim um esforço em adequar as especificidades femininas aos Direitos Humanos e fazer valer estes direitos.

O recurso aos Direitos Humanos é uma estratégia de pressão encontrada pelo movimento feminista para a criação de políticas públicas de combate à violência doméstica, no sentido de a retirar do âmbito privado do lar e torná-la pública para assim responsabilizar o Estado pela proteção igualitária de seus cidadãos, homens e mulheres. A luta contra a violência contra as mulheres passa, assim, a ser uma luta pela cidadania plena das mulheres (cf. Jelin, 1994).

É nesta vertente que se enquadra a militância feminista da ONG Themis. A própria história da entidade, como afirma uma das suas fundadoras, é fortemente marcada pela luta dos Direitos Humanos. A concepção do curso de Formação de Promotoras Legais Populares parte da necessidade de discutir e ampliar o acesso à justiça nos casos de violações dos direitos femininos no que possuem de mais essencial: a violação dos direitos fundamentais da pessoa. Neste sentido, a proposta do curso é a de instrumentalizar as mulheres com noções básicas de direito a tal ponto que elas se reconheçam como sujeitos de direito/cidadãs, como se pode notar no excerto abaixo:

Convivemos hoje com um desconhecimento massivo das mulheres sobre os direitos que têm em todos os campos da vida, pública e/ou privada. Não conhecem pressupostos básicos de cidadania. (...) A desinformação sobre os direitos que lhes pertencem impede as mulheres de encontrar os meios para exercitar e defender o que lhes corresponde. Desta forma, as mulheres, (...) se encontram alijadas do acesso à justiça por esta ditadura da ignorância. (Minuta do projeto de Formação Jurídica de Promotoras Legais Populares, Themis, 1992)

---

34 Um exemplo desta crítica radical feminista à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão pode ser encontrada na postura ideológica de Irigaray, feminista francesa, quando afirma que "todos os slogans igualitários veiculam, a nosso ver, uma ideologia totalitária. Desta ideologia, o respeito da diferença entre os sexos pode nos guardar sem repressão nem mutilação de nossa identidade humana" (Irigaray, apud Pierucci, 1999:111)

Tendo em vista a atuação mais ampla da ONG Themis, a estratégia política feminista de enfatizar os **Direitos Humanos das Mulheres** evidencia-se ao se levar em conta os obstáculos legais do sistema jurídico brasileiro em se tratando de questões como aborto, violência doméstica e violência sexual. Na sua análise sobre o Direito Penal Brasileiro, Campos (1998) demonstra a ineficácia da legislação acerca da violência doméstica e sexual, devido a não constarem tipificados como crimes no código penal brasileiro.

Neste sentido, para que se possa fazer valer os Direitos das Mulheres dentro de um campo de ação limitado como este, a estratégia utilizada pelo Direito Feminista - do qual a Themis é uma das representantes -, é recorrer às instâncias maiores de defesa dos direitos da pessoa: a Constituição Federal e os Direitos Humanos. Esta estratégia política feminista objetiva, por fim, abrir precedentes na lei e com isto pressionar para que ocorram mudanças na legislação brasileira a fim de que sejam contempladas as especificidades de gênero. Ela permeia todo o trabalho da entidade Themis, e é facilmente identificável nos conteúdos do curso. Assim se abre a via de contato das mulheres participantes do curso de PLPs com a estratégia política feminista de ênfase nos Direitos Humanos, como procurarei analisar a seguir.

## **2. O Feminismo da Themis no Curso de Formação de PLPs**

O curso de Formação de Promotoras Legais Populares, consiste essencialmente num curso de instrumentalização acerca do Direito. Objetiva, portanto, dar informação às mulheres das camadas populares urbanas acerca dos seus direitos, bem como motivá-las a exigir que estes direitos sejam observados, nas mais diferentes instâncias das suas vidas cotidianas. A etnografia do curso permite-nos ver, num primeiro momento, as diferentes visões de mundo em embate; além disto, marca desde já a presença de determinados valores que aparecem nas falas das PLPs e que irão nortear a sua ação. No curso, a forma de abordagem dos temas do Direito parte fundamentalmente do geral (a história dos Direitos Humanos, por exemplo) para o particular (os direitos específicos das mulheres). Situadas as especificidades dos Direitos Humanos das Mulheres, analisou-se diretamente as formas como eles se desdobram no Direito, tais como o Direito de Família e os Direitos Reprodutivos, por exemplo.

Conjuntamente a esta parte mais teórica, foram apresentadas questões práticas - de que forma encaminhar vítimas de violência doméstica, questões referentes a pensões alimentícias, separações, testes de paternidade, orientação em casos de soropositividade, como fazer documentos, entre outras - com o objetivo de instrumentalizar as PLPs na sua

atuação nos seus bairros para a multiplicação de informações sobre os direitos das mulheres. Neste sentido, o da atuação prática, o primeiro ponto trabalhado foi a forma como se organiza o Estado e a Justiça, com o objetivo de familiarizar as PLPs com a estrutura do judiciário, *desmistificá-lo e torná-lo acessível à realidade destas mulheres*, como salienta uma das fundadoras da Themis.

Julgo importante salientar o fato de que no programa do curso não há um tópico específico para discussão sobre o que é o feminismo e sobre a sua história. A despeito disto o discurso ideológico feminista aparece subliminarmente nos conteúdos do curso e nas colocações das suas organizadoras ao longo das aulas. Devo lembrar, no entanto, que alguns elementos que se podem caracterizar genericamente como feministas também podem ser identificados nas colocações das participantes do curso. Contudo, há uma sutileza que diferencia as duas posturas, ligado ao meu ver, à diferença entre valores culturais dos dois grupos em questão, discussão a que retornarei ao apresentar os dados etnográficos.

Gostaria ainda de lembrar que esta análise se refere à terceira edição do curso de PLPs, a única que acompanhei sistematicamente. Neste curso, o programa de ensino organizou-se da seguinte maneira:

<b>PROGRAMA DO CURSO DE PLPs/PARQUEENON - 1996</b>	
<b>TEMA</b>	<b>QUANTIDADE DE AULAS</b>
Organização do Estado e Justiça	03
Direitos Humanos das Mulheres	04
Direito de Família	03
Direitos Reprodutivos	02
Violência Doméstica, Conjugal e Sexual	03
Noções Básicas dos Direitos do Trabalho	01
Discriminação Racial	01

No entanto, após esta experiência houve outras e com estas, tanto o programa do curso quanto a forma como foi ministrado se foram modificando, seja diante da especificidade de cada turma, seja pela própria acumulação de experiências da equipe da Themis<sup>35</sup>. No entanto,

35 Em 1998, a pedido da entidade, organizei um número dos Cadernos Themis - Direitos Humanos e Acesso à Justiça, sobre a experiência do curso de formação de Promotoras Legais Populares. Para tanto, empreendi uma "etnografia" nos arquivos da entidade, vasculhando todo o material didático, fichas das alunas de todos os cursos

o cunho ideológico feminista de base está presente em todos eles, bem como a marca definidora do tipo de militância a que se propõe a entidade.

O meu objetivo aqui é, portanto, analisar os conteúdos trabalhados no curso do Partenon e ressaltar o enfoque ideológico feminista que trazem, pautado pelo viés da luta pelos Direitos Humanos das Mulheres. Com isto procuro demonstrar o tipo de formação feminista que as PLPs receberam, e as tensões que surgem entre este tipo de ideologia, pautada por um ideário individualista moderno (cf. Franchetto et al, 1981), e a lógica norteadora da visão de mundo das mulheres que participavam do curso, por seu lado marcadas por valores que se situam mais próximos de um ideário holista, daquilo que Duarte (1988) define como "ethos relacional". Estas particularidades dar-nos-ão uma base para a compreensão das peculiaridades que pautam a atuação das PLPs pesquisadas e, assim, auxiliarão a explicitar a lógica norteadora de suas concepções de participação política. Para introduzir esta discussão, resgato uma situação que presenciei numa das primeiras aulas do curso, na qual já aparece uma certa tensão entre as diferentes visões de mundo dos dois grupos em contato:

Os temas referentes aos Direitos Humanos e aos Direitos Humanos das Mulheres foram os primeiros temas a serem tratados nas aulas do curso de PLPs/Partenon. Nesta aula, a professora da equipe da Themis propôs um exercício junto às alunas, a fim de que elas construíssem a noção de Direitos Humanos e, partindo desta, chegassem aos Direitos Humanos das Mulheres. Após discutirem as definições construídas pelas alunas, a professora feminista passou a enfatizar a especificidade dos direitos femininos, que seriam direitos atinentes somente às mulheres, como por exemplo os referentes à maternidade, contrastando-os com a generalidade dos Direitos das Pessoas.

Para demonstrar a importância dos Direitos Humanos das Mulheres, a professora evocou relatos de mulheres africanas e do leste europeu, da Bósnia por exemplo, as quais vivem situações de guerra em seus países. Trata-se de relatos que a professora tinha ouvido na Conferência de Pequim, China, da qual participou.

---

já feitos, comparando e analisando os diferentes materiais. Além disto, entrevistei as fundadoras e técnicas da entidade a fim de compor a publicação tendo em vista abarcar a evolução da metodologia aplicada pela entidade nos diferentes cursos, bem como mostrar a maneira como ela está condicionada pelo aprendizado da entidade

Visivelmente emocionada ao mencionar os casos, ela colocava em perspectiva o que são os Direitos Humanos e o papel da ONU naquelas situações. A turma parecia meio dispersa frente aos relatos; ouvia-se um rumor de conversas na sala. A professora, aumentando o seu tom de voz, insistia nos relatos a fim de sensibilizar a turma para a especificidade da situação da mulher naqueles contextos, que ao seu ver revelavam uma suposta desigualdade de gênero, enfatizando: *as mulheres são os seres humanos que mais sofrem numa situação de guerra e também na paz, mas são as que seguram a barra, as que mais resistem, formando redes de solidariedade*. Associou a isto a razão de ser do curso de PLPs: *o curso já é uma forma de resistência ao formar uma rede de mulheres! Só dessa forma as coisas se modificam. São as redes femininas de ajuda que irão realmente mudar!*

Ao meio da fala da professora, a maioria da turma já estava dispersa, novamente conversando entre si. As poucas que prestavam atenção ao seu discurso, passaram a perguntar como era a China. Logo em seguida foi feito um intervalo durante o qual as mulheres se espalharam pela sala em pequenos grupos, fumando, tomando cafezinho e comendo os biscoitos levados pela equipe da ONG. Neste meio-tempo, conversei com a professora, que num misto de decepção e indignação comentou comigo: *estas mulheres são muito frias! Nunca tinha visto um grupo tão frio assim. Quando eu falei nas mulheres da Bósnia, tive me segurar pra não chorar e elas nem se importaram!* Para a "consolar" disse-lhe que possivelmente o que a emocionaria, poderia não ser o mesmo que emocionaria as mulheres. Mencionei-lhe questões caras à antropologia tais como a alteridade, o colocar-se no lugar do outro, as diferenças de códigos e valores culturais. Ela, ainda meio desanimada, acabou por concordar. (08/05/96)

Já nesta primeira situação podemos notar a presença de alguns elementos norteadores da ideologia feminista da ONG Themis, aos quais parecem entrar em dissonância com a lógica cultural das mulheres do curso. As fundadoras da ONG Themis, "feministas históricas"<sup>36</sup> (cf, Grossi, 1998a), possuem uma trajetória na militância feminista que passa

---

com sua experiência empírica, junto às diferentes realidades das mulheres da periferia de Porto Alegre. Para maiores detalhes, ver Bonetti (1998).

<sup>36</sup> Grossi define as "feministas históricas" como "aquelas que participaram das mobilizações do período conhecido como a 'primeira década da mulher', entre 1975 e 1985, engajadas no movimento feminista 'autônomo'

fundamentalmente pela militância de esquerda e pela prática de conscientização das mulheres de periferia, como já havia mencionado. A própria construção da especificidade dos direitos femininos, a partir dos direitos humanos das mulheres, aponta para a iniciativa de despertar nas participantes do curso de PLPs a conscientização de uma identidade comum a todas as mulheres.

Os exemplos utilizados pela professora, oriundos da sua participação na Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, a sua emoção ao se lembrar deles e o seu discurso acerca das redes de solidariedade feminina, bem como o fato de centrar aí os objetivos do curso de PLPs, tudo isto evidencia a especificidade de um ideal de relacionamento entre mulheres, o qual Fox-Genovese (1992) denomina de "irmandade de mulheres (sisterhood)". Este ideal baseia-se numa "crença em diferentes concepções de justiça, política e moralidade, a partir de uma essência feminina que valoriza a vida, as relações pessoais, a moral, a reciprocidade e a comunidade" (Fox-Genovese, 1992:32). Este suposto relacionamento entre mulheres, que é baseado fundamentalmente na solidariedade, no afeto, na ajuda-mútua e no companheirismo, revela uma crença feminista na peculiaridade de uma prática política no feminino, a qual também se fundamenta nestes critérios, como bem identificou Pontes (1986) ao analisar a prática feminista no SOS-Mulher de São Paulo na década de 80<sup>37</sup>.

O espanto da professora diante da maneira "fria" como as participantes do curso reagiram aos seus depoimentos sobre as dificuldades das mulheres em situação de guerra vem a corroborar a sua crença num ideal de solidariedade tipicamente feminina. Aqui, a categoria frieza parece estar em flagrante confronto com a afetividade, a quase intrínseca emotividade feminina. Creio que a espontaneidade da reação da professora se deve muito a uma surpresa face a algo absolutamente inesperado, uma atitude que não fazia parte das suas expectativas,

---

há mais de 15 anos e que estão hoje na meia-idade. Estas mulheres, que no período da sua adesão ao feminismo, no final dos anos 70, militavam nas suas horas vagas em diferentes grupos feministas sem receber nenhuma remuneração, se tornaram progressivamente assalariadas da causa das mulheres. Este assalariamento deu-se de diferentes formas: tanto pela profissionalização de alguns antigos grupos autônomos que se transformaram em reconhecidas Organizações Não-Governamentais, quanto pela criação de espaços feministas em diferentes instituições, como no serviço público e na universidade." (Grossi, 1998a:5). Muito embora as fundadoras da ONG Themis não sejam propriamente mulheres de "meia idade", elas enquadram-se nesta definição, por estarem no movimento durante a primeira década da mulher, e também por se terem profissionalizado, estando atualmente vinculadas a uma instituição.

<sup>37</sup> Pontes empreendeu uma etnografia junto ao SOS-Mulher de São Paulo na década de 80, um grupo feminista voltado para o atendimento de mulheres vítimas de violência. Na sua análise, esta antropóloga desvenda a forma de organização do grupo, bem como a ideologia que norteava a sua prática. Ela identifica ali a crença numa forma de relacionamento mais solidário entre as mulheres.

como se se tratasse de algo completamente alheio a um conjunto de valores que conformava o universo feminista por ela compartilhado.

Julgo ser precisamente neste impasse que se evidenciam as diferenças culturais, à falta de caracterização melhor, entre os diferentes grupos de mulheres que estão em contato, o que parece ser inesperado dentro deste ideário feminista. A suposta "opressão de gênero", categoria nativa feminista para designar uma "opressão" específica sofrida pelas "mulheres do mundo", não parece ter um apelo significativo para as participantes do curso. Onde então ficariam os pontos de encontro entre estes dois universos simbólicos que estão em interação? Ou melhor, quais os pontos de reconhecimento de uma possível opressão de gênero dentro do universo das participantes do curso? As aulas sobre Direito de Família e violência parecem nuançar estas diferenças entre universos de valores, embora haja uma apropriação muito particular destas questões em cada caso, de acordo com os valores de referência de cada grupo.

### ***2.1. Direito de Família***

O item sobre Direito de Família foi dividido em três aulas. Na aula introdutória, ministrada pela advogada da Themis, o tema foi introduzido através de um panorama histórico da evolução do Direito de Família, centrando-se mais especificamente em questões sobre relações conjugais, diretamente ligadas às mulheres. A segunda aula do tema tratou sobre os direitos e deveres com relação aos filhos. Esta aula foi ministrada por um juiz convidado, especialista no tema desenvolvido. Na terceira e última aula sobre Direitos de Família, tratou-se diretamente sobre separação, divórcio e pensões alimentícias. Esta aula também foi ministrada por uma professora convidada, uma juíza especialista em Vara de Família que é corregedora do Tribunal de Justiça do Estado. Com relação à análise da etnografia neste ponto, me deterei em apenas algumas situações destas aulas, a fim de ressaltar o caráter feminista do curso e de demonstrar as nuances, os pontos de intersecção entre as visões sobre o feminismo e o feminino das diferentes mulheres que ali, no espaço do curso, estavam em interação.

Na primeira aula sobre Direito de Família, a Themis distribuiu exemplares do "Guia de Direitos da Mulher" do CFEMEA, bem como exemplares da "Constituição Brasileira", que foram apresentados às participantes do curso. Estas duas publicações

são caracterizadas pelas organizadoras do curso como os *instrumentos de trabalho das PLPs*, sempre incentivando o seu uso. No início da aula tratou-se da história do Código Civil Brasileiro de 1916, o qual a professora apresentou da seguinte forma: *um grupo de homens, brancos, adultos e ricos fizeram essas leis sem perguntar pra ninguém! Nesse código, as mulheres não tinham direitos.*

A professora continuou a sua explicação apontando que a primeira mudança nessa situação ocorreu apenas em 1962 com a criação do Estatuto da Mulher Casada, ou seja, somente 46 anos depois. Falou ainda sobre o Código Penal de 1940, sobre a CLT de 1943, comentando que *segundo a CLT, o marido pode pedir a demissão da esposa se o trabalho dela estiver atrapalhando o trabalho doméstico*. Neste momento, houve um intenso burburinho na sala. As mulheres comentavam sobre o *absurdo* da lei; e ouvi Valdeci, uma das participantes do curso, indignada, comentar: *Ah, o homem, dono e senhor!*

Aproveitando a animação das alunas, a professora continuou a falar sobre as leis que não concediam direitos às mulheres, falando na segunda mudança com relação a tais direitos: a lei do divórcio de 1977. Logo em seguida, a professora introduziu a terceira grande mudança no cenário das leis e garantias dos direitos das mulheres: a Constituição de 1988. Para exemplificar, pediu que alguém lesse algumas linhas sobre Direito de Família na Constituição Federal, centrando-se nos artigos 226 e 227<sup>38</sup>. Valéria interveio perguntando: *será que eles estavam bem conscientes do que fizeram?* Ao que a professora respondeu enfaticamente: *Claro que não! Estavam lá cinco mil mulheres pressionando os homens, adultos, brancos e ricos que decidem as leis no nosso país!* A partir disto, ela centrou-se no artigo 226, comentando em especial o parágrafo 8, dizendo: *Então, em briga de marido e mulher se põe a colher sim!*

De modo geral, as alunas pareciam interessadas na discussão, fazendo muitas perguntas. A professora incentivava a participação das alunas, perguntando:

---

38 Art. 226: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado", § 8: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismo para coibir a violência no âmbito das suas relações.". Art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Constituição Federal (1996: 102).

*Que mais que o Estado tem que proteger?* As mulheres respondiam: *segurança, saúde, educação, moradia, lazer, assistência.* Havia certas discussões paralelas entre a turma e apenas consegui definir a fala de Anete: *Não precisa dar a moradia, o Estado tem é que dar condições!* Aproveitando a deixa de Anete, a professora reforçou a importância do curso: *é isso aí, por isso o curso é importante! Vocês são muito importantes porque as leis precisam ser traduzidas para o dia a dia. Vocês é que vão fazer isso. Tem que ficar maquinando. Quando saem daqui não podem desligar a maquininha. Tem que continuar ligada, pensando!*

A discussão seguiu sobre regimes de casamento, separações e comunhão de bens. A professora perguntou: *Quem casou casado?* Algumas levantaram as mãos – julgo que apenas uma minoria. A professora continuou: *alguém aqui é casada com comunhão total de bens?* Valdeci respondeu positivamente. A professora passou a discorrer sobre este regime de casamento, que havia mudado em 1977, com a introdução da possibilidade de comunhão parcial de bens. As mulheres interessaram-se sobre o assunto, e passaram a cumular a professora de perguntas. Zenaira procurou informações sobre o seu caso: *Eu me separei em 94.* A professora perguntou se *de fato ou de direito.* Zenaira explicou: *nunca me casei, só vivemos juntos 11 anos, ele era separado. Como é que fica os nossos bens? Eu tô numa casa, ele num apartamento, tudo nosso...* Dirce, interessou-se: *Essa pergunta cabe pra mim. Também me separei assim!* A professora deu algumas explicações jurídicas e completou num tom jocoso: *Vocês querem é voltar pros maridos, isso sim. Esse negócio de não separar os bens...*  
(29/05/96)

Nestes fragmentos da etnografia do curso sobre as aulas de Direito de Família podem-se perceber alguns elementos da lógica feminista particular que ordena a concepção do curso de PLPs: a luta por leis que garantam os direitos humanos da mulheres, em especial na responsabilização do Estado pela prevenção à violência contra a mulher. A interpretação da professora acerca do parágrafo oitavo do artigo constitucional 226, ao enfatizar que *em briga de marido e mulher se põe a colher sim*, revela a tentativa de sensibilizar as PLPs em formação para a grande bandeira de luta feminista: a violência contra a mulher. Neste sentido, há uma tentativa em atribuir um significado específico a este fenômeno, ao salientar-se que a

violência específica sofrida pelas mulheres é algo que viola os seus direitos enquanto cidadãs e por isto, é algo que pede uma intervenção.

Do fato de a professora reiteradamente denunciar o grupo de *homens brancos, adultos e ricos*, como aqueles que definem as leis e comandam o país, podemos inferir que esta visão se prende a uma determinada representação do Estado e, extrapolando a interpretação, da própria política como "entidades" eminentemente masculinas, que excluem e ignoram o feminino (cf. Grossi, 2000)<sup>39</sup>. Em decorrência disto, passa a fazer sentido a valorização de um tipo diferenciado de ação política, agora no feminino, pautada pela solidariedade e pela afetividade, qualidades estas vistas como idealmente femininas. Este ideal, que incorpora as práticas feministas na máxima "o pessoal é político", mote muito utilizado no movimento feminista de maneira geral para marcar uma forma peculiar de inserção no mundo da política, é por vezes levado às últimas conseqüências, chegando a propor uma substancialização destas características como inerentes ao feminino, como bem demonstra Fox-Genovese (1992), além de introduzir obstáculos à própria prática política:

A dificuldade de desenvolver um debate político ocorre porque caímos, com freqüência, na personalização, ou optamos por silenciar ou evitar os conflitos. O fato de que o feminismo tenha incorporado e valorizado a dimensão do afeto na prática política tende a aplicar-se de forma totalizante, despriorizando outras dimensões desejáveis desta prática. Essa atitude muitas vezes complica a resolução dos conflitos, já que freqüentemente a divergência política é subsumida à trama dos afetos, evitando-se assim os debates de idéias." (cf. Correa et al, 1994:156 e 157)

Nestas situações etnográficas, estas características podem ser identificadas na atualização constante da importância do curso de PLPs como um espaço formador de redes de solidariedade feminina e na ênfase da significativa importância da pressão das mulheres no processo da Constituição de 1988.

No entanto, o hiato entre a professora feminista e as alunas parece não ser tão agudo aqui como na situação anteriormente analisada sobre o exemplo das mulheres da Bósnia. Aqui, o reconhecimento de uma possível opressão da mulher pode ser identificado em algumas posturas das alunas frente aos temas debatidos em aula. As reações indignadas das

---

<sup>39</sup> Esta antropóloga, ao refletir sobre a presença das mulheres na política representativa, argumenta que "no campo político imperam modelos reconhecidos enquanto 'masculinos' e aquelas mulheres, mesmo as sem medo do poder, parecem muitas vezes necessitar mostrarem-se excessivamente femininas para nele serem legitimadas." (Grossi, 2000:03). Neste sentido, pelo menos no mundo ocidental, a política está associada a atributos culturalmente relacionados ao masculino.

alunas frente a algumas leis que diferenciam negativamente a condição da mulher sugere uma postura mais próxima de elementos de um ideário feminista que luta pela igualdade entre homens e mulheres e direciona-se para a valorização da mulher enquanto sujeito de sua própria história (cf. Soares, 1998). Ao meu ver, o que faz aqui com que certos elementos feministas façam sentido para as alunas é o fato de estarem muito próximos de suas realidades cotidianas. Elas reconhecem-se nas situações relatadas, ao contrário do caso das mulheres da Bósnia por exemplo.

Dentro desta mesma lógica cabe a discussão sobre regimes de casamento e separação de bens empreendida nesta aula. Num primeiro momento, não pareceria fazer muito sentido esta discussão, já que a grande maioria ali não *casou casado*. O interesse sobre separações e os bens envolvidos nisto aparece frente às implicações pessoais de algumas alunas. Passa a fazer sentido quando as suas histórias se encaixam naquele quadro teórico esboçado pela professora. Estas apropriações significativas dos conteúdos do curso e do discurso feminista nele embutido fica mais evidente na aula sobre separação, divórcio e alimentos.

Nesta aula - a terceira sobre o tema - a juíza convidada falou sobre o artigo 226 da Constituição, colocando em perspectiva a concepção de família e casamento ali utilizadas. Ela apontou que *antes dessa lei tu era a amásia, a concubina e isso é super mal visto*. Neste momento Rafaela e Valentina riram bastante. Rafaela então perguntou: *e essa nova lei aí, que tá dando toda hora na TV, que saiu semana passada, sobre os namorados?* A juíza, então, falou-lhe sobre a nova Lei do Concubinato<sup>40</sup>. Ao ouvir atentamente as explicações da professora, Cibele, que possui sete filhos de quatro pais diferentes, rapidamente comentou: *Então eu tenho direito de monte! Vou começar a fazer uma lista e sair por aí pedindo meus direitos*. Anete, que estava sentada ao lado de Cibele, ponderou: *depende, se tu pega uma mulher que não deixa dividir os bens do marido...* Iniciou-se então uma discussão entre as duas, paralela à aula. Cibele, já investida de uma autoridade que a nova lei lhe garante, tentou encerrar a discussão: *não interessa, direito é direito!* Anete, não se contentou com os argumentos da colega e colocou: *comigo não, se tu pega uma mulher como eu*

---

40 Lei no. 9.278 de 10/05/96. Regula o parágrafo terceiro do artigo 226 da Constituição Federal. §3o. " Para efeito da proteção do estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento." Lei no. 9.278 de 10/05/96: artigo 1o. " è reconhecida como

*tu não leva nada. O cara pode até ter outras mulheres, mas que elas não levam nada, não levam.* Cibele, não conformada com a insistência da colega em contrariar um direito que lhe foi garantido, salientou: *mas o que tu pode fazer, mulher, é direito!* Anete insistiu e encerrou a discussão: *mas e queima de arquivo, pra que que existe?* Frente ao inapelável argumento de sua colega, Cibele calou-se, parecendo concordar com Anete. Aqui ficam evidentes duas posições antagônicas: de um lado, a amante que procura fazer valer seus direitos, e de outro, a da esposa, que luta para defender seus direitos, e para além disto, está de acordo com os atributos de mãe e esposa dentro de seu universo de valores, defendendo os interesses de sua família.

Neste meio-tempo, a aula prosseguia. A professora falava sobre direitos da concubina. Em voz baixa, Rafaela disse à sua irmã, Valentina e sua amiga Geci: *prestem atenção, esse é o caso de vocês!* A professora continuava a sua explicação, quando Cibele expôs seu caso: *Eu tô separada há 16 anos. Ele não quis me dar o divórcio na época e eu também não fiz muito esforço porque ele tava adquirindo umas coisinhas, sabe... Mas ele tá com uma mulher há 10 anos, como é que eu fico? A professora aproveitou o exemplo de Cibele e passou a falar em divórcio, enfatizando que: *se o homem ganha pouco, que nem dá pra sua subsistência, tá desempregado e a mulher ganha bem, ela tem o dever de ajudar o homem, é a igualdade pela qual nós lutamos, não é?* Rafaela e Valentina riram muito, e esta indignada reclamou: *meu deus, era só o que faltava!* (12/06/96)*

Neste fragmento da etnografia, parece evidenciar-se na postura das alunas tanto a reação acerca de temas que lhes são próximos, e que portanto passam a fazer sentido para elas, quanto o modo de apropriação particular que fazem dos conteúdos tratados no curso. Aqui, a nova lei do concubinato surtiu maior interesse na turma do que o tema sobre regimes de casamento, já que a grande maioria das mulheres ali não era casada legalmente. No limite, foi uma discussão trazida pelas alunas, que se situa eminentemente dentro de suas "experiências totais de vida" (cf. Geertz, 1998), onde os indivíduos, situados dentro de uma moldura social particular, passam a agregar e ressignificar valores advindos da experiência coletiva, social. Disto decorre que os universos simbólicos estejam em constante

---

entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua de uma homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família."

dinamicidade, combinando concepções e práticas "à medida em que indivíduos, ou grupo de indivíduos, tentam fazer sentido da profusão de coisas que lhes acontece." (Geertz, 1998:180).

A dupla atitude de Cibele enquadra-se neste quadro interpretativo, atualizando uma atribuição de significados eminentemente prática ao direito, como salienta Muniz (1996). Senão vejamos.

Ao deparar-se com as "boas novas" da lei do concubinato, Cibele reconhece imediatamente sua experiência no quadro apresentado pela professora, colocando-se aqui na posição de concubina. Dispõe-se a, a partir disto, fazer valer seus direitos junto a ex-companheiros seus. A discussão que entabula com Anete evidencia a rápida assimilação de valores de uma lógica outra, a da "letra fria da lei", que agora ganha sentido dentro de sua "experiência total de vida".

Ao mesmo tempo, o encerramento da discussão entre as duas revela a atualização de valores que conformam o seu universo social. Quando Anete dá a última palavra, esta atualiza elementos das suas vidas cotidianas que lhes são comuns: o modelo de feminino - a "mulher valente" - e a convivência entre a abstração da lei e uma forma de "fazer justiça" informal e eminentemente pragmática - a *queima de arquivo*. Neste sentido, os argumentos de Anete são por demais convincentes, frente à aquiescência de Cibele. Assim, logo em seguida, Cibele assume posição oposta na tentativa, agora, de também fazer valer seus direitos de ex-esposa.

Outro elemento que aparece neste fragmento e que julgo ser extremamente significativo, por atualizar esta apropriação prática do direito, é a reação das alunas frente à possibilidade de que a mulher sustente o homem, frente ao apelo da igualdade pretendida pelas feministas. O tom jocoso das alunas, rejeitando, por absurda, a ênfase da professora, revela que lhes parece inconcebível esta idéia, e aponta um limite para a possibilidade de igualdade entre homens e mulheres, a qual, bem entendido, não é de todo rejeitável.

Esta apropriação prática da lei como uma característica do universo simbólico das camadas populares urbanas encontra respaldo na análise de Muniz (1996) sobre as Delegacias Especiais para Mulheres do Rio de Janeiro. Esta antropóloga aponta um hiato entre a demanda das mulheres que utilizam a delegacia, oriundas na sua maioria das camadas populares, e o mundo jurídico formal, tendo em vista os diferentes entendimentos sobre direitos, que são forjados a partir de experiências de vida radicalmente diferentes. Para as demandantes, o direito aparece transvestido nos objetos que são o alvo da maioria dos conflitos que chegam nas delegacias. Esta forma particular de apropriação significativa do direito remete a um

"modo singular de aquisição de cidadania", que é pragmática e faz sentido a partir da lógica da vida cotidiana (Muniz, 1996:160).

Estas interpretações podem ser estendidas às formas pelas quais as alunas do curso de PLPs se estão apropriando e ressignificando o conteúdo feminista do curso. Esta mesma atitude pode ser verificada na discussão de outro tema bastante caro ao movimento feminista: a violência contra a mulher.

## 2.2. *Violência*

Tema caro ao feminismo, em especial, a partir dos movimentos da década de 80 no Brasil, a violência contra a mulher passa a ser um dos signos políticos da luta feminista, perpassando toda a sociedade (Cf. Heilborn, 1996; L.E. Soares, 1996 e Grossi, 1993). Vários grupos feministas no país criaram serviços de apoio às mulheres vítimas de violência, como os SOS-Mulher de São Paulo e Porto Alegre, por exemplo. Devido a estas experiências, creio que o próprio curso de PLPs e posteriormente os SIM encontram aí uma forte fonte inspiradora. A esta questão retornarei mais adiante.

Os benefícios, por assim dizer, deste grande movimento de denúncia da violência doméstica foram e são muito importantes. Contudo, ele trouxe consigo um ponto delicado, que pode ser resumido na cristalização da violência contra a mulher, ou seja, no processo de vitimização da mulher. Essa visão acerca da violência contra a mulher vem sendo questionada por alguns estudiosos. As críticas destes últimos dirigem-se às generalizações globais do fenômeno da violência e, em particular, contra a reificação da oposição homem-algoz/mulher-vítima, pela qual as relações conjugais concretas são veladas (cf. Gregori, 1992; Grossi, 1996 e B. Soares, 1996). Neste sentido, a argumentação gira em torno da mudança do enfoque centralizado na mulher enquanto vítima, para as relações conjugais onde as violências estão acontecendo. Assim, a proposta de análise passa a perceber cada situação de violência de forma contextual, através das mais diferentes experiências dos indivíduos dentro dos seus universos culturais de referência.

Uma certa dissonância entre as concepções de violência das advogadas feministas e das participantes do curso pode ser percebida no contexto do curso de PLPs. Estas diferenças apontam mais uma vez para uma apropriação particular do discurso feminista sobre a

violência por parte das alunas, que pode ser compreendida ao ter-se em vista sua "experiência total de vida".

Na aula sobre violência doméstica, a professora começou a discussão tentando construir este conceito, para com isto mostrar como as PLPs formadas deveriam lidar com os casos atendidos em suas regiões de atuação. Em casos de violência sexual, por exemplo, deve-se cumprir um "ritual": exame no IML, registro na delegacia, abertura de processo. O tema sobre a violência foi desdobrado em duas aulas. A primeira tratou especificamente da violência doméstica em termos gerais, e sobre que atos são considerados criminosos pelo código penal brasileiro. A segunda aula centrou-se na questão da violência sexual. Pontuou-se que esta, na legislação brasileira, é considerada um crime contra os costumes, e não contra a pessoa, fato este que tem uma implicação no tipo de pena cabível. Esta questão é uma das bandeiras de luta da ONG Themis, a partir de campanhas, abaixo-assinados para pressionar uma mudança na legislação, etc. Neste ponto, o viés dos direitos humanos das mulheres adotado pela ONG torna-se mais explícito.

As formas de abordagem dos temas nas duas aulas são iguais: partem do geral, da conceituação de violência, violência doméstica e violência sexual, junto à discussão com as alunas sobre o que é concebido como violência. Logo em seguida, são discutidos os tipos de crimes previstos no código penal brasileiro, e depois a orientação para os atendimentos de casos concretos na atuação no SIM. Detenho-me aqui em apenas uma das aulas, para a partir dela analisar o conteúdo feminista inscrito no conteúdo e na própria concepção da problemática e também na forma como as alunas reagiram frente às discussões, pontuando a diferença entre as concepções destas e da professora.

A professora dividiu o quadro-negro em duas partes. De um lado ela escreveu três questões: *O que é violência?*, *Que tipo de violência você conhece?* e *Como você sabe se está numa relação violenta?*. Do outro lado anotou: *uma palavra*. Após escrever, sentou-se com as pernas cruzadas em posição de yoga na mesa central, perguntando: *Quem sofreu situações de violência aqui?* Frente à pouca participação da turma, ela pediu às mulheres para dizerem numa palavra o que consideravam violência. Ouvia-se como respostas: *humilhação, medo, agressão, ameaça, opressão, angústia, estupro, ciúme, desrespeito, tristeza, discriminação, fome, vergonha, amor, assédio, doença, ódio, desemprego, pauleira, soco*.

A professora incentivava as alunas a reconhecer as suas histórias ali: *olhem bem pra essas palavras, que foram vocês mesmas que disseram. Leiam e reflitam. Nenhuma de vocês sentiu alguma coisa dessas em nenhuma vez na vida? Ninguém aqui tinha medo do pai ou da mãe? Isso é violência, quando se sente medo de falar até. É que, via de regra, a gente só se dá conta que estava numa relação violenta quando sai dela.*

Logo em seguida ela pediu exemplos de violência que ocorriam dentro de casa. Anete colaborou: *homem diz que a mulher saiu com outro, homem que dá na mulher.* Cibele: *homem que conta seus casos pra mulher e que expulsa a mulher de casa, violência psicológica.* Valéria: *família que bate no homem que chega bêbado em casa.* Valdeci: *agressão verbal, pai que sacrifica os filhos.* Cibele ajudou ainda, dizendo: *homem que acha que ele é tudo e a mulher nada.* Valéria sugeriu ainda: *homem que gasta o dinheiro fora de casa e deixa a família dele sem nada.* Anete interveio novamente: *homem que não deixa a mulher sair de casa!* Geci sustentou: *marido que obriga a mulher a fazer sexo quando ela não quer.* E ainda, Alice complementou: *dupla jornada de trabalho e trabalho forçado.*

Em vista das respostas das alunas, a professora perguntou: *e o homem que mata a mulher, assassinato, ninguém diz? Quem conhece casos aqui?* Oito mulheres levantaram o braço. Valéria retrucou: *mas têm as mulheres que matam os homens, né? Eu conheço alguns casos.* A professora perguntou: *Como a gente sabe que está numa relação violenta? Como a gente se sente? O que vocês acham? E o que a gente faz pra ajudar? Quando sabe que a pessoa está numa situação de violência e não consegue pedir ajuda? A lei trata disso? Onde está escrito? Quem sabe?* Anete afirmou: *No código penal.*

A partir disto, a professora passou a explicar a definição de crime como *os atos previstos no código penal com base no comportamento social.* Dito isto, ela passou a enquadrar algumas coisas que haviam sido ditas acerca da violência nos artigos do código penal. Logo em seguida orientou as alunas nas atitudes que devem ser tomadas quando uma pessoa sofre determinados crimes. A professora chamou a atenção para o fato de que se deve respeitar o *tempo da vítima*, salientando a *dificuldade em falarem que foram agredidas* e que nestes casos *extremamente delicados* as promotoras terão que ter paciência e saber orientar. (03/07/96)

Como poderíamos explicar a dificuldade das alunas em reconhecer-se nas situações de violência incentivadas pela professora? A professora, ao discutir o tema, lhe empresta uma aura de seriedade e cuidado, tratando-o como um tema extremamente difícil e delicado, marcado por regras de abordagem. Contudo, esta identificação e delicadeza com relação ao tema pretendidas pela professora não parece ser compartilhada pelas alunas.

Creio que a interpretação desta sucessão de interações entre a professora feminista e as alunas passe fundamentalmente por concepções diversas sobre o que é de fato considerado um conflito violento. Esta diferença de concepções acerca da violência marca experiências de vida absolutamente diversas, as quais irão definir o tipo de apropriação do discurso feminista sobre a violência contra a mulher que as PLPs atuantes farão. Conflitos violentos fazem parte do cotidiano das participantes do curso de forma recorrente. Tive a possibilidade de presenciar ao longo do curso várias conversas em que os temas centrais eram batidas policiais, brigas de traficantes, brigas entre marido e mulher, entre outras.

Numa das aulas, ouvi Anelise e Olívia brincando com Odete por ela não ter tomado uma atitude ao ver uma mulher ser espancada pelo marido. Anelise disse: *Que promotora legal, hein? Nessas horas é que tu tem que agir...* Odete, rindo, justificou-se: *Era de madrugada, eu tava dormindo, meu marido ouviu uns gritos, abriu a janela e me chamou. Eu cheguei na janela olhei e voltei a dormir, nem me lembrei que tô fazendo o curso.* Em meio ao assunto, Olívia comentou sobre uma batida policial que havia acontecido na noite anterior, perto da sua casa: *Mas eu também não fiz nada. Nem lembrei. Tu não viste Anelise? Um monte de brigadiano pegaram os guris que tavam num grupinho na esquina, quando eu vi tava o Gota no chão e os cara dê-lhe chute nele, juntaram todos e levaram. Só se ouvia os gritos.* Anelise: *Pois eu fiquei sabendo, levaram o Caio também.* Eu, me intrometendo no assunto, perguntei: *Quem é ele?* Anelise respondeu-me: *É o meu sobrinho, ele tava indo lá pra casa pra ver a novela das oito quando pegaram ele. Diz que só disseram pra ele: pra parede! revistaram e depois levaram. Diz que ele gritava: Avisem a minha tia! Mas que iam avisar nada. Depois ele contou que tiraram as roupas de todos, deixaram numa cela com um monte de gente, das 8 e meia às 3 da manhã, todos pelados, deram pau e depois que viram que a ficha dele tava limpa, soltaram.*

Eu, espantada tanto com a história quanto com o tom jocoso da narradora, perguntei, indignada: *Mas que horror! E não fizeram nada?* Olívia, rindo-se do meu jeito, disse: *Mas é assim, sempre tem essas batidas lá. Diz que eles tavam procurando o Tinha.* Eu: *É traficante?* Olívia fez que sim com a cabeça. Eu, meio assustada: *Tem muito tráfico por lá?* Olívia, surpresa com a ingenuidade de minha pergunta: *Mas por tudo!* Anelise, já rindo, comentou: *Mas coitados daqueles que ficam ali na esquina da tua casa, né Olívia? Os coitados são uns azarados. Quando eles cuidam a polícia de um lado, ela vem do outro e leva preso. Quando eles cuidam do outro, ela vem de outro.*

Eu, já meio sem graça de perguntar, coloquei: *Mas e soltam depois?* Olívia, na maior naturalidade: *Nem prendem, eles vem e pegam a cocaína com eles e depois deixam soltos.* Anelise: *É, eles só querem pegar o dinheiro dos traficantes.* Olívia: *Pois é, o Tinha diz que ele tava com uns quantos envelope de cocaína e os caras queriam ele. Só ouvi uma correria e uma gritaria.* Eu: *Mas e esses que levaram ontem, tinham alguma coisa?* Olívia: *Não, eles só tavam ali. São gente direita. Foi por isso que levaram eles preso, se eles tivessem alguma coisa tinham deixado eles soltos.* Eu: *E tu não fizeste nada?* Olívia: *Eu não, eu só fiz alguma coisa uma vez quando invadiram a casa de uma vizinha minha pra levar o filho dela. Entraram porta a dentro, tiraram o guri arrastado pelos cabelo de dentro de casa. Daí foram me chamar, foi toda a vizinhança pra lá, todo mundo começou a gritar, empurrar os brigadianos, mas não adiantou nada, levaram ele assim mesmo.* Todas deram risada. Eu, sem achar a menor graça naquilo tudo, imbuída de toda a minha formação humanista, crente na cidadania, perguntei: *Mas como é que vão entrando nas casas assim?* Anelise, rindo-se: *Ah, isso é assim mesmo. Eles cansam de entrar, atrás dos caras.* (19/06/96)

Qual a relação deste episódio com a aula do curso de PLPs sobre violência? A relação que estabeleço entre estas situações e a discussão empreendida pela professora na aula sobre violência doméstica situa-se nas formas diferentes como foi tratado o tema da violência. O meu intuito aqui é demonstrar que esta diferença no trato com as supostas situações de violência revelam uma experiência de vida radicalmente diferente entre as participantes do curso e da advogada feminista (e como mostra a situação, da pesquisadora também.). Pode-se

especular que, como no contexto das alunas do curso estes tipos de conflitos violentos, entre grupos de jovens, entre estes e a polícia, entre marido e mulher fazem parte do fluxo da vida cotidiana, para entender como as PLPs recebem o discurso feminista sobre o tema, teríamos de primeiramente levar em conta a convivência habitual com a violência no contexto dos bairros populares<sup>41</sup>. Ou seja, não se trata de algo muito extraordinário e de grande invisibilidade para as alunas do curso.

No contexto social das organizadoras do curso, a violência também está presente no cotidiano, porém de outra forma. Em seu contexto, talvez seja mais provável acontecer de seus vizinhos fugirem das agressões de assaltantes mais do que da polícia; ou ainda, que seus vizinhos sejam médicos, professores universitários, advogados, e não traficantes de drogas. O signo da violência dentro das camadas médias traduz-se nas infundáveis grades e cadeados de proteção contra os possíveis invasores. No bairro de camadas médias, os moradores são protegidos pela polícia do assaltante anônimo, um desconhecido; enquanto que na vila popular, os moradores têm que se proteger tanto do assaltante que tem um rosto familiar - o “filho da fulana”, de quem se acompanhou o crescimento em brincadeiras pelas ruas da vila - quanto da própria polícia.

A partir disto, pode-se depreender a maneira particular como a questão da violência contra a mulher pode ser significada pelas PLPs em formação. O tom jocoso com que Anelise e Olivia tratam da falta de lembrança de Odete frente ao espancamento de uma mulher pelo seu marido, e a justificativa dada por esta para o seu esquecimento, revelam uma familiaridade destas mulheres com estes tipos de acontecimentos. Será que em briga de marido e mulher se mete mesmo a colher? Podemos supor que tanto a “falta de lembrança” quanto o tom jocoso estejam ligados à forma como as relações conjugais e de gênero são vivenciadas naquele grupo, onde o feminino e o masculino têm diferentes e complementares atributos.

Parece haver um limite para o reconhecimento de uma identidade feminina comum entre as feministas e as alunas. Xavier (1998) analisa o lugar do homem dentro do discurso feminista da ONG Themis sobre a violência. O seu texto mostra a diferença entre as concepções sobre o tema, quando a pesquisadora contrasta os diferentes discursos: das fundadoras da entidade e de algumas PLPs da Restinga.

---

41 Fonseca (1993), descrevendo conversas com moradores desse mesmo bairro, alega que brigas, batidas policiais, mortes e tráfico de drogas são assuntos freqüentes que causam tanto excitação quanto espanto.

Contudo, estas mesmas situações também apontam para um incipiente movimento de estranhamento das PLPs em formação relativamente a este tipo de evento dos seus cotidianos. Nas suas declarações pode-se notar que elas associam à atividade de PLP uma certa obrigatoriedade de intervenção nestes acontecimentos. Ou seja, esta situação etnográfica traz consigo uma forma de apropriação do discurso feminista acerca da violência contra a mulher, a qual será negociada a partir do substrato de valores culturais que regem este grupo, resultando numa resignificação da questão da violência contra a mulher. Esta forma particular de se apropriar deste discurso feminista e colocá-lo em prática é visível na forma de atuação destas mulheres em seus atendimentos no SIM/Partenon. No contexto dos atendimentos, vê-se na prática como os conteúdos do curso são avaliados e relativizados pelas PLPs atuantes. Estes elementos serão objeto de discussão do terceiro capítulo; são cruciais para a compreensão da experiência de participação política das PLPs. Antes de entrar nesta discussão, cabe ainda mostrar quem são as PLPs e como se deu a organização e funcionamento do SIM, tendo em vista a peculiar configuração da turma de PLPs/Partenon.

### **3. As PLPs do Partenon: do curso ao SIM**

Como já mencionei anteriormente, os dados com que ora trabalho forma colhidos numa etapa de pesquisa anterior, quando acompanhei a formação das PLPs/Partenon de abril a julho de 1996. Naquela época, o universo de pesquisa era composto por 32 participantes do curso de PLPs<sup>42</sup>. Este grupo terminou o curso e recebeu o diploma de PLP, o que habilitou as participantes para a atuação como Promotoras Legais Populares. No entanto, apenas nove das 32 PLPs formadas estiveram em algum momento atuando no SIM, desde a sua implantação em 1997. Em 1999, durante o meu trabalho de campo para fins desta dissertação, deste grande grupo de PLPs formadas apenas três estavam atuando no SIM Partenon. Isto significa uma drástica redução no universo de pesquisa, cujo critério era o de acompanhar as PLPs atuantes

---

<sup>42</sup> Nos registros da ONG Themis, constam 37 mulheres inscritas para o curso de Formação de Promotoras Legais Populares na região do Partenon. Destas, cinco desistiram de acompanhar o curso.

no SIM/Partenon. Onde estavam as outras 29 PLPs formadas? Por que não se engajaram no SIM? Por que apenas três estavam atuando?

A fim de ensaiar respostas para estas questões e também contextualizar o universo de pesquisa desta dissertação, tornando compreensível a sua redução, pareceu-me necessário compreender as especificidades da configuração desta turma de PLPs, fortemente marcada pela disputa por um lugar de destaque dentro do leque de possibilidades oferecido pelo campo político comunitário do qual participam.

### 3.1. *As participantes do curso*

O grupo de PLPs/Partenon composto por 32 mulheres era considerado pela equipe da ONG Themis (tendo em vista as outras experiências) um grupo "grande". Elas situavam-se numa média etária de 40 anos de idade, sendo a maioria casada<sup>43</sup>. Possuíam, em média, três filhos, de variadas idades, sendo que a maioria deles concentrava-se na faixa etária acima de 15 anos. Eram mulheres com níveis de escolaridade diferenciados. A metade do grupo não tinha terminado o primeiro grau (das 32 participantes, 16 não havia completado a oitava série), mas todas são alfabetizadas, pois caso contrário não poderiam participar do curso.

É expressivo o número destas mulheres que trabalhava nas creches ligadas às Associações de Moradores dos seus bairros. Dentre este grupo, a atividade mais exercida dentro das creches era a de atendente, diretamente ligada às crianças. Algumas eram auxiliares administrativos, enquanto outras, poucas, ocupavam cargos de coordenação. O restante dividia-se na participação em grupos de *Geração de Renda*<sup>44</sup> - muitos deles

---

43 A mulher mais nova da turma tinha na época 16 anos de idade e a mais velha, 60 anos de idade. O termo casada, emicamente empregado, assume uma conotação peculiar: refere-se na maioria dos casos a uniões consensuais. Ou seja: mesmo constando no questionário aplicado pela ONG que 10 entre as 32 são separadas ou divorciadas, pudemos ver que naquele momento 17 delas viviam maritalmente com um homem (o seu marido). Poucas são as que se casaram formalmente, número que não pudemos estabelecer. Ouvi, em alguns momentos das aulas, algumas enfatizando - a título de diferenciação, creio eu - o fato de serem *casadas mesmo, no papel*. Pelo mesmo motivo, o número de solteiras também é difícil de precisar. Existem algumas que, mesmo constando em seu cadastro como civilmente solteiras, possuem filhos e marido, o que as faz recair na categoria de casadas, aqui empregada no sentido êmico. Estes dados apontam uma imprecisão e, no limite, uma eventual pouca importância dada aos formalismos da lei no que se refere às uniões conjugais. O que parece importar é o fato de as mulheres viverem com seus companheiros. O que faz sentido quando nos deparamos com o grande interesse destas mulheres pelas questões referentes à nova Lei do Concubinato discutidas nas aulas sobre Direito de Família no curso de formação de PLPs, anteriormente analisado.

44 Os grupos de Geração de Renda são projetos, em sua maioria, organizados pelas Pastorais da Igreja Católica local com o apoio de associações de moradores e da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) que visam a organização de trabalhadores a fim de, como o próprio nome diz, gerar renda para as famílias, em especial aquelas cujos membros se encontram desempregados. Cooperativas de costureiras, de

organizados pelas Pastorais da Igreja Católica -, em cargos nas associações de moradores, nos Conselhos Tutelares, na participação em diferentes conselhos municipais, em núcleos locais de partidos políticos e, também, na delegação do OP.

Este perfil geral das mulheres do grupo de PLPs/Partenon não é meramente casual. Já aqui se pode ter informações sobre o tipo de inserção destas mulheres nas organizações comunitárias e em redes sociais específicas. Trata-se de mulheres ligadas, direta ou indiretamente, à política comunitária nos seus locais de moradia. Esta característica, resumida pela ONG sob a categoria *lideranças comunitárias* (que só aparece como auto-referência de apenas algumas PLPs), é um critério valorizado na seleção das possíveis candidatas ao curso. Uma análise mais detalhada deste perfil geral revela, em meio a esta pretensa homogeneidade, uma diversidade interna ao grupo, a qual apresenta algumas regularidades.

### 3.2 Os sub-grupos

O grande grupo das 32 mulheres subdividia-se em pelos menos seis sub-grupos fortemente demarcados e concorrentes, os quais se organizam internamente a partir de um critério fundamental: a pertença à mesma vila. Dentro deste critério salienta-se um outro, de forte caráter unificador: as mulheres que pertencem a um determinado grupo fazem parte de uma rede social constituída seja por laços de amizade, seja por laços de vizinhança. Cada rede tem como referência uma mulher, que coincidentemente era aquela que possuía uma maior trajetória dentro do movimento de organização comunitária. Era esta mulher a responsável pela mobilização em cada uma destas seis vilas de sua rede de relações pessoais e/ou profissionais para o curso.

O grupo do **Morro da Cruz** era o maior deles, composto por dez mulheres. A referência deste grupo eram as duas freiras do grupo da Igreja Católica local: Valéria e Leocádia. Tanto Valéria quanto Leocádia eram as animadoras da Comunidade Eclesial de Base (CEB) local, organizadoras das Pastorais e Grupos da Igreja, além de ativas participantes do Orçamento Participativo. Leocádia, era inclusive, conselheira regional do OP. Foram elas a convidar Eneida, Madalena e Dirce para o curso de PLPs, pois estas participavam das Pastorais e dos grupos de Geração de Renda, coordenados pelas duas freiras. Dirce chamou a

---

produção de remédios caseiros a partir de ervas medicinais, de artesanato, de fabricação de pão são alguns exemplos destes grupos de Geração de Renda que me foram listados por algumas informantes.

sua vizinha Nair para curso, uma jovem mãe de dois meninos pequenos e grávida de uma menina, recém separada do marido. Madalena chamou para o curso Carla sua amiga de longa data, e a vizinha Giovana com sua filha Quitéria, uma menina de 16 anos, que costumava ajudar Madalena nas suas aulas de catequese aos sábados. Destas quatro, Carla é a única que possui algum tipo de trajetória dentro das organizações comunitárias locais: faz parte do Comissão Local Interdisciplinar de Saúde (CLIS) e é delegada do OP. Outra moradora, embora novata no local, é Cibele, vizinha de Nair e Dirce. Vinda de uma vila da zona leste da cidade, onde fazia parte da associação de moradores de onde já conhecia a Themis e o curso de PLPs.

Deste grande grupo que se formou no **Morro da Cruz**, apenas Nair e Cibele atuaram mais sistematicamente no SIM (desde a sua inauguração em 1997), ambas ocupando o cargo de coordenadoras do serviço. Já Madalena teve uma atuação mais esparsa, fazendo plantões no seu período de férias do trabalho. Na fase da pesquisa de 99, fui procurar por Nair e Cibele, que se encontravam afastadas do serviço, por duas razões: uma de ordem pessoal, e outra de ordem política. Nair afastou-se do SIM quando se casou novamente e teve o seu quarto filho. Estive várias vezes em sua casa e não a encontrei. Já com Cibele mantive contato. Ela estava mais voltada para outras atividades como o grupo de Geração de Renda que formou, a Cooperativa Habitacional da qual era tesoureira, e para a participação no núcleo petista local. Ou seja, Cibele encontrou outros canais de participação política.

O segundo grupo era formado por sete mulheres, moradoras da vila **Maria Conceição**. Este era o segundo maior sub-grupo dentro da turma do Partenon. No seu interior é possível identificar-se dois diferentes núcleos. O primeiro é composto por Selma, que parecia ser a referência para o grupo, sua filha Valdeci de 37 anos de idade, Linda e Mirtes, mulheres que estavam numa faixa etária média de 45 anos. Selma parecia ser a única que tinha algum envolvimento comunitário, participando do Clube de Mães da igreja local, do Comitê de Desenvolvimento da vila Maria Conceição e da Associação de Moradores. Deste núcleo, apenas Selma não participou em algum momento dos atendimentos no SIM Partenon; as demais, mesmo não tendo uma participação sistemática, estiveram envolvidas no serviço. O segundo núcleo é formado por três mulheres: Olívia, Anelise e Odete. Eram mulheres mais jovens, na faixa etária média de 35 anos, com filhos pequenos, trabalhando como atendentes de creche fora do âmbito da vila. Elas não tinham qualquer envolvimento com o movimento comunitário na época em que fizeram o curso, sendo levadas a participar por intermédio da

propaganda feita na vila. As três mulheres participaram ativamente no trabalho do SIM, sendo inclusive coordenadoras do serviço em determinada época. Após o curso, passaram a ir às reuniões do OP e na fase atual da pesquisa, apesar de estarem afastadas do SIM, estavam participando da diretoria da associação de moradores local. Além disto, neste ano encontravam-se filiadas ao Partido dos Trabalhadores, ativando um núcleo local de mulheres do partido, e afastadas das atividades do SIM.

Outro sub-grupo identificável é o da **Vila Comunitária**. Esta vila, embora esteja situada dentro dos limites geográficos do Morro da Cruz, parecia reivindicar uma identidade própria, girando em torno da pequena associação de moradores ali inaugurada e da creche a ela ligada. Era formado por quatro mulheres, e organizava-se em torno de uma figura central: Edna, uma proeminente pastora da igreja *Deus é Amor*. Edna tinha uma vasta trajetória dentro da política comunitária; na época do curso, era presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) - um cargo de grande prestígio entre os conselheiros tutelares - , fazia parte do Conselho Popular do Partenon (CPP), do Conselho do Orçamento Participativo (COP) e era delegada do OP junto com o seu marido Noel, o popular presidente da Associação de Moradores da Vila Comunitária por ele fundada. Edna levou ao curso a sua filha Raquel, de 22 anos de idade, assim como Taís e Nica, todas funcionárias da *creche particular, mas filantrópica* fundada por Edna. Destas PLPs formadas, nenhuma atuou no SIM. Na fase da pesquisa em 99, Edna tinha sido eleita novamente para o Conselho Tutelar da micro-região 4, e era delegada do OP.

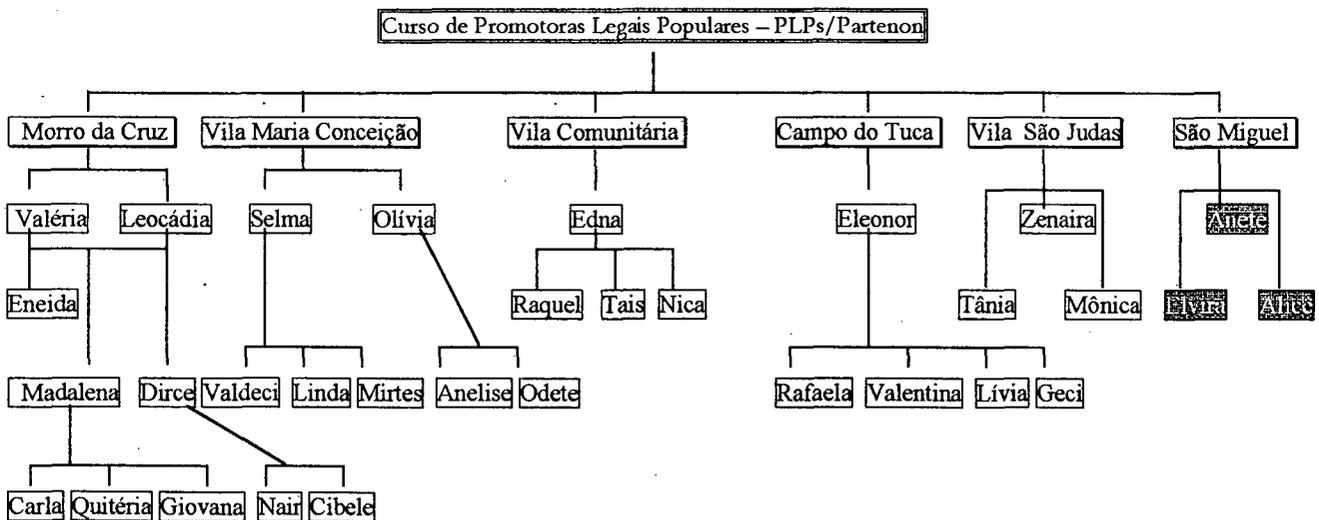
O grupo do **Campo da Tuca** é formado por cinco mulheres: Rafaela, Valentina, Lívia, Geci e Eleonor, sendo esta a que parecia ser a referência do grupo por ter maior destaque e anterioridade no movimento comunitário, tendo sido presidente da associação de moradores da vila, delegada do OP e conselheira tutelar. Além dela, apenas Rafaela e Geci apresentavam uma inserção neste campo. Valentina, irmã de Rafaela, e Lívia eram funcionárias da creche mantida pela associação de moradores local. Nenhuma representante deste grupo teve alguma forma de participação no SIM/Partenon.

Outro grupo identificável dentro da sala de aula do curso de PLPs do Partenon era o grupo formado por Tânia, sua sobrinha Mônica e sua colega de trabalho Zenaira. Somente Tânia e Mônica eram moradoras da **Vila São Judas**, localizada no Partenon. Elas souberam do curso por intermédio do local onde trabalhavam, o Sanatório Partenon, em cujas instalações foram ministradas as aulas do curso. Este pequeno grupo em nenhum momento

esteve ligado ao serviço e, terminado o curso, as pessoas não mantiveram nenhuma relação com o grupo de PLPs do Partenon.

O sexto subgrupo era formado por Anete, Elvira e Alice, moradoras da vila **São Miguel**. Anete era a referência do grupo e a única que, na época do curso, se definia como *liderança comunitária*. Das três, ela era a que possuía uma grande trajetória no movimento comunitário, participando da associação de moradores, CEBs, OP, movimento de educação popular, além de ser militante do PT. Elvira tinha uma trajetória de lutas políticas enquanto *vice-presidente da Associação de Esposas dos Praças da Polícia Militar (AESPOM)*, como se orgulhava em contar. A sua irmã, Alice, apesar de não ser casada com um brigadiano, militava junto com Elvira na AESPOM, inclusive participando das greves de fome. Diferenciava-se da sua irmã, por ser filiada ao PT. Todas as três estiveram presentes no trabalho do SIM desde a sua implantação. Na fase da pesquisa em 99, este era o grupo que estava à frente do SIM/Partenon, sob a coordenação de Alice. Desta forma, naquela fase da pesquisa, uma vez que este era o grupo em evidência no SIM/Partenon, escolhi-o para o acompanhar sistematicamente. Ele tornou-se o principal universo de análise desta dissertação com relação a forma de participação política. Em síntese, a configuração da turma de PLPs/Partenon pode ser vislumbrada no organograma abaixo:

Organograma dos sub-grupos da turma de PLPs/Partenon



Esta configuração da turma de PLPs/Partenon reflete o tipo de engajamento destas mulheres nas atividades do SIM, imprimindo um caráter bem particular à trajetória do serviço, como demonstrarei a seguir.

### 3.3. O SIM/Partenon

Dias após ter iniciado a minha pesquisa para esta dissertação junto a Anete, Alice e Elvira, tive acesso ao livro-ata do SIM/Partenon, com os registros do seu funcionamento desde a sua formação - em abril de 97 - até o momento de início das minhas investigações. Esperava encontrar ali o relatório dos casos atendidos nos dias de plantões. Mas qual não foi a minha surpresa ao deparar-me com o conteúdo da maioria dos registros feitos pelas próprias PLPs plantonistas. Os dados ali apresentados eram de uma riqueza tal que, para dar uma dimensão aproximada, recorro à comparação com o nosso *métier*: era como uma espécie de diário de campo nativo, como analisei no capítulo anterior.

Entre outros elementos já sublinhados anteriormente, o livro-ata traz o registro dos conflitos vivenciados no SIM/Partenon, consubstanciados em reclamações feitas acerca do comportamento de suas *companheiras* durante os plantões, na troca de acusações entre si (*falta de harmonia, de companheirismo*) e naquelas direcionadas a ONG, no registro do atraso das outras PLPs nos plantões, além de em desabafos das PLPs frente à inversão das suas expectativas quanto ao serviço.

Ao longo das atas dos diferentes plantões, pode-se ir acompanhando a configuração das tensões entre o grupo de PLPs atuantes que culminam em conflitos explícitos registrados no livro. Pode-se identificar a regularidade de um padrão de configuração dos conflitos: disputas entre os pequenos grupos de PLPs pela sua hegemonia na coordenação e pelo local de instalação da sede do SIM, que obedece o critério de proximidade de suas vilas de origem. São as irrupções das tensões que marcam as diferentes fases na trajetória do SIM/Partenon, as quais possuem uma característica bem peculiar: a preponderância de um grupo em destaque na atuação no SIM em detrimento de outro.

Os grupos em disputa são os mesmos identificados ao longo do curso, ou seja, são formados por poucas mulheres, moradoras da mesma vila e que mantêm uma relação de amizade entre si<sup>45</sup>. Assim, na última fase da minha pesquisa, os locais onde funcionava o SIM

---

45 Cabe salientar, a título de ilustração, que este mesmo padrão de disputa entre os pequenos grupos, a dominação de uns em detrimento de outros e a rotatividade dos grupos em destaque no SIM/Partenon é também encontrado tanto no SIM/Restinga quanto no SIM/Leste, aqueles que estavam em funcionamento na época do curso de PLPs/Partenon. Este dado foi-me relatado por uma técnica da ONG Themis, que emprestava ao relato um tom pejorativo frente a este modo de relacionamento entre as PLPs formadas, identificando aí um problema que deveria ser resolvido.

Itinerante eram próximos da *comunidade* onde moravam Anete, Alice e Elvira. Estas informações relativas ao modo de relacionamento entre o grupo de PLPs marcam a especificidade do momento em que se situa minha pesquisa, que para fins analíticos caracterizei como a quinta fase do SIM/Partenon. Antes de me deter nesta quinta fase, a qual denomino de **Itinerante**, vejamos o que caracteriza as fases anteriores, resumidas no quadro abaixo:

FASES SIM/Partenon		
PRIMEIRA FASE	abril - julho de 1997	Inicial
SEGUNDA FASE	julho - dezembro de 1997	Vila Conceição entra em cena
TERCEIRA FASE	março - dezembro de 1998	A intervenção da Themis
QUARTA FASE	Dezembro, 1998 - abril, 1999	A mudança de sede
QUINTA FASE	Abril de 1999 →	Itinerante

Identifico a primeira fase, que denomino de **Inicial**, no período de abril a junho de 1997. O primeiro registro da ata refere-se a uma reunião em casa da PLP Elvira sobre o projeto "Prazer de Ler e Escrever de Verdade"<sup>46</sup>. Nesta reunião estavam presentes, além de Elvira, as PLPs Anete (São Miguel), Nair e Cibele (Morro da Cruz). Ao longo destes meses, estas são as PLPs que figuram nos registros da ata, sendo que a sua atuação gira em torno do tal projeto. Neste período, o SIM/Partenon funcionou provisoriamente na sede da Associação Comunitária da Vila São Miguel (ACOVISMI), da qual Anete e Elvira fazem parte. Esta sede situa-se geograficamente próxima ao local de moradia destas PLPs, além de ficar ao pé do Morro da Cruz e, portanto, próximo das casas de Nair e Cibele. Alice não estava em Porto Alegre durante este período, somente figurando nas atas meses depois. As outras PLPs atuantes - as quatro mulheres da vila Maria Conceição - não aparecem na atuação nesta

46 O projeto "Prazer de Ler e Escrever de Verdade" foi resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a ONG Themis e o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e

primeira fase. E é exatamente com as tensões geradas pela chegada destas PLPs no SIM que se inicia outra fase, como se pode notar no relato de Olívia sobre a história do SIM, uma das quatro PLPs desta vila:

*Bem no início era lá em cima, na São José. A coordenação era a Anete, a Nair e parece que a Cibele também.*

*Alinne: Tá, mas como elas foram escolhidas?*

*Olívia: Elas tomaram conta por elas. Até então a gente não sabia que elas tavam atendendo lá em cima. Só na época do "Prazer de Ler e Escrever de Verdade... o projeto de alfabetização para mulheres, sabe? Só aí é que a gente começou (refere-se às PLPs da Vila Maria Conceição) a ir pra lá fazer plantão. Só que no primeiro dia já deu desentendimento. É que a Mirtes e a Linda (PLPs da Vila Conceição) ficaram responsáveis pelo plantão e daí foram e tava fechado, daí elas pegaram a chave e abriram. Daí a Nair veio e meteu a boca em todo mundo, dizendo: "Quem mandou abrir..." daí a gente já ficou meio arredia de ir trabalhar fazer plantão, logo de início já dá esse tipo de confusão, daí fica brabo... Mas depois disso a gente fez uma eleição. Foi até a Coordenadora da Themis que nos ajudou. Daí, por sugestão dela, é bom que na coordenação ficasse uma de cada zona. Isso, no início durava 6 meses, depois passava a fazer eleição de 3 em 3 meses. Daí na coordenação ficou a Elvira, eu e a Nair." (Olívia, 15/01/98)*

No relato de Olívia se pode notar um certo ressentimento pela exclusão de seu grupo da organização do serviço. Um primeiro indício está na ênfase da localização do SIM. Ela aponta como um lugar distante, longe de seus domínios, quase como um território estrangeiro. Neste ponto pode-se notar também a disputa pelo serviço, que se encontra tanto na sua ênfase dada ao desconhecimento de seu grupo do funcionamento e à idéia de que a coordenação foi "tomada" pelas outras colegas, das outras "zonas".

Parece estar implícito no relato de Olívia uma acusação, tomando-se o grupo em destaque no SIM como um bloco opositor que se articulou às escondidas. Parece-me significativo que o desentendimento entre as colegas de regiões diferentes não tenha sido resolvido entre elas; fez-se necessário um árbitro com uma autoridade reconhecidamente legítima para sua solução: a Themis. Com a eleição de uma nova coordenação, que garantiu uma parcela de poder para cada sub-grupo, inicia-se a segunda fase do serviço, denominada aqui de **A Vila Conceição entra em cena**, que vai de julho a dezembro de 1997.

No início de julho, é eleita a nova coordenação: Olívia (Vila Maria Conceição), Elvira (Vila São Miguel) e Nair (Vila Morro da Cruz). Neste momento Cibele já se encontrava afastada do serviço. As PLPs da Vila Maria Conceição fazem-se agora presentes no SIM:

---

Ação (GEEMPA) que visou a alfabetização de mulheres acima de 14 anos. Todas as PLPs de Porto Alegre

Olívia, Anelise, Mirtes, Linda e, eventualmente, Odete e Valdeci. No final de julho, o serviço tem de mudar de sede. Passa, assim, a funcionar no prédio de uma creche pública, de fácil acesso para todas as PLPs, embora se situe geograficamente mais próximo da Vila Maria Conceição. Durante este período, são registrados inúmeros conflitos entre as PLPs das diferentes regiões. Há várias queixas contra uma das coordenadoras - a representante do Morro da Cruz - que invariavelmente tematizavam um certo "abuso de poder": brigas pela chave da sala, pelo dinheiro do caixa do serviço, pela divisão de plantões, de tarefas referentes a limpeza e organização do SIM e dos vales-transporte fornecidos pela Themis<sup>47</sup>. É interessante notar que os registros queixosos eram feitos sobretudo pelas PLPs da Vila Maria Conceição. Em todas estas tensões, a equipe da Themis sempre era procurada para arbitrar os conflitos. Em outubro, entra em cena Alice, agora passando a atuar sistematicamente no SIM/Partenon. Os registros na ata vão até fins de dezembro, sendo retomados somente em março de 1998. Há, durante dois meses, um período de férias em que o SIM/Partenon não está em funcionamento.

Quando se retoma o funcionamento, em março de 1998, inicia-se a terceira fase do serviço, que dura até dezembro deste mesmo ano, e que denomino de **A Intervenção da Themis**. As tensões dentro do grupo em relação à coordenação do SIM se acirram. Entram em questão problemas relativos à ajuda de custo da Themis: reclamações sobre a falta de vales-transporte e sobre o dinheiro dos plantões. As PLPs passam a pressionar a ONG.

Assim, o marco fundamental desta fase se dá pela intervenção direta da ONG Themis, reformulando os moldes do serviço. A advogada é retirada, há um maior incentivo à autonomia das PLPs relativamente à ONG - na tentativa de que os problemas internos sejam resolvidos entre elas -, e há uma maior rotatividade nas coordenações, que passam a ser renovadas de três em três meses. Durante este período, verifica-se uma maior presença das PLPs da Vila Maria Conceição. As PLPs das outras vilas continuam a fazer os seus plantões, muito embora a sua participação torne-se menos sistemática.

---

estiveram envolvidas no projeto, sendo encarregadas da divulgação e inscrição das alunas.

47 A divisão de escalas dos plantões aparece recorrentemente como um dos grandes estopins de conflitos entre as promotoras. Cabe lembrar que a política adotada pela Themis para os plantões das promotoras inclui o pagamento de uma ajuda de custo, referente ao valor de uma faxina - na época em questão era a quantia de 60 reais, a ser dividida entre as duas plantonistas -, para aquelas promotoras que não possuem um trabalho formal, ou seja, não possuem carteira assinada. A justificativa da ONG para tal política assenta-se no fato de que muitas promotoras são diaristas e assim sendo, nos dias de plantão abandonariam as suas atividades remuneradas para estarem no SIM. Desta forma, o pagamento seria uma compensação pelo dia não trabalhado.

As PLPs são orientadas a formular projetos de atuação comunitária mais sistemática, como, por exemplo, organizar parcerias com as entidades da comunidade e promover palestras informativas sobre violência doméstica e direitos das mulheres. Ao longo dos meses, as tensões vão aumentando. O tom dos registros apontam as insatisfações das PLPs em relação ao serviço. No mês de dezembro, a crise eclode, com uma nova mudança de local. O prédio onde funcionava o SIM foi vendido, e as PLPs são obrigadas a entregar a sala onde funcionava o serviço.

Inicia-se aí uma quarta fase do serviço, que denomino de **A Mudança de Sede**. Esta fase tem duração de dezembro de 1998 a abril de 1999, e é marcada pela busca de um local consensual para os plantões do SIM. As PLPs da Vila Conceição, que até então estavam à frente do SIM, conseguem uma sala no Comitê de Desenvolvimento da Vila Maria da Conceição, no coração desta vila. As PLPs da Vila São Miguel não aparecem mais nos plantões. A procura do SIM cai vertiginosamente. Olívia e Anelise levam adiante o serviço.

O tom das atas é queixoso. Olívia, então coordenadora, registra: *estamos desanimadas com toda essa situação porque agora que o nosso SIM estava sendo reconhecido na Comunidade tivemos que mudar de sede, também porque as outras companheiras nos abandonaram. É com a união de todas nós promotoras que iremos ser reconhecida e respeitada na Comunidade*. Olívia insiste em chamar suas companheiras de volta ao SIM. Ao entrar em contato com Anete, esta responde-lhe que está fazendo atendimentos na sua região e que havia pedido uma reunião com a Themis para março, a fim de rediscutir o funcionamento do SIM.

Nesta reunião, mais uma vez a ONG é tomada como o árbitro da querela. Explicita-se o conflito e formam-se dois blocos que se confrontam: PLPs da Vila Maria Conceição vs. PLPs São Miguel. Há trocas de acusações entre os grupos e a disputa aberta é colocada em termos "territoriais" em relação à localização do SIM. As PLPs da Vila São Miguel recusam-se a fazer plantões dentro da Vila Maria da Conceição. A coordenação do serviço fica a cargo de Anelise e Odete, moradoras da Vila Conceição.

Não há mais registros de atividades no SIM/Partenon até meados de abril de 1999, quando é realizada nova reunião, agora por solicitação da Themis. Nesta reunião são tratados assuntos referentes à retomada dos plantões no SIM, procura de sede e nova coordenação. A nova coordenação eleita é formada por Anelise, da Vila Conceição, e Alice, da Vila São Miguel.

Mesmo assim não há um consenso entre as PLPs, e o serviço fica desmobilizado. Os registros na ata recomeçam somente em fins de abril, com o início do SIM Itinerante. Inicia-se aí a quinta fase do serviço, a **Itinerante**, a qual acompanhei. As PLPs da Vila Conceição saem de cena. O serviço fica agora nas mãos do grupo da Vila São Miguel: Anete, Elvira e Alice. Embora os grupos não estivessem mais em contato durante minha pesquisa, o grupo da Vila São Miguel não perdia uma oportunidade para explicitar a negligência de suas *colegas* para com o trabalho no SIM. Já nos nossos primeiros encontros Elvira e Anete faziam questão em deixar claro para mim a tensão existente entre o grupo:

*Elvira: Mas Alinne, tu nem sabe! Estamos enfrentando um problema sério com nossas colegas com relação ao SIM.*

*Anete: As gurias querem disputa de poder, disputa política. As PL não podem ter disputa de poder, a gente tem que trabalhar todas por uma mesma causa. Senão assim o trabalho não vai pra frente. Onde elas tão agora? Deveriam estar aqui. Por isso que as coisas não dão certo. Só as mesmas de sempre é que se envolvem com o trabalho e as outras só parecem no bem bom. Uma ou duas vêm (aponta para Elvira e para si), fazem o trabalho duro e depois aparece o "nós", "olha o que nós fizemo!" Aqui ó (faz uma figa com a mão), daqui pra frente vai ser diferente. Não vou ser boba mais, não vou passar as coisas também...*

Ou ainda quando reclamam da falta de demanda pelo serviço, relacionando-a com a falta de engajamento de suas companheiras na divulgação do SIM:

*Elvira: Alinne, não é que eu queira falar mal das colegas, mas o problema delas é que elas não querem sair da comunidade delas. Quando tem que fazer um trabalho fora de lá elas dão pra trás. Eu e a Anete não, a gente começou por aqui, mas nós vamos por tudo isso aí divulgar o SIM, lá no Morro, no Campo da Tuca, por tudo...*

Até o fim de minha etnografia, o grupo da Vila Conceição não voltou a engajar-se no SIM/Partenon, que estava então Itinerante. Ao procurar algumas delas, encontrei-as engajadas no trabalho da associação de moradores, participando da diretoria recém eleita, além de estarem iniciando na militância do núcleo petista local.

Desta forma, através desta trajetória do SIM/Partenon em seus dois anos de existência se pode perceber em primeiro lugar que o grupo que acompanhei em minha etnografia se localiza em um momento muito específico desta trajetória. Creio que a questão fundamental que permeia e marca a particularidade da forma de participação destas mulheres são as disputas pela coordenação do serviço, a partir da constituição de pequenos grupos, constituídos em média por quatro mulheres, que obedece a um critério básico: as relações pessoais entre si marcadas pelo pertencimento a uma comunidade.

### 3.4. Os lugares no campo político comunitário

Este padrão de relacionamento entre os pequenos grupos de PLPs do Partenon que disputam por um lugar de destaque no campo político comunitário, o qual fica evidente já na configuração da turma participante do curso, pode ser entendido através do conceito de segmentaridade utilizado por Evans-Pritchard (1993) ao analisar o sistema político do povo Nuer. Este conceito, que segundo o autor pode ser empregado na análise de qualquer tipo de grupo político, encerra uma das fundamentais características de um grupo político: uma tendência para divisões em pequenos segmentos, e um constante jogo de oposição entre eles, fruto dos constantes conflitos entre valores políticos. Acrescentaria que, no caso das PLPs, esta segmentação é também fruto dos diferentes objetivos e pretensões destas mulheres a galgarem degraus de poder neste campo político, e da disputa por um lugar de destaque num campo de extrema concorrência.

Este padrão de segmentaridade pode ser comparado às análises de Pontes (1986), que aponta a grande segmentação em pequenos grupos concorrentes dentro do SOS-Mulher de São Paulo na década de 80, e de Goldberg (1987), que ao estudar a constituição do movimento feminista no Brasil na década de 70 e acompanhar a trajetória do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro (CMB-RJ), coloca em perspectiva a grande disputa entre pequenos grupos ideológicos dentro do movimento feminista mais amplo.

Algo semelhante ao que identifiquei no SIM, no CMB-RJ de Goldberg, se nota o mesmo movimento de ascensão e domínio ora de um grupo, ora de outro na administração do centro. No caso do CMB, os pequenos grupos eram também formados por poucas mulheres, as quais tinham relações de amizade entre si e compartilhavam de um mesmo referencial ideológico, ou seja, diferentes concepções acerca do feminismo. No caso do SIM/Partenon, o elemento que unificava os pequenos grupos, além dos laços de amizade e relações pessoais entre as PLPs, era o pertencimento à mesma vila.

Este diferencial entre estas duas experiências aponta para a particularidade dos valores simbólicos que conformam os universos culturais dos grupos nos dois casos em questão. Saliendo o caso que interessa aqui analisar, as PLPs, o elemento unificador dos pequenos grupos - o pertencimento à mesma vila - denota a preeminência da *comunidade*, valor cultural altamente significativo no universo simbólico das PLPs, mulheres de grupos populares. Desta

comparação entre as análises de Evans-Pritchard, Pontes, Goldberg e o caso do SIM/Partenon pode-se inferir que as relações políticas se fundam prioritariamente nas relações pessoais e que, para além disto, a chegada a um suposto consenso só é possível a partir da configuração de pequenos grupos que compartilhem dos mesmos valores simbólicos.

Neste sentido, na configuração peculiar da turma de PLPs do Partenon pode-se notar a recorrência da formação de pequenos grupos que advém da constituição das redes de mulheres que participaram do curso de PLPs. Além disto, as mulheres que constituíam as referências destas redes eram as únicas que de fato possuíam o perfil valorizado pela ONG: uma grande trajetória no movimento comunitário.

A partir disto, pode-se aventar uma hipótese, associando esta conduta com outra que observei em outras instâncias da política comunitária de que estas mesmas mulheres participam. As mulheres participantes do curso que possuem uma trajetória no movimento político comunitário, como têm experiência de atuação neste campo, dominam seus códigos de conduta e lançam mão deles, atualizam-nos em outros contextos e, assim, garantem um lugar de destaque - o da liderança - dentre o grande grupo de mulheres. O domínio destes códigos e, sobretudo, o reconhecimento pelo grupo de suas "especialidades", faz com que seu capital simbólico seja maior e, portanto, com que tenham uma maior mobilidade na disputa por um lugar de destaque no campo político comunitário.

Como exemplo elucidativo, trago uma comparação entre a forma de conduta das mulheres participantes do curso de PLPs, que são as referências dos diversos sub-grupos, e a conduta dos delegados do OP que pude observar (vale salientar que muitas de nossas protagonistas são também delegadas do OP). Nas plenárias de votação do OP, é possível identificar pequenos grupos organizados, liderados por um delegado. Estes são os encarregados de chamarem as pessoas de sua região de atuação para irem às reuniões, a fim de escolher as demandas de sua comunidade. Obviamente, para que a demanda logre passar no processo de eleição, é necessário que esteja presente o maior número de votantes possível. É neste processo que se pode verificar a influência do delegado em sua região.

Este mesmo modelo de conduta pode ser comparado à lógica de funcionamento interno que encontrei na turma de PLPs do Partenon. Ou seja, aquelas mulheres que mais se aproximam da categoria abstrata *liderança comunitária*, e que por isto possuem uma trajetória na política comunitária, trazem experiências ali adquiridas e aplicam-nas no contexto do curso de PLPs. Além disto, revela-se outra característica, que se assemelha às análises de Pontes e

Goldberg: as relações políticas, ou melhor, o exercício de um papel político comunitário, passa, sobretudo, pelo estabelecimento de redes de relações pessoais, salientando-se a noção de pertencimento a uma mesma *comunidade*. Ou seja, trata-se da aplicação de um modelo que faz parte do cotidiano destas mulheres.

Desta característica fundamental se podem apontar algumas conseqüências, que tanto definirão o perfil das PLPs engajadas no SIM e o tipo de impacto do curso na vida de algumas mulheres quanto justificarão o fato de, no momento atual da pesquisa, poucas mulheres estarem levando adiante o projeto do serviço. Quais são as mulheres que de alguma forma se engajaram no SIM? Das que foram levadas ao curso por suas amigas militantes, poucas ficaram trabalhando no SIM; o restante desmobilizou-se.

Do grupo do Morro da Cruz, efetivamente ficaram duas, sendo que uma nunca tinha participado de atividades relativas a política comunitária, e afastando-se do serviço quando se casou novamente e teve um novo filho. A outra, já com uma certa trajetória em política comunitária, engajou-se no serviço por algum tempo, e afastando-se tão logo encontrou um lugar de destaque em outras atividades na comunidade. Do grupo da Vila Maria Conceição, efetivamente ficaram quatro mulheres, as quais não tinham nenhuma experiência de participação política comunitária anterior e, após o curso, passaram a dedicar-se a uma série de atividades neste campo. Ou seja, engajaram-se no SIM como uma possibilidade de seguir adiante no campo político comunitário. O pequeno grupo da vila São Miguel continua ativo até hoje, na tentativa de solidificar este novo espaço de atuação na busca por reconhecimento e legitimidade. As militantes mais antigas, aquelas que levaram as suas conhecidas para o curso, já possuíam lugares assegurados de destaque em outras áreas da política comunitária - seja no Conselho Tutelar, seja nas associações de moradores - e continuaram nestas mesmas atividades, não conjugando uma dupla atuação no SIM<sup>48</sup>.

Com esta análise, pretendo sugerir que o projeto de Formação de PLPs (tanto o curso de PLPs quanto o SIM) se configura como um novo espaço aberto para aquelas mulheres que ainda não têm um lugar de atuação conquistado no campo político. Desta forma, o SIM soma-

---

48 Este padrão de engajamento é também notado pela ONG Themis, que o acolhe e passa a trabalhar com ele: "constatamos que nem todas as alunas, após a conclusão do curso, se propõem a atuar nos SIMs. Preferem outros caminhos, como creches, associações de moradores, grupos de idosos, conselhos tutelares ou atuações individuais. Atualmente, contamos com a atuação de 50 PLPs; no entanto, formaram-se 150 alunas. Atuam nos SIMs 33% do grupo. Importante salientar que a Themis está também fortalecendo a atuação de PLPs, que passaram a atuar em outras frentes, como as que se elegeram conselheiras tutelares. Após a eleição deste ano (1998), 25% do Conselho tutelar de Porto Alegre passou a ser composto por promotoras legais populares. (Brum e Silveira, 1998: 35 e 36)

se ao Conselho Tutelar, ao Orçamento Participativo e aos partidos políticos na oferta de mais uma possibilidade de inserção no espaço público para mulheres que, seja por grau de escolaridade, de pertencimento de classe social ou mesmo de ethos cultural, estavam alijadas de determinadas vias de acesso à participação política e de mudança de status social.

Evidentemente, as diferentes motivações individuais para o engajamento destas mulheres nas mais diversas áreas do campo político não podem ser reduzidas à mera busca por melhores oportunidades de vida. Certamente há uma complexidade de fatores, que a análise tende a reduzir. Não obstante, sublinho o que me parece constituir a novidade do fenômeno social que acompanhei, ou seja, que a participação política de mulheres das camadas urbanas de baixa renda transcende a mera busca de soluções para reivindicações acerca de melhorias em sua comunidade, e motivadas pelos seus papéis de mãe e esposa como afirma a literatura sobre as mobilizações de mulheres nas décadas de 70 e 80, conforme apontei anteriormente. O que me parece inovador é a emergência de um tipo particular de participação política de mulheres das camadas populares urbanas cujo significado está, entre outras coisas, na possibilidade de realização de projetos pessoais via política comunitária, a qual constitui um dos inúmeros canais abertos no cenário político de Porto Alegre.

A partir desta hipótese, parece compreensível que de todo o grande grupo de 32 PLPs Partenon formadas, apenas nove mulheres estiveram envolvidas na atuação do SIM desde a sua implantação. No entanto, este envolvimento não se deu de forma sistemática. Ou seja, olhando-se para a trajetória do serviço, notam-se diferentes ciclos de participação destas nove PLPs. Estes ciclos caracterizam-se pela maior participação de algumas mulheres, e a menor participação de outras, associada aos diferentes locais de funcionamento do SIM, e por conflitos entre os diferentes grupos de mulheres e em relação à ONG.

No próximo capítulo, discutirei a forma de atuação destas PLPs no SIM/Partenon. A fim de marcar a especificidade do SIM, tendo em vista a ideologia feminista que informou a formação das PLPs que nele atuam, proponho uma comparação entre este serviço e o SOS-Mulher, um serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, oriundo do movimento feminista brasileiro na década de 80.

### CAPÍTULO III - DO SOS-MULHER AO SIM

---

Seriam as PLPs feministas? Ao longo da pesquisa, costumava ouvir minhas informantes definirem-se ora como *feministas*, ora como *femininas*. A princípio, esta dicotomia não seria de todo estranha se elas não opusessem fortemente à categoria "ser feminina" a categoria "ser feminista", atribuindo-lhe o sentido de *ter alergia a homens*. Em que se baseiam tão inusitados usos? O que pretendem com isto as PLPs atuantes? Creio que para tornar compreensível tal prática é necessário contextualizar a formação destas PLPs, pondo em perspectiva as peculiaridades da turma, o tipo de feminismo com o qual têm contato e como estes diferentes elementos definirão uma configuração particular de atuação destas mulheres.

O argumento que defendo ao longo deste capítulo é o de que as PLPs atuantes, mulheres oriundas de grupos populares urbanos que possuem uma experiência no campo político comunitário, encontram no curso de PLPs e na atuação no SIM mais um canal aberto na sua busca por um lugar de destaque no cenário político. Parto da hipótese de que o significado êmico de participação política está associado à possibilidade de mudança de vida e à realização de projetos individuais. Assim, a fim de alcançarem seus objetivos, as PLPs atuantes se apropriam de elementos de diversos códigos culturais com os quais entram em contato - seja no próprio curso oferecido pela Themis, seja nos espaços semânticos do campo político por onde circulam - ressignificando-os e aplicando-os na sua atuação política cotidiana de forma contextual.

Frente a isto, creio que uma das conseqüências deste fenômeno social que acompanhei é que a prática política das PLPs atuantes embaralha a já pouco nítida fronteira entre movimento de mulheres e movimento feminista. Este é o fio condutor deste capítulo: uma análise comparativa entre as práticas do SIM/Partenon e dos SOS-Mulher, a fim de salientar a especificidade das PLPs, ao colocarem em prática de forma ressignificada e contextual os conhecimentos feministas adquiridos ao longo do curso, analisados no capítulo anterior.

## 1. Do SOS-Mulher ao SIM: A Especificidade das PLPs

Os SOS-Mulher, que surgiram tanto em São Paulo quanto em Porto Alegre na década de 80, foram uns dos frutos da mobilização feminista em reação a "uma série de assassinatos ocorridos no início dos anos 80, perpetrados por maridos ou ex-cônjuges contra as suas companheiras" (Heilborn, 1996:93) e cujos réus eram absolvidos pela justificativa de legítima defesa da honra (cf. Sorj e Montero, 1985).

Os SOS-Mulher que refiro têm as suas particularidades, mas em linhas gerais foram concebidos como entidades de apoio às mulheres vítimas de violência, embasada numa prática feminista de conscientização das mulheres acerca de sua condição de oprimidas com o fito de fazer com que reconheçam uma experiência comum entre si, de maneira a criarem-se laços de solidariedade e mútua-ajuda para com isto resolverem juntas seus problemas. Este era o objetivo do SOS: a conversão das mulheres ao feminismo. No entanto, as coisas não se passam desta maneira, e ambos os serviços duram exatos três anos. Cabe ressaltar que a clientela preferencial consistia em mulheres das camadas populares urbanas, que iam ao serviço em busca de ajuda.

Como já havia sugerido anteriormente, creio que tanto o projeto de Formação de Promotoras Legais Populares quanto o projeto de implantação do Serviço de Informação à Mulher, concebidos pela ONG feminista Themis, têm nas experiências dos SOS-Mulher as suas fontes inspiradoras. A ONG Themis caracteriza tanto o projeto de Formação de PLPs quanto o SIM como um dos projetos "mais expressivos de combate e prevenção à violência doméstica e sexual no Brasil." O objetivo da Themis em implantar o SIM parte de uma vontade de "democratização do saber jurídico [neste sentido] entendemos que as promotoras legais populares podem desenvolver ações educativas e de ajuda e solidariedade. Ações que devem estar organizadas de forma coletiva para potencializar os resultados, junto a mulheres em situação de violência e extrema pobreza". (Cf. minuta do projeto de implantação do SIM, de outubro de 1996.)

A partir deste objetivo, as PLPs no SIM estariam capacitadas a desenvolver as seguintes atividades: "orientação e encaminhamento às mulheres sobre direitos básicos de cidadania, grupos e reuniões de estudos e debates sobre temas de interesse da comunidade, ações e campanhas públicas e atendimento jurídico e resolução de conflitos." Como já mencionei anteriormente, o serviço configura-se pragmaticamente no espaço de atuação das

PLPs dentro de suas comunidades. Ali, elas recebem as mulheres demandantes do serviço, provêm informações sobre seus direitos e, de acordo com cada caso, fazem os encaminhamentos necessários. O SIM/Partenon foi inaugurado em meados de 1997 e tem uma trajetória peculiar, marcada pela constante mudança, quer de sede, quer de coordenação e corpo de atuantes, como apontei acima.

Através da literatura sobre os SOS-Mulher de São Paulo (Gregori, 1991 e Pontes, 1986) e o de Porto Alegre (Grossi, 1988), podem-se perceber certas semelhanças básicas entre aqueles serviços e o SIM. Contudo, há diferenças marcantes, sobretudo quando se comparam os atendimentos num e noutro serviço. Um outro aspecto importante diz respeito ao tempo de duração do curso de PLPs e do SIM, cujas primeiras experiências datam de 1993 e 1996 respectivamente, sendo que a demanda para a formação de mais PLPs crescem rapidamente em todo o país<sup>49</sup>. Mas quais seriam as bases destas diferenças, já que ambos os serviços têm como ponto de partida uma ideologia feminista de libertação da mulher?

Creio ser extremamente oportuna a comparação entre os dois tipos de serviços, a fim de compreender as especificidades da experiência das PLPs. Cabe salientar que não se trata de uma avaliação dos serviços, por três razões: eu não estaria habilitada para tanto, as experiências dos diferentes SIM de Porto Alegre não são homogêneas e, finalmente, a própria história do SIM/Partenon é marcada por rupturas e mudanças devido à grande segmentação do grupo de PLPs/Partenon formadas, o que imprime um caráter um tanto descontínuo na oferta do serviço.

O meu intuito aqui é unicamente o de levantar hipóteses sobre o SIM/Partenon, a fim de trazer elementos que convirjam para a elucidação da principal questão norteadora desta dissertação: como a atuação no SIM e o fato de se ser PLP se relaciona com a particularidade da participação política das PLPs/Partenon atuantes. A minha hipótese aqui é que estas PLPs, por serem mulheres de grupos populares, experientes e atuantes na política comunitária, lançam mão dos conhecimentos feministas adquiridos no curso e os ressignificam de acordo com seus valores culturais, utilizando-os de forma "competente" na tentativa de consolidação de um espaço dentro do campo político. Ou seja, são mulheres que dominam os códigos,

---

49 Em 1998, a ONG Themis, a partir de um projeto em conjunto com o Ministério da Justiça, ofereceu um curso de capacitação em Direitos Humanos e Acesso à Justiça para várias ONGs de pequeno porte em todo o país. O objetivo de tal empreendimento era passar a experiência adquirida com o curso de formação de PLPs e ampliar seu escopo de ação, de acordo com o tipo de atuação de cada ONG participante do curso. Após a capacitação, as ONGs estariam aptas a implementar o curso de formação de agente de cidadania em seus locais de origem, sendo apoiados e assessorados pela Themis.

utilizam-nos, manipulam-nos de acordo com os diferentes contextos, a fim de atingirem o seu objetivo de terem um lugar de destaque dentro do campo político de Porto Alegre, ao qual mais uma via de acesso se lhes apresentou.

A fim de salientar estas particularidades das PLPs, passo a empreender uma análise do SIM/Partenon, tendo sempre como referência comparativa as experiências dos SOS-Mulher que foram registradas. Focalizo a minha análise fundamentalmente em dois objetos: a divulgação dos serviços, onde discuto as não tão diferentes estratégias utilizadas para propagandear os SOS-Mulher e o SIM, e os atendimentos, nos quais residem as diferenças fundamentais entre os dois serviços.

### *1.1. A Divulgação: Estratégia para Parcerias e Oferta de Serviços*

Ao longo de minha pesquisa, ouvi incontáveis vezes o termo "divulgação", da boca de minhas informantes. Emicamente, trata-se de um termo carregado de significados e central em suas atividades, e que me parece ter uma relação direta com as pretensões políticas de seu trabalho no SIM. Esta *divulgação* pode ser separada em duas formas diferentes de práticas das PLPs. A primeira delas diz respeito à divulgação de seu trabalho no campo político mais amplo. O segundo tipo de *divulgação* tem relação direta com a "clientela", ou seja, põe em perspectiva o tipo de apelo propagandístico utilizado pelas PLPs a fim de sensibilizar a potencial clientela do SIM.

Os primeiros plantões do SIM Itinerante foram momentos em que Alice, Elvira, Anete e eu organizávamos os cartazes e panfletos para propagandearmos, pelas redondezas, os horários e locais de funcionamento e as especialidades dos serviços oferecidos. Em seguida visitávamos escolas, delegacias de polícia, brigada militar, corpo de bombeiros, postos de saúde e associações de moradores, espaços em que se encontram as "autoridades" locais - sujeitos detentores de um certo capital simbólico - com as quais é fundamental se fazer uma *parceria* para que o trabalho de PLP tenha *respaldo*<sup>50</sup>. Um outro espaço onde fizemos a *divulgação do trabalho de PLP* foi o da política institucional: Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, Prefeitura Municipal, Partidos Políticos e órgãos públicos.

---

50 As categorias *parceria* e *respaldo* possuem um significado êmico muito particular e são centrais para se compreender a concepção de participação política das PLPs/Partenon atuantes. Esta discussão terá lugar no quinto capítulo desta dissertação, onde analisarei o sentido atribuído à participação política pelas informantes.

Para a entrada nestas instâncias, as PLPs acionavam suas redes de *conhecidos*, os quais lhes indicavam outras pessoas a quem elas apresentavam o seu trabalho no SIM e entregavam o *kit do SIM*<sup>51</sup>. O intuito desta prática de divulgação era o de sensibilizar seus interlocutores para a importância de seu *trabalho comunitário na defesa da mulher*. Um dos elementos enfatizados pelas PLPs nestes momentos era a sua vivência prática dos *problemas da comunidade*. Este elemento é o que parece conferir o caráter distintivo da atuação das PLPs, ao *representar* os interesses das mulheres, *lutar para a mulher ser reconhecida, respeitada e valorizada*. Estas PLPs, ao fazerem isto, procuram demonstrar aos seus interlocutores que são sujeitos detentores de um capital de relações pessoais (cf. Palmeira, 1996) e, portanto, boas aliadas com quem constituir parcerias de trabalho.

Ao meu ver, o uso desta estratégia de divulgação aponta para uma tentativa de valorização e de consolidação política da atividade de PLP, junto àquelas instâncias que elas consideram cruciais para a consecução de tais objetivos. As PLPs estão aqui ampliando suas redes de reciprocidades, num processo que espelha o mecanismo de constituição do universo de suas relações sociais. Estes interlocutores passam, assim, a ser tomados como um dos pólos de reciprocidade, tornando-se aliados em potencial, prontos a ser acionados. Ou seja, entendo esta prática das PLPs como a atualização de valores simbólicos de pertencimento a uma rede de reciprocidades. Já aqui, esta peculiaridade da prática das PLPs marca uma diferença crucial entre este serviço e o SOS-Mulher.

Nos estudos sobre o SOS-Mulher de São Paulo e de Porto Alegre, esta face da prática de divulgação não aparece, já que seu objetivo político se restringia à conscientização das

---

51 O material de divulgação do SIM é constituído por cartazes e panfletos feitos por elas, cartazes e folders do SIM fornecidos pela ONG Themis, panfletos e guias de Direitos Humanos e Cidadania e panfletos informativos sobre saúde da mulher fornecidos por entidades e órgãos públicos que trabalham com estas questões, com os quais as PLPs trabalham em parceria. Há ainda jornais de alguns partidos políticos. Esta prática de constituir um aparato informativo sobre a entidade e o tipo de serviço oferecido é corrente no campo político de Porto Alegre. Um exemplo disto é o *kit* do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Quando entrei em contato com as mulheres, tinha muita dificuldade em entender as inúmeras siglas utilizadas, como se dava o processo do OP e seus objetivos. Elvira, muito preocupada com minha inabilidade com o OP, sugeriu que me era imprescindível ter uma *bíblia* do OP, a fim de poder acompanhá-las nas reuniões e assim entender o que ali se passava. A minha dificuldade foi sanada rapidamente quando uma funcionária da prefeitura me presenteou com o *kit* do OP, constituído pela tal *bíblia* do OP - um livreto colorido com o regimento interno e o funcionamento do processo do orçamento público municipal, que todos os participantes das reuniões do OP empunhavam em meio às discussões frente a qualquer dúvida do processo -, o livro das demandas e prioridades votadas no ano anterior vigentes no presente ano, separadas pelas micro-regiões de Porto Alegre, panfletos que traziam informações resumidas do OP e seu histórico, além de alguns folders que resgatam artigos publicados em jornais internacionais elogiosos em relação à atitude democrática da prefeitura de Porto Alegre na implantação do OP. Uma parte destes materiais de divulgação - tanto do *kit* SIM, quanto do *kit* do OP, entre outros materiais

mulheres vítimas de violência. A expectativa das feministas do SOS, como salienta Gregori (1991), era a de transformar as mulheres vítimas de violência em militantes do Movimento Feminista, a partir de uma "pedagogia" feminista, na expressão de Pontes (1986). É com este intuito que a prática de divulgação assume uma determinada face e é por ela justificada. Aqui sim, há uma semelhança, a princípio, com a outra face da divulgação do SIM: a oferta de serviços.

De acordo com o objetivo de libertação da mulher através da conscientização para a sua condição de opressão, o SOS-Mulher de São Paulo, por exemplo, a fim de divulgar a sua existência e de trazer para si mulheres para serem atendidas, utilizaram a oferta de prestação de serviços como chamariz. A oferta de serviços resumia-se em "orientação jurídica gratuita e ajuda concreta na resolução de problemas (indicação de creches, agências de empregos, etc.);" (Gregori, 1991:61). Mesmo fazendo esta propaganda, isto não era uma prática que fazia parte dos objetivos da entidade, indo de encontro à ideologia feminista ali vigente, pois incorria-se no risco do assistencialismo. E o objetivo das feministas não era suprir as necessidades do Estado, por exemplo. Antes, o trabalho político do SOS era fazer com que as mulheres, vítimas de violência, se fortalecessem junto ao grupo e se tornassem autônomas<sup>52</sup>.

As resoluções imediatas dos problemas concretos das mulheres que ali buscavam auxílio eram feitas informalmente, de acordo com as redes de relações pessoais de cada feminista participante do SOS, e por isto muitas vezes as promessas de ajuda não eram cumpridas, marcando uma incoerência com as expectativas das demandantes do serviço. Estes descompassos fizeram com que o objetivo de incorporação ao movimento feminista das mulheres atendidas não se tenha cumprido.

O caso do SIM/Partenon possui algumas semelhanças com este tipo de divulgação do SOS-Mulher. A oferta gratuita de serviços às mulheres da comunidade parece ser o grande trunfo das PLPs para chamar "clientes" para o SIM, e elas sabem como tirar partido dele. Um

---

representativos do campo político de Porto Alegre que recolhi ao longo da pesquisa - ilustram a capa desta dissertação.

52 A questão da autonomia é uma das grandes polêmicas dentro do movimento feminista na década de 80. Fazia-se uma distinção interna entre os grupos ligados a partidos políticos - neste caso as feministas eram acusadas de dupla militância - e os grupos com viés libertário, estes sim, autônomos. A partir da década de 80, assiste-se a uma progressiva institucionalização do movimento feminista, seja em ONGs, seja no Estado, o que constitui um feminismo profissionalizado (Cf. Grossi, 1998a). Além disto, a importância da autonomia para o feminismo é crucial, posto que informa sobre o tipo de ideologia libertária que o sustenta, ou seja, a autonomia também está relacionada com o tipo de conscientização da mulher enquanto sujeito histórico, oprimido e com capacidade de fazer a sua própria revolução pessoal. (cf. Miguel, 1988)

elemento que é muito enfatizado pelas PLPs na propaganda do SIM refere-se ao tipo de serviço que oferecem.

Quando chego pela primeira vez num dos locais dos plantões do SIM/Partenon, no centro comunitário de uma das vilas do Partenon, deparo-me com um enorme cartaz de cartolina alaranjada, manuscrito, com enormes letras multicoloridas. Reconheço de imediato a letra de Anete:

\*atenção\*

nós, chegamos as PLPs do SIM Itinerante do Partenon.

Venham conhecer nosso trabalho tragam, sua amigas para bater

um papo com nós, o serviço de informação a mulher, promotoras

legais populares do Partenon fazemos encaminhamentos para

reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, carteiras de

identidade título de leitor, registros de nascimento, fotos,

estupro, assédio sexual, violência doméstica, carteira de

trabalho, assessoria jurídica, Dna, separação, divórcio, questões trabalhistas

Áreas de abrangência: da mulher - educação, saúde,

assistência social, cultura, lazer, trânsito, segurança, transporte, etc...

dia - todas às 4<sup>a</sup>.feiras

semana 4<sup>a</sup>. às tarde

hora 14 às 17 horas

Sim itinerante\*

\*convidamos todas às mulheres que querem explicações na área social,

educação, cultura, saúde, justiça, habitação, segurança, etc....

Tudo o que for relacionado à mulher do nascimento até a morte\*.

Com os sublinhados no cartaz, pretendo salientar as especificidades do tipo de propaganda que as PLPs fazem do SIM. Há aí vários elementos que são imensamente significativos. Começamos pela introdução do cartaz, o convite a uma conversa, um “bate-papo”. Aqui fica explícito o principal objetivo do SIM: a multiplicação de informações sobre os direitos das mulheres. Contudo, esta expressão não aparece em nenhum momento, mas sim a tradução de seu significado prático na vida cotidiana das pessoas da vila, ou seja, os serviços oferecidos. Mais uma vez aparece aquilo que Muniz (1996) aponta como uma apropriação pragmática do direito entre o universo dos grupos populares.

Com relação aos tipos de serviços oferecidos, ali encontramos uma mistura de registros que revelam a amplitude de espaços semânticos por onde estas mulheres circulam, traduzidos por uma gramática que parece fazer sentido dentro do universo do público-alvo da propaganda. Os registros transitam num espaço que vai dos conteúdos feministas aprendidos

no curso - violência doméstica e violência sexual - até àquelas questões que parecem ter muita procura no local - separação, reconhecimento de paternidade, pensões - passando pelas grandes pautas temáticas do OP - saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, trânsito, segurança e transporte. A frase que fecha o cartaz é por demais significativa: *tudo o que for relacionado à mulher, do nascimento até a morte*. Ou seja, se elas por ventura tiverem esquecido de arrolar alguma de suas "especialidades" oferecidas, nesta frase elas têm uma garantia de que sua oferta seja bem entendida, assim demonstrando a vasta amplitude de sua atuação, específica para mulheres. Mas é interessante contrastar o conteúdo deste cartaz, que está afixado em um local incrustado no coração de uma vila, de enorme circulação da população, com outro, este agora afixado num local que fica fora da vila, por onde circula uma maior diversidade de pessoas.

**LOCAIS DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO A MULHER (SIM)  
ITINERANTE:**

**QUARTAS-FEIRAS**

Centro Comunitário Morro da Cruz

Travessa 25 de julho, 1582

HORÁRIO: 13:00 HS - 18:00 HS

**QUINTAS-FEIRAS**

Centro Administrativo Regional (CAR) Partenon - Lomba do Pinheiro

Avenida Bento Gonçalves, 6670 - Fone: 339 73 77

HORÁRIO: 08:00 HS - 12:00HS

**ATENDIMENTO GRATUITO EXCLUSIVO A MULHERES DE TODAS AS CLASSES SOCIAIS.**

**ÁREAS DE ATUAÇÃO:** Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação, Segurança, Cultura e Jurídica: encaminhamento de documentações em geral: carteira de identidade, certidões de nascimento e casamento, título de eleitor; questão trabalhista; orientação em casos de violência doméstica e psicológica, estupro, assédio sexual (dentro e fora do serviço) e encaminhamento de pensões em geral; reconhecimento de paternidade (DNA).

**PARCERIAS:** CAR, Conselho Tutelar, 11ª, 15ª e 18ª DPC, delegacias da Brigada Militar, Centros de Saúde (Murialdo), Hospitais Sanatório e São Pedro, NAFS, CESMAPA, SAJU - PUC, Fórum do Partenon, Conselho e Fóruns Populares e lideranças comunitárias.

Este cartaz foi ditado por Anete e por mim digitado. A grande diferença este e o anterior é o fato de trazer a seguinte frase: "atendimento exclusivo mulheres de todas as classes sociais" e a listagem de suas *parcerias*. Mas por que a ênfase de classe social? Anete me explica que não é só *mulher pobre que tem problemas, as ricas também têm* e, segundo

ela, estas têm maiores dificuldades de *se abrirem e por isto é bom que seja divulgado que elas estão ali para ajudar as mulheres de todas as classes sociais*. À primeira vista, este elemento parece estar relacionado com um ideal feminista de solidariedade e mútua-ajuda universal, independentemente das diferenças entre as mulheres. Contudo, ao meu ver este elemento parece estar muito mais relacionado com o projeto político destas PLPs de consolidação e reconhecimento da atividade de PLPs.

A listagem das parcerias parece cumprir aqui a função de emprestar ao SIM um caráter de seriedade e autoridade, outorgado pelas instâncias locais de reconhecido valor e poder político. Outro elemento estrangeiro é a palavra "gratuito", que somente aparece aqui. Posso aventar a hipótese de que no cartaz anterior esta palavra poderia soar destoante em um local onde as pessoas têm atendimento médico, remédios, cursos, distribuição de leite e sopa gratuitos. Contudo, na divulgação boca-a-boca este elemento não é esquecido pelas PLPs.

Numa delegacia de polícia em que tentávamos afixar este segundo cartaz de propaganda do SIM, havia duas mulheres - que aparentavam ter não mais de 24 anos de idade -, uma das quais com um bebê no colo, registrando queixa contra o pai do bebê. Elas procuravam por teste de paternidade e pensão alimentícia. Elvira prontamente entrega um folder, oferecendo seus serviços. É interessante a maneira como introduz a sua oferta: *nós temos advogado de graça, fizemos documentação, trabalhamos com as questões jurídicas sobre separação, teste de paternidade, DNA. Tudo que se relaciona com a mulher, desde que nasce até a velhice*.

O mote "advogado de graça" é recorrente neste tipo de divulgação, e revela um domínio e uma utilização estratégica dos códigos locais. Nada mais valorizado, neste contexto, do que se ter um advogado de graça em situações como estas! Como no caso do SOS-Mulher já pontuado, esta é também uma estratégia deliberadamente utilizada naquele caso para se agregar um poderoso elemento de troca a oferecer às mulheres que procurassem o serviço, a fim de garantir minimamente sua existência enquanto entidade, bem como o seu projeto político de conscientização. No entanto, no caso do SIM, a gratuidade dos serviços jurídicos de um advogado não se dá nos moldes em que sugere Elvira. Trata-se de um ponto nevrálgico de muita tensão entre a ONG Themis e as PLPs, e que lembra em muito a discussão do problema da prestação de serviços entre as feministas do SOS-Mulher.

Como já apontei anteriormente, nos dois primeiros anos de funcionamento dos SIM, em seus dias de plantão tinha uma advogada da Themis responsável pelos atendimentos. A

alta demanda dos SIMs fez com que a ONG - a partir de uma das suas áreas de atividade: a assistência jurídica gratuita a mulheres - se sobrecarregasse de processos na Justiça, tornando-se um arremedo da Defensoria Pública do Estado. Este modelo de atuação acabou por descontentar a equipe da ONG, que via nos rumos que estavam tomando os SIM um desvirtuamento de sua proposta inicial de informação e multiplicação dos direitos das mulheres. A maior autocrítica que a equipe da ONG se fazia era que estavam a preencher lacunas deixadas pelo Estado, o que não era seu papel. Antes pelo contrário, o objetivo da ONG era fazer com que as mulheres conhecessem seus direitos e os exigissem, fazendo com que o próprio Estado suprisse suas deficiências. Por aqui se nota o receio da ONG de incorrer em práticas exclusivamente assistencialistas.

Em vista disto, a forma de funcionamento dos SIM foi reformulada. As advogadas foram afastadas; as PLPs não faziam mais atendimentos. Em conformidade com o seu papel de informadoras e multiplicadoras, elas encaminhariam e apoiariam as mulheres que fossem ao serviço. Esta talvez pareça uma diferença muito sutil, mas possui uma carga semântica muito forte, na qual se concentram as tensões entre ONG/PLPs. Parece estar subjacente à mudança provocada pela ONG, por seu lado, uma tentativa de incentivo à autonomização dos SIM, ou seja, um desvinculamento progressivo da Themis.

No entanto, não parece ser esta a interpretação das PLPs. Na perspectiva destas últimas as mudanças acarretaram uma perda de status simbólico. De várias PLPs, não apenas das do Partenon, ouvi queixas com relação a esta atitude da ONG de terem tirado as advogadas dos SIM *sem mais nem menos!* As PLPs queixavam-se sobretudo do abalo que suas imagens teriam frente às suas comunidades. Ou seja, elas identificam aqui um enfraquecimento do poder político e, em última instância, uma diminuição do reconhecimento das PLPs em suas comunidades de origem<sup>53</sup>.

Todos estes elementos se refletem nas peculiaridades dos diferentes atendimentos do SIM e do SOS-Mulher.

---

53 Nos cadernos Themis, tema Themis: Gênero e Justiça (1998) podemos encontrar uma reflexão da equipe da ONG sobre a experiência dos cursos de formação de PLPs e dos SIM. Ali, estas tensões são apresentadas do ponto de vista da entidade somente.

## 1.2. Os Atendimentos

Segundo a literatura sobre os SOS-Mulher de Porto Alegre e São Paulo, o público e as demandas destes serviços em muito se assemelham aos do SIM: mulheres das camadas populares urbanas que procuram informações sobre direitos de família (separação, pensões etc.) e um local onde possam desabafar. Contudo, as formas como estas questões são tratadas num e noutra lugar são muito diversas.

Tanto Grossi (1988), ao refletir sobre a prática do SOS-Mulher de Porto Alegre, quanto Gregori (1993) e Pontes (1986), ao estudarem o SOS-Mulher de São Paulo, apontam que as formas de atendimento partiam ali de determinados pressupostos feministas que visavam a uma conversão a um estilo de vida particular, feminista (cf. Pontes, 1986). Com isto, as técnicas de atendimento utilizadas eram influenciadas por um viés psicanalítico, incitando à reflexão individual e em conjunto das mulheres que ali chegavam, para só depois chegarem à conscientização a respeito da sua própria condição de oprimidas. Grossi descreve que a técnica de atendimento no SOS-Mulher de Porto Alegre era fundamentalmente a "escuta de ajuda", primeiramente aplicada em atendimentos coletivos, sem muito sucesso, e tornando-se em seguida individuais.

Nestes atendimentos, as plantonistas feministas escutavam os desabafos das demandantes do serviço, e levavam-nas a contar as razões que as trouxeram até ali. Em seguida, passavam a fazê-las refletir sobre a sua situação de mulher, e procurar elas mesmas as soluções para os seus problemas. Estas atitudes eram amplamente discutidas entre os grupos de feministas das entidades. A intenção era manter uma constante reflexão sobre os seus papéis no SOS, que se pautavam pela tentativa de construção de uma relação igualitária com as demandantes do serviço, bem como sobre a prevenção de uma atitude assistencialista que estaria em franca oposição aos propósitos libertários de ambos os SOS-Mulher.

Segundo Gregori é exatamente nas diferentes expectativas - das feministas plantonistas e das mulheres "visitadoras" - com relação aos atendimentos que se concentra a frustração das feministas com o SOS-Mulher, e uma das causas de sua fragmentação futura. Em grande medida, a "falta de uma reflexão do coletivo sobre o universo cultural das mulheres atendidas e suas angústias" (Gregori, 1992:72), o fato de as feministas do SOS não saberem reconhecer e lidar com diferentes alteridades, e outras formas de feminino pode ser

verificado em três pontos fundamentais, que caracterizam o atendimento no SOS, diferenciando-o do SIM.

A postura de conscientização, que enfatizava a opressão de gênero e a separação como formas de libertação da mulher, entrava em choque com a lógica relacional e com o universo de valores das mulheres atendidas. Todo o cuidado que as plantonistas tinham em construir uma relação igualitária com as "visitadoras" entrava em confronto com a expectativa destas últimas, que iam à procura de ajuda especializada, proteção e o respaldo de uma "autoridade" para a legitimação de seus problemas. E além disto, o próprio uso do espaço físico do SOS, a que as feministas procuravam imprimir um caráter de informalidade, coisa que em suas concepções significava um conforto que faria com que as mulheres se sentissem à vontade, era absolutamente contrastante com o modelo das mulheres. Para estas, o espaço físico deveria refletir respeitabilidade, ordem e organização.

No SIM, estes elementos estão em perfeito acordo com o universo de valores que norteiam as expectativas de seu público alvo. O próprio ambiente de atendimento mimetiza um escritório, com escrivadinhas, mesas, livros, fichas para registros e um lugar reservado para as PLPs fazerem os atendimentos individuais. Estas características marcam um caráter bem institucional, carregado dos significados de respeitabilidade e autoridade, procurados pelas demandantes. No SIM, são as PLPs - *mulheres da comunidade*, como se auto-intitulam - que fazem os atendimentos. São figuras que, além de dominarem os códigos culturais das mulheres atendidas, somam a isto um certo status social destacado dentro de suas comunidades. Estes elementos fazem com que assumam uma postura de especialistas, marcando assim uma postura de autoridade frente às demandantes do serviço.

Esta postura pode ser facilmente identificada na própria performance das PLPs no atendimento face a face às mulheres que procuram o SIM. Como salientei no primeiro capítulo (ver mais especificamente página 34), ao longo desta fase da pesquisa acompanhei 10 plantões do SIM/Partenon, dentre os quais tive a oportunidade de presenciar apenas dois atendimentos, sendo que nenhum deles se tratava de um caso de violência doméstica. Eram casos nos quais as mulheres procuravam informações para o encaminhamento de registro de nascimento de seus filhos que envolvia reconhecimento de paternidade para um futuro pedido de pensão alimentícia. Resgato um destes atendimentos que pude acompanhar lado a lado com a PLP Anete, no qual se pode ter uma idéia da postura de especialista adotada por ela em tal caso.

Anete atendia uma mulher jovem que procurava orientação sobre como proceder para conseguir a pensão do seu companheiro, falecido há três anos, pai da sua única filha. A mulher contava que o caso já estava sendo tratado por dois advogados, mas que até aquele momento eles não haviam dado nenhuma resposta a ela. Anete, escutando atentamente, alertou-a: *é bom tu ficar atendida, porque eles podem até já ter conseguido e tarem ficando com o teu dinheiro!* Ao dizer-lhe isto, a PLP pediu-lhe mais informações sobre o caso e, conforme a mulher ia relatando, Anete anotava-as numa folha.

Anete perguntou-lhe se o seu companheiro *tinha algum vício, se ele bebia*. A mulher respondeu-lhe que não. A PLP insiste, com uma ar de desconfiança: *e outras coisas, drogas por exemplo, ele usava?* A outra respondeu-lhe: *Ah, que eu saiba ele não era metido nessas coisas. Fumava sua macoinha de vez em quando com os amigos dele, mas não era viciado em droga.* Anete, com um certo ar de sabedoria, disse-lhe: *ah, então se ele fumava ele era!* Explicando logo em seguida: *eu te pergunto isso, porque pra a advogada tu vai ter que falar todas essas coisas, não pode esconder nada. Isso é importante de a gente saber.* Prestei atenção na redação de Anete, onde registrou: *marido viciado em maconha*. Após alguns segundos de conversa, Anete avaliou que o caso da mulher era muito *delicado*, já que tinham *advogados metidos no caso* e porque ela não tinha provas de que o homem falecido era mesmo o pai da filha dela e, para isto, precisaria *mexer no cadáver* para fazer um teste de paternidade. Assim, Anete achou melhor mandá-la diretamente para a Themis, munida dos papéis nos quais Anete registrou o relato da mulher.

É interessante ressaltar a forma como Anete se coloca quando salienta que a mulher nada pode esconder sobre o caso. Neste momento, a PLP está afirmando junto a atendida sua autoridade como uma especialista, uma profissional do *métier*, comparável a uma advogada. A atitude de Anete ao "traduzir" o relato da atendida, a forma inquisidora como se coloca frente a mulher, o tipo de informações que dá e a sua análise sobre o caso atendido denotam, assim, a legitimidade da sua autoridade, caracterizando sua postura de especialista.

A despeito de todas estas peculiaridades que conformam o atendimento do SIM, creio que a base da diferenciação entre este e o SOS-Mulher está na posição frente a conscientização sobre a opressão feminina. As PLPs não pretendem transformar as atendidas em feministas. Não estão ali para se oporem aos homens como um bloco homogêneo de

opressores. O seu objetivo, segundo apontam, é o de *ajudar, passar* informações sobre os direitos das mulheres. Por isto, a sua atuação não enfatiza a possibilidade de separação conjugal, posto que compartilham da mesma lógica relacional de gênero das mulheres atendidas. Para tornar mais evidente esta diferença crucial, resgato duas versões sobre um caso atendido no SIM/Partenon que me foi relatado por três PLPs diferentes. É interessante notar a forma de avaliação do resultado do caso, e a polêmica que surge entre duas PLPs sobre a divergência de avaliações. A primeira versão me foi contada por Olívia, quando a entrevistei em sua casa sobre os atendimentos feitos no SIM no ano anterior.

*Olívia: Tem uns atendimentos que eu lembro assim: o caso de uma guria de 19 anos, que foi espancada pelo marido. Ela mora aqui perto até. Ela soube que eu tinha esse trabalho daí ela até veio aqui em casa me procurar. Daí eu aconselhei ela, ela foi até o SIM. Ela tava quase ganhando o filho e pra ti ver como foi o espancamento que depois de três semanas ainda tava visível as marcas. Por que ela apareceu lá no SIM, só três semanas depois, daí a Nair até foi que levou ela pra dar queixa... Daí ela não levou adiante, por que ela não trabalha, a mãe mora longe, acho que é Guajuvira, não lembro direito, sei que é praqueles lado<sup>54</sup>. Daí ela dizia que tem umas irmã e daí ela ficava meio assim de ir pra casa da mãe, ela mais os filhos...*

*Alinne: Tá, mas o que ela queria quando foi procurar vocês? Como foi que ela chegou no SIM, o que ela dizia... Ela não queria se separar? Vocês não aconselharam ela a se separar?*

*Olívia: Ah, ela chegou assim gritando desesperada, dizendo que queria sair de casa, que não agüentava mais. Daí a gente conversou com ela, esperou ela esfriar a cabeça, pra ela ver se ela queria se separar. A gente não pode fazer isso, aconselhar a se separar. A gente tem que conversar, escutar, ver qual é a realidade da mulher, as necessidade dela, o que ela quer... Daí o cara bateu nela de novo.*

*Alinne: Tá, mas por que que ela continua com o cara se ele continua batendo, por que ela não se separa dele?*

*Olívia: É que ela pesou. Morando com a mãe dela ela não ia ter o tipo de vida que ela tem aqui com ele. Daí ela não quis, ela disse que tinha que se sujeitar, por que era o melhor pra ela. Mesmo que eu ache que não dá pra viver assim, né, apanhando. Mas é ela que tem que saber o que é melhor pra ela. Mas depois que esfriou a cabeça ela viu que não podia se separar do marido, ele tá desempregado, eles moram nos fundos do terreno do pai dele; mesmo ele tando desempregado, o pai dele poderia pagar a pensão, por que ele tem dinheiro, ele não é rico, mas ele tem dinheiro. Ele tem umas casas que ele aluga. As pessoas são muito arredia em nos procurar em caso de violência ainda... (Olívia, 15/01/98)*

Alguns dias depois, o mesmo caso me foi contado por Alice e Elvira, e desencadeou uma longa discussão familiar entre as duas irmãs a partir das suas divergências quanto a avaliação do caso.

---

54 Bairro popular da cidade de Canoas, uma das maiores cidades da área metropolitana de Porto Alegre .

*Alice: E daquela que apanhou do marido, que é vizinha dela, a Olivia não te contou? Levou uma surra do marido. E eu não entendo. A gente andou de cima pra baixo com ela, foi lá, deu queixa na polícia e ela continua com ele. Não entendo, mesmo. Tu precisava ver o jeito que ela ficou, toda roxa...*

*Alinne: Não foi uma guria de 19 anos?*

*Alice: Nem sei que idade que ela tem. Foi uma que apanhou quando tava grávida, por ganhar o filho e depois ela apanhou de novo com o filho no colo. Um absurdo, não sei como tem gente assim, que agüenta...*

*Alinne: Mas por que ela apanhava?*

*Alice: Nem sei, acho que era de ciúmes. Mas não interessa do que seja, não entendo como ela continuava, Um absurdo. Nem sei como andam as coisas dela, ela não apareceu mais...*

Neste momento, o sobrinho de Alice, filho mais velho de Elvira, que escutava silenciosamente nossa conversa, intervém: *Vai vê que ela gostava de apanhar, ora. Tem gente que gosta. Ela tava na dela. Por isso que ela agüentava...*

*Alice: Nem vem com essa não, tu acha que a tua namorada ia agüentar? Eu não agüentaria. Vai ver que ela já era acostumada a apanhar do pai, ou o pai batia na mãe dela, vai saber...*

Instaura-se uma discussão na família. Elvira retruca a Alice: *Não é bem assim, Alice. A gente tem que pesar bastante nessas horas, não ir julgando assim. Tu não sabe das dificuldades dessa mulher, é uma decisão muito séria a separação. Tu coloca em jogo a tua família, pra mulher é uma coisa muito difícil essa decisão por causa da família. Tem que pesar a cultura dela, os costumes que ela traz da família dela...*

*Alice: Mas é isso que eu tô dizendo, vai ver que ela apanhava em casa e tá acostumada!*

*Elvira: Não é só por aí, eu tô querendo dizer que de repente pra essa mulher, ela aprendeu na família dela que a família é a coisa mais importante de tudo e que cabe à mulher agüentar de tudo pra continuar com a família unida. Pra nós que estamos trabalhando com isso é muito difícil tentar ajudar, tem que estar atenta pra todas essas coisas. Como é que tu vai aconselhar a uma mulher procurar a separação se tu não sabe bem como que é a cultura dela, os hábitos de família que ela tem. Tu tem que conhecer o pai, a mãe dessa mulher, os avós se for possível, não é bem assim "não agüento e vou separando"... Sabe Alinne, pra nós que trabalhamos com isso não é nada fácil, é uma barra, muito complicado. A gente tem que tá ligada nessas coisas.*

*Alice: Mas eu acho um horror... (Alice e Elvira, 19/01/98)*

Ao confrontar estes relatos das PLPs com o tipo de atendimento feito pelas feministas do SOS-Mulher, nos deparamos com um estranho paradoxo. Compartilhando de um ethos individualista moderno e em nome de um ideal libertário e igualitário, as feministas do SOS-Mulher, ao se defrontar com mulheres vítimas de violência conjugal, procuravam fazer com que estas refletissem sobre suas histórias de vida, pontuando nelas elementos que indicassem a sua opressão de gênero. Com isto, elas pretendiam que as vítimas se conscientizassem e procurassem a sua libertação, indicando a separação conjugal como o ponto de partida.

Em contrapartida, as PLPs do SIM, compartilhando de um ethos não propriamente individualista moderno como as feministas, procuram resgatar a história de vida da mulher agredida, atribuindo-lhe outro significado. Aqui revela-se um atitude de compreensão e respeito pelas escolhas feitas pelas atendidas em não procurarem ou não levarem adiante a separação conjugal. Na avaliação das PLPs, não se separar do homem que agride é uma atitude que se justifica em nome de um valor cultural maior: a coesão familiar. Associado a isto está a valorização de um código cultural pautado pela lógica relacional de gênero, no qual a mulher desempenha o papel de "guardiã" do lar e "esteio" da família.

O paradoxo, a meu ver, está exatamente no resultado final que as diferentes lógicas culturais propõem ao atendimento da mulher agredida. As PLPs, embora imbuídas de uma lógica não individualista, acabam por respeitar mais o livre-arbítrio do indivíduo (no caso a mulher agredida) nas suas escolhas pessoais. Por seu turno, as feministas acabavam por negligenciar este espaço da constituição do sujeito moderno, partindo de um valor cultural específico e, em nome dele, invalidando as escolhas individuais das mulheres que sofriam violência conjugal.

Outra especificidade do atendimento no SIM é o acionamento de valores culturais específicos – os quais designam diferentes atributos aos papéis de gênero na lógica relacional do pacto de reciprocidade conjugal - como medidas avaliativas no atendimento feitos pelas PLPs. Vimos que, na divulgação do trabalho de PLP, um dos aspectos de sua atividade é resumido na *defesa da mulher*. Parece tratar-se aqui de uma mulher abstrata, uma categoria social cujo reconhecimento de sua existência torna justificado, e talvez indispensável, o trabalho das PLPs. Contudo, se atentarmos para os relatos dos procedimentos no SIM, pode-se ver que esta mulher genérica não é uma mulher qualquer. Antes, para ser defendida, *tem que se ver bem quem é essa mulher!*

Num dos plantões, enquanto conversávamos sobre os atendimentos no SIM, Anete me explicava detalhadamente como procede nos atendimentos às mulheres que procuram o serviço:

*O meu procedimento é o seguinte: não abro minha boca, tu tem que escutar as mulheres, investigar pra depois encaminhar. Eu faço isso. a mulher vem aqui, reclama, se faz de vítima e eu escuto e daí eu marco um retorno pra outra semana e digo que vou me informar sobre o caso dela, pra depois mandar ela pro lugar certo. Nisso eu vou investigar, **saber bem como é o caso dessa mulher**. A não ser que a mulher chegue aqui toda estropiada, ensangüentada, daí tu tem que agir rápido, mandar pro IML fazer exame. Senão não. Tem muita mulher que chega aqui falando mal do marido e daí tu fica só com a história da mulher e vai e ajuda ela a tirar o*

*marido de dentro de casa e quando tu vai ver a mulher era que tava passando ele pra trás, traindo ele com outro, colocando outro pra cama. Ela que tinha colocado outro pra dentro de casa. Daí eu não tô pra vim marido aqui tirar satisfação de mim. Vão dizer que a gente tá ajudando a mulher a ser sem-vergonha. Daí já viu, é o nosso trabalho que vai ficar mal visto. Vão tá todos os maridos de cara virada pra nós, dizendo por aí que as promotoras tão pra defender as mulher sem-vergonha. Por isso que tem que ver bem quem é essa mulher, qual a situação, como aconteceu o caso, pra depois fazer alguma coisa. (Anete, 01/07/99, grifos meus.)*

O relato de Anete é bem objetivo, e sintetiza uma regularidade que encontrei nas formulações das PLPs sobre o feminino: *mulher sem-vergonha* é indefensável! Mas o que é ser *sem-vergonha*? É aquela que trai o marido, ou seja, aquela que não está de acordo com as atribuições do seu papel de gênero, na lógica relacional do pacto de reciprocidade conjugal. Assim, fica a questão: qual o significado subjacente à ênfase dada por Anete na figura da *mulher sem-vergonha*?

Parece-me que as PLPs, ao remeter-se à *mulher sem-vergonha*, estão estendendo à sua atuação o seu modelo cultural do feminino. A literatura especializada assevera que "a conduta moral da mulher tem como critério básico de julgamento o seu comportamento sexual; assim, o cotidiano feminino é construído de modo a evitar qualquer sugestão de disponibilidade sexual"(Sarti, 1989:42), a conduta sexual da mulher é, por conseguinte, sancionada e regulada pelo grupo social. Contudo, há que se separar claramente a fidelidade sexual feminina de qualquer ideal de castidade (cf. Paim, 1998). O atributo da fidelidade feminina da mulher casada está diretamente associado com os outros atributos do seu papel de gênero no pacto de reciprocidade conjugal: o cuidado da casa e dos filhos.

Em Duarte (1987), num artigo sobre o código de moralidade das classes trabalhadoras urbanas, encontro uma formulação mais elucidativa sobre esta questão. Este antropólogo argumenta que "**vergonha, respeito e juízo** são as medidas de avaliação das pessoas - avaliação de seu comprometimento maior ou menor, de sua capacidade ou ensejo maior ou menor de cumprir com as regras de uma reciprocidade social que é muito ampla, mas que encontra na relação homem/mulher seu palco fundamental, crítico, dramático - eventualmente trágico." (Duarte, 1987:220, grifos do autor).

Neste sentido, quando as informantes se referem à *mulher sem-vergonha*, estão, prioritariamente, apresentando um julgamento de valor moral acerca de determinados atributos do feminino que são, dentro de código estrito que dita o comportamento esperado de

homens e mulheres, dissonantes com uma figura de mulher respeitável. Para tornar mais inteligível este modelo, passo a resgatar algumas situações em que ele aparece.

Um situação exemplar da mulher sem-vergonha pode ser encontrada no relato de Elvira sobre uma das aventuras amorosas extra-conjugais do seu marido. Segundo me contou Elvira, esta amante trata-se de uma amiga comum ao casal. O relacionamento entre os dois aconteceu dentro da casa de Elvira, numa festa de aniversário de seu marido. Mas o caso durou pouco tempo, já que o seu marido não se apaixonou pela mulher, como relata Elvira:

*Alinne, ele dava sovas homéricas nela e ela continuava no pé dele. Ele me disse que esse foi o pior erro da vida dele. Ele não sabia mais o que fazer pra se livrar da mulher. Veio até falar comigo, pra fazer um pacto comigo, pra que eu intercedesse junto ao ME pra ele ficar com ela e daí ela se comprometia comigo de cuidar dele pra mim, de não deixar ele andar com outras por aí, que ele ficava só entre nós. Mas ela me ouviu. Eu arrasei com ela, disse cada coisa. Ela me dizia que ele batia nela, dava surras nela, que não queria saber dela. E eu, na maior calma, dizia: 'que engraçado, né. Em mim ele nunca bateu. Nunca tocou um dedinho se quer...' E ela chorava. Eu dizia pra ela, que mulher sem-vergonha tem que apanhar mesmo, mulher que não se dá o respeito. Tá visto que o homem não quer nada com ela, e ela fica correndo atrás, fazendo escândalo, não se dá devido valor, tem mais é que apanhar!' E ela chorava! Eu disse que ela tinha que se dá mais valor, não ficar correndo atrás de homem assim, que já que ela me admirava tanto, que ela seguisse meu exemplo. Por que eu não sou mulher de ficar com qualquer um, aceitar qualquer coisa. Eu sou mais eu, posso ficar com o homem que eu quiser, ou com os homens, né! Eu não sou mulher de me contentar com pouco, eu quero um homem que me trate bem. É que agora eu não quero, tô numa fase preocupada com o meu trabalho. (Elvira, 10/06/99, grifos meus)*

O que é uma mulher sem-vergonha e que por isto mesmo, na lógica de Elvira, merece apanhar? Lembremos aqui, que se trata de uma PLP, que, segundo diz ela, *trabalha pela valorização e respeito da mulher*. Vejamos.

Nesta situação, temos vários elementos novos, a informar sobre um código de valores que pauta as medidas de avaliação de Elvira. A primeira novidade: seu marido não se apaixonou pela nova amante; queria apenas passar uma noite com ela. Ou seja, este caso de seu marido não ameaçou a estabilidade de seu casamento. Ele não quis sair de casa, não deixou seus papéis de pai e esposo e tampouco houve uma maior publicidade do caso. A atitude do seu marido parece ser aqui justificada pela natureza infiel do homem<sup>55</sup>.

---

55 Segundo nota Duarte, dentro deste universo de valores, "o homem é visto sempre como algo ameaçador porque nunca 'está com boas intenções' (Duarte, 1987, 220)". A partir disto, um dos caminhos para que o homem perturbe o pacto de reciprocidade conjugal é o fato de " 'ter outras mulheres' - possibilidade muito regular nesses

Outro elemento importante aqui é o fato de a amante ser sua conhecida. Por não ter resistido às supostas investidas do marido de Elvira dentro de sua casa, obviamente é uma mulher que não "tem vergonha na cara", que *não se dá o respeito*, não está de acordo com os códigos de moralidade que regem aquele universo. Elvira faz numa comparação entre elas duas, enfatizando os elementos negativos na outra - o não se dar o valor, o respeito, por não se ter dado conta de que o homem não a queria - e ressaltando as suas qualidades. O golpe final de Elvira na sua rival vem com a máxima: *mulher sem-vergonha tem que apanhar mesmo!* Neste momento, Elvira evidencia o alto valor moral de ser uma mulher com vergonha, de respeito, já que nela o seu marido *nem sequer tocou um dedinho!* Por fim, sugere que a mulher sem-vergonha, siga o seu exemplo de mulher honrada, boa mãe e esposa.

Anete é outra a explicitar a negatividade do modelo "mulher sem-vergonha". Inúmeras vezes a ouvi dizer que ela não defende ou sequer ajuda uma mulher sem-vergonha. Antes de qualquer coisa, ela precisa saber quem é a mulher que pede ajuda, como me exemplifica:

*Se eu escuto uma mulher na rua gritando, numa briga, eu não vô assim correndo pra defender. Eu procuro tirá informação antes, de quem é, se a mulher tem razão ou não, quem são as pessoas envolvidas. Eu não vô sai tirando as caras assim por qualquer uma, porque tem muita mulher sem-vergonha por aí. Eu não vô me metê com traficante por nada!* (Anete, 19/05/99)

Nas formulações de Anete sobre a "mulher sem-vergonha", podemos identificar, para além da atualização dos valores acerca do feminino, uma grande preocupação com uma suposta contaminação da sua imagem de mulher respeitável, no possível contato com as "mulheres sem-vergonhas". Ou seja, investigar a reputação das mulheres com as quais se relaciona (no caso aqui, em sua atuação) é imprescindível, posto que isto poderá acarretar-lhe também um estigma. Aparece, na fala de Anete, uma preocupação também com seu status social enquanto líder comunitária e PLP. O valor do código de moralidade e conduta do feminino, o bom desempenho dos atributos que são esperados de uma mulher respeitável, é aqui também estendido ao campo da atuação política. Isto é, as medidas de avaliação moral que regem o comportamento da mulher na lógica da reciprocidade conjugal são também utilizadas em outras instâncias da vida destas mulheres.

---

grupos, mas que se deve manter nos limites da reprodução (não afetar o sustento da primeira família) e no da vergonha (não ser ostensivo, demasiadamente próximo ou público). " (Duarte, 1987:222)

Trata-se, assim, de um código cultural que abarca a totalidade de suas vidas. Esta é portanto outra diferença crucial que marca a atuação das PLPs no atendimento no SIM, este "filtro" avaliativo que define qual o tipo de mulher que "merece" ser defendida. Dentro de um ideário libertário igualitário que funda a atuação feminista do SOS-Mulher, esta diferenciação seria impensável. Frente a este quadro comparativo, retorna a questão: seriam as PLPs feministas?

## 2. Ser Feminista X Ser Feminina: Uma Questão de Estratégia Política

Durante o meu contato com o trio atuante, presenciei inúmeras situações em que elas se definiam como "femininas", opondo-se frontalmente ao "ser feminista". Nestas situações, a expressão "ser feminista" era carregada de uma conotação negativa, por vezes usada como uma categoria acusatória. Este elemento chamou-me muito a atenção já que, analisando distanciadamente suas práticas imbuídas da defesa dos direitos das mulheres, esta diferenciação parecia contraditória. Passei a buscar os significados atribuídos a esta dicotomia, chegando a perceber que, de acordo com o contexto no qual se encontravam e com o interlocutor a quem se dirigiam, estas categorias eram apropriadas e manipuladas estrategicamente pelas PLPs atuantes de forma a adequarem-se aos seus propósitos políticos<sup>56</sup>. Passo assim a refletir acerca da maneira como se dão estas diferentes atribuição de sentido e usos.

Após um plantão do SIM, no qual preparamos alguns cartazes, saímos para uma reunião com o comandante do corpo de bombeiros da região, marcada antecipadamente pelas PLPs. Chegamos no local no horário marcado; o comandante estava à espera. Elvira e Anete apresentam ao comandante o trabalho que fazem, enfatizando que este é dirigido somente a

---

56 Este movimento de apropriação de categorias do feminismo foi identificado também por outras pesquisadoras, muito embora interpretem este fenômeno de uma forma diferente a que proponho aqui. Meu enfoque privilegia o discurso êmico, o domínio de códigos culturais diferenciados e seu uso contextualmente estratégico por parte das PLPs atuante. Em contrapartida, outras perspectivas interpretam este uso de categorias do feminismo por outras atrizes do movimento mais amplo de mulheres como uma forma de adesão ao movimento feminista, embora de forma ressignificada. Alvarez, por exemplo, ao entrar em contato com PLPs de outras regiões, pondera que "de um lado, (...) as intervenções feministas no movimento mais amplo de mulheres teve efeitos culturais e políticos importantes; por outro, deixa claro também que o feminismo está sendo ressignificado e apropriado por mulheres cuja experiência de vida difere significativamente daquela das mães fundadoras da segunda onda do feminismo latino-americano" (Alvarez, 2000:12)

mulheres. Num tom jocoso, o comandante pergunta-lhes se são feministas. Elvira rapidamente responde-lhe dizendo que não é feminista: *tenho três homens em casa! Não posso ter alergia a homens!* Eu estranho a sua enfática resposta; não entendo que relação ela vê entre feminismo e alergia a homens.

O assunto entre eles prossegue, tomando os rumos de um "debate" sobre a situação da mulher na nossa sociedade. Enquanto o comandante argumentava que as mulheres não eram mais discriminadas, Elvira e Anete calorosamente argumentavam que eram, lembrando dados como as disparidades salariais entre homens e mulheres. Ele comenta que em nossos dias já não era assim, pois a condição da mulher está muito melhor, já que em nossa sociedade ela é muito mais valorizada. A dupla enfaticamente diz que não; Elvira dá o seu exemplo, e diz que foi educada para ficar em casa: *a gente foi criada pra isso, mas comigo não. Eu não aceitei isso e com o meu marido é diferente.* Elas conversam por mais um tempo e logo saímos. No caminho, retomo o assunto *ser feminista*, pedindo que Elvira me explicasse por que isso indicava ter alergia a homens. Ela me explica:

*acho a palavra feminista muito agressiva. É aquela mulher grosseira, que vai abrindo seus caminhos na força. Eu penso assim, eu não sou feminista, sou feminina. Eu acho que no fundo ela se confunde muito com o machista. Eu não. Não sei se é trauma de infância. É que as primeiras feminista, sabe, eu tenho aquela imagem das mulheres hippies, com os cabelo comprido, sujas, chapadas, drogadas. Eu acho que não é isso. A mulher não pode perder a sua referência de femibade... femi..dade, femi.... (Ajuda-a: feminilidade?) é isso aí. O que eu faço é lutar para a mulher ser reconhecida, para ter seu espaço respeitado. Não sei, essa é minha opinião, de repente as colegas pensam diferente... Mas quando o pessoal vê o trabalho da gente, começa a dizer 'tu é feminista, aquelas....' aquela que tem alergia de homem, que luta contra o homem. E na minha opinião não é nada disso. Eu luto pela mulher, pela valorização da mulher. Eu tenho 3 homens em casa! Imagina se eu quero ir contra o homem. Eu não quero perder a minha referência feminina. Não acho que a mulher tem que deixar de ser uma referência para o homem. (Elvira, 13/05/99, grifos meus)*

Estes fragmentos de meus registros de campo suscitaram-me algumas questões. Todo o debate entre Anete, Elvira e o comandante sobre a situação da mulher parecem, à primeira vista, contraditórios com a recusa demonstrada à idéia de se *ser feminista*. Olhando mais atentamente para as categorias que Elvira usa para definir o *ser feminista* e associando-as com a lógica relacional que define diferentes atribuições ao masculino e ao feminino dentro do universo simbólico dos grupos populares, a aparente contradição parece dissolver-se.

Ao referir-se ao "ser feminista", Elvira utiliza as palavras *agressividade*, *grosseria*, *uso da força*, *machista*, atributos ligado ao masculino. Tomar para si essas características

implicaria, a partir da visão destas mulheres, na perda da feminilidade. Ou seja, dentro da lógica relacional de complementaridade de gênero, o feminino constitui-se em oposição àquelas categorias apontadas acima - ser *delicada*, *mimosinha*, *conversar*, como apontou em outra ocasião Anete - as quais se complementam .

Um outro elemento que aparece na fala de Elvira é a oposição entre *lutar contra o homem*, *ter alergia a homem* e *lutar pela valorização da mulher*: Associada a isto estão a ênfase no "ser feminina", em ser referência para o homem. Nestes fragmentos Elvira explicita a sua lógica relacional. Lutar contra os homens parece implicar aqui uma pretensão em tomar o lugar masculino. Esta idéia choca-se frontalmente com a complementaridade entre o homem e a mulher. Agindo assim, ela "deixaria" de ser mulher, não mais sendo uma referência para o masculino, ou seja, perderia os atributos da feminilidade e quebraria o pacto conjugal. Em última instância, haveria uma ruptura com os valores que ordenam o seu mundo simbólico. Aqui, então, se encaixa o *lutar pela valorização da mulher*. Desta tarefa o masculino não está excluído; antes, o masculino e o feminino são pensados conjuntamente<sup>57</sup>.

No entanto, em determinadas situações as ouvi definirem-se também como feministas. Em certa ocasião, quando as acompanhava numa visita de divulgação do SIM no diretório do partido de Anete, presenciei o seu discurso de descontentamento acerca do seu lugar no partido:

*Eu falei pro Hélio<sup>58</sup>. Onde tá o meu espaço? Como vou trabalhar aqui no partido se não tem espaço pro meu trabalho. Ele sempre soube que o meu trabalho é com a mulher. E eu sou feminista, ele sabe disso, e esse partido tá muito machista pro meu gosto. Onde estão as mulheres? Só tem homem na executiva! O que que é isso? Ah, não assim não vai dar. Olha, todos os partidos tem um fórum, um núcleo da mulher. Olha só o PT! Só o PSB não tem. Isso tá errado, nós temos que mexer nisso. Eu sou*

---

<sup>57</sup> Esta associação entre feminismo e "alergia a homens" parece ser um estereótipo presente no imaginário da sociedade brasileira construído sobretudo na década de 70 por correntes políticas que se opunham à emergência do movimento feminista no país (cf. Goldberg, 1987). Em grande medida, algumas correntes feministas ajudaram a reforçar este senso comum de que o feminismo é uma ideologia política fundada a partir da luta contra os homens vistos como um bloco de opositores, conforme discute Pontes (1986) em seu estudo sobre o SOS-Mulher de São Paulo. Ao refletir sobre as diferenças entre movimento de mulheres e movimento feminista, Singer (1980) situa a dificuldade de comunicação entre estes movimentos exatamente nesta concepção acerca do feminismo: "Uma das dificuldades com que se defronta o feminismo em São Paulo, assim como em outras partes, é o preconceito contra ele, alimentado por um tipo de crítica que se dirige não contra os fins do movimento ou contra os métodos de luta que emprega, mas à motivação subjetiva de quem participa. Usando largamente o ridículo, esta crítica retrata a feminista como um tipo de mulher 'mal amada', despida de encantos femininos, cuja frustração se exprime sob a forma de inveja ao homens, aos quais procura, no fundo, imitar. A esta crítica se juntam os temores de que o feminismo separe as mulheres dos homens, afetando a harmonia conjugal e a unidade de ambos os sexos no empenho por objetivos comuns." (Singer, 1980:138)

<sup>58</sup> Vereador ao qual Anete é ligada, eleito pelo PSB, ex-integrante do PT.

*promotora, trabalho com a mulher e o Hélio sabe disso. Olha, em todos os lugares tem uma de nós representando: no PT tem, no COMDİM, no fórum da mulher... só no PSB que não. Isso não pode, tem que mudar." (20/05/99)*

Mais uma vez estranhei o seu discurso, e pedi-lhe que me explicasse o porquê de naquele lugar ela se Ter definido como feminista, já que em outras ocasiões elas se diziam "femininas" em oposição ao "feminista". Anete, então, pondo-se ares de quem vai discursar, passou-me a explicar o que significa em sua concepção "ser feminista":

*feminista no meu sentido, quando eu digo é um coisa. Eu, que estou envolvida na questão política, na militância ... assim, partido de esquerda, PDT, PSB, PT, PCdoB, a maioria dos cargos é homens. Falando em termos de PSB, que é o meu partido, só tem uma deputada dentro do partido. A Maria Augusta Feldman. Conclusão disso: é diretório, executiva, zonais do partido até o presente momento, de cabeça, de presidência, só tem homens. As mulher, só de suplência. Então é isso que eu tava falando com eles, vou me juntar com a juventude do partido e formar uma secretaria de mulheres, que se chamaria feminista, por ter mais mulheres... pra participar mais mulher, pra discutir o espaço da mulher na política, pra ter mais mulheres exercendo cargos.... Porque eu, como eu sendo promotora estou a serviço da mulher, não posso ficar calada vendo o machismo. Tá muito devagar a participação da mulher na política*

*Alinne: Então, quando tu fala feminista, é tudo isso que tu queres dizer?*

*Anete: quando eu falo o termo feminista, é assim, quando eu estou em qualquer fórum, eu procuro sempre defender a questão da mulher. Eu estou ali representando as demais mulheres, os direitos, respeito. A igualdade junto com os homens, deusde as faxineiras até chegar num cargo parlamentar. A gente tem que trabalhar em cima dessa questão pra ter mais mulher na política e em qualquer instância. Eu não sou uma feminista que não gosta de homem. Gosto de homem sim. Deusde que o homem não aprecie só o sexo, mas goste também da minha defesa em prol das mulheres. Para que este homem entenda e apoie este trabalho e ajuda a divulgar. Ainda se está em médio prazo. Mas se pretende chegar numa instância em que não se precise mais fazer movimento para que se seja reconhecida... (Anete, 09/06/99)*

Conforme podemos ver nestas diferentes situações, a apropriação da categoria "ser feminista" é contextual. Nos depoimentos de Anete evidencia-se um uso estratégico desta categoria com fins abertamente políticos: formar uma "secretaria da mulher" dentro de seu partido para aumentar a participação política da mulher. A meu ver, ampliando aqui o escopo interpretativo de seu depoimento, esta PLP atuante explicita também o objetivo de aumentar as possibilidades para sua inserção no campo político, via partido político. Revela-se, assim, a pretensão de realização de um projeto político forjado a partir do desejo de realização de um projeto pessoal seu: solidificar um lugar de destaque para si naquele espaço. Para tanto, ela

lança mão de vários recursos, sendo que o principal deles é sua credencial de promotora legal popular que desenvolve um trabalho com mulheres.

Nestas situações, Anete demonstra um excelente domínio dos códigos que regem aqueles espaços semânticos e a manipulação destes para a concretização de seus projetos. Ela revela um saber prático particular ao utilizar uma categoria que sabe ter um alto valor naquele contexto: ela assume-se feminista. Quando inquirida sobre o significado, ela rapidamente procura fazer a especificação de sua concepção, na tentativa de afastar qualquer confusão, dizendo-me que não é uma feminista que não gosta de homens, pelo contrário. Ela é uma feminista diferente, que gosta de homens e, portanto, é feminina.

Assim, ao privilegiar em minha análise o ponto de vistaêmico sobre o uso estratégico e contextual da categoria "ser feminista", chego à conclusão de que as PLPs atuantes, ao contrário de estarem reclamando por um lugar dentro do movimento feminista, estão-se utilizando de um recurso discursivo que sabem ser de alto valor dentro dos espaços semânticos do campo político pelo qual circulam. Com isto revelam, além do domínio de diferentes códigos culturais tal como sugeri, a busca por um lugar dentro do campo político. Ao obterem reconhecimento e legitimidade para seu trabalho, conseguem realizar os seus projetos individuais através de uma mudança de status social traduzido pela aquisição de prestígio, capital simbólico e, eventualmente, de capital financeiro.

Todo este movimento demonstra um fenômeno social peculiar que é a abertura de um novo campo de possibilidades para a ascensão social para as mulheres de grupos populares urbanos através da política comunitária. Os termos e alcance desta participação política específica serão problematizados no quinto capítulo, subsidiados pelos elementos da trajetória de vida de Anete, Elvira e Alice, as três PLPs atuantes que estavam à frente do SIM/Partenon no período da minha pesquisa, objetos de análise no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO IV - FEMINISTAS OU FEMININAS? O TRIO DE PLPs ATUANTES DO PARTENON

---

A fim de compreender os termos em que se dá a forma de participação política destas mulheres de grupos populares urbanos, neste capítulo analiso alguns elementos das trajetórias de vida de Anete, Elvira e Alice, as três PLPs/Partenon que acompanhei na sua atuação. Tendo em vista os elementos analisados no segundo capítulo desta dissertação - o modelo de segmentação que caracteriza o grupo de PLPs/Partenon, as diferentes formas de inserção no campo político comunitário, o revezamento dos sub-grupos na atuação no SIM/Partenon - creio que as trajetórias destas três mulheres são significativas do universo de investigação e podem ser tomadas como exemplares para a reflexão sobre a experiência das PLPs como um todo. Evidentemente há que se resguardar as especificidades das diferentes atrizes deste campo; contudo, o meu intuito com a análise do caso destas três PLPs é, sobretudo, lançar hipóteses interpretativas sobre a experiência da participação política de mulheres de grupos populares urbanos que possuem elementos em comum com a experiência de vida destas PLPs.

Neste sentido, resgato elementos das trajetórias de vida de Anete, Elvira e Alice os quais me parecem condicionantes, senão decisivos, da forma como estas mulheres praticam a sua militância política. O meu intuito é compor um quadro interpretativo do universo referencial de valores destas mulheres, para poder entender como estes valores estarão em negociação com os diferentes códigos culturais com os quais elas têm contato em seu cotidiano, compondo, assim, a sua "experiência total de vida" (cf. Geertz, 1998)<sup>59</sup>. Neste sentido, procuro situá-las dentro de um contexto cultural mais amplo, do qual atualizam determinados valores. Trata-se de elementos culturais que se inserem dentro de um ethos específico: a cultura dos "grupos populares urbanos" (cf. Fonseca, 1995b).

Ao meu ver, há pelo menos três traços em comum nestas trajetórias que me parecem definir as condições de participação política destas mulheres: o modelo feminino popular da

---

59 Geertz (1998) utiliza essa expressão para definir as habilidades e sensibilidades adquiridas através da experiência coletiva, social combinada com a "construção e destruição de sistemas simbólicos, à medida em que indivíduos, ou grupo de indivíduos tentam fazer sentido da profusão de coisas que lhes acontece." (Geertz, 1998:180). Apesar de o autor estar remetendo-se a habilidades e sensibilidades de entendimento da arte enquanto um sistema cultural dentro de uma moldura social particular, creio ser esse conceito extremamente frutífero para refletir sobre o universo simbólico de minhas informantes, posto que implica na combinação entre concepções e práticas advindas da dinamicidade e processualidade da experiência vivenciada.

"mulher valente", o respaldo de suas redes de parentesco e a importância em "ter um homem". Todos estes elementos, que estão, julgo eu, diretamente associados com a possibilidade de participação política destas mulheres, são fundamentais à caracterização do universo cultural dos grupos populares urbanos, conforme sugere a literatura especializada. Passo então a resgatar alguns elementos da trajetória de vida das três PLPs atuantes, para em seguida analisá-las.

### 1. Anete, Elvira e Alice: Três Trajetórias

Como salientei no segundo capítulo, ao descrever os subgrupos que conformavam a turma de PLPs/Partenon, Anete, Elvira e Alice constituíam o pequeno grupo de moradoras da Vila São Miguel. Trata-se de três amigas, vizinhas. Na época do curso, Anete parecia ser a referência para o grupo, sendo a única que se auto-definia como *liderança comunitária* e a que tem uma maior trajetória na militância política. Elvira e Alice são duas irmãs, vindas do interior do Rio Grande do Sul, e que, em comparação com Anete, possuem uma trajetória política mais recente, desencadeada por diferentes motivações como mostrarei a seguir.

Um elemento que importa salientar é que a trajetória política destas mulheres passa por inúmeros canais: desde o movimento estudantil e CEBs como, no caso de Anete, associação de moradores, partido político, movimentos populares, de mulheres; mas nenhuma delas parece ter alguma participação no movimento negro. Elvira e Alice são mulheres que é possível caracterizar como negras; no entanto, a questão de raça parece não ser um apelo significativo para elas. Apesar de algumas PLPs militarem no movimento negro, no caso destas três PLPs atuantes do Partenon esta preocupação em nenhum momento apareceu ao longo do nosso contato. Assim, naquele momento da minha pesquisa a questão de raça se oblitera diante de questões de classe e gênero, estas sim, amplamente presentes no cotidiano da prática política do trio, como se poderá perceber melhor no quinto capítulo. Passo a detalhar as trajetórias de vida individuais de cada uma delas, procurando salientar como os elementos de sua vida cotidiana influenciam a forma de participação política que acompanhei durante a minha pesquisa.

### 1.1. Anete

Anete é uma mulher branca, de estatura mediana, de fartos seios e quadris. Tem cabelos ondulados, castanhos claros. O seu rosto redondo estava invariavelmente maquiado com fortes sombras azuis e batom vermelho, além de ter sempre as sobrancelhas fininhas, sempre bem aparadas. Além disto, gostava de estar sempre com as longas unhas pintadas de vermelho carmim. Portanto, embora para as suas colegas os signos de feminilidade se centrassem nas vestimentas, tal não era o caso de Anete. No período de inverno em que estive com elas, que em Porto Alegre é muito frio, seu estilo de vestir se adequava às baixas temperaturas. Pelo que pude notar, compunha-se na maioria das vezes de surradas calças de malha de algodão, variando entre uma cinza, uma azul escuro e outra preta. Vestia diversos blusões de lã das mais variadas cores, e por cima deles, punha a camiseta do SIM, seu uniforme de trabalho. Literalmente, ela era a única que "vestia a camiseta". As combinações das peças nem sempre me pareciam muito harmônicas. Nos dias mais frios, usava casacos ainda mais quentes por cima das roupas. Segundo comentava, preferia usar tênis, alpargatas e sapatos baixos, pois eram mais confortáveis para agüentar durante o dia inteiro a sua *bateção de perna*.

Ao meu ver, Anete é uma mulher extremamente decidida, de opiniões marcantes e muito beligerante. Tem um temperamento "explosivo", que a leva a situar-se sempre em posição defensiva e desafiadora, prestes a irromper em calorosas discussões. Mostrava uma grande preocupação com o trabalho e a qualidade com que estava sendo feito. Com relação às reuniões, os plantões no SIM e as tarefas que tinha de cumprir, revelava um alto senso de responsabilidade e disciplina, cumprindo horários à risca, orgulhando-se em contar que seu pai costumava dizer-lhe que *se ela fosse homem, ela seria militar como ele*.

Dadas estas suas características pessoais, somadas a algumas outras que costumava lembrar - como um maior grau de escolaridade do que o das outras duas PLPs atuantes, já que Anete possui o segundo grau completo e seus colegas não terminaram o primeiro - parece-me que se colocava numa posição de comando sobre o grupo. Ela decidia o que tinha de ser feito, como deveria ser feito e dava a última palavra sobre as decisões. Evidentemente que isto não acontecia sem maiores tensões entre o trio, coisa muito recorrente nas suas interações cotidianas.

Dificilmente Anete falava sobre a sua história pessoal acerca da vida familiar. Os seus assuntos preferidos giravam em torno de sua atuação política: as reuniões das quais participava, seu trabalho na *comunidade*, seus planos dentro do partido em que militava. As raras referências sobre a sua história de vida apareciam em meio aos assuntos de sua militância, o que parece ser recorrente entre as três PLPs atuantes. Tendo isto em conta, reconstruir sua trajetória é uma tarefa complicada. Passo a arrolar os fragmentos da sua história que pude registrar.

Contou-me que nasceu em 1955 em Canoas, cidade da grande Porto Alegre. Quando soube que eu vinha de Uruguaiana, interior do estado, isto a incentivou a falar sobre os seus parentes paternos. Na família de seu pai só havia dois homens, sendo o restante mulheres - suas tias - as quais *se casaram bem*, permanecendo naquela cidade. Anete, declara representar a parte pobre da família, comentando entre risos que *são tudo dinheirudo, de vileira, só eu!*

O seu pai, como era militar, veio para a capital, fixando-se em Canoas, onde Anete nasceu. Muda-se para a vila São Miguel em Porto Alegre poucos anos depois, onde ela vive até hoje. O seu pai faleceu há poucos anos, deixando a sua mãe viúva. Ela vive também na Vila São Miguel, junto com as suas duas filhas *solteironas* - como lembra Anete, sendo ela a mais velha. Conta com a ajuda da mãe e das irmãs, tanto para cuidar dos seus dois filhos adolescentes, quanto para uma certa ajuda financeira, o que facilita a realização de seu trabalho comunitário voluntário.

Raramente a ouvi falar no seu marido. Havia sempre algo de complicado que se ligava a ele, o que levava a uma certa evitação do assunto. A situação conjugal atual de Anete nunca ficou muito clara no seu discurso. Quando eu insistia no tema, ela respondia evasivamente. Em determinados contextos ela fazia referência a ele; em outros, ouvi-a dizer que estavam separados. Quando lhe perguntei se seu marido não se importava que ela chegasse muito tarde em casa todos os dias, ela me disse laconicamente: *O meu não vê, por que ele nunca tá em casa*. Insisti, dizendo-lhe que não havia entendido. Ela contou-me que o seu marido não morava na cidade, mas numa praia do litoral gaúcho. Afirmei, então, que eles estavam separados. Ao que ela rapidamente replica: *mais ou menos. De dezembro a março eu sou casada. Mas de março a novembro eu sou separada (ri). É que ele trabalha lá. Ele é mecânico e daí a oficina é lá*. Perguntei-lhe se ela não havia querido morar com ele lá. Ela respondeu-me que preferia o movimento da cidade à calma da praia no período de inverno,

encerrando rapidamente o assunto aqui. Havia algo de misterioso nesta história, que não conseguia descobrir.

Um dia em que estava empolgada a falar sobre a sua adolescência, perguntei-lhe como havia conhecido o seu marido, se ele também era morador antigo da vila São Miguel. Ela disse-me que ele era *da cidade do Olivio<sup>60</sup>, São Luis! Veio adolescente para Porto Alegre, morar com uma tia*, que era vizinha de seus pais. Continuou contando que quando o conheceu, *ele já tinha uma filha, teve aos 17 anos de idade. Quase com a idade do filho dele hoje, ele já era pai!*

Anete contou-me ainda que o seu marido *sempre foi terrível*, pois quando ainda era noivo dela, tinha outra noiva em Santiago, coisa que ela descobriu por acaso. Perguntei-lhe se ela não havia desistido de se casar com ele por isto, ao que ela me responde com certo ar de surpresa diante da minha pergunta: *Eu não, a outra que desistisse. Ele tava morando aqui. Era mais certo que era comigo que ele ia ficar. Eu não me estresso por causa de homem. Nem tô com ele. Se me quiser vai ter que me querer assim, do jeito que eu sô. Quando ele me conheceu eu já era assim, já fazia os meus movimento estudantil*. Na ocasião não entendi muito bem a relação que ela havia feito entre o casamento e sua participação no movimento estudantil, mas antes que eu pudesse perguntar novamente, ela logo mudou de assunto.

Em outra ocasião ouço-a fazer menção ao seu casamento. Pergunto-lhe se ela havia casado de véu e grinalda. Ela, inflando-se toda, me explica: *Tudo como manda o figurino! Teve um coquetel, salgadinhos, chope e refri. Meu pai pagou tudo. Eu me lembro, a gente passou dias e noites fazendo os salgadinhos, mas tinha o que comer que não era mole*. Mas antes que eu continuasse, Anete mudou novamente de assunto, chamando Alice para tomarmos um café.

Num dos plantões do SIM, estávamos conversando com um funcionário da prefeitura, conhecido do marido de Anete, quando descobri o "mistério" que envolvia seu casamento. O senhor, no meio da conversa, pergunta pelo marido de Anete, que há muito tempo não via. Alice, com seu jeito "espalhafatoso", falando alto, "sem papas na língua", e gesticulando seus longos braços, conta que *ele foi fugido para a praia porque os brigadianos queriam matar ele! Na época da invasão da chácara do primeiro ele prometeu casa com tudo, completinha, com banheiro e tudo por um preço X* (ela diz o valor, algo como 1800 reais) *e quando as casas chegaram eram umas porcarias, não era nada do que ele tinha dito e daí os caras*

*queriam o dinheiro de volta e então ele teve que fugir. Passou a perna nos brigadianos!* Anete, que estava ao telefone, fazia sinais para que Alice parasse de gritar.

Foi a partir disto que comecei a juntar os fragmentos de informações de que dispunha, e a história passou-me a fazer sentido. A invasão de terras de que falou Alice ocorreu na época em que elas faziam o curso de PLPs, em 1996. Trata-se de uma área verde, entre as vilas São José e São Miguel, perto da casa de Anete. A área foi invadida por famílias de praças da Brigada Militar (BM), ocupando as terras e formando uma comunidade denominada "Chácara do I BPM". Como a demanda por casas pré-fabricadas na região aumentou neste período, o marido de Anete, que tinha uma oficina mecânica no quintal de sua casa, acabou por montar uma madeireira, fornecendo casas para os novos ocupantes do lugar. Elvira, esposa de uma praça da BM, apossou-se de um terreno para sua família, encomendando uma das casas oferecidas pela nova madeireira. Mas, pelo visto, o empreendimento do marido de Anete não deu muito certo, e ele teve que sair *fugido* para o litoral gaúcho, onde ainda trabalha como mecânico, mandando mensalmente uma quantia de 150 reais para Anete.

Pelo que conta Anete de seu marido, o ocorrido não era de todo alheio ao seu estilo. Em uma de nossas conversas - eu, Alice e Anete - surge em meio a outros assuntos a história do marido de Anete. Segundo ela, ele metia-se em situações complicadas por não gostar muito de trabalhar: *foi sempre terrível. Me deu dor de cabeça! Quando tava na Brigada, então? Bah, vivia preso ou vivia matando toda a família só pra não ir trabalhar. Me deu trabalho.* Além disto, teve vários empregos e nunca se fixou em nenhum. Em meio às reclamações de Anete, Alice intervém e procura suavizar a imagem do marido da sua amiga: *acho o MAN<sup>61</sup> legal, um barato! Apesar de ter passado o rapa no meu cunhado e na minha irmã, embolsando o dinheiro deles e fugindo, eu gosto dele. Ele é bem divertido.* Anete, entre suspiros, complementa: *mas ele é assim mesmo, nunca vi facilidade maior. Ele se dá bem com todo mundo. Se ele andasse fazendo trabalho na comunidade, te garanto que tinha assim de gente com ele. Ele tem uma lábia, conquista as pessoas. Mas não se escreve o que ele diz!*

O fato de Anete se furtar a este assunto parece fazer sentido quando se conhecem os detalhes da história de seu marido, bem como a grande preocupação que tem Anete com sua *imagem na comunidade*, a sua *representatividade*, como costumava dizer. Mas em

---

<sup>60</sup> Atual governador do estado do Rio Grande do Sul, eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>61</sup> A fim de proteger a identidade das pessoas que são citadas pelas informantes na etnografia, troquei os nomes por siglas. Por exemplo: MAN significa Marido de Anete; MA, Marido de Alice e ME, Marido de Elvira. Estas siglas somente são utilizadas quando em seus depoimentos elas citam os nomes das pessoas em questão.

compensação, seu assunto predileto é a sua trajetória na política comunitária. Enfaticamente, lembra-me que vive há *quase 40 anos na comunidade* - fato de que notoriamente se orgulha quando me ia explicando e mostrando os limites da vila em nossas caminhadas diárias entre um plantão e outra atividade.

Numa destas ocasiões, ela mostrou-me a igreja e o colégio São José do Murialdo, assinalando que crescera ali dentro. Como me mostrasse interessada pelo assunto, ela ia apontando-me as quadras de esporte, os pavilhões: *aqui que eu fazia balé, ali que eu jogava handebol e vôlei. Estudei aqui até o segundo grau. Sempre tive na igreja, participando de grupos de jovens, das CEBs. Anete cursou o curso técnico em administração de empresas durante a década de 70, parando de estudar porque, segundo conta, não passou no vestibular. Foi ali, no ambiente da escola e da igreja, que começou a sua trajetória dentro da política comunitária, através dos grupos de jovens e do movimento estudantil.*

Segundo ela, era a mais *agitadora* de sua casa, sempre participando de passeatas e comícios - o que poderia lhe causar problemas em casa, já que seu pai era militar. Contudo, isto não afetou sua vida na política estudantil: *meu pai sempre soube de tudo o que eu fazia. Ele só me avisava, pra eu ter cuidado, que era bem na época da ditadura. Ai ele me dizia que iam dar um ataque a tal hora em tal lugar que era pra eu me cuidar, que não iam me poupar só por que eu era filha dele.. E era assim, eu me cuidava, mas teve vez que eu apanhei também. Bomba de gás, os cara colocavam os cavalo por cima da gente... eu sempre fui assim, a mais agitadora da casa. As minhas irmãs não, ninguém quis saber dessas coisas. A gente cansava de fazer reunião escondida, levar panfleto...*

E assim seguiu a sua vida na política comunitária, na qual ela formou um grande currículo que não se cansa de listar: *delegada nata* do OP municipal, secretária da Associação da Vila São Miguel (ACOVISMI), ativista da CEB local, trabalho com os *sem-terra e os sem-teto*, catequista, militante petista com curso de formação política pelo PT, organizadora do primeiro núcleo feminino do PT no Partenon, representante da Comissão Regional de Assistência Social (CRAS)<sup>62</sup>, educadora popular do MOVA, promotora legal popular, concursada para agente comunitário de saúde e atualmente delegada do OP estadual e

---

62 Segundo conta, ela foi uma das primeiras conselheiras, e que na época dela trouxeram o NASF para o Partenon. O Núcleo de Apoio Sócio-Familiar, é um programa ligado à FESC e que tem um projeto ligado à UNICEF para retirar adolescentes e crianças das camadas urbanas de baixa renda das ruas, afastá-las das drogas e impedir a evasão escolar. Anete conta que *no NASF dão uma bolsa de 150 reais para as famílias carentes, que essas famílias têm um acompanhamento de assistentes sociais pra ver onde está sendo aplicado o dinheiro, se não está sendo usado pra tomarem cachaça, se as crianças tão sendo bem alimentada.*

militante do PSB, ocupando o cargo de secretária geral da Secretaria da Mulher do partido, de que foi a idealizadora.

## 1.2. Elvira

Elvira é uma mulher mulata, de baixa estatura, de olhos claros amendoados. Costumava usar batom vermelho nos lábios grossos e manter as sobrancelhas sempre bem aparadas. Gostava de andar bem arrumada, sempre combinando as peças de roupas que vestia. É a irmã mais velha de Alice, nascida na cidade de Rio Grande, em 1954. Segundo contou, sua mãe era solteira quando a concebeu, casando-se mais tarde com o pai de Alice, que a registrou como filha. Gostava de falar de sua "cultura" familiar, enfatizando como ela lutou para mudar: *eu fui criada no interior, meu pai era ferroviário e eu fui criada assim, o pai trabalha fora e mulher e filha de ferroviário não pode sair de casa. Tem que ser dona de casa. A gente foi criada pra isso, mas comigo não. Eu não aceitei isso e com o meu marido é diferente...*

Elvira tinha um temperamento dócil, sempre muito carinhosa no trato com as pessoas, mas advertia: *não mexe comigo que eu viro bicho!* Era extremamente calma e paciente, parecendo estar sempre meio aérea, com o pensamento distante. Tinha uma postura extremamente "política": era agradável com todos, distribuindo elogios, homenagens e afeto. Contudo, tinha posições marcadas e opiniões fortes, que não pareciam ser muito ostensivas quando as colocava, devido ao seu estilo ameno. Gostava muito de conversar, sempre contando muitas histórias sobre os seus filhos, marido e o seu *trabalho comunitário*. Tinha a fala mansa, acompanhada por gestos suaves e lentos. Nunca chegava no horário marcado; os seus atrasos já eram a sua marca registrada, e geravam indisposições com Alice e Anete, cujos ritmos eram absolutamente opostos.

Elvira está casada há mais de 23 anos, com um homem de idade aproximada à sua. Ele é praça da Brigada Militar, ocupando o cargo de músico da banda da BM. Além disto, ele faz parte de uma banda musical que se apresenta em clubes, festas e casas de shows pela cidade. Tem dois filhos homens, um de 9 e outro de 22 anos de idade. Tinha uma filha, que morreu em um atropelamento quando tinha 7 anos de idade. Fala muito em sua família, sempre em associação com assuntos referentes à sua militância. Conta que é muito cobrada por seus

filhos e marido com relação ao trabalho que faz, mas lembra que *nunca deixei de fazer meu trabalho na comunidade por causa dos filhos. Era só o que faltava!* Para tanto, sempre conta com a rede de parentesco por afinidade: a irmã e as sobrinhas de seu marido. Ela não completou o ensino fundamental e trabalhou por muito tempo como auxiliar de enfermagem num grande hospital de Porto Alegre. Parou de trabalhar há 11 anos, e a partir daí passou a dedicar-se exclusivamente ao seu trabalho na comunidade. Este marco na vida de Elvira não parece ser muito casual. Coincide diretamente com uma importante passagem em sua vida que conjuga problemas de saúde, uma gravidez de risco, problemas conjugais e o falecimento de seu pai.

Como gosta de contar histórias, Elvira falou-me longamente sobre esta passagem que marca sua vida, com uma impressionante riqueza de detalhes. Procuo recontá-la aqui, de maneira sintética, de modo a tornar a leitura mais ágil, o que acarreta uma perda da riqueza do fluxo da narrativa. Ela introduz a história dizendo-me que em uma época o ME<sup>63</sup> andou *aprontando*. Por essa altura, ela estranhou o fato de ele chegar muito tarde em casa. Mas de início não deu muito importância ao caso: *Daí, eu tava assim, eu tava num momento assim... muito meu, sabe Alinne. Eu tava muito fragilizada. Meu pai doente em Pelotas, eu tava fazendo tratamento com radiação pra minha hérnia - que eu tenho um problema na coluna, da 6ª até a 10ª vértebra -, os médico me atucanando por causa que eu tava desconfiada da gravidez e se tivesse eles queriam que eu tirasse por causa da radiação e se eu tivesse eu ia querer ficar. Meu pai doente, só chamando por mim. Foi assim, barra. Eu tava muito sensível. Daí eu recebi um chamado urgente de Pelotas, que meu pai tava muito mal.*

Segue contando que teve de viajar inesperadamente, passando uma semana com seu pai doente. Naquela época, ela e a sua família nuclear moravam no mesmo *pátio*<sup>64</sup> da parentela de seu marido. Ao retornar a Porto Alegre, sua cunhada (irmã de seu marido) com quem tinha deixado seu filho, contou-lhe que ME não aparecia em casa havia dias. A partir daí, ela passou a se incomodar com o comportamento dele: *Ah, Alinne, aí eu fiquei por conta. O filho ali, uma semana sozinho e ele nem foi capaz de ir lá ver ele? Por mim não, mas o próprio filho! Vê se tem cabimento? Daí eu disse, pode esperar que eu vou ver o que tá acontecendo.*

63 Utilizo esta sigla para me referir ao Marido de Elvira (ME), resguardando seu verdadeiro nome.

64 Pátio é uma expressão êmica para designar o terreno onde vivem várias unidades familiares de uma mesma rede de parentesco. É uma categoria recorrente na literatura sobre grupos populares porto-alegrenses e que

Elvira tomou uma providência: chegou de surpresa na boate em que seu marido estava tocando naquela noite. Lá chegando, surpreendeu seu marido com uma amante: a cantora do grupo, que também era praça da BM. Disse ao seu marido que *tinha ido ver o show e pra saber dele, porque ele não andava aparecendo em casa e que ia ficar ali na frente olhando o show e que se tivesse uma olhada que eu desconfiasse, ia voar copo de chope no palco. Que eu ia acabar com eles, ia arrasar, fazer um escândalo, acabar com a reputação do grupo, que eles não iam conseguir mais nenhum lugar pra tocar.* Conta Elvira que seu marido *nem respirava lá em cima* e quando acabou o show, ela foi com seu marido para casa e *chamei ele pra conversa. Eu disse pra ele: 'escuta aqui, qual é o teu problema? O que tá acontecendo contigo?* E ele respondeu-lhe que não havia nada.

Passaram-se alguns dias e Elvira foi chamada novamente na cidade de seu pai, já que o estado de saúde dele se tinha agravado, levando ao seu falecimento. A história do comportamento de ME repetiu-se. Quando retorna a Porto Alegre, Elvira decide *dar um flagrante* em ME. Houve outro show e, embora seu marido a tivesse proibido de ir até lá, Elvira foi escondida e na primeira oportunidade, puxou a amante de seu marido pelo braço: *'escuta, depois do show tu vem aqui que eu quero falar contigo!'* Segundo ela, quando o show acabou a mulher não apareceu, escondendo-se dela. Seu marido quando a viu foi perguntar-lhe o que ela estava fazendo ali, ao que ela respondeu que tinha ido falar com a sua amante. Durante a conversa com ME, Elvira avistou a suposta amante saindo rapidamente. Correu atrás da mulher, puxando-a pelo braço para uma conversa. O diálogo que teve com a tal mulher me foi assim reproduzido: *dai eu disse: 'escuta aqui, eu disse que queria conversar contigo. Tu não precisa ter medo, eu não vou te agredir'. Dai ela tirou o braço assim e me disse; 'o que tu quer comigo?' 'Eu quero saber o que tá acontecendo com o meu marido. Porque o que é meu eu não divido. Até agora que eu saiba ele é meu home e eu quero saber se é ainda.'* E ela: *'eu não tenho nada pra falar contigo, se ele tá assim, é porque tu deve ter falhado com ele'.*

Elvira conta que se *enfureceu* com a mulher, chamando seu marido que as observava de longe para fazer uma "acareação": *'vem aqui, escuta só o que essa vagabunda tá dizendo, eu quero que tu diga agora aqui onde foi que eu falhei contigo.'* E ele *quietinho.* Dai eu disse pra ela *'sabe que tu tem razão? Falhei, falhei sim. Se eu falhei foi em não acompanhar meu*

*marido em todos os lugares que ele ia tocar e foi só nisso.* Na seqüência, Elvira ameaça a amante de seu marido, ordenando-a que o deixasse em paz, caso contrário ela poderia "acabar com a vida" da tal mulher. A amante sai correndo, refugiando-se no camarim. Segundo conta Elvira, ela e seu marido passaram a discutir, até Elvira estapeá-lo. Perguntei-lhe se ele não havia revidado, ao que ela diz: *não, nunca! Coisa mais engraçada, ele nunca me tocou um dedo. Foi uma baixaria, na frente de todo mundo. Daí ele saiu, dizendo que não ia pra casa comigo. Eu saí atrás da mulher, passei a mão num pau e fui atrás dela no camarim. Mas ela me fugiu!*

Após este ocorrido, seu marido saiu de casa, passando dias fora, voltando alguns dias e saindo novamente. Elvira conta que essa foi uma época muito difícil, já que estava grávida, sozinha, o problema na sua coluna se tinha agravado e o seu filho estava sofrendo. Conta que o marido *não colocava nada pra dentro de casa. Gastava todo o dinheiro dele com as vagabundas por aí. E não era justo, né? Eu colocando tudo pra dentro de casa e ele nada. Aquilo já tava me deixando mal, aquela situação tava me humilhando, me rebaixando mesmo como mulher. Ah, daí eu pensei, com o barrigão aqui, 'eu não sou mulher pra isso'! Tirei ele de casa! Daí ele ficou um tempão sem aparecer.* Neste momento de sua narrativa, pode-se perceber a atualização de determinados códigos culturais que apontam para a valorização da lógica do provedor e do pacto de reciprocidade conjugal (Cf. Fonseca, 1991, Zaluar, 1994 e Sarti, 1996), as quais caracterizam as relações de gênero entre grupos populares urbanos. Voltarei mais tarde a esta questão.

Elvira conta ainda que sua cunhada - a irmã de seu marido - não se conformava com a situação em que ME a havia deixado. Então, as duas resolveram fazer compras para o bebê que estava por nascer, e pôr as contas no nome dele. Feito isto, foram enfrentá-lo no quartel em que trabalhava: *A gente chegou no quartel e ele me viu e veio todo doce: 'meu bem! fazendo compra é?' Sim, né Alinne. Por que ele andava fazendo as patifaria dele por aí mas eu nunca deixei de ser a mulher dele. Quando ele viu as notas no nome dele, esse home virou bicho. Disse que não ia pagar nada, que ele não tinha nada que ver com isso. Daí a gente botou a mão na cara dele e disse um monte de verdade pra ele, que ele era um sem-vergonha, irresponsável, como ele podia abandonar a família assim, a mulher grávida de um filho dele. Porque só faltava ele dizer que o filho não era dele, né. Mas eu disse pra ele que era um pena eu tá grávida, senão eu colocava um homem no meio das minha perna.* Uma vez mais. Elvira atualiza valores que compõem a lógica relacional de gênero entre grupos populares urbanos,

na qual, segundo Fonseca (1991), a honra masculina está diretamente associada com o comportamento sexual de sua mulher. Nesse contexto, se o homem não cumpre adequadamente o seu papel, a mulher desobriga-se da fidelidade sexual, ameaçando publicamente a honra masculina (Cf. Fonseca, 1988). Como nos contextos dos grupos populares os espaços público e privado se interpenetram, será a palavra da mulher na esfera pública a instituir a moralidade vigente, manipulando através das fofocas, piadas e acusações a imagem pública do homem.

Após este incidente, Elvira conta que seu marido foi voltando para casa *de mansinho*, até retornar definitivamente quando faltavam três dias para o nascimento do seu filho. Segundo conta, após este incidente, ele *se acalmou*, tendo apenas mais um caso em 97. Restrinjo-me aqui apenas à primeira história, a qual parece ser um marco significativo na vida de Elvira, posto que a partir daquele momento Elvira deixou de trabalhar e passou a dedicar-se ao *trabalho comunitário*: *é, fica gastando dinheiro na rua, que gaste comigo! Ele me dá tudo. Peço dinheiro sempre pra ele, quando ele diz que não tem eu vô lá e pego. Hoje mesmo eu pedi pra ele e ele me disse que não tinha. Eu sabia onde tava o dinheiro dele, fui lá, no bolso da calça dele e tirei 50 conto e coloquei na minha bolsa. Mas eu sei que é tudo dinheiro que ele tá juntando pra colocar na casa. Agora tá preocupado com a casa. Ele ganha 600 por mês e não dá pra nada. Eu sei que o coitado sofre, fica chateado por não poder me dar as coisas.*

Mas, segundo Elvira, o fato de ela não ter um trabalho remunerado não é vivido de forma muito tranqüila pela sua família. Ela contou-me que é muito cobrada por isto: *ah, ele enche o saco! Ele e os filho. Uma vez ele me falou que eu só ficava por aí batendo perna, que eu tinha que conseguir um emprego. Ah, mas eu virei bicho, guria. Disse pra ele 'mas vai ti fudê, cara! Tá pensando o que comigo? Tu não tem moral nenhuma pra me cobrar nada, ainda mais me dizer uma coisa dessas.'* Santo remédio, daí ele não falou mais. *As vezes ele tenta dá uma faladinha assim, dá uma indireta, mas eu já vou logo cortando.*

Mas ao mesmo tempo em que enfatiza todos estes problemas vivenciados por ela junto ao seu marido, Elvira também relativiza seu comportamento, ressaltando as imensas qualidades de seu marido: *Olha, Alinne, eu não tenho nada pra dizer dele, sabe. Ele é uma rica criatura. Se ele tem uma coisa, ele divide com todo mundo. Ele quer ver todo mundo em volta dele feliz. É um cara bom, bom pai, aqueles filho têm loucura por ele e ele pelos filho, não deixa faltar nada em casa, é amigo, companheiro, brincalhão. Tu acredita que nós nunca*

*discutimo? Nunca brigamo. Só que tem isso, é? Olha, se eu te falar mal dele é mentira. De coisa que ele fez, só tem essas 2 ocasião que eu te contei. Não tenho o que reclamar dele.*

Assim, Elvira envereda-se para sua *vida comunitária, tando na luta há mais de 10 anos!* Ela é ativa participante da Associação das Esposas dos Praças da Polícia Militar (AESPOM), tendo ocupado o cargo de vice-presidente por algum tempo. Durante um período, foi representante desta associação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM). A partir da AESPOM, Elvira esteve à frente de inúmeros protestos pela melhoria dos salários da BM. Nesta entidade, organizou e participou de "panelaços" - protestos em frente ao Palácio do Governo Estadual, no qual as esposas de brigadianos portavam e brandiam suas panelas vazias, na busca de maiores salários para seus maridos. Com o mesmo intuito, Elvira, junto a mais 25 mulheres, acampou-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio do Governo Estadual, fazendo inclusive greve de fome por 45 dias.

Além destas atividades, participou de uma invasão da área verde, de propriedade da BM, já mencionada anteriormente. Elvira contou-me, entre risos, que: *a gente invadiu, quer dizer, se apossou. Fica melhor falar assim, porque a outra palavra é muito carregada, tem um outro sentido ideológico muito forte, se apossar é mais fraca, é melhor*. Trata-se de um local próximo à casa de Anete, onde Elvira conseguiu finalmente ter sua própria casa, comprando uma casa de madeira pré-fabricada do *marido de uma companheira nossa de luta*, Anete.

Entre estas atividades, Elvira fez o curso de PLPs, e assumiu o trabalho no SIM/Partenon desde seu princípio, chegando a ser uma de suas coordenadoras. Em 1997, esteve inclusive em São Paulo participando de um Encontro de Mulheres, representando as PLPs/Partenon, com o intuito de levar um relato das experiências da sua atuação em Porto Alegre. Além disto, é participante da Associação de Moradores da Vila São Miguel (ACOVISMI) juntamente com Anete e Alice, e também organizando uma nova associação de moradores da recentemente formada "Chácara do I BPM". Também é delegada do OP de sua região, participando ativamente de todas as atividades e reuniões. Das três PLPs atuantes do Partenon, Elvira é a única que não tinha afiliação partidária, justificando o fato por gostar de ser uma *avezinha, voando livre e pousando de galho em galho*, leia-se de partido em partido. Contudo, este quadro muda ao longo dos meses em que estive com ela: filiou-se ao PSB, indicada por Anete. Neste partido, atua juntamente com sua amiga e sua irmã, *companheiras de luta* como enfatiza, na recém formada Secretaria da Mulher deste partido.

### 1.3. Alice

Alice é uma mulher mulata, magra, esguia. Gosta de andar sempre na moda, combinando as peças que veste. Costuma usar muitos anéis, brincos e colares, e sempre carrega batom na sua bolsa. Nascida em 1960, em Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul, é a irmã mais nova de Elvira. Antes de se mudar definitivamente para Porto Alegre, em meados de 1997, vivia entre esta cidade e Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul. Alice é também uma pessoa de personalidade marcante, estando sempre pronta para uma "briga".

Tem uma postura corporal que combina com a sua personalidade: caminha sempre ereta, como se estivesse em uma passarela, tem gestos largos que acompanham o ritmo e o alto tom de sua fala. Os seus maneirismos invariavelmente a fazem entrar em conflitos abertos e discussões calorosas com sua irmã e com Anete durante os plantões, ou com quem quer que seja nas reuniões que frequenta. Estas características por vezes a levam a ser rotulada por diferentes pessoas de *maluca*, *raivosa*, *destrambelhada*, entre outros adjetivos que ouvi, ainda menos lisonjeiros. Somada a estas, outra característica pessoal é a sua extrema disposição; está sempre muito agitada, chegando a ser irrequieta. Está sempre pronta a fazer esforços físicos e a tomar providências, seja na organização e limpeza do espaço físico onde são feitos os plantões do SIM e para ajudar voluntariamente onde se faz necessário, seja para *bater perna pelas ruas do Partenon*.

Estudou até à sexta série primária e não possui nenhum trabalho remunerado. Contou-me que se sustenta com o dinheiro da *herança que o pai deixou*. Trata-se, na realidade, da pensão deixada pelo seu falecido pai, funcionário da Rede Ferroviária Federal. Segundo Alice, é ela quem administra a pensão, já que ficou responsável pela mãe, com quem morava em Pelotas antes de se mudar definitivamente para Porto Alegre. Atualmente, sua mãe mora com Elvira em virtude da sua nova casa comportar mais pessoas do que a de Alice. Assim, Alice dá uma parte da pensão do seu pai para Elvira, a fim de cobrir as despesas de sua mãe. Em Pelotas reside ainda o seu outro irmão, também casado.

Quando a conheci, na época do curso de PLPs em 1996, morava com a família de Elvira - seus dois filhos e marido - e sua mãe, já que não era casada. Nesta época, lembro-me de a ouvir falar sobre as *festas e cervejadas* que fazia com outras colegas solteiras do curso.

Numa destas festas, já quase no fim do curso de PLPs, ela conheceu o homem com quem vive até hoje. Apesar de usar aliança, para assinalar o seu estatuto de casada, Alice me contou que não o é *no papel*.

Durante um período, ela e o seu companheiro - a quem se refere como o seu *marido* - moravam junto com a família de Elvira. Porém, quando finalmente a nova casa de Elvira ficou pronta e ela mudou de residência, Alice alugou uma pequenã peça, nas cercanias da casa de Elvira, onde vive atualmente com seu companheiro. Ela não possui filhos, mas que *tem dois sobrinhos maravilhosos*, referindo-se aos filhos de Elvira. Quando questionada sobre seu desejo de ser mãe, ela rapidamente responde que somente os terá após conseguir uma casa própria, que planeja construir no terreno que havia recém-adquirido em Viamão, uma pequena cidade-dormitório próxima ao bairro onde reside atualmente.

Ao contrário de Anete, o assunto predileto de Alice era o seu *marido*. Estava sempre a falar nele: que o havia deixado em casa, cozinhando para ela, que ele estava cuidando da sua mãe para que ela pudesse ir fazer o seu trabalho, o que ele fazia, além da preocupação em conseguir-lhe um emprego. O marido de Alice foi o único *marido* que pude conhecer, já que ele sempre a acompanhava em inúmeras atividades. É um homem jovem, alto, negro, gordo. Pareceu-me muito tímido; nas poucas vezes em que nos vimos, raramente o ouvi falar. O seu silêncio e aparente introspecção contrastam fortemente com a tagarelice de Alice. Ela mesma assinala este fato, entre risos, ao comentar comigo que não sabia como ele a *aguentava*, já que ele era um *leso*! Alice contou-me que ele está desempregado, mas que o seu ofício é mecânico. Assim, ambos contam com a pensão deixada pelo pai de Alice.

Logo após este comentário, Alice passa a arrolar uma série de "qualidades" do seu marido, com o intuito, creio eu, de não o desabonar completamente aos meus olhos. Lista-me as coisas que ele trouxe para a casa deles, do concurso que está pensando em fazer para ser mecânico da companhia de transportes pública da cidade. Além disto, ele é muito prestativo, já que está sempre na casa de sua cunhada ajudando na capinagem do terreno e cuidando da sua sogra quando Alice e Elvira não estão em casa - ou seja, a maior parte do dia.

A trajetória de Alice na política comunitária está muito ligada à da sua irmã. Contou-me que começou a interessar-se pela *questão dos direitos* quando o seu pai faleceu, pois teve de *correr atrás de documentação, para conseguir a pensão dele*. Depois disto, ela passou a se *meter na coisas da Elvira*. Mesmo não sendo casada com um brigadiano, como a sua irmã, Alice diz que militava nas mesmas causas que Elvira, tendo participado da invasão dos

terrenos e da Associação das Esposas dos Praças da Brigada Militar. Participou, inclusive, do acampamento que esta associação fez na Praça da Matriz, em frente ao palácio do governo, e da greve de fome.

O que difere nelas é a filiação partidária de Alice, quem era militante petista há mais ou menos dez anos e atualmente era filiada ao PSB, por indicação de Anete. Segundo contou-me, era ainda delegada do OP da sua região há mais ou menos dez anos: *É sempre a gente, sempre as mesmas porque não tem outras. Porque ninguém vai nas reunião, só a gente. Não faltamo uma!*”. Além disto, faz parte do Conselho Popular do Partenon (CPP) e é ativista da Associação de Moradores da Vila São Miguel (ACOVISMI), juntamente com Anete e Elvira. A partir destas inserções, participa ativamente de reuniões das Comissão Local Interinstitucional de Saúde (CLIS) e da Comissão Regional de Assistência Social (CRAS). Durante o período desta última fase da etnografia, Alice era uma das coordenadoras do SIM/Partenon, coisa que lhe trazia outras funções, como por exemplo *batalhar* um local para se instalarem. Assim, participava de inúmeras reuniões com uma equipe da prefeitura, ligada à Assessoria da Mulher, com o fito de negociarem a obtenção de um espaço para o SIM.

Situadas estas diferentes trajetórias, passo a discutir analiticamente algumas regularidades que podem ser vislumbradas nelas. Estas regularidades apontam para o compartilhamento de valores culturais que são comuns ao universo dos grupos populares urbanos. Assim, pode-se identificar na trajetória das três PLPs atuantes a centralidade dos valores referentes à rede de parentesco. Esta constituiria uma base sobre a qual a vida destas mulheres se estrutura. Intrinsecamente ligada a isto, a atualização de valores referentes aos diferentes papéis de gênero revelam a lógica da complementaridade entre o masculino e o feminino, bem como o modelo feminino da "mulher valente". Ao meu ver, estes elementos culturais que marcam a forma de estar no mundo das PLPs indicam as condições da sua forma particular de militância política.

## **2. PLPs: Mulheres Valentes?**

De acordo com Fonseca (1995c) e Paim (1998), a "mulher valente" - um modelo de feminino típico dos grupos populares urbanos porto-alegrenses - é aquela que, ao aperceber-se de que a sua relação conjugal está em crise, lança mão de inúmeros recursos a fim de manter o "seu homem" e a unidade da sua família. Os casos analisados pelas autoras registram

situações em que mulheres enganadas pelos seus maridos se utilizaram de inúmeras estratégias - enfrentamento das amantes, por exemplo - além de transgredirem códigos sociais - saindo à noite desacompanhadas, por exemplo - a fim de manterem sua relação conjugal. A mulher que faz diligências com este intuito não só dispõe de legitimidade, como também recebe uma valorização social através de atributos percebidos como de valentia.

Estas características são identificáveis, por exemplo, na atitude tomada por Elvira, quando ela vê ameaçado o seu "pacto de reciprocidade conjugal"<sup>65</sup>. Ela sai à noite sozinha, vai até a boate onde está o seu marido e enfrenta a sua amante, ameaçando-a, tentando agredi-la e, por fim, agredindo o seu próprio marido. Nesta situação, Elvira atualiza um modelo de feminino que é esperado e legítimo dentro do seu código de moralidade. Ela encarna a "mulher valente" que luta pelo seu homem, procurando garantir a fidelidade masculina ao estar sempre presente e arrostar a amante. A partir disto, dá-se o restabelecimento do "pacto de reciprocidade conjugal", que só é possível pela habilidade feminina em negociar tal situação.

Contudo, a minha proposta aqui vai além. Inspiro-me nas análises destas autoras, extrapolando um pouco o objeto de análise. Nos casos apresentados pelas autoras, a "mulher valente" é caracterizada quando a mulher é traída pelo marido e se utiliza de inúmeros recursos a fim de o conservar, já que nestes contextos culturais a mulher é valorizada socialmente se "tem" um homem ao seu lado. Parto deste argumento, propondo, não obstante, um alargamento no seu escopo interpretativo, a fim de refletir sobre a especificidade do caso das PLPs atuantes, mulheres que compartilham dos valores que regem a moralidade de grupos populares urbanos. Segundo estes valores, é fundamental que a mulher tenha um homem ao seu lado; neste sentido, analiso a maneira como este critério está diretamente relacionado com a inserção dessas mulheres na militância política.

---

65 As relações de gênero no universo dos grupos populares urbanos estruturam-se a partir da lógica de complementaridade de papéis entre o feminino e o masculino, os quais possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar, conformando o pacto de reciprocidade conjugal. Do homem espera-se o bom desempenho de seu papel ao prover a família tanto material quanto simbolicamente - proteção, garantia de respeito social - enquanto que o papel feminino passa pela fidelidade sexual, o cuidado dos filhos e da casa. (cf. Sarti, 1989, 1996; Fonseca, 1987, 1988 e 1991 e Zaluar, 1994). Por mais que, em muitas vezes, a mulher sozinha acabe por sustentar materialmente a casa, a presença masculina é fundamental posto que informa sobre o status social destacado da mulher, sendo que nestes contextos culturais "imagina-se sempre que se uma mulher está só é porque não consegue arranjar um homem" (Fonseca, 1988:11). Ou seja, aqui, neste aspecto eminentemente simbólico revela-se a complementaridade de gênero. Tanto o homem, quanto a mulher, para serem socialmente "respeitáveis" e reconhecidos como tais necessitam estar em relação. Estes elementos apontam para a negociação constante entre o masculino e o feminino, de acordo com desempenho satisfatório dos papéis que lhes são atribuídos.

Neste sentido, os atributos de "mulher valente" são acionados não apenas quando as mulheres são traídas, mas também em qualquer situação em que vejam ameaçado o seu laço conjugal. No caso das PLPs atuantes, avento a hipótese de que sendo elas mulheres de grupos populares regidas por uma moralidade específica e que, fundamentalmente, estão circulando por espaços semânticos culturalmente associados com o masculino, tais como o mundo da política (cf. Butler, 1998), é crucial que mantenham uma imagem social de "mulheres respeitáveis", o que de acordo com o seu universo simbólico significa ter-se um homem ao seu lado. Assim, ao meu ver, estes atributos de enfrentamento e de valentia que conformam o modelo de "mulher valente" imprimem a característica que particulariza a forma de inserção destas mulheres na sua militância política cotidiana. Ou seja, o modelo mulher valente é estendido ao mundo da política, no qual elas procuram um lugar de destaque.

Para entendermos como se atualizam estas características na vida cotidiana destas mulheres, resgato uma situação da vida conjugal de Alice que me parece exemplar, por tornar transparente aqueles mecanismos utilizados por estas mulheres a fim de manter os seus laços conjugais, e por revelar a intrínseca relação destes elementos com a suas atividades enquanto PLPs. O interessante desta situação é que ela possui duas versões de narrativas, contadas em diferentes contextos e por diferentes pessoas. Isto importa salientar aqui, posto que a narrativa visa impressionar o espectador, no caso a pesquisadora, e com isto produzir determinados efeitos.

A primeira versão foi-me contada por Alice, no nosso primeiro encontro. Estávamos somente nós duas na sua casa, conversando sobre sua atuação como PLP. Em meio ao assunto surge, como sempre, a figura do seu marido como um protagonista central na sua história. Ela me fala sobre um plantão especial do SIM em que ela trabalhou, na época do carnaval<sup>66</sup>:

*No carnaval a gente trabalhou junto com os recursos humanos da prefeitura, como promotora, pra controlar a violência dos brigadiano, de marido, ex-marido,*

---

66 Creio que a referência ao carnaval utilizada por Alice não é meramente casual nesta versão da narrativa. Após o contraste com a segunda versão onde não aparece o carnaval como cenário, fica um pouco mais evidente a relação estabelecida por Alice entre o contexto e o acontecimento. Vale lembrar que o carnaval é um momento festivo impregnado de significados bem específicos e que são importantes serem salientados para o caso analisado aqui. Da Matta (1997a) aponta que o carnaval é o momento no qual todas as regras e convenções sociais são ignoradas, caracterizado como um momento de permissividade, licenciosidade, jocosidade, entorpecimento, liberação onde a sexualidade e toda a sorte de desejos são exercidos livremente sem as amarras das convenções sociais. O carnaval, portanto, está em "relação direta com a sedução, com uma gesticulação concertada e coerente que objetiva um encontro erótico generalizado, envolvente e harmonioso, mesmo quando se está pulando, dançando e cantando." (Da Matta, 1993: 67)

*namorado, companheiro. A gente tinha um uniforme branco: a camiseta do SIM, uma bermuda branca e um boné branco da prefeitura. A gente andava atrás dos brigadiano, onde eles iam a gente ia atrás, eles já não nos agüentavam mais. Caminhamo bastante. O MA<sup>67</sup> ia junto, a gente ia pra avenida às seis da tarde e voltava só as oito da manhã do outro dia e passava a noite inteira caminhando, no encalço dos brigadiano.*

Na seqüência da história, Alice fala sobre uma noite em que o seu marido não pôde acompanhá-la. Nessa noite, ela chegou em casa de manhã cedo, como já era hábito. Qual não foi a sua surpresa ao chegar em casa e encontrá-lo sentado no portal da casa, com as suas malas prontas e acusando-a: *'tava boa a putaria? Por que tu fica só batendo perna na rua, isso é hora de chegar em casa, 8 da manhã?* Segundo conta Alice, esta foi a gota d'água para ela *enfurecer-se*:

*Mas eu virei bicho. Disse 'vai tomar no teu cú meu filho, tá pensando o que comigo?' Me deu um fúria e daí eu disse 'vai, mas leva tudo o que é teu, pra não voltar mais'. Os armário da cozinha foi ele que comprou, a cama, essas coisas. Daí eu peguei uma martelo e comecei a desmontar a cama pra ele levar junto com ele. E não é que eu dei uma martelada muito forte e quebrei a cama? Agora tá ali, quebrada até hoje, até a gente tem que mandar arrumar. Eu sô assim mesmo, vou jogando tudo nele. Agora ele pensa melhor antes de falar alguma coisa pra mim. Ele sabia o que eu fazia, ia junto comigo. Eu mando à merda, mesmo. Onde se viu. Eu digo pra ele que quando ele me conheceu eu já fazia isso, é meu trabalho. Não vou deixar de fazer essas coisas só por causa do bonitão, me poupe. E quando ele me enche muito o saco eu digo pra ele 'vai passar uns tempo com a tua mãe, vai, pra me dar umas férias... (Alice, 27/04/99).*

Pusemo-nos as duas a rir da sua atitude tresloucada. Ela afirmava enfaticamente que “com ela era assim mesmo”, ninguém “mandaria” nela.

Quase dois meses depois, em meio a um plantão do SIM, surge a outra versão da história, agora relatada por Elvira, a sua irmã, com uma maior riqueza de detalhes. O assunto veio à tona porque Alice chamou Anete de maluca. Anete não gostou do adjetivo e retrucou: *“posso ser louca, mas não deixo marido trancado em casa!”*

Eu interessei-me pela história e perguntei como tinha sido. Alice ficou quieta. Elvira dizia que tinha sido verdade e Anete incentivava-me a perguntar como tinha sido. Movida pela curiosidade, assim fiz. Alice continuava quieta. Tentou despistar-me, levantando-se e

---

<sup>67</sup> Seguindo o procedimento de troca dos nomes das pessoas que aparecem na etnografia, utilizo aqui a sigla MA que significa Marido de Alice. Ver também nota 4.

saindo da sala em que estávamos, indo para outra peça. Insisti novamente, dizendo que ela “tinha se escapado” da sala só para não me contar a tal história. Provocada, ela entrou novamente na sala, cheia de si, dizendo que não era por isto, já que não tinha problemas em contar. Explicou-me que era somente porque fazia muito tempo, dando a entender que já nem se lembrava mais. Anete retrucou, dizendo-lhe que não fazia muito tempo e que tinha sido há pouco mais de um mês. Alice dá de ombros e sai novamente da sala. Elvira, então, propõe-se a contar:

*Num dia desses a Alice tinha comprado 18 pães: dez pra casa dela e oito pra minha casa onde a gente ia tomá café de tarde. Quando a gente chegou pra tomá café não tinha mais nenhum pão, porque o MA tinha comido todos os 18. Ai a Alice botô a boca nele, chamou ele de animal. Depois ele se emburrou, ficando com os beicho lá embaixo. Ai ele tava jogando videogame com meu filho menor e a Alice foi pedir pra ele comprar mais pão para gente tomá café e ele se recusou a ir. No fim acabô a mãe indo comprar os tais pães. Ai a Alice se irritô com isso também, dando mais briga. Depois disso, ela foi fazê umas compra no armazém perto lá de casa e pediu pro MA levá as compra em casa e ele não levou. Ai ela botô a boca nele de novo. Ai ele ficô por ali e disse que ia em casa colocá uma calça por que tava esfriando. Quando ele disse isso, a Alice sentiu o drama e foi atrás dele. Quando ela chegô em casa, as roupa dele tavam todas em cima da cama. Ai eles discutiram. Ele voltô lá em casa pra pedi emprestado uma sacola de viagem, daí a Alice voltou pra casa na frente dele e discutiram mais e quando ela voltô lá de novo, ela trancô ele em casa. Nesse meio tempo, ela foi no barzinho perto da casa dela, comprô um cachorro quente e jogô pela janela, em cima dele. Depois ela foi lá pra casa. Ficô lá até as quatro da manhã, deixando ele esse tempo todo em casa trancado. Quando ela resolveu voltá pra casa, eu pensei: ' agora ele caga ela bem a pau.' Mas que nada! No outro dia apareceram os dois de sorrisinho lá em casa. O ME até olha pro MA e debocha, ri da cara dele e baixa a cabeça, perguntando como ele agüenta essas coisa!*

No final da história estávamos todas rindo. Alice, que havia retornado para a mesma sala onde estávamos, premia-nos com um "gran finale":

*É, eu deixei mesmo. Ele disse que ia pra casa da mãe dele! Foi quando eu quebrei a cama. Ele vive me jogando na cara que a cama é dele. 'Ah, é tua, então leva!', foi aí que eu dei com um martelo pra desmontar e quebrei toda. Os armário da cozinha também são dele. Eu arranco os armário com prego e tudo da parede e joga em cima dele. Quebro tudo. A Elvira sabe, pode perguntar, não é Elvira? Mas é, joga tudo nele. E ele tá bem avisado. Tô só esperando sai esse resultado do concurso pra mecânico da Carris<sup>68</sup>. Se ele não passá eu já disse que vô até Alvorada e devolvo ele pra mãe dele. Ele tá bem avisado. Eu tirei ele de lá e devolvo ele pra lá. Eu não tô pra*

---

68 Empresa Municipal de Transporte Urbano de Porto Alegre.

*ficar sustentando ele, pra ficar com marmanjo comendo nas minhas custas. Levo ele de volta, a mãe dele já sabe. (Alice e Elvira, 10/06/99)*

Tanto na primeira quanto na segunda versões da história, o motivo que parece ser o pivô da querela é o mesmo: um desequilíbrio no "pacto de reciprocidade conjugal" e a tentativa do seu reestabelecimento. O diferenciador está na ênfase do elemento disruptivo da crise. Na primeira versão, este elemento é o comportamento de Alice, que não está adequado à sua posição de mulher casada. Na segunda versão, o elemento é o seu marido, cuja falha no papel de provedor ultrapassa os limites do aceitável.

A primeira versão, contada por Alice, situa a história no carnaval, o que em si já me parece extremamente significativo. A narração é encetada em meio a um assunto sobre a sua atuação. Ela queria impressionar-me com, por um lado, o seu empenho no trabalho, revelando o alto valor que atribui a ele, e por outro lado com o fato de ser uma mulher forte, autônoma, mesmo que isto possa acarretar a possibilidade de ruptura no seu laço conjugal. Tanto que omite a segunda parte da história, o fato de o ter trancado em casa. Além disto, Alice parece estar jogando com os códigos que lhe são muito conhecidos: enfatizando o alto valor atribuído ao estatuto de mulher casada, mulher cujo marido lhe cobra o desempenho do seu papel de esposa. Vejamos então como se dá a situação, aquilo que Gregori (1992) no seu estudo sobre relações conjugais violentas denomina de "cena". Esta antropóloga analisa as cenas de brigas entre casais como um jogo no qual "cada um dos parceiros, a seu modo, tem como horizonte da cena dizer algo que faça o outro se calar" (Gregori, 1992:179).

Na versão contada por Alice, ao sentir-se ofendida com as cobranças e acusações do marido, ela entra na cena e, com o intuito de reestabelecer a sua posição de mulher casada, ofendida pela desconfiança do marido, aciona como recurso a dramatização da sua condição de vítima, quebrando a cama do casal, além de enfatizar que não se importava com a saída do marido de casa. Os termos da cena são logo explicitados: ela está fora de casa, desacompanhada do marido em pleno carnaval, o que para uma mulher casada dentro de uma lógica de valores dos grupos populares é uma transgressão; assim, ele acusa-a de *andar na putaria*, ou seja, explicita que ela não está cumprindo adequadamente o seu papel. Ela, por sua vez, entra no jogo e faz uso da cena através da inversão do lugar de acusada para o lugar de acusadora. Alice acusa-o de mau provedor, colocando em xeque as únicas coisas que ele trouxe pra dentro de casa: a cama e os armários. Ele, estando desempregado e não trazendo dinheiro para casa, também não está de acordo com as suas atribuições.

A razão do uso do contexto do carnaval para situar a sua interlocutora, a meu ver, está em que ela aumenta a carga simbólica da cena, ampliando a dramaticidade da situação. Alice, ao demonstrar dominar os códigos que regulam o seu universo de valores, explicita nesta versão tanto o seu valorizado papel de esposa quanto a importância que tem o seu trabalho como PLP, marcando sua relação conjugal. Mas por que oculta o fato do seu marido ter comido todos os pães e ter sido trancado em casa?

Na segunda versão da história, contada pela sua irmã, uma co-protagonista da cena, torna-se mais evidente o papel de "mulher valente" desempenhado por Alice na tentativa de ordenar o seu laço conjugal. Nesta versão da história, há um elemento muito importante que mobiliza a atitude de Alice e faz irromper a cena de conflito: a publicidade dada ao péssimo desempenho do papel de provedor do marido de Alice aos olhos da rede de parentesco dela.

Temos uma seqüência de cenas que o denunciam: ele come sozinho todos os pães, pães que deveriam ter sido compartilhados por todos, recusa-se a repô-los fazendo com que a sua sogra cumpra uma tarefa que seria sua, passa as tardes jogando videogame com o seu sobrinho menor ao invés de estar trabalhando ou procurando trabalho e não ajuda a esposa na divisão de tarefas ao se recusar a levar as compras para casa. Frente a tantas "transgressões" públicas do seu marido, que ultrapassam os limites aceitáveis dentro do seu universo de valores, Alice viu-se na obrigação de tomar uma atitude perante a sua família, já que a atitude do seu marido, dentro de uma lógica relacional, estavam na iminência de fazer incidir sobre ela os elementos negativos do seu comportamento.

Cria-se assim o conflito, na tentativa de reordenar os papéis de gênero. No entanto, ela não conta com a reação do seu marido, que ameaça abandoná-la. Com este novo elemento, Alice depara-se com a possibilidade de ruptura de fato do seu laço conjugal. Fica então desamparada também pelo alto valor simbólico da presença de um homem na sua vida. Que recurso utiliza? Tranca-o em casa, afastando a possibilidade de abandono, garantindo o seu homem, a sua imagem pública de mulher casada e, fundamentalmente, a importante condição para a sua militância enquanto PLP. Desta forma, no final da história temos uma reconfiguração do "pacto de reciprocidade conjugal", durante a qual Alice não hesitou em utilizar os mais diversos recursos, demonstrando a sua habilidade em manter o laço.

Caracteriza-se, assim, uma possibilidade interpretativa para o modelo feminino popular da "mulher valente" enquanto condição fundamental para o exercício das atividades políticas cotidianas, aplicada ao caso das PLPs atuantes. No entanto, esta condição torna-se

mais significativa quando associada a outros elementos simbólicos que conformam o universo cultural destas mulheres, os quais, juntamente com os atributos da "mulher valente", fornecem as condições necessárias para o tipo particular de participação política destas mulheres. São eles: a importância do apoio e da sustentação das suas redes de parentesco para a sua atividade cotidiana, e a importância de ter um homem ao seu lado, como se pode notar na idéia de "mulher valente".

### 3. A Importância dos Parentes e de Ter um Homem

Nas diferentes trajetórias de vida de Anete, Elvira e Alice, saltam aos olhos algumas regularidades que as aproximam: a centralidade das redes de parentesco e, conseqüentemente, as redes de vizinhança, traduzida emicamente no alto valor atribuído à *comunidade*<sup>69</sup> e a constante presença do seus companheiros como marcos nas suas histórias. Desta forma, refletir sobre estes elementos torna-se aqui fundamental posto que estão intersectando e atribuindo sentido à inserção destas mulheres no mundo da política. Será a partir desta base de valores que marcam suas trajetórias que se poderá compreender a forma pela qual concebem a sua atuação, atribuindo significados específicos ao político. Collier e Yanagisako (1992) enfatizam que gênero e parentesco não são domínios distintos. Antes, ambos são constituintes do mesmo processo de organização social que implicam em relações políticas e de poder, a partir de valores culturais específicos. Portanto, a fim de compreender como as três PLPs atuantes concebem e colocam-se frente ao político, é crucial compreender as suas relações de parentesco e de gênero.

Na história de Anete, sua rede de consangüíneos é comumente referida, nos mais diferentes momentos. Já na sua militância no movimento estudantil, ela aponta o apoio da sua

---

69 Segundo Duarte (1988), a cultura das classes trabalhadoras urbanas revela um núcleo de valores formado pelo trinômio família/trabalho/localidade em oposição ao valor indivíduo que rege a cultura ocidental moderna. A despeito da visão dicotômica entre tradicional/moderno que permeia a análise deste autor, é importante notar como, segundo ele, estrutura-se o "trinômio identitário das classes trabalhadoras urbanas", a partir de valores nos quais as relações familiares são a base. Tanto Zaluar (1994) no contexto carioca, quanto Sarti (1996) no contexto paulista encontram semelhanças entre as particularidades dos universos simbólicos estudados, os quais "fundam-se num código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor" (Sarti, 1996: 32). Fonseca (1995a) estudando grupos populares porto-alegrenses, enfatiza esta especificidade da lógica familiar, revelando a importância crucial da rede de parentesco. Ela aponta a primordialidade dos laços de solidariedade e reciprocidade entre parentes consangüíneos em relação aos laços conjugais que são mais efêmeros.

família. Em suas atividades cotidianas, conta com a ajuda da sua mãe para os cuidados com os seus filhos. Além disto, recebe também ajuda material da sua rede, dividindo com ela as despesas com a educação dos seus filhos. O fato de Anete enfatizar que está há mais de 40 anos vivendo na *comunidade* não é meramente gratuito. Informa sobre um sentimento de pertença e dá sentido a uma identidade de ser *vileira, comunitária*. Esta identidade é pautada pela construção de laços de vizinhança, como se a *comunidade* fosse a extensão da sua casa. Isto se relaciona diretamente com o fato de estar próxima à sua família, que é antiga no local, o que conjuntamente garantem e dão a base para sua militância.

Na história de Elvira, o valor da primordialidade da rede de parentesco aparece atualizado de forma diversa. Por um lado, este valor atualiza-se na importância da rede de consangüíneos, que - apesar de estar morando distante por um certo período de tempo - aparece nos seus relatos como uma relação estruturadora da sua história de vida. As constantes referências ao modelo familiar como *filha de ferroviário*, sua *fragilização* pelo estado de saúde do seu pai, a ênfase que coloca na sua narrativa sobre a importância da sua presença junto aos seus consangüíneos neste momento de perda - a ponto de deixar seu filho e os problemas conjugais que estava enfrentando -, são resgatados da sua memória como marcadores da sua história. Por outro lado, o valor da rede de parentesco também se atualiza no estabelecimento de fortes laços com os seus parentes por aliança - traduzido aqui na figura da sua cunhada e suas sobrinhas. Neles, encontra uma base de apoio na qual se sustenta, seja para dividir as responsabilidades com os cuidados dos seus filhos, seja para a resolução de um conflito conjugal, num crucial momento de ruptura na sua trajetória de vida.

Já no caso de Alice, a atualização deste valor aparece diretamente associado com a sua inserção na militância comunitária. É através da sua rede de consangüíneos que começa a interessar-se pelas *coisas dos direitos e da comunidade*. É com o falecimento do seu pai e com o acompanhamento da militância da sua irmã, que começa sua trajetória com relação à participação política. Outro elemento importante na sua história é a relação estabelecida com o seus sobrinhos - que pela sua narrativa parecem ocupar a posição de filhos - e com a rede de parentesco por afinidade da sua irmã, como sujeitos constituidores das suas redes de relações sociais.

Dentre estas diferentes histórias, é importante notar que a família e as redes extensas de parentes invariavelmente aparece como uma fonte de garantia e apoio para estas mulheres. Assim, ao partir destas regularidades nas trajetórias destas três mulheres acerca da

primordialidade das redes de parentesco, sugiro que o acionamento destas redes é exatamente o que lhes possibilitará e garantirá uma estrutura para que as suas atividades políticas cotidianas sejam viabilizadas. A partir destas redes, então, é que estas mulheres poderão dispor de tempo e apoio, tanto material quanto simbólico, para se dedicarem aos seus objetivos em ocuparem um lugar de destaque no campo político de Porto Alegre.

A outra regularidade entre as diferentes narrativas resume-se na constante referência aos seus homens, o que atualiza a lógica da complementaridade de gênero. No caso de Anete, a importância em ter um homem aparece quando enfatiza que as suas irmãs são solteironas, adjetivo carregado de conotação negativa. Coloca-se, portanto, em flagrante contraste com esta categoria de mulheres: ela tem um homem. Contudo, a evitação em falar na história do seu marido parece-me ser muito significativa e reforça o valor da lógica da complementaridade, em diferentes passagens da sua trajetória.

Minha hipótese é a de que a ambigüidade da situação conjugal de Anete, a qual ela não faz questão em esclarecer, garante-lhe uma posição de certa forma "respeitável" socialmente. Ou seja, se por um lado, ela não quer assumir publicamente que é uma mulher só, posto que isto lhe poderia acarretar possíveis estigmas (já que circula por espaços semânticos tradicionalmente associados ao masculino - a esfera da política); por outro lado, tornar presente a imagem e a história do seu marido "trambiqueiro", possivelmente poderá fazer com que recaia sobre ela as conseqüências das artimanhas dele, podendo abalar sua imagem pública na *comunidade*, a qual lhe é tão cara. Como garantir então sua posição de mulher pública/comunitária, mas respeitável? Deixando em suspenso sua situação conjugal e justificando aqui e ali, que o seu marido, apesar de não ter sido um "bom provedor" - já que lhe *deu muito trabalho* por não gostar de trabalhar -, e de ressaltar as qualidades que ele possui - *tem lábia e conquista as pessoas* - é ainda seu marido, mesmo que seja por alguns meses do ano.

No caso de Elvira, a lógica da complementaridade de gênero parece ficar mais evidente. Como demonstrei, a quebra do pacto de reciprocidade conjugal por parte do seu marido parece ser um marco na sua trajetória. Vale lembrar que a quebra do pacto, a ruptura, não se dá meramente pela infidelidade do seu marido. Antes, quando esta infidelidade está comprometendo o desempenho do seu papel masculino como pai e esposo, e, mais importante, quando este mau desempenho torna-se público: não se interessando pelo filho e não provendo materialmente sua família. Foi somente aí que Elvira passou a tomar uma

atitude, tentando reestabelecer o pacto, enfrentando a amante. Esta é uma atitude reconhecidamente legítima, não desabonando a imagem de Elvira aos olhos do marido.

Outra passagem significativa na narrativa de Elvira é quando a amante do seu marido coloca em dúvida o bom desempenho do seu papel de esposa, dizendo que Elvira havia falhado neste sentido. A ênfase de Elvira no seu "enfurecimento" com a amante neste momento revela que a outra havia atingido o que lhe era mais caro: sua identidade feminina de mãe e esposa. Ao que Elvira, rapidamente procura justificar na sua narrativa, arrolando seus longos sofrimentos com a falta de provisões do marido e a solidão em meio a uma gravidez difícil, demarcando toda sua coragem e determinação no desempenho do seu papel de mãe e esposa abandonada. O que culmina na expressão de que mesmo seu marido tendo sido incoerente com o seu papel de esposo e pai, ela nunca deixou de ser sua mulher.

O fato de Elvira ter parado de trabalhar exatamente neste momento parece-me estar completamente carregado de significados, os quais elucidam a lógica relacional e complementar conjugal: reforçar os atributos do papel masculino e cobrar seu bom desempenho. Mas como fazer com que estas histórias que me contou sobre o seu marido não recaiam negativamente sobre ela? Arrolando as qualidades do seu marido: seu bom caráter, de ser bom pai, amigo e companheiro, o que nos remete à noção da naturalização da infidelidade masculina<sup>70</sup>.

No caso de Alice, o valor de ter um homem aparece de uma maneira diferente. Tendo em vista a literatura sobre casamentos e maternidade em grupos populares, os quais sustentam que para se tornar mulher é imprescindível casar-se e ter filhos, um acontecimento muito precoce na vida das meninas (cf. Victora, 1991), o caso de Alice parece ser uma exceção. Contudo, há indícios na sua história que me levam a identificar os mesmos valores que compõem a lógica relacional de gênero. Levanto uma hipótese como ponto de partida: creio que os adjetivos não tão lisonjeiros que recebe Alice - *destrambelhada, raivosa, maluca* - também estejam, em grande medida, relacionado com o seu grande período de solterice. Afinal, ela "casou" há apenas quatro anos, quando tinha 36 anos de idade. Fato que,

---

70 Paim (1998) ao estudar relações extraconjugais num vila popular de Porto Alegre, salienta que as amantes, a fim de se desresponsabilizarem-se pelo fato de estarem em uma relação extraconjugal, justificam-se através da "natureza mulherenga do homem", um dos atributos da masculinidade neste universo simbólico. Neste sentido, "a prova da masculinidade está em possuir várias mulheres, ter força física para o trabalho e ser capaz de manter a família, tanto financeiramente como pela autoridade." (Paim, 1998:62). Desta forma, "apesar da infidelidade masculina não ser considerada como um ideal, as mulheres têm uma posição 'compreensiva' quanto a sua ocorrência, porque a entendem como parte da natureza masculina" (Paim, 1998, 63).

considerando-se seu universo cultural, faz com que recaia sobre ela um certo estigma, já que se casa e se tem filhos muito cedo nestes contextos. Outro elemento é o fato de não ter filhos, e quando colocada frente a esta realidade, desloca a sua atenção para seus *maravilhosos sobrinhos*, para os quais *faz tudo que é vontade*.

E o seu marido? Ao ouvi-la falar sobre ele, sobre a sua *leseira* e falta de emprego, vivendo às custas da pensão deixada pelo pai de Alice, pode-se questionar sobre o que faz com que ela aceite um homem que não cumpra seu papel de provedor. Levanto a hipótese de que, neste caso, o marido de Alice cumpre fundamentalmente seu papel de "provedor simbólico". Ou seja, ao carregá-lo junto para todas as atividades das quais participa, ao propagandear aos quatro ventos que ele cuida da sua mãe, ajuda na casa da sua irmã, ao listar as coisas que ele trouxe para sua casa, ao exhibir sua aliança, Alice parece estar informando sobre o seu status social destacado de mulher casada: ela tem um homem. Desta forma, ela traz para si, embora tardiamente dentro do seu universo, um dos atributos mais valorizados neste contexto, o de ser esposa, garantindo assim, uma existência social "respeitável" dentro dos códigos de moralidade que regem este universo do qual faz parte.

Assim, estes elementos que enfatizei, são alguns dos elementos que pude identificar nas trajetórias das três PLPs atuantes que a meu ver conformam um conjunto de condições que possibilitam e sustentam a atuação destas mulheres. Gostaria de lembrar que estes elementos analisados, dos quais construí hipóteses interpretativas, servem-me como guias, signos que mapeei dentro de um amplo universo de significados, para melhor situar e, assim, compreender a lógica que ordena e dota de sentido a inserção destas mulheres no mundo da militância política. No entanto, no fluxo da experiência cotidiana, todos estes elementos que sustentam sua atuação política são reconfigurados e rearranjados nas mais diversas formas, e nos diferentes contextos em que se encontram.

#### **4. As Condições da Militância no Cotidiano**

Apresentei e discuti alguns elementos que encontrei entre minhas informantes, os quais ajudam a compreender o seu universo de valores de referência, e implicam na sua forma particular de militância política. Sabemos, então, da importância da rede de parentesco e da presença masculina na vida destas mulheres. Além disto, e relacionados com, pudemos ter contato com o código de moralidade que atribui determinados papéis ao feminino,

podendo ser resumidos: no cuidado da casa e dos filhos, na fidelidade sexual, na evitação masculina - a fim de corroborar sua indisponibilidade sexual -, na luta para manter seu laço conjugal e sobretudo, no bom desempenho de todos estes papéis.

Contudo este modelo não é algo fixo; antes, trata-se de um referencial que, para fins analíticos, encerrei em categorias. A fim de relativizar este modelo, e retirá-lo da sua aparente fixidez, trago aqui o que me parece ser a novidade que estas mulheres, pertencentes aos grupos populares urbanos de Porto Alegre, trazem para reconfigurar e, de certa forma, desestabilizar este grande modelo que apresentei até então.

O que me parece ser o grande diferencial destas mulheres, aquilo que as suas experiências trazem de novo é o que, sob certo ponto de vista, poderia ser entendido como um paradoxo. Mesmo referendando os elementos do pacto de reciprocidade conjugal - ao atualizar os seus valores nos seus discursos - estas mulheres, nas suas rotinas diárias a todo momento, estão desafiando os limites deste pacto; elas estão constantemente jogando com o seus termos e questionando sua ordem.

Um dos primeiros indícios desta postura está na jocosidade com que tratam um dos elementos do pacto: brincam com a possibilidade de serem abandonadas pelos seus maridos. Já logo no início de nossa relação esta postura surpreendeu-me. Ao sairmos de uma reunião do OP às 22 horas, a primeira que participei, as três vieram ansiosas me rodear para saber a minha opinião e expectativas sobre o meu trabalho. Disse-lhes então que havia gostado muito e que pelo visto teria muito trabalho, já que elas, pela sua vez, trabalhavam demais. Elvira entre orgulhosa e brincalhona, advertiu-me: *Com a gente é assim mesmo... Não paramo em casa! Vai lá e diz pros teus colega que os marido dessas mulher já tão deixando delas por que elas não param em casa!!!!* Todas passaram a gargalhar. Pensei que era uma brincadeira momentânea, motivada pelo contexto. No entanto, para minha surpresa, este padrão se repete ao longo da pesquisa e é um fato que não surpreende apenas a mim.

"Seu Beltrano", um dos funcionários da prefeitura do local onde funcionava um dos plantões do SIM, espantado com as constantes presenças das três PLPs nas inúmeras reuniões e nos plantões, perguntou-lhes se seus maridos não ficavam irritados com o trabalho delas, já que passavam a maior parte do seus tempos fora de casa. Alice respondeu-lhe que o seu marido *só de vez em quando se irrita. Mas hoje, deixei ele em casa cozinhando para nós ir almoçá lá depois.* Resposta que causou um acesso de riso no seu interlocutor.

Em outra ocasião, quando esperávamos a abertura de uma companhia de transporte urbano para fazermos a divulgação do SIM, este elemento aparece novamente. Já passava do meio-dia e reclamei de fome. Elas riram de mim, dizendo que não estava acostumada com o seus ritmos, já que ficavam o dia todo sem comer. Numa postura meio "heróica" Anete me contou sobre a sua última terça-feira: *sabe que horas que a gente vai comer comida de sal? De noite! Terça a gente saiu de casa às 8 da manhã e chegamo em casa às 11!* Eu, meio irritada, perguntei: *Mas e os maridos de vocês, não correm com vocês de casa?* Elvira, "cheia de si", respondeu-me:

*Não! Eu já cortei as asinhas dele. Outro dia eu tava lá, ia sair e disse pra ele 'olha, tá aqui o presentinho da tua irmã de dia das mães, quando tu sair tu dá uma passadinha lá e deixa o presentinho pra ela'. Sabe o que ele me disse, menina? Que ele não ia levar, que isso eu tinha que fazer, ao invés de ficar batendo perna por aí o dia inteiro. Mas eu fiquei tão braba, daí eu disse pra ele 'e tu? Que não pode ir até a esquina que tem que ir de carro. Leva tu o presente dela, que anda com a bunda chata de tanto andar de carro. Seu maria gasolina.' Foi um santo remédio. Terça, a gente chegou lá pelas onze, né Anete, e ficamo ainda na frente de casa conversando. Era uma meia noite, foi a hora que ele chegou e eu tava fechando o portão. Daí ele me perguntou o que eu tava fazendo. Eu disse 'ué, tô passando o cadeado no portão, não tá vendo?' daí ele perguntou se eu recém tinha chegado, eu disse que sim. Daí ele veio todo interessado perguntando como tinha sido as minhas reuniões e daí ele disse 'deixa que eu fecho o portão pra ti, vamo entrar negra, vamo comer alguma coisa'. Tá um doce. Comigo não, ele que não se faça de bobo comigo! (Anete e Elvira, 13/05/99)*

Este fragmento dos meus registros de campo, encerra outra regularidade que encontrei: a acusação constante dos seus maridos de estarem sempre *na rua batendo perna a toa*. Os seus maridos parecem estar a cobrar-lhes um tipo de postura congruente com o que se lhes é esperado: ficar em casa, cuidando dos filhos e afazeres domésticos. Parece haver, entre estas mulheres, uma recusa a este atributo, jogando a todo momento com os seus termos. Isto remete a uma relativização deste atributo feminino. No cotidiano das PLPs, repleto de reuniões e atividades extra-domésticas, resta pouco tempo para os cuidados da casa e dos filhos. Pude notar que para isto as PLPs contam com o apoio da sua parentela. Mães, irmãs, cunhadas, sobrinhas, comadres são acionadas enquanto as PLPs estão nas suas atividades cotidianas extra-domésticas. Contar com a ajuda destas pessoas, revela a sua inclusão nas redes de relações sociais, compartilhando dos mesmos valores simbólicos deste universo.

O fato de estarem sempre na rua, remete ainda ao enfrentamento de outro importante elemento constituidor do pacto de reciprocidade conjugal: a evitação masculina. À primeira vista este aspecto do feminino das PLPs parece ser dissonante com as suas práticas cotidianas.

Elas parecem estar quebrando com os termos do pacto de reciprocidade conjugal, já que são mulheres que circulam entre diferentes esferas sociais, fundamentalmente na esfera social tida como eminentemente masculina, que é o mundo da política. Enfim, nas suas atividades cotidianas - extra-domésticas na sua maioria - elas estão a todo momento em contato com os mais diferentes homens. E o que parece ser o mais destoante com o modelo feminino popular é o fato de que elas, em determinados momentos, jogam com a própria possibilidade da traição.

Elvira, por exemplo, conta que o seu marido desconfia que, por estar todo o dia na rua *batendo perna*, ela tem amantes: *Ele acha que eu ando namorando na rua. Acha que em cada lugar que eu vô que eu tenho um namorado*. Surpresa com esta afirmação perguntei se ela não lhe explicava sobre o seu trabalho, afastando as suas desconfianças. Ela respondeu-me: *eu não! Eu deixo que ele pense mesmo, ele não tem moral pra falar isso pra mim!*

Também Anete, parece orgulhar-se ao ouvir o comentário de Alice sobre a esposa de um delegado do OP da mesma região de Anete ter ciúmes dela com o seu marido, já que Anete vai na sua casa para conversar sobre as *questões da vila*. Além disto, como o sujeito é vizinho delas, após as reuniões do OP elas voltam para casa de carona com ele. Alice conta que a mulher tem ciúmes de Anete porque *ela vai de shortinho e camiseta decotada na casa da mulher!* Anete, entre sorrisos, defendeu-se: *era verão e um calor dos diabos! Eu não ia colocar uma roupa fechada só por que a mulher tem ciúmes*. Alice, rapidamente retrucou: *mas de mim ela não tem ciúmes!*

As três PLPs atuantes, personagens centrais desta dissertação, mesmo revelando a valorização de um modelo do feminino congruente com o pacto de reciprocidade conjugal, estão aqui demonstrando a fluidez deste mesmo modelo, cujas fronteiras não são nítidas. Creio que estas situações acima descritas acerca da suas práticas cotidianas, antes de meramente ilustrar um paradoxo destas mulheres, apontam para um constante jogo com os termos deste pacto. Ao meu ver, este jogo constante com os termos do pacto de reciprocidade conjugal pode significar uma reconfiguração do próprio pacto nas bases da lógica relacional. Além disto, o apoio material e simbólico das suas redes de parentesco, a presença de um homem ao seu lado e os atributos de "mulher valente", associados a este constante jogo com os termos do pacto de reciprocidade conjugal fornecem, ao meu ver, as condições necessárias para a possibilidade da forma particular de militância destas mulheres, o seu investimento na realização de projeto individual de mudança de status social através do campo de

possibilidades oferecido pelo contexto político de Porto Alegre. Dadas estas condições aqui discutidas, para se compreender a forma de participação política destas mulheres, suas concepções e motivações, faz-se necessário analisar como elas estão lidando com o campo político e atribuindo-lhe sentido. É sobre isto que tratará o próximo capítulo.

## CAPÍTULO V- A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE STATUS SOCIAL

---

Como discuti anteriormente, a literatura sobre a participação política de mulheres das camadas populares urbanas aponta que a sua atuação tem como palco privilegiado os limites do bairro onde vivem: associações de moradores, CEBs, creches, clubes de mães, entre outros. Além disto, afirmam que estas mulheres seriam motivadas à participação política fundamentalmente pelos seus papéis de mães e esposas. Em outras palavras, a participação política das mulheres de grupos populares urbanos limita-se a uma extensão dos atributos do seu papel de mulher dentro do pacto de reciprocidade conjugal à reivindicação por melhorias no espaço urbano que é ocupado pela sua família - a "comunidade". Por estes motivos, este tipo de participação política feminina não se caracteriza como feminista, já que não traz questionamentos sobre a identidade feminina; apenas reproduz um papel feminino culturalmente pré-determinado. (cf. Blay, 1980; Singer, 1980; Filgueiras, 1984; Cardoso, 1983 e 1987; Caldeira, 1987; Lobo, 1987; Soares, 1994 e 1998).

Como procurei mostrar até agora, a pesquisa que empreendi junto às PLPs/Partenon atuantes coloca uma interrogação a estas explicações. A sua atuação política não se enquadra nos moldes explicativos do movimento de mulheres e tampouco nos moldes do movimento feminista. Elas parecem transitar entre estes modelos, inaugurando uma outra forma de participação feminina, através de uma intrincada apropriação e atualização de códigos culturais dos diferentes espaços semânticos pelos quais circulam. Creio que a especificidade desta experiência de participação política é fundamentalmente marcada pela configuração do cenário político de Porto Alegre, "particularmente aberto para o exercício de novas formas de participação, devido a forte relação do PT com os movimento sociais e a experiência do OP" (Pinto, 1998:109), propiciando uma outra forma de atuação política para mulheres de grupos populares urbanos, ainda não registrada na literatura.

Neste contexto etnográfico, a participação política das PLPs não se restringe mais aos limites "comunitários", muito embora este continue sendo o referencial a partir do qual elas procuram se constituírem como sujeitos políticos<sup>71</sup>. Aqui a participação política destas

---

<sup>71</sup> Inspiro-me aqui na análise de Pinto (1987) quando discute a constituição da mulher enquanto sujeito político. Esta autora afirma que "o sujeito político constitui-se a partir de cadeias de significados socialmente construídos.

mulheres de grupos populares urbanos tem um objetivo mais amplo: o campo político municipal. Para tanto, elas se utilizam da instrumentalização recebida no curso de PLPs, apropriando-se de alguns elementos daquele ideário feminista (no sentido empregado por Franchetto et al, 1981 e Pontes, 1986) que lhes fazem sentido, como, por exemplo, as questões que remetem diretamente à sua vivência cotidiana: separações, violência, pensões alimentícias, entre outras. Ou melhor, tudo aquilo que se remete ao campo das relações de parentesco, referência fundante do seu universo cultural<sup>72</sup>. Neste sentido, como demonstrei no capítulo terceiro desta dissertação, o uso da auto-definição "feminista" é estratégica e contextualmente utilizada pelas PLPs a fim de lograrem o seu objetivo: a consolidação do seu lugar no campo político.

Ao contrário do que sugerem Palmeira e Heredia (1995), na sua análise sobre os períodos eleitorais em comunidades camponesas, ao salientarem a demarcação de um "tempo da política", no qual a política faz parte do dia-a-dia; no contexto social das PLPs, a política faz parte do cotidiano, chegando a marcar a própria rotina do seu dia-a-dia. Inspirada por estudos que revelam que a militância política - seja ela em sindicatos, em partidos políticos ou em outras instâncias do campo político - encerra expectativas de ascensão social (ver, por exemplo, Ribeiro, 1996, Sartori, 1999 e Gaglietti, 1999), seja por acúmulo de capital simbólico - como prestígio, reconhecimento - e/ou seja por capital financeiro, defendo o argumento de que a atuação das PLPs encontra aí uma das suas fundamentais motivações.

Em outras palavras: para estas mulheres a participação política parece estar associada a uma forma privilegiada para a realização de projetos individuais de mudança de status social que são "elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas" dentro de "um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente" (Velho, 1994:26 e 27). Esta tentativa de realização de projetos individuais, que são em grande medida sociais como sustenta Velho, atualiza-se sobretudo na busca de consolidação de um espaço de atuação das PLPs que seja reconhecido e legitimado no cenário político municipal. Há todo um investimento por parte destas mulheres na

---

Isto implica, por um lado, na incorporação de significados construídos historicamente e, por outro, na negação de qualquer determinação apriorística." (Pinto, 1987:164). Neste mesmo sentido, Butler (1998) também rejeita um sujeito apriorístico da política, salientando a importância do desvendamento analítico da constituição cultural e histórica dos sujeitos políticos e das formas discursivas de atribuir-lhes autoridade e legitimidade. Em vista disto, Butler aponta que o sujeito da política é contingente, porque situado contextual e historicamente.

<sup>72</sup> Por outro lado, aquelas outras questões trabalhadas no curso, as quais remetem a uma suposta universalização da opressão feminina não as tocam. Para as PLPs uma noção identitária feminina universal parece não ter lugar em seu universo simbólico.

obtenção de um capital simbólico (cf. Bourdieu, 1989) - prestígio, legitimidade, reconhecimento - para uma potencial reversão futura em capital financeiro - uma possibilidade de profissionalização da sua atividade, a qual encerraria uma remuneração.

Neste capítulo, embasada no quadro interpretativo que fui constituindo ao longo deste texto, procuro compreender o que significa a participação política das PLPs atuantes ao analisar as categorias êmicas utilizadas na referência ao político. Estes usos específicos remetem ao seu domínio dos diferentes códigos culturais em ação. Para analisar estas questões, parto do relato de Elvira, num dos nossos primeiros contatos. Ao meu ver, este relato é exemplar posto que sintetiza questões fundamentais que constituem a complexidade dos elementos implicados na noção de participação política das PLPs.

Nesta ocasião, ao saber que eu estava interessada em questões que envolviam mulher e política, Elvira rapidamente passa a me colocar a par das novidades:

*Menina, Porto Alegre tá muito organizada! É fórum de mulher, conselho da mulher, fórum estadual da mulher. É tudo com a mulher. O nosso trabalho tá bom mesmo. Tu precisa ver. Há dois anos atrás, quando eu fui pra São Paulo, num encontro de mulheres, eu fui representando as promotoras do Partenon. Cheguei lá pensando que ia aprender muita coisa nova, trocar coisas, trazer novas experiências pras promotoras daqui. Mas eu fiquei abobada, guria. Tu precisava ver, as mulher de lá só ficaram em volta da gente. Sabe por quê? Por que as promotora de lá são executiva, empresária. Não são mulher que vive na comunidade como a gente. A gente conhece a comunidade... elas só ficam no centro. São tudo mulher do centro. A gente não, a gente vive os problema da comunidade. Sabe o que tá acontecendo.*

*Mas tem muito o que melhorar ainda. Sabe qual é a minha luta agora? A minha luta é pra ter um respaldo legal. Ter alguém por trás de nós que nos proteja. Tô colocando em risco minha família. Por isso que a minha luta agora é para ter um respaldo jurídico, ter proteção. Por que, sabe Alinne, eu não tenho medo, não tenho medo de nada. Eu me meto mesmo. Daí eu chego com meu crachazinho e 'daí, que autoridade tu é?' O que eu faço? A quem eu recorro? Por isso eu quero que a gente seja reconhecida, quero apoio municipal, estadual e federal pra reconhecer a gente, o nosso trabalho. Por que não é fácil Tem colega aí que tá com ameaça de morte até! o nosso trabalho não é fácil. Mas a gente tem que pensar na família da gente. Tenho que cuidar da nossa família também. No fim a gente quer proteger todo mundo, resolver o problema de todo mundo e aqui atrás, quem protege?*

*E ainda mais que o nosso trabalho é voluntário. Tem muitas questões no meio disso. Tem colega aí que tá desempregada, é crise de trabalho, crise de emprego. Como é que elas ficam? E até o conselho tutelar veio em cima da gente... vê se pode, foi até uma colega nossa que foi em cima da gente, uma que é conselheira tutelar a Edna. E isso que ela conhece o trabalho da gente, ela é promotora, sabe como funciona o SIM. Foi lá saber quem cuidava dos filhos da gente quando a gente não tava em casa sem fazer trabalho remunerado. A gente teve que dar explicações. Eu disse que eu tinha pessoas que ficavam com o Marcelo, que é o menor. Sempre tive, ele fica com a minha cunhada. Nunca deixei de fazer meu trabalho na comunidade*

*por causa dos filhos. Era só o que faltava. A Anete ficou uma fera e disse que sempre ela trabalhou fora e na comunidade e que os filhos sempre ficaram sozinho em casa, desde pequeno, e nunca tinha tido problema nenhum e que ela não ia deixar de fazer o que ela fazia por causa do conselho tutelar.* (Elvira, 28/04/99)

A introdução do tema feita por Elvira é em si significativa. Logo no início ela procura marcar uma inclusão, que interpreto como uma forma de despertar meu interesse pela sua atuação. Ela inclui-se dentro do campo político municipal de defesa da mulher. Tendo em vista sua interlocutora - uma pesquisadora interessada na relação mulher e política -, sua importância neste campo de interesse está desde o princípio garantida. Logo em seguida, ela passa a marcar a sua especificidade dentro do campo, estabelecendo uma diferenciação que se revela pelo monopólio de uma experiência particular. Tal experiência situa-se na sua própria condição de pertencimento social: a *comunidade*. A partir disto ela passa a construir argumentos que venham a legitimar a atividade de PLP à procura de *reconhecimento*. Vejamos por partes todos os elementos implicados na sua narrativa.

## 1. O Reconhecimento e a Política

*Reconhecimento*<sup>73</sup> é uma das categorias que mais ouvi ao longo de meu contato com as PLPs, tanto das três principais protagonistas desta dissertação quanto de outras com as quais tive contato, e que está intrinsecamente associada a sua atuação. Dela derivam outras tantas,

---

<sup>73</sup> A categoria nativa *reconhecimento* é também uma categoria analítica que vem sendo amplamente discutida no âmbito da teoria social contemporânea. Muitos teóricos, preocupados com as novas configurações e possibilidades dos movimentos sociais contemporâneos, e a sua relação com a construção da cidadania, têm apontando que uma de suas dimensões políticas fundamentais no mundo globalizado e multicultural é a do reconhecimento, estando esta intrinsecamente ligada com a categoria inclusão. Neste sentido, a exclusão social negaria a possibilidade da cidadania, já que "os indivíduos ou grupos que vivem numa situação de apartheid nos espaços públicos das suas proximidades, não vivenciam a intersubjetividade coletiva, base da construção identitária e da cidadania" (Scherer-Warren, 1998:16). Disto decorre que o reconhecimento social e político de indivíduos ou grupos como pertencentes à determinada comunidade de referência, garantiria o princípio da inclusão e, disto, a cidadania. Estes temas foram intensamente discutidos no seminário **Inclusão e Reconhecimento no Mundo Multicultural**, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 4 e 5 de fevereiro de 1999. Nesta ocasião o sociólogo Jessé de Souza, ao falar sobre a dimensão política do reconhecimento social, apresenta a construção histórica do conceito dentro do pensamento social ocidental. Ele ressalta a importância de tal conceito na teoria política posto que fundamenta uma dimensão da vida social contemporânea: o conflito de alteridades e a sua busca por inclusão social. Outra atual e importante referência sobre a categoria analítica "reconhecimento" e a sua intersecção com o fenômeno do multiculturalismo, política da diferença e identidade é Charles Taylor (1994). Muitos destes elementos que constituem a categoria analítica "reconhecimento", apontados pelos diferentes teóricos podem ser identificados na acepção êmica das PLPs.

tais como *respaldo, divulgação, ser mulher popular e fazer projeto*. Tais categorias êmicas, amplamente utilizadas, são cruciais para se compreender o significado atribuído à participação política e à noção de projeto nela implícita.

A preocupação com o *reconhecimento do trabalho da PLP* aparece desde o início dos trabalhos no SIM. Quando entrevistei Olívia sobre a sua atuação no serviço, ela enfaticamente respondeu-me que o maior problema do seu trabalho como PLP estava na *falta de divulgação, que a comunidade te reconheça, conheça teu trabalho*. Assim, quando tu passe pela rua as pessoas digam: *'Lá vem uma PLP...'* Acho que o mais importante pras PLPs é a comunidade conhecer nosso trabalho (Olívia, 15/01/98). Aqui aparecem duas dimensões do reconhecimento: 1. da atividade da PLP e 2. do indivíduo PLP no exercício desta atividade, elementos estes que nos remetem à noção de "projeto individual" nos termos de Velho (1994). No entanto, neste momento inicial da trajetória de PLP a ênfase é dada ao *reconhecimento na comunidade*. Ou seja, a construção e consolidação de um espaço de atuação dentro de um âmbito bem delimitado.

Contudo, com o passar do tempo, os limites deste *reconhecimento* extrapolam o âmbito comunitário, como revelam Elvira e Anete, numa visita de divulgação do SIM:

*Elvira: A nossa luta agora é por reconhecimento do nosso trabalho. Por que nós é que tamo na linha de fogo. Lá na vila defendendo as mulher de traficante. Tem colega nossa que tá até com ameaça de morte. Outro dia uma outra colega foi chamada para resolver o problema de uma mulher lá em Canoas e ela foi com a senhora que ela tava atendendo tirar as roupas dela de casa e ela achou toda a muamba do cara que era traficante. Deu um flagrante nele, arma e tudo. E daí quando ele tava indo preso ele disse tudo bem, mas fez assim pra ela (faz um movimento com o dedo indicador significando ameaça). E daí, quando o cara sair da cadeia, quem dá garantia pra essa nossa colega? Por que esse tipo não fica muito tempo preso, logo, logo tá aí na rua de novo. E esse vagabundo não querem nem saber. Por isso que nós tamo lutando por reconhecimento, por garantia do Ministério da Justiça...*

*Anete continua: Para que, quem sabe, com o tempo o trabalho seja reconhecido e possa trazer algum retorno financeiro pra gente também... (Anete e Elvira, 13/05/99)*

Deste fragmento pode-se já identificar alguns elementos deste projeto individual que a atividade de PLP potencialmente proporciona para estas mulheres. Elas buscam a consolidação da atividade a partir de uma instância de poder máxima: o Ministério da Justiça. Isto revela uma dimensão do *reconhecimento*, a busca por uma identidade social institucionalizada. Esta institucionalização é que permitirá a realização dos projetos de

mudança de status social e um acúmulo de prestígio para estas mulheres. A indicação do Ministério da Justiça neste relato parece sugerir a existência social da figura da PLP algo como um agente de justiça, que entre outras prerrogativas, possua uma aura de autoridade, poder, autonomia e, também, remuneração pelo exercício da atividade. Há que se salientar neste caso a estreita ligação entre prestígio e dinheiro. Esta associação entre *reconhecimento* e *retorno financeiro*, ou melhor dizendo, entre acúmulo de capital simbólico e capital financeiro é reforçada por Anete e Alice em outra situação em que comentavam sobre a busca por *reconhecimento*:

*Anete: (queremos) que os parlamentares reconheçam o trabalho das promotoras legais populares e que elas também sejam reconhecidas tanto politicamente e... me fugiu agora a palavra.... como é que se diz... e no ministério pú-bli-co! É isso.*

*Alinne: Por que nesses dois lugares, não entendo bem. Me explica melhor...*

*Anete: Por que este ano várias promotoras fizeram currículos circular na Câmara, na Assembléia e ninguém foi chamada para CC...(cargos de confiança)*

*Alice ajuda: É! Nós trabalhamos um monte, mandaram a gente fazer esses currículos e nada!*

*Anete, retomando a palavra: Trabalhamos nas campanhas e não tivemos retorno nem em dinheiro e nem em serviço.*

*Alinne: Mas quem mandou fazer os currículos?*

*Anete: Os currículos sempre são feitos em época de eleição, para serem avaliados para CC. Todos militantes e lideranças que trabalham, fazem.*

*Alinne: Mas o que é o currículo?*

*Anete: É isso, dando cargos, merecido. Por que cada um tem uma profissionalização. Por exemplo, as promotoras são diferentes, tem diferentes escolaridade, temos a nível de 1ª série, 8ª série, 2º grau...*

*Alice intervém: tem até umas semi alfabetizada que nem sei como fizeram o curso!*

*Anete: pois é, mas nós temos também promotoras que já estão a nível de 3º grau, como o meu caso...*

*Alinne: Tu fizeste faculdade?*

*Anete: Não, eu fiz curso técnico no 2º grau, em administração de empresas, que agora não tem mais. O curso técnico prepara para já sair trabalhando, tu sai técnico administrativo.*

*Alinne: tá, mas o que tem a ver o ministério público com tudo isso?*

*Anete: ora, o reconhecimento do ministério público! Que seja assinado pelo Ministério público para gente ter um indentificação (sic), pra gente não precisar de crachá. (Anete e Alice, 09/06/99)*

Neste relato de Anete, o que tem maior grau de importância: o reconhecimento do trabalho de PLP ou a busca por um cargo? Aqui aparece uma nova dimensão da categoria reconhecimento, sua relação com a valorização das qualificações pessoais acumuladas pelas PLPs ao longo da suas trajetórias de vida encerrada no *currículo*. A noção de *reconhecimento* empregada pelas PLPs associa-se com a intenção de um projeto político basicamente no

sentido da constituição do sujeito político PLP, que pela sua vez parece estar, neste contexto, diretamente associada com os atributos pessoais destas mulheres, conforme Bourdieu:

Capital pessoal de 'notoriedade' e de 'popularidade'- firmado no pacto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um 'nome', uma reputação', etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma 'boa reputação'- é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios. (Bourdieu, 1989:191)

É nesta tentativa de conversão de um capital pessoal - suas trajetórias e experiências no movimento comunitário - para um capital simbólico que reverte em ganhos financeiros, pessoais, políticos no seu projeto que apostam as PLPs na busca pela constituição da existência social legítima da sua atividade.

Mas quais seriam os termos desta institucionalização da atividade de PLP? Ao meu ver, o ponto fundamental desta institucionalização é a constituição desta atividade como algo altamente especializado. Ou seja, o capital simbólico das PLPs com o qual elas posicionam-se no jogo político é seu monopólio do saber especializado sobre *mulheres populares*. Neste sentido, as PLPs procuram consolidar o SIM dentro do campo político porto-alegrense como um espaço especializado no qual um tipo específico de mulheres - as PLPs - oferecem serviços a uma parcela da população também específica - as mulheres da *comunidade*: de mulheres *comunitárias, de base e populares* para mulheres *comunitárias, de base e populares*. É neste enfoque que se concentram as PLPs em dar visibilidade ao seu trabalho e tornar, prática e discursivamente, indispensável sua existência política.

## 2. A PLP como Autoridade

Outro elemento que aparece na fala de Elvira sobre a necessidade de reconhecimento da atividade de PLP associa-se ao questionamento sobre o tipo de autoridade que a figura da PLP representa. Esta questão pode ser identificada em dois diferentes momentos do seu depoimento. Na primeira referência direta à autoridade da PLP, Elvira questiona a possibilidade concreta de ação, como no exemplo hipotético que dá de intervenção direta num caso de violência. Nesta situação, a noção de autoridade parece estar ligada à necessidade de ter proteção e, fundamentalmente, de ter legitimada uma suposta delegação de poder, a qual lhe conferiria a garantia de ação sem implicações negativas, tanto simbólicas quanto físicas. Desta forma, a relação que estabelece entre autoridade e respaldo legal confere sentido ao

reconhecimento da PLP como uma autoridade que detém o monopólio legítimo da defesa da mulher. Ou seja, busca-se uma legitimidade social como uma instância legal de resolução de conflitos.

A segunda referência, desta vez indireta, é quando Elvira reclama da intervenção do Conselho Tutelar na atividade de PLP. Neste ponto há vários elementos implicados. Além da questão do trabalho voluntário que atua como o estopim da situação, o que me parece ser mais significativo aqui é a disputa de competências que o embate conselheira tutelar/promotora legal popular encerra. Elvira relata que nesta ocasião em questão sua *colega*, PLP e conselheira tutelar, interveio no SIM a fim de saber se as PLPs não estavam negligenciando a sua prole ao se dedicarem à atividade não remunerada que exercem. O tom indignado de Elvira ao relatar o caso remete-me ao "Você sabe com quem está falando?" que Da Matta (1997a) denomina de "rito de autoridade". Segundo o autor, quando esse rito é invocado, "opera como um mecanismo de devolução da pessoas aos seus lugares" ou seja, "permite passar de um estado a outro: do anonimato (que indica igualdade e o individualismo) a uma posição bem definida e conhecida (que indica a hierarquia e a pessoalização)" (Da Matta, 1997a: 170). Dentro desta perspectiva analítica, esta situação revela uma concorrência pelo reconhecimento de diferentes competências e evidencia uma disputa política que envolve jogos de poder entre estas atrizes do campo político.

A questão que parece estar subjacente a esta situação é: Se o SIM e as PLPs tivessem o reconhecimento e a legitimidade que o Conselho Tutelar tem, social e politicamente, esta situação teria acontecido? Tal pergunta seria de difícil resposta, mas supostamente a relação teria se configurado em outros termos. Parece evidente o ressentimento contido no depoimento de Elvira frente o estabelecimento de uma relação hierárquica entre a conselheira tutelar e a PLP. A solução para tal embate estaria na consolidação do SIM como uma instância legítima de poder que detém o monopólio de defesa da mulher, tal qual o Conselho Tutelar tem da infância e adolescência.

Há que se fazer uma ressalva, já que a "versão" do Conselho Tutelar para defesa da mulher já existe: o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM). Então, como lograr seu objetivo num campo supostamente saturado? Ao meu ver, as PLPs procuram estrategicamente constituírem-se como sujeitos políticos através da especialização da sua atividade, diferenciado-se, portanto do COMDIM. Ou seja, o SIM seria a versão do COMDIM para *mulheres populares*. Esta questão retomarei adiante, por hora é fundamental

concentrar-se na reivindicação de uma distinção que Elvira faz na sua narrativa, que se traduz numa suposta identidade de "popular" e no fortalecimento do seu pertencimento à *comunidade*.

### 3. O Ser Popular e da Comunidade

Alguns estudos antropológicos junto às camadas populares urbanas revelam os processos de definição da identidade social êmica destes grupos, que se "constrói opondo-se a outras num caleidoscópio de identificações que ficam longe da idéia de identidade como algo igual a si mesmo, uno, completo e definitivo" (Zaluar, 1994:87). Nas pesquisas de antropólogas como Cardoso (1978)<sup>74</sup>, Caldeira (1984) e Zaluar (1994) as auto-definições dos grupos por elas estudados partem de uma dicotomia entre "pobres" e "ricos", que está associada a uma valoração, onde o sinal negativo recai sobre o eixo "pobre", identificado com fraqueza, falta, carência. Desta dicotomia primeira partem outras tantas, que vão se constituindo de forma contextual, para marcar as diferenças intra-grupos. Para fins analítico-comparativos sobre as PLPs atuantes, o que interessa reter aqui é esta diferenciação primeira, que divide a sociedade em termos dicotômicos.

No caso das PLPs observa-se também esta constituição de identidades contrastivas, atualizadas aqui como uma forma de marcar sua especificidade. Em relação ao seu métier, dentro do campo político, as PLPs definem-se como *mulheres populares*, variando entre sinônimos como *vileira, comunitária, de base, da prática* em contraste com *mulheres de elite*,

---

<sup>74</sup> Tanto Cardoso quanto Durham (1984) são nomes importantes na história da antropologia brasileira por inaugurarem uma "linhagem" - no sentido empregado por Peirano (1992) - de estudos acerca do universo cultural das camadas populares urbanas, da qual as etnografias de Caldeira (1984), Zaluar (1994), Sarti (1996) e Magnani (1998), por exemplo, são "herdeiras". Durham desenvolve seus estudos ao longo da década de 60 ao focar a questão da migração campo-cidade em São Paulo. O foco central de suas análises é o forma de integração dos trabalhadores rurais nos sistema urbano-industriais - sua proletarização - e as transformações no comportamento e cultura dessa população. Cardoso, concomitantemente aos estudos de Durham, desenvolve pesquisas junto a favelados de São Paulo - migrantes rurais transformados em trabalhadores urbanos -, preocupada em compreender suas "formas de consciência". Os aspectos centrais de sua análise dizem respeito ao entendimento que estes grupos possuem sobre a sociedade de classes e a organização política do Brasil, procurando vislumbrar o "processo de reelaboração das pautas de ação" (Cardoso, 1978: 39), bem como dos valores e normas que regem o grupo. Na ênfase ao trabalho, à consciência de classe e às transformações dos modelos culturais, estes estudos revelam um empenho de positivação - no sentido de um enfoque descritivo e analítico que procura dar visibilidade ao modelo cultural dos grupos estudados - destes atores sociais em detrimento da visão negativa pautada pelas teorias da modernização. Aqui eles são caracterizados enquanto possuidores de uma cultura particular em constante processo de interação com modelos culturais distintos e que, portanto, estão dinamicamente reinventando e reelaborando seus elementos culturais.

*madames, do centro, teóricas*. Ou seja, o contraste aqui se dá entre mulheres militantes populares e mulheres militantes supostamente de "elite". O diferencial desta classificação neste contexto é que o valor negativo dentre os pares contrastivos recai agora sobre o eixo do que não é popular, ou seja, daquilo que se associa à *elite*. Esta distinção parece ser um consenso entre as PLPs de forma geral, e marca uma forma de identidade que é compartilhada por elas. Neste ponto é elucidativa a entrevista que fiz com uma PLP que não pertence ao grupo do Partenon, posto que explicita esta distinção de forma bem objetiva.

Conversávamos sobre o que é "ser feminista" e perguntei-lhe se ela se considerava uma feminista, ao que me respondeu:

*Feminista eu acho já uma questão assim muito teórica, elas usam muito a teoria. Por exemplo o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, tão longe, tão longe das mulheres popular, vamos dizer assim. São advogadas, são jornalistas, médicas assim, que têm um assunto teórico, sabe? Eu acho que é muito teórico assim, fazem muito relatório teórico assim, mas tu não vê elas na prática, tu não vê esses movimento dentro da vila. E tu não vê nem eles abrirem muito. Tu vai ver que eles são presidente disso, é a doutora fulana de tal, é não sei quem, é a jornalista fulana disso, daquilo outro, longe do discurso de base, da, da população de base. Eu acho que as mulheres, que lutam mais pelos direitos das mulheres feministas, independente dessa coisa de defender as mulheres. Pra mim feminista é algo, sei lá, uma pessoa teórica, assim, só tem estudo do que é a mulher. Digamos, seria diferente do que é uma mulher "mulherista", que são as questões reais da mulher. Então feminismo pra mim, seria alguém de classe A ou B, sabe. (Lia, 26/07/99, grifos meus)*

Em primeiro lugar, o que se pode perceber na fala de Lia é uma primeira diferenciação que passa pelo recorte de classe. Em segundo lugar, o "ser popular" passa fundamentalmente pela prática, *por estar junto às bases*, na vila. O mais interessante neste depoimento, ao meu ver, está na produção de um termo novo, as *mulheristas*, como sendo aquelas mulheres que estão nas bases, que têm a prática e que se preocupam com as questões "reais" das mulheres. O importante aqui é atentar para a apropriação que Lia faz dos significantes conhecidos, disponíveis na cultura, e cunhando um termo novo que se assemelha ao termo conhecido, feminista. Este neologismo vem para marcar a sua peculiaridade, com o intuito de explicitar a distinção entre estes dois tipos de sujeitos políticos. Ao meu ver, a idéia de *questões reais das mulheres* além de estar evidenciando uma valorização da experiência prática, explicita uma diferença entre as mulheres marcada, sobretudo pela pertença de classe. Em vista disto, as *mulheristas* seriam aquelas que lutam pela igualdade de condições sociais para as mulheres

---

"pobres", assemelhando-se, em certa medida, com o "feminismo bom para o Brasil" da década de 70 (cf. Goldberg, 1989).

Como se pode notar, esta distinção entre "popular" e "não popular" é estendida a todas instâncias pelas quais as PLPs circulam dentro do campo político. Desde vereadores, funcionários do OP, delegados, conselheiros tutelares, as feministas do COMDIM e até mesmo marca uma diferença entre as técnicas da ONG Themis. Comumente ouvia as PLPs definindo tal fulana como *a advogada comunitária* da Themis - a pessoa com a qual podiam efetivamente contar - em oposição - à sicrana, que é *muito teórica* - marcada por uma forte conotação negativa associada a uma idéia de dificuldade de comunicabilidade, chegando por vezes a ser motivo de piada entre as PLPs.

É interessante notar que a própria Themis reconhece esta diferença, muito embora atribuam um outro valor neste contraste. As técnicas da Themis apontam que uma das dificuldades do trabalho nos SIM, com lideranças comunitárias femininas é a de que elas não são feministas, ou seja, não possuem uma reflexão teórica sobre a questão da desigualdade de gênero. Em vista disto, a entidade enfatiza a necessidade de capacitação constante das PLPs como se pode notar no excerto abaixo:

Um aspecto que deve ser considerado é a peculiaridade do grupo que vai ser trabalhado. As lideranças comunitárias não são feministas, não constituem uma corrente teórica de estudos de gênero. São um grupo popular no movimento de mulheres, dando realce ao feminino, que condena a discriminação de modo empírico, não teórico. (Cadernos Themis - Themis: Gênero e Justiça, 1998:33)

No entanto, para as PLPs o importante é *ter a prática, vivenciar os problemas da comunidade*. Para elas o *ser popular* marca positivamente sua identidade política. O que parece revelar um domínio ímpar dos códigos que regem o cenário político de Porto Alegre, no qual o termo popular tem alto valor político. Numa configuração político-histórica marcada pela supremacia do "popular", onde a marca da própria administração municipal é denominada de "popular", na qual a participação política e a cidadania são "populares", nada mais estratégico do que carregar consigo a marca, a própria encarnação do ser popular. Desta forma, as PLPs procuram se afirmar como sujeitos políticos, constituindo-se por posições definidas no campo político. Estas posições são "princípios organizadores embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais (que se dão) em relação constitutiva com um outro" (Butler, 1998:24), no caso, em relação às *mulheres de elite*. Esta marca de distinção é

recorrente e fundamenta o princípio constituidor do sujeito PLP, como revela um elucidativo diálogo entre Anete e Elvira<sup>75</sup>.

*Elvira: é por isso que nós somos popular, para andar com barro até a cintura, toda embarrada, molhada. Lembra, Anete que o sargento queria saber?*

*Anete: Ah, é. O sargento ali do posto queria saber o por quê do popular no promotoras legais populares.*

*Elvira: Ele não entende por que nós somos popular, que todas as promotoras que ele conhece não são popular. Ai eu expliquei pra ele que era por que a gente trabalhava deusde a Santo Antônio até a Lomba, tem que botar o pé no barro mesmo, andar pela comunidade. Nós não somos de gabinete, por isso que nós somos popular, as que ele conhece são de gabinete, ficam na sua salinha, não botam o pé no barro como nós. (Elvira e Anete, 09/06/99)*

Fiquei sem palavras depois da resposta. Esta forma de se diferenciar - até mesmo de mim nas mais diferentes ocasiões - sugere explicitamente uma virtude que se fundamenta na "experiência vivenciada". A garantia da eficácia da atividade da PLP está calcada na prática cotidiana, na importância em *ser da comunidade*, em sentir no próprio corpo - ter o *pé no barro* - o que é ser popular. A marca do ser popular as diferencia tanto das advogadas da Themis e das PLPs executivas de São Paulo - *por que são tudo mulher do centro* - quanto dos promotores públicos. Mas, mesmo sendo estas referências contrastivas, são nelas que as PLPs se espelham a fim de terem algo que parece estar associado com um tipo de prestígio social. Não é meramente gratuito, como salientei anteriormente, que, ao reclamarem por reconhecimento e respaldo, identificam o Ministério da Justiça e o Ministério Público como as instâncias que poderiam lhes outorgar este reconhecimento. Ou seja, parece-me que ao marcarem o contraste com estas categorias sociais, elas estão ao mesmo tempo atribuindo-lhes um alto valor, comparando-se com elas e marcando sua especificidade à luz daquelas categorias. Assim, agregam à identidade política de PLP um algo a mais, que falta àquelas outras figuras: a vivência prática dos *problemas da comunidade*.

Esta "experiência vivenciada" é o que confere o caráter distintivo em ser uma "boa" PLP. Somado a este requisito está a "valentia" - o não ter medo do perigo - necessário para estar *na linha de fogo, lá na vila defendendo as mulher de traficante*. É a partir disto que as

---

<sup>75</sup> O contexto onde surge tal diálogo é significativo e exemplifica bem o sentido de "ser popular". Tal assunto surge num dia em que estávamos saindo de um plantão do SIM, frio e chuvoso de inverno. Havíamos passado o dia inteiro na rua - como de costume - e fomos para uma reunião do OP. Estávamos completamente molhadas e carregadas de bolsas, guarda-chuvas, sacolas e material de divulgação do SIM. Pelo caminho eu ia reclamando da chuva, de estar molhada o dia inteiro e com frio. Perguntei-lhes se também não estavam incomodadas com tal situação. O diálogo surgiu, então, como uma resposta para mim.

PLPs valorizam sua atividade e procuram *reconhecimento* no campo político como sujeitos políticos, cuja legitimidade se consolida na "experiência vivenciada". A referência ao pertencimento social aqui é fundamental: é imprescindível *ser da comunidade*, como se pode notar na discussão empreendida entre Alice, Anete e Elvira. Em tal discussão, Alice reclamava a falta de engajamento das outras duas nas reuniões da coordenação do SIM, organizada pela Themis numa ocasião em que a tal reunião coincidia com uma feira da cidadania que ocorreria na escola da vila onde moram. Em tal feira elas teriam um espaço para fazer atendimentos, administrar palestras sobre o SIM e os direitos da mulher. Anete e Elvira defendem-se, argumentando que:

*Anete: Em primeiro lugar a tua comunidade. Eu não vou deixar de ir na feira, divulgar o nosso trabalho por causa dessas reunião. Essa reunião da coordenação é sempre a mesma coisa. Tu vai lá e elas dizem 'a gente já pediu o lugar pro sim, o lugar pro sim já está encaminhado, estamos esperando resposta..' isso a gente já sabe. É sempre a mesma coisa. Já tô cansada disso. A gente é que tem que se mexer e conseguir o lugar, nós temo boca, é só ir nos nosso conhecido e pedir. Não precisamos de ninguém pedindo pra gente.*

*Elvira: é, em primeiro lugar a nossa comunidade. Eu não deixo de ir fazer as coisas na comunidade pra ir em outras reuniões.*

*Anete: É, por que a gente tem que pensar. Quem vai nos divulgar? É a comunidade. (Anete e Elvira, 13/05/99)*

O ponto de partida para o reconhecimento que procuram está na *comunidade*<sup>76</sup>. É uma garantia de que terão um respaldo para o seu trabalho. Este é o locus de identificação primordial destas mulheres, a sua referência, a garantia da sua marca distintiva. É a *comunidade* que lhes garante o diferencial de ser popular, portanto, é ela que merece atenção maior. Por que tanta importância a ela dispensada, se o que desejam é um lugar no campo

---

<sup>76</sup> A noção de *comunidade*, recorrente na fala das PLPs, é um significado cultural construído em grande medida pela intensa atividade da igreja católica, em especial da teologia da Libertação (cf. Zaluar, 1998), na década de 70 dentro dos bairros populares urbanos que passou a ser apropriado pelos moradores destes locais como o sinônimo do bairro em que vivem. Em seu estudo sobre as Comunidades Eclesiais de Base, Macedo apresenta o significado êmico de comunidade nos seguintes termos: "o bairro é, de certa forma, reproduzido pelos sujeitos a partir de um certo modo de consumo e de utilização do espaço. Reconhecendo-se nele, os moradores exercem uma espécie de apropriação privado do espaço público, que se torna, assim, familiar. Isso é parte da idéia de "comunidade" a que as pessoas se referem (...) há um exercício cotidiano de ocupação do espaço local que aproxima as pessoas: conhecimento dos lugares, trajetos costumeiros, relações de vizinhança, sentimento comum de pertencer a um mesmo local." (Macedo, 1986:98). Esta definição, assim colocada, assemelha-se ao sentido empregado pelas PLPs ao referirem-se a sua *comunidade*.

político mais amplo, fora dos limites do espaço do seu bairro? Creio eu, que a *comunidade* é o grande trunfo que as PLPs detêm para entrarem no jogo político. Explico-me melhor.

Esta idéia parece ser consensual entre as PLPs atuantes, tendo em vista os "ensinamentos" políticos de Gilda, uma liderança comunitária do Partenon, amiga de Anete e a "conselheira" do trio. Ou seja, sempre quando as três PLPs atuantes tinham alguma questão - algum problema de ordem "política" - a ser resolvida, iam em busca das opiniões de Gilda. Inúmeras vezes, antes de rumarmos para as reuniões do OP, passávamos antes na casa de Gilda, para tomarmos café e conversarmos. Numa dessas ocasiões, estávamos todas sentadas à volta da mesa na cozinha da sua casa, enquanto ela, em pé, ensina a *verdadeira política* para a "neófito" Alice, a qual, segundo Anete, vivia *botando os pés pelas mãos*:

*Escutem bem o que eu vou dizer pra vocês. Eu e a Anete nos conhecemos há bastante tempo, há 3 anos né ? Pois é, fui eu que coloquei ela na política. A gente tem abertura, se respeitando o espaço de cada uma. A gente discute, diverge, cada uma tem uma opinião. As vezes eu dô uns toques pra ela. Então eu vou dizer uma coisa, Alice. Eu sou PHD em política, milito desde pequena. Eu cresci dentro da política, dentro da luta e por isso eu digo pra vocês. Vocês tem que escutarem bem, o político tem que ser usado! A gente não pode ser mais burro de arrimo de ninguém. Tem que entrar no jogo político, tem que trocar. É essa a língua que os políticos entendem.*

*Alice: Eu tô cansada. Eu não consigo nada! Tô há dez ano trabalhando pro PT, vem campanha a gente se mata de trabalhar pros político e o que a gente ganha? Nada! Tô com meu marido desempregado dentro de casa. Não agüento mais essa situação.*

*Gilda: se tu qué uma mudança, uma nova mudança, tu tens que mudar. A maneira mais viável de mudar é segurar tuas bases. Daí tem menas chances de eles entrarem, dando, negociando com eles. Eles trocam figurinhas, é assim, tu usa, eles te usam. Daí eles pensam: 'ela não é assim fácil de se chegar'. É construir o teu nome, não pensem que comigo é assim, fácil. Eu negocio e não vou abrindo pra qualquer um. Tu tem que ter sempre a carta na manga, aquela cartinha na manga do colete, pra que eles não te usem e te abusem! (Gilda e Alice, 09/06/99, grifos meus)*

As formulações de Gilda são muito claras: a relação política se dá pela troca, pela negociação, e a forma de garantir a viabilidade da troca política é "deter" as *bases*. Ou seja, ter ascendência e o monopólio de determinado campo político, no qual a inserção só será possível pela intermediação. Estes monopólio e ascendência sobre as bases é também entendido como *ter representatividade*. Todos estes elementos estão, pela sua vez, associados à noção de reconhecimento empregada pelas PLPs. Quando *as bases* ou *a representatividade* parece estar sob ameaça, é necessário agir rapidamente, como revela a reação de Anete a seguir. Em determinada reunião do OP, ela discutiu com um novato no campo político da sua

*comunidade*, por ele estar ameaçando a sua *representatividade*. Ela contou-me a tal situação, visivelmente incomodada:

*Lembra aquele gordão que tava ali fora com a gente, quando a gente tava fumando? Pois é, ele me disse que tava organizando uma reunião com sopão no sábado lá na Chácara dos Bombeiros e que se eu quisesse ir, ele me apresentava pra comunidade, por que a comunidade não me conhece. Ele vai ter que estudar mais um pouco pra saber o que é liderança comunitária. Comunidade não se pega pela barriga. Sabe como se chama isso? Assistencialismo. O que aquele cara tá pensando? Ora, vai me apresentar pra comunidade! (imita o tom de fala do homem) Vou pedir pro Estilaque Xavier, o secretário de obras, a cópia de todos os documentos, das atas que mostra que eu há anos já representava a Chácara dos Bombeiros. Só por que é motorista do Bisol tá se achando o máximo! Mas é assim, mal consegue um carguinho e já fica se achando o máximo. (intervenho, pergunto de quem ela estava falando.) Aquele chinelão, que chegou todo engomadinho, de sobretudo e veio falar comigo. Pois é, ele disse que sábado vai ter uma reunião pra me apresentar para a MINHA comunidade! Vê se eu posso com isso. Mas ele tá muito enganado, acha que vai chegando assim? (Comento sobre a sua exaltação com o caso) Mas claro! Um cara que chega assim, do nada, vem te dizer que tu não tem representatividade na tua própria comunidade? E ainda por cima diz que vai te apresentar pra tua comunidade, a comunidade que tu conhece há anos, que tu representa há anos! Tu não viu uma hora que eu chamei o S. (funcionário da prefeitura) lá fora? Pois é, foi pra tirar a limpo essa história, chamei o S. pra ele dizer pro cara se eu não tinha representatividade mesmo na comunidade. Mas é assim, eles querem só tá na vitrine. (Anete, 10/06/99, grifos meus)*

Se de fato há esta pretensa “representatividade” dentro da comunidade, isto não parece ser a grande questão aqui envolvida. O importante é que dentro do campo político, a imagem da PLP seja identificada como sendo representante da comunidade. É ela quem participa das reuniões do OP e dos conselhos locais em nome da sua comunidade. Isto se revela no fato de Anete ter acionado duas figuras fundamentais como testemunhas da sua representatividade: o secretário de obras e o funcionário da prefeitura responsável pelo OP local. Anete sentiu ameaçado o seu lugar de liderança comunitária e passou a agir. Até a tal reunião ela ficou "articulando" entre pessoas ligadas ao OP - delegados e representantes da comunidade neste espaço - para estarem todos presentes na reunião e, assim, mostrar para o tal *engomadinho* quem era de fato liderança comunitária.

#### 4. O Trabalho Voluntário

Outro elemento que Elvira coloca na sua fala que inicia este capítulo, o qual está diretamente associado com a busca por reconhecimento, é o trabalho voluntário. Este tema era

um dos assuntos recorrentes nas falas das PLPs, e se configura como um ponto de grande tensão entre o próprio grupo de PLPs atuantes. Ao meu ver, esta tensão revela um dos termos de disputa entre os pequenos grupos pela detenção do domínio do SIM/Partenon e também uma forma de constituição da distinção das PLPs em relação às outras atrizes do campo político de defesa da mulher. Estes elementos, à primeira vista, tornam ambíguo o discurso das PLPs atuantes sobre o trabalho voluntário. No entanto, acompanhando o seu cotidiano, evidenciam-se dificuldades de ordem muito pragmática que a voluntariedade da sua atuação lhes acarreta, pois não se pode esquecer de que são mulheres de grupos populares com objetivas limitações materiais e financeiras.

Um primeiro termo da tensão que envolve o trabalho voluntário pode ser identificado na fala de Elvira, quando afirma que *tem colega aí que tá desempregada, é crise de trabalho, crise de emprego. Como é que elas ficam?* Ao meu ver, esta frase de Elvira, que salienta o cuidado que estas mulheres têm ao se referirem a esta questão, demonstra o quanto estas mulheres detêm os códigos que regem o campo político no qual se querem consolidar. Aqui, Elvira questiona o trabalho voluntário em nome das suas colegas e não para si diretamente.

Alguns estudos sobre militância política, como os de Schwade (1993) sobre o Movimento dos Sem Terra em Santa Catarina e de Sartori (1999) sobre os dirigentes de um sindicato ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, apontam esta mesma característica identificada no discurso de Elvira. Ou seja, trata-se de um discurso que enfatiza as perdas pessoais e emocionais que a entrega ao trabalho de militância acarreta na vida dos militantes, valorizando elementos como abnegação, altruísmo e de entrega pessoal ao "bem comum"; em detrimento dos ganhos que por ventura ocorrem, mas que não são colocados em pauta (ver também Dumont, 1992, sobre a valorização da abnegação em relação aos brâmanes indianos). É como se a ênfase aos ganhos, tanto simbólicos - como prestígio pessoal - e financeiros descaracterizasse, desvirtuasse a militância.

Em vista disto, parece não ser de "bom tom" Elvira reclamar para si uma remuneração por um trabalho que se está fazendo em prol da *valorização da mulher*. Pude identificar na suas falas cotidianas duas formas principais de questionamento sobre o trabalho voluntário, sem que isto recaia negativamente sobre elas. Uma delas é a reclamação em nome de alguém, na qual se colocam na posição de porta-vozes de outrem - como na fala de Elvira, em nome das suas *colegas desempregadas*. A outra forma é a de atribuir a um terceiro a reclamação sobre o

trabalho que realizam. Contudo, não se trata de um terceiro qualquer; antes, alguém de fundamental importância nas suas redes sociais, como por exemplo, seus maridos e filhos.

Alice muitas vezes contava-me das reclamações do seu marido por ela ficar o *dia inteiro batendo perna na rua pelos outros, sem ganhar dinheiro*, sugerindo-lhe que fosse *arrumar um trabalho que trouxesse dinheiro para casa*. A questão do trabalho voluntário assim colocada não recai negativamente sobre a PLP e torna legítima a busca de remuneração através desta atividade, já que quem reclama é um outro, diretamente ligado a ela.

Este "código de conduta militante" também é acionado pelas mesmas PLPs em determinados contextos como um elemento de disputa com os outros subgrupos de PLPs/Partenon. Este acionamento contextual marca uma distinção entre os grupos concorrentes, a qual é centrada na valorização de um suposto interesse "genuíno" na luta pelos direitos da mulher, salientando uma desconfiança da "verdadeira" motivação das suas colegas na atuação no SIM. Presenciei inúmeras vezes Anete, Alice e Elvira utilizarem-se destes códigos valorativos a fim de acusarem as suas colegas PLPs e, assim, desqualificarem a sua atuação.

Num plantão do SIM, o único em que estive presente Odete, PLP da Vila Conceição, perguntei-lhe por que Olívia e Anelise não vinham aos plantões. Elvira antecipou-se e explicou-me que Olívia estava à procura de emprego, já que recentemente havia perdido o seu. Odete explicou-me que a sua amiga estava envolvida em várias atividades comunitárias, e por isto estava deixando seu cargo na associação das PLPs de Porto Alegre, recentemente organizada. Anete aproveitou a deixa e, numa postura extremamente ofensiva, passou a "discursar":

*Eu já disse que com essa associação eu não me envolvo. Não quero mais saber dessas coisas. Pra quê? Mais uma reunião? Pra perder tempo. Eu quero coisa pra minha comunidade, dentro da minha comunidade eu participo, fora dela, não vou arranjar mais coisa. Eu digo isso, é a mesma coisa com ONG. Eu aviso pras gurias. Essa história não é bem assim, não. Eu sei bem o que é uma ONG. Tu sabe como é né, Alinne. Tu conhece ONG, né? Eu não entendo essas coisas, eu sempre trabalhei pela comunidade, trabalho voluntário é trabalho voluntário. O problema é que a maioria não quer nem saber, quer é ganhar dinheiro. Só a gente participa por que as que tem carteira assinada, recebem salário, não podem receber pelo plantão, então não querem nem saber, não recebem não vêm. Elas não tão interessadas em vir trabalhar pela questão da mulher. Elas só querem saber de ganhar seu dinheiro. E não é assim. Eu já trabalhei no MOVA, dava as minhas aulas lá e continuava a fazer plantão e fazer meu trabalho na comunidade. Mas a maioria não tá nem aí. Fizeram o curso e não atuam por causa do seu dinheiro. Não tão preocupada com a questão da mulher. Não foram pro curso pra trabalhar pela mulher, foram por isso aqui ó (esfrega os*

dedos polegar e indicador, fazendo o sinal de dinheiro) *Por isso que eu não quero nem saber dessa associação. Eu trabalho pela minha comunidade, batalho pra conseguir as coisas pra dentro do Partenon. É a comunidade que vai precisar do meu trabalho, que vai valorizar meu trabalho, ela é que vai divulgar.*

No seu discurso inflamado aparece mais uma vez a valorização da *comunidade*, como a referência primordial destas mulheres. Associado a isto, Anete revela o alto valor de uma suposta entrega ao trabalho voluntário, acusando suas colegas de apenas estarem ali pela possibilidade de ganhar algum dinheiro. No entanto, a questão do trabalho voluntário é crucial para estas mulheres e impinge-lhes dificuldades de ordem muito pragmática que, em grande medida, encerram limitações à sua atuação.

#### ***4.1. Locomoção e Alimentação: As Limitações Práticas***

Os problemas relativos à alimentação e à locomoção diária das PLPs em atuação são tão presentes nas suas rotinas que aparecem recorrentemente no seus diálogos e, significativamente, tematizam grande parte dos registros no livro-ata do SIM. O fragmento abaixo, que retirei de uma das atas, sintetiza estas limitações. Uma das PLPs/Partenon atuantes, após listar todas as inúmeras atividades das quais elas participam - supostamente representando as PLPs -, registra:

*para podermos ir nestes locais citados precisamos de vale transporte, porque para fazer os plantões já estamos indoapé e na volta pedindo carona pela rua ou nos ônibus estamos já com os pés cheios de calos de tanto andarapé e no Partenon estamos sendo solicitadas para participar em tudo que é fórum e reuniões (....) Para fazermos um bom trabalho precisamos de uma ajuda de custo, vales transporte lanche porque sem sustentação não é possível andar e nem trabalhar às políticas sociais voltadas para mulher. (06/05/99)*

Esta passagem é significativa, posto que encerra os dois limites fundamentais que o exercício voluntário da atividade de PLP implica: a alimentação e a locomoção. Estes dois temas, para além de serem uma forma estratégica de negociação para a obtenção de mais recursos financeiros para sua atividade, são dificuldades muito pragmáticas que estas mulheres enfrentam, as quais presenciei rotineiramente ao longo do trabalho de campo.

O tema da alimentação era uma preocupação constante entre as PLPs atuantes, aparecendo em diferentes situações. Inúmeras vezes íamos de manhã para os plantões e

passávamos o dia inteiro sem comer. Nas primeiras vezes, como eu não estava acostumada com esta rotina de jejum que elas vivenciavam, chegava a sentir-me mal. Isto era motivo de piadas entre elas, que gostavam de alardear a minha "falta de experiência". Alice divertia-se ao contar para as mais diversas pessoas que eu ficava *fraca de fome*, enfatizando minha *falta de costume de ficar sem comer* como elas. Anete contava histórias da época em que trabalhava no Conselho Tutelar, quando numa ocasião, em que não tinha *nenhum pila no bolso*, chegou a *desmaiar de fome*. Além disto, eram constantes as brigas pela divisão igualitária das bananas que Elvira trazia do seu quintal e pelas laranjas que Anete trazia do quintal da casa da sua mãe; o controle da quantidade de biscoitos consumidos que por vezes eu levava para os plantões; o empréstimo de dinheiro de Alice para a compra de macarrão instantâneo para ser feito no local dos plantões, e a longa procura pelo carrinho de cachorro-quente de menor preço nas imediações.

A referência à alimentação é também um tema recorrente nos registros no livro-ata do SIM/Partenon. Em meio aos poucos registros dos atendimentos e das reclamações das PLPs à ONG Themis e às suas colegas, encontram-se inúmeros relatos cujo tema principal é a comida. Elementos inusitados em uma ata, tais como: *hoje teve reunião com os médicos sanitaristas aqui na associação e comemoração de despedida de uma médica que trabalhava com o grupo, a festa estava ótima (...) tiramos a barriga da miséria*); descrições dos lanches que comeram ao longo dos plantões, reclamações da falta de dinheiro para comprar o que lanchear como por exemplo: *"hoje é nosso 4º plantão e não recebemos nada até o plantão de hoje. A nossa companheira Elvira é que está trazendo o nosso lanche e o café, leite e bolo."*, são no entanto extremamente significativos.

Ao meu ver estes elementos, assim colocados, condensam diferentes elementos culturais ressignificados. Um primeiro eixo interpretativo acerca da constante referência à alimentação nos registros da ata pode ser atribuído à importância que a comida tem no universo simbólico dos grupos populares urbanos. Da Matta aponta que a "comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido com também aquele que ingere." (Da Matta, 1986:56). Neste sentido, muitos estudos junto às camadas populares urbanas salientam a problemática da alimentação como um dos eixos identitários deste grupo, traduzido na forma da dieta alimentar. A relação entre possibilidade de consumo e limitação material se presentifica, tornando-se um ponto crucial no universo simbólico destes grupos, uma preocupação que faz parte do cotidiano e marca a experiência de vida (cf. Zaluar, 1994).

Ligado a esta importância crucial da comida está a ligação com um dos atributos do feminino neste universo simbólico. A recorrência do tema da alimentação entre as PLPs pode ser definido como um elemento que "fala" sobre uma concepção particular do feminino. Ou seja, pode-se atribuir esta constante referência como algo relacionado com os atributos que definem o papel da mulher na lógica do pacto de reciprocidade conjugal, na qual à mulher cabe os cuidados com a casa, incluindo-se a alimentação.

Um terceiro e último eixo interpretativo é quanto ao uso inusitado da ata. Este uso pode ser interpretado, dentro deste contexto, como uma forma de apropriação ressignificada do elemento material de uma lógica cultural letrada. Neste sentido atribuem ao registro escrito um alto valor, cristalizando a sua experiência vivenciada. Através desta cristalização as PLPs possuem elementos que podem ajudá-las na busca do reconhecimento que procuram. Ou seja, com isto podem ter provas escritas - "materiais" - que comprovem as dificuldades que enfrentam no seu cotidiano de PLP.

O outro grande elemento temático do cotidiano das PLPs atuantes é a locomoção. Este talvez muito mais problemático para a sua atuação. No momento em que se tem aumentado o campo de ação destas mulheres - que extrapola os limites da comunidade - instauram-se aí as dificuldades de transitar literalmente entre os espaços concretos do campo político. Desde o início da pesquisa presenciei discussões entre elas sobre as maneiras de conseguir utilizar o transporte urbano sem gastar dinheiro. Para fins dos plantões no SIM, as PLPs atuantes ganham da ONG Themis uma cota de vales-transporte. Estes vales-transporte devem ser utilizados para o deslocamento até o local dos plantões e para acompanharem as mulheres atendidas nas delegacias - quando tiverem de registrar queixas -, no IML - para exames nos casos de violência física-, entre outras coisas. Mas além disto, há ainda as inúmeras reuniões que estas mulheres participam nos mais diferentes locais da cidade, nas quais elas vão supostamente representando as PLPs. Desta forma, a cota fornecida pela Themis não é suficiente e, por isto, a locomoção torna-se um problema.

Presenciei incontáveis situações em que isto se configurou um problema de ordem muito prática. Num determinado dia, em que tínhamos de nos deslocar da casa de Alice até a reunião do OP, elas estavam com poucos vales-transporte e sem dinheiro e, portanto, tinham de arranjar alguma forma de *economizar*. Alice dá a idéia para Anete, de ambas passarem juntas na roleta do ônibus. Anete protesta, argumentado que *tem vergonha*, já que o cobrador

poderia reclamar, lembrando ainda de que elas poderiam *entalar na roleta*. Alice convence Anete a passar com ela e, sob os protestos do cobrador, entalaram juntas na roleta.

Além desta estratégia para economizar os vales-transporte, as PLPs utilizam a estratégia de *pedir carona*. Num dos plantões, estranhando a falta de Elvira quando cheguei, perguntei a Anete e Alice onde ela estava. Alice respondeu-me que Elvira não tinha vindo porque não tinha passe de ônibus. Anete, intrometendo-se na conversa, argumentou que isto não era justificativa, pois elas duas, mesmo não tendo passe de ônibus, tinham ido trabalhar. Ela segue contando que haviam conseguido *carona* até a avenida principal da região com um caminhão que estava passando perto das suas casas. Entre sorrisos, Anete contabilizou a economia de um passagem de ônibus, já que ao invés de ter pego dois ônibus como de costume, pegou apenas um.

Esta estratégia da *carona* é também estendida aos próprios ônibus de transporte urbano. O diferencial é que neste contexto, o *pedir carona* significa ter o pagamento da passagem liberado pelo fiscal da empresa. Para isto elas precisam *passar a lábia* no fiscal a fim de conseguirem o seu intuito. O curioso nestas negociações é que sempre contavam com a minha presença. Ou seja, ao invés de pedirem a liberação do pagamento de apenas três passagens, elas pediam de quatro, o que invariavelmente deixava-me constrangida. Algumas vezes ignorei o pedido e paguei a minha própria passagem, fato que gerou conflito entre nós, resultando na acusação de que eu não tinha *boca pra nada*. Em outras palavras, com isto elas estavam dizendo que eu não sabia lutar pelos "meus direitos" por ser muito "envergonhada".

Contudo, estas são soluções paliativas que as PLPs atuantes encontram para driblarem as dificuldades de locomoção que têm na sua circulação diária pelos mais diferentes locais da cidade pelos quais transitam. A grande solução por elas discutida inúmeras vezes seria a obtenção do *passé livre*. O que significa terem livre acesso ao transporte coletivo urbano a qualquer momento. Para tanto, elas precisam ser reconhecidas ou como uma categoria profissional que utiliza muito o transporte urbano para fins do seu trabalho, ou como pessoas que não têm condições de pagar sua passagem. No sistema de transporte urbano de Porto Alegre alguns usuários possuem passagem livre, tais como trabalhadores ligados à Justiça, à Brigada Militar, idosos, além de outras pessoas cadastradas em instituições de assistência social da cidade<sup>77</sup>. Aqui a *luta pelo reconhecimento do trabalho da PLP* se intersecta com a

---

<sup>77</sup> Durante os meses de junho e julho de 1999, os ônibus do transporte urbano de Porto Alegre circularam com um cartaz com o seguinte texto:

problemática do trabalho voluntário, revelando-se num obstáculo de ordem muito prática. Neste sentido o *reconhecimento* urge e, na visão delas, a minha pesquisa parece ensejar uma possibilidade de que isto ocorra.

Em outra ocasião, ao chegar no plantão do SIM encontrei-as em aberta discussão sobre o problema dos vales-transporte. Alice foi logo introduzindo-me na discussão: *ô Anete, o que que tu vinha hoje no caminho pensando, que tu tinha que dizer pra essa guria escrever?* A outra respondeu-lhe que era sobre a *questão da passagem*. Alice, lembrando-se, continuou: *Ah, é. Pode escrever aí Alinne que nós, promotoras, tamo vivendo de carona, pode avisar lá!* Elvira concordou e reforçou: *É mesmo, um absurdo, as promotora tendo que viver de carona!* Fico surpresa com a colocação e perguntei-lhes a quem queriam que eu avisasse. Elas não me deram muita atenção, não responderam a minha pergunta e entraram em outro assunto. Esta situação parece-me emblemática pois, além de revelar o uso que visam de minha pesquisa, aponta elementos que marcam os termos da sua busca pelo reconhecimento do qual falam. Como são insuficientes os vales-transporte fornecidos pela ONG Themis, e elas não dispõem de recursos financeiros para poderem circular constantemente pela cidade, a luta pelo reconhecimento político e social das PLPs aqui se encaixa na tentativa de transporem um dos obstáculos sensíveis da sua atuação. Desta forma, a questão da locomoção, assim como a questão da alimentação, caracteriza-se também como um obstáculo muito concreto que o trabalho voluntário encerra para estas mulheres.

## 5. A Participação Política

Muitos estudos que se preocupam em refletir sobre a constituição política brasileira apontam que a formação do Estado brasileiro se dá a partir da justaposição de valores tradicionais - como as relações personalistas e as redes de reciprocidades- e valores modernos, como a própria noção de cidadania e o valor indivíduo. Neste sentido, ao esboçar o modelo

---

### USUÁRIOS DO PASSE GRATUITO E ACOMPANHANTES:

A partir de 1º/08/99 o seu passaporte da EPTC – passe gratuito – deverá conter obrigatoriamente um destes selos de validade. (gravuras dos diferentes selos para os beneficiários e seus acompanhantes)

Dirija-se à sua instituição para buscar o selo e saiba como funcionará o seu passaporte – passe gratuito.

### BENEFICIÁRIOS PASSE GRATUITO

Portadores de deficiência mental, física, auditiva e visual permanente, doentes do vírus HIV (renda mensal de até 3 salários min., comprovante da utilização do sistema de transporte de passageiros, cadastrado na sua instituição)

social brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda aponta que “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.” (Holanda, 1995:146). A sua análise sobre a sociedade brasileira, bem como sobre as instituições políticas, parte da idéia de que há a interpenetração de dois espaços sociais distintos: o público e o privado. Segundo o autor, o Estado brasileiro é profundamente marcado pelas relações personalistas, não havendo a impessoalidade que caracteriza o Estado burocrático. Da Matta (1997a e 1997b) retoma estes temas tratados por Holanda ao caracterizar a sociedade brasileira como "relacional". Esta caracterização está marcada pela convivência de dois conjuntos de valores distintos que se relacionam: individualistas-modernos e hierárquicos-tradicionais<sup>78</sup>.

Um dos fenômenos políticos resultantes desta convivência entre valores tradicionais e modernos enquanto elemento fundante das relações entre Estado/cidadãos no Brasil é o clientelismo. A partir de uma perspectiva analítica específica, que privilegia a análise das relações políticas a partir da estrutura e funcionamento do Estado, o clientelismo é encarado como um obstáculo à democracia. Nesta ótica, este fenômeno é entendido como um entrave ao pleno desenvolvimento da cidadania, afirmando-se que as relações clientelistas “parecem opor-se à fluidez necessária ao bom funcionamento dos regimes competitivos” (Rouquié, 1985: 40). Classicamente o fenômeno do clientelismo está associado ao estudo das relações sociais que se estabelecem no contexto de sociedades rurais. Em termos gerais, a base fundante do clientelismo são relações entre dois pólos distintos e desiguais em poder, riqueza e influência. Na qual o *cliente* - o pólo sem poder ou riqueza - se subordina ao pólo do *patrão*, detentor da influência pessoal e poderes, trocando favores e construindo laços de obrigações recíprocas. Tradicionalmente, no contexto de sociedades rurais, o patrão é aquele que possui terras, bens materiais; enquanto que os camponeses, que não possuem terras, desempenham o papel dos clientes. Em geral troca-se benefícios de toda sorte por votos. (cf. Foster, 1967 e Landé, 1977).

---

Crianças e adolescentes vinculados à FEBEM ou à FESC (renda mensal de até 3 salários min., comprovante da utilização do sistema de transporte de passageiros, cadastrado na sua instituição)

<sup>78</sup> Nesta análise, Da Matta inspira-se na teoria sobre o individualismo de Dumont (1992). Segundo este antropólogo, na perspectiva holista o indivíduo identifica-se em relação à totalidade social, a partir de uma ordenação hierárquica. A referência desloca-se do indivíduo para a sociedade, sendo descaracterizado e subordinado ou negligenciado por esta totalidade social. Segundo Dumont, estas relações sociais são características das sociedades tradicionais. Em contrapartida, o individualismo é a ideologia que caracteriza as sociedades modernas e tem no indivíduo singular “a medida de todas as coisas” (Dumont, 1992:57). Aqui a totalidade social é subordinada pelo valor indivíduo.

A fim de propor formas alternativas de análise do político no Brasil, muitos estudiosos têm se preocupado em pensá-lo a partir de uma perspectiva que privilegia as diferentes formas de relação entre valores culturais, práticas cotidianas e instituições políticas. Nunes (1997), ao analisar a constituição política brasileira a partir de uma perspectiva histórico-culturalista, relativiza a conotação negativa atribuída ao fenômeno do clientelismo, situando-o dentro de um quadro cultural específico. Segundo este autor, uma das particularidades da forma em que se apresenta o clientelismo no Brasil, é o fato de constituir ao mesmo tempo “uma alternativa à presença difusa das estruturas do Estado e uma gramática para as relações sociais de não-mercado entre classes e grupos sociais.”(Nunes, 1997:29)<sup>79</sup>. Ele parece estar indicando uma tentativa de relativizar a relação clientelista, ou seja, procurando enxergar as diferentes formas, combinações e resultados que surgem e não apenas as faltas que acarreta.

Os estudos reunidos no livro *Antropologia, Voto e Representação Política* por Goldman e Palmeira, ao proporem uma abordagem antropológica ao processo de eleição no Brasil, contrapõem-se a um determinado tipo de análise que “tendem a conferir um caráter mais ou menos negativo tanto à dinâmica eleitoral quanto ao comportamento do eleitor” (Goldman e Palmeira, 1996:07). Estes autores propõem um alargamento analítico do campo político ao privilegiar o ponto de vista do “nativo”, introduzindo na análise do fenômeno político elementos da ordem do cultural e do simbólico. Esta perspectiva analítica parte do enfoque das práticas políticas cotidianas dos grupos sociais, procurando vislumbrar uma “visão da política desde de baixo” (Zaluar, 1994:44).

Estes elementos levam-nos a relativizar e reconceitualizar tanto o político - ao deslocar o olhar para a política do cotidiano (cf. Brito, s/d) - quanto a própria noção de cidadania, ao se perceber a existência de “formas alternativas de se fazer política e de exercer a crítica, formas que não se sujeitam às linguagens transparentes habituais e estabelecidas no campo das instituições reconhecidas pelo Estado.” (Segato, 1995: 598). Esta mesma forma de análise relativizadora é estendida à compreensão da concepção política das camadas populares urbanas, vistas tradicionalmente como a “clientela preferencial” dos políticos em época de eleições.

---

<sup>79</sup> Segundo Nunes, o conceito de gramática por ele utilizado implica na “existência de diferentes combinações culturais e elementos dentro da mesma estrutura.” (p.44)

As camadas populares urbanas sempre tiveram um lugar de destaque na produção das Ciências Sociais<sup>80</sup>. Focos de inúmeros estudos, aparecem mais enfaticamente como objeto de preocupação central na década de 60, quando se procuravam explicações para a "resistência" desse setor da população à "entrar na modernidade". Nesta perspectiva teórica, a sociedade brasileira é vista a partir da dicotomia tradicional/moderno, sendo que aos "pobres urbanos" cabiam as características de "atrasados", com "mentalidade" voltada para as tradições do seu passado rural e, portanto, um obstáculo ao impulso desenvolvimentista implementado no país. Neste sentido é que se associou a convivência de elementos tradicionais e modernos no campo das relações políticas, sintetizado no fenômeno do clientelismo. O sistema de relações clientelistas funcionaria como o intermediador entre o Estado e esta camada da população.

Uma das versões culturalistas dessa ótica que exerceu influência em alguns estudos brasileiros<sup>81</sup> de então é a teoria da "cultura da pobreza".<sup>82</sup> A partir de um determinismo cultural, a "pobreza urbana" é explicada como resultante da ausência de valores urbanos e modernos na visão de mundo dos "pobres". Esta "carência" de valores modernos acaba por condenar a sua visão de mundo à autoperpetuação e ao isolamento social. Esta postura essencialista sobre o fenômeno da pauperização recebeu inúmeras críticas, sendo que a mais acentuada diz respeito à imputação ao próprio grupo a responsabilidade acerca da própria situação de pobreza, inviabilizando qualquer possibilidade de mudança no quadro. (cf. Oliven, 1996).

Contraopondo-se à hegemonia explicativa sob a égide da modernização e a uma leitura economicista, as análises antropológicas sobre os setores urbanos de baixa renda entram em cena, tomando maior fôlego com a emergência dos movimentos sociais e populares de cunho contestatório na década de 70. Aqui o objetivo fundante dos estudos foi dar maior visibilidade ao cotidiano e às representações deste setor da população urbana, procurando compreender o seu modo de vida, o seu universo de valores e as suas práticas cotidianas enquanto expressões de um universo cultural particular. Dentro desta tradição de estudos antropológicos, em especial, há duas etnografias centrais na história da antropologia brasileira que tratam do

---

<sup>80</sup> Sader e Paoli (1988) trazem uma revisão sobre a produção das Ciências Sociais acerca das *classes populares* no Brasil.

<sup>81</sup> Em especial Zaluar (1994), Sarti (1996), e Duarte (1988) criticam de forma mais detalhada alguns desses estudos.

<sup>82</sup> Seu idealizador foi o antropólogo norte-americano Oscar Lewis, a partir de estudos sobre a migração campo-cidade entre camponeses mexicanos na década de 60.

universo cultural das camadas populares urbanas, as quais fornecem elementos cruciais para a compreensão da experiência das PLPs acerca do mundo da política de forma comparativa.

A etnografia de Caldeira (1984) procura dar visibilidade às especificidades dos moradores de uma vila de São Paulo com relação às suas participações políticas. Centrada nas práticas cotidianas e nas representações dos pesquisados, a autora sugere que a experiência de vida comum - que torna o grupo enquanto tal - constitui-se a partir das mesmas condições objetivas de vida e do enfrentamento dos mesmos problemas cotidianos, ou seja, "a vivência dessa experiência faz-se acompanhar da geração de um 'estoque simbólico', de um conjunto de informações e interpretações que é também ele comum" (Caldeira, 1984: 72), constituindo o ethos e a visão de mundo do grupo. Mesmo ressaltando a possibilidade de uma certa heterogeneidade, ela aponta como referência básica da auto-definição do grupo estudado a relação com o trabalho. Essa identidade fundante - ligada a identidade de "pobre" - irá informar as representações sobre os papéis de gênero, de família, de sociedade e de política uma vez que é a partir do trabalho que se definirá sua inserção social.

De forma semelhante, Zaluar (1994) propõe estudar o modo de vida dos moradores de uma favela carioca, a sua organização social e relação com a política. A partir dos seus dados, a autora dialoga com a literatura existente sobre os grupos urbanos de baixa renda acerca do seu comportamento político, criticando os conceitos generalizantes e abstratos que visam explicar a realidade da pobreza no Brasil. Com isso, relativiza noções como clientelismo, paternalismo, tradicionalismo, individualismo, propondo uma visão da política a partir do enfoque das diversas formas de organização - tanto de lazer quanto reivindicatórias - do grupo em questão.

Esta autora se debruça sobre as inúmeras formas de definição que as camadas urbanas de baixa renda vêm recebendo na literatura. Após uma análise demorada sobre cada uma delas, suas implicações teóricas, falhas e contribuições, Zaluar aponta que, de uma forma ou de outra, essas definições acabam por negligenciar o caráter tenso e agonístico constante da relação entre as diferentes formas sociais que compõem uma totalidade. Fato este que leva a uma cristalização de práticas e concepções culturais, reproduzindo um modelo social hegemônico entre dominadores e dominados, que por vezes tende a uma romantização da pobreza. Chama a atenção para a relacionalidade do conceito de pobreza, sugerindo a busca da especificidade das relações entre a pobreza urbana e o contexto mais amplo - estrutural da sociedade e das políticas públicas - no qual está inserida.

Desta forma, Zaluar estuda as relações clientelistas que surgem entre os políticos e moradores da favela carioca, apontando a sua especificidade. Salienta que naquele local, em virtude da conjuntura econômica do país - aumento do desemprego, perdas salariais, aumento do custo de vida -, gerou-se um movimento de insatisfação e descrédito em torno dos políticos clientelistas que já não mais conseguiam atender à demanda dos moradores. Estes elementos contribuíram, assim, para fragilizar o vínculo clientelista. Aponta que não havia mais uma “clientela cativa” de um político. As limitações do clientelismo evidenciava-se na exigência da prestação de um serviço que não era realizado, além de haver espaço para a atuação de intermediários. Ressaltando, enfim, a especificidade do clientelismo: “de ser pensado dentro do código social da amizade que está longe de ser o da heteronomia e da deferência. Amizade existe entre parceiros iguais, e a sua lógica não é a do favor, é a da reciprocidade equilibrada” (Zaluar, 1994:239).

Algo semelhante vislumbra-se na concepção de política das PLPs. Uma das faces desta concepção nativa pode ser compreendida como *ter conhecidos*, no mesmo sentido em que aparece na prática de divulgação do SIM junto às autoridades do campo político que analisei anteriormente. Ou seja, como uma forma de *abrir portas de acesso, fazer relacionamentos políticos*, elementos fundamentais do *jogo político*, segundo colocava Anete seguindo os ensinamentos da sua amiga Gilda:

*tem muita coisa na política. tem que ter argumento de conhecimento. O primeiro conhecimento político é saber onde tu pisa, conhecer quem é quem e te dar bem com eles. Tu tem que abrir portas de acesso. Eu entro em qualquer lugar. Tu tem que saber fazer relacionamento político. Eles tem que te conhecer pelo nome. Eles me conhecem pelo meu nome. E o meu nome eu não dou pra ninguém. Agora eu vejo bem, só dou pra quem tiver mudança. (Gilda, 09/06/99)*

Na prática das PLPs atuantes, parece haver uma extensão da lógica da reciprocidade, que fundamenta seus laços sociais, para o universo das relações políticas. Neste sentido, as relações políticas fundam-se nas relações pessoais e compõe uma das faces do reconhecimento. Mas há ainda um outro elemento que deve ser pontuado ao tratar-se da relação mulheres/ política. Trata-se da associação do mundo da política com o masculino.

### 5.1. *A Política como Masculina*

Muitas discussões que envolvem a relação das mulheres com o mundo da política apontam a constituição desta última como um espaço eminentemente masculino. O que se quer de fato afirmar quando se pontua o espaço político como masculino?

Neste campo de discussão parece haver uma polifonia acerca da problematização do espaço político como eminentemente masculino. Esta discussão torna-se mais acirrada quando se tem institucionalizada a "lei de cotas"<sup>83</sup>, resultante das chamadas "ações afirmativas" a partir de pressões dos movimentos sociais organizados, mais especificamente, o movimento feminista. A polifonia a que me refiro se traduz, ao meu ver, numa certa confusão entre a militância política feminista e a produção de conhecimento acerca das relações de gênero no mundo da política. Muitas palestras, conferências e debates que tenho assistido sobre o tema parecem estar-se remetendo a uma re-essencialização através da categoria mulher<sup>84</sup>.

Nestes contextos, quando se questiona o lugar da "mulher" na política, parece haver dois problemas em questão. Em primeiro lugar parece se estar questionando apenas uma parte do mundo da política, a política representativa. Em segundo lugar, o que parece importar nestes questionamentos, é o número de mulheres que estão ocupando lugares de destaque naquele espaço. Isto soa como se o campo político se encerrasse apenas na política institucional, além de sugerir implicitamente que a presença de corpos biologicamente femininos naqueles espaços garantem uma suposta igualdade de gênero. Não se questiona a atribuição de significados culturais subjacentes a estas questões. Portanto, não se problematiza as relações de gênero que são construídas na cultura política, antes a diferença sexual – biológica - que se percebe no mundo da política.

Muitas análises sobre estas questões parecem estar informadas por esta problemática (cf. Avelar, 1989 e Prá, 1992). Quando se afirma que o mundo da política, muitas vezes utilizado como sinônimo da esfera social pública, é eminentemente masculino parece que se

---

<sup>83</sup> A primeira providência legislativa neste sentido foi a lei no. 9100, de 29/09/95, tendo em vista as eleições municipais de 1996, cujo parágrafo 3º. do artigo 11 estabelece que "vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres". Já para as eleições de 1998, tem-se uma modificação a partir da lei no. 9504 de 30/09/97, cujo parágrafo 3º. do artigo 10 estabelece que "cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo". (cf. Miguel, 2000:55). Este estudo de Miguel traz um interessante levantamento acerca das primeiras experiências no Legislativo brasileiro do impacto da lei de cotas.

<sup>84</sup> Refiro-me aqui principalmente às discussões sobre mulher, política e feminismo que tive a oportunidade de assistir no Seminário Internacional Fazendo Gênero 4, realizado na UFSC de 23 a 26 de maio de 2000.

está enfatizando a massiva presença e o domínio desta esfera por corpos sexuados de homens. É bem verdade que, ao se voltar para fatos concretos pode-se perceber esta presença massiva. O estudo de Gaglietti (1999) sobre a militância política petista no Rio Grande do Sul aponta esta grande diferença quantitativa na participação de homens e mulheres na política. Contudo, creio que isto não deva encerrar tal discussão e limitá-la à quantificação do número de mulheres e de homens que estejam fazendo parte do mundo da política.

Associado a isto, parece haver um tipo de crença ideológica numa forma de fazer política no feminino que, em grande medida, atualiza de forma naturalizada valores culturalmente construídos acerca do feminino como discuti anteriormente. Em outras palavras, a questão é colocada de maneira tal que a simples presença de corpos biológicos de mulheres na esfera política fosse aí introduzir elementos como cooperação, solidariedade, afetividade, emotividade em oposição a uma política masculina, competitiva, com uso da força (cf. Singer, 1980). Estudos como de Pinto (1998) em Porto Alegre e de Barreira (1998) em Fortaleza, Maceió e Natal sobre a candidatura feminina nas eleições municipais de 1996 apontam para a utilização estratégica destes valores por parte das pesquisadas. É interessante notar nestes estudos a maneira como as candidatas mulheres utilizam-se de estratégias discursivas de diferenciação - valorizando aqueles elementos da solidariedade, da cooperação, abnegação - baseadas num discurso politicamente correto do "nós mulheres" para legitimar as suas candidaturas e lograrem sucesso nas eleições.

As análises das autoras mostram que a utilização deste tipo de discurso não necessariamente está condicionada a um comprometimento com um tipo de ideário feminista de liberação e igualdade de gênero. É, em grande medida, um recurso discursivo estratégico para a obtenção de votos. Estas análises parecem trazer uma outra forma de abordagem ao fenômeno da participação política feminina. Elas fornecem elementos para se relativizar aquela ótica analítica "quantitativa", ao trazerem à tona "um conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais" (Barreira, 1998:132), que o universo pesquisado está atribuindo à sua prática política. Ou seja, mesmo havendo um recorte do universo pesquisado que privilegia a análise de sujeitos biologicamente femininos - as mulheres candidatas - há um esforço analítico em se detectar a produção de significados simbólicos que estes corpos biologicamente sexuados estão produzindo dentro de contextos político-culturais específicos.

---

Tendo em vista esta diversa profusão de ênfases analíticas sobre a participação política feminina e a fim de analisar o caso etnográfico que acompanhei, creio ser fundamental encontrar outros vieses teórico-analíticos que contribuam para uma reflexão o mais distanciada possível da experiência das atrizes em questão. Neste sentido, parto do alargamento da perspectiva analítica, não me concentrando apenas no mundo da política representativa - no número de altos cargos de poder político ocupados por mulheres ou sobre a "sub representação da mulher" (cf. Prá, 1997), por exemplo - e centro o meu olhar no campo político no qual as PLPs circulam e sobre as possibilidades semânticas que este campo oferece e produz.

Portanto, parto da idéia de que o "campo político" é um espaço semântico no qual se constituem e se reconfiguram constantemente relações de poder/gênero e onde se produzem significados que legitimam estas relações (cf. Alvarez, 1998). Neste sentido, considerar a associação do campo político com o masculino é entendê-lo como um conjunto de significados simbólicos construídos cultural e historicamente a partir de atributos ligados ao masculino. A fim de pensar esta questão, a partir da produção de significados culturais que atribuem a ela um sentido, inspiro-me em alguns teóricos que discutem tais questões. Neste sentido, parece haver um certo consenso acerca da relação entre política e masculino.

Sartori (1999) na sua etnografia sobre relações de gênero no espaço sindical - um dos espaços sociais significados como masculino - demonstra como uma das acusações correntes às mulheres sindicalistas a de que elas "masculinizaram-se" ao entrar na militância política. Este autor demonstra que, mesmo com uma grande participação feminina nestas instâncias a partir da lei de cotas, este estereótipo permanece presente tanto na postura adotada pelas mulheres quanto nas metáforas utilizadas seja por homens ou por mulheres naquele espaço para falar da participação política feminina. Metáforas como "gritar mais alto", "colocar o pinto na mesa", "ser forte", todos atributos culturalmente associados com o masculino, são comumente utilizadas. Em outras palavras, o espaço da política sindical é um espaço semântico constituído por significados que remetem a uma determinada representação da masculinidade. Atributos da ordem do simbólico, bem entendido, que não necessariamente estão colados somente a corpos biológicos de homens.

Análise inspiradoras para se refletir sobre esta atribuição de sentido à política são as análises de Butler (1998) e Scott (1990). Butler, ao discutir sobre a possibilidade de um "sujeito da política do feminismo", propõe um questionamento sobre como se constitui o

sujeito autorizado e legítimo da política, contrapondo-se à aceitação de um sujeito apriorístico. Partindo deste pressuposto, a autora desvenda a constituição do que denomina de "sujeito ocidental masculinizado" a partir da análise da guerra entre Estados Unidos e Iraque. Segundo ela, no decorrer da guerra, os EUA - representado este "sujeito ocidental masculinizado", instituíram as regras do que devia ser considerado democrático através do uso da força. Ou seja, ao meu ver, este sujeito ocidental masculinizado, como a representação do sujeito da política, é aquele que atribui sentido ao jogo político, instituindo as regras e os códigos culturais a serem seguidos a partir de atributos de força, agressividade e virilidade que estão, na cultura ocidental, associados ao masculino.

Esta reflexão de Butler faz sentido e torna-se pertinente para minha análise quando associada à reflexão de Scott acerca do "gênero" como uma categoria analítica. Segundo esta autora, a categoria gênero é conformada por duas proposições fundamentais: "é o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o primeiro modo de dar significado às relações de poder" (Scott, 1990:16). Esta definição é fundada em concepções cultural e historicamente situadas, partindo de significantes disponíveis na cultura, que são apropriados e aos quais se lhes atribuem sentido. Ou seja, implica em atribuição de valores culturais a diferenças percebidas e estas diferenças significam disputas de poder, aquilo que é reconhecido como legítimo e autorizado. Esta disputa de poder implica pela sua vez, numa contenção das possibilidades metafóricas dos símbolos que representam aquelas diferenças percebidas, definindo culturalmente aqueles símbolos que são socialmente aceitáveis e reconhecidos como tal. Esta atribuição de sentido é estendida ao conjunto social e, portanto, invade o campo do político, atribuindo significados culturalmente construídos às instituições e organizações sociais.

Dentro desta lógica analítica, os atributos sobre a fragilidade feminina e a força masculina, os quais fazem parte do repertório cultural ocidental, são estendidos à esfera da política. Se tomarmos o senso comum como um sistema cultural, cf. Geertz (1998), passa a fazer sentido a atribuição de valores ligados ao masculino à esfera da política. O que não significa dizer que apenas os homens - ao se utilizarem da sua prerrogativa biológica - sejam os únicos a terem acesso a esta esfera. Isto quer dizer que os sujeitos da cultura, apreendendo os significados que são por eles mesmos construídos, passem a utilizá-los de forma coerente com o seu universo de valores de referência. Ou melhor, os atributos definidos culturalmente

como masculinos e femininos podem ser encontrados tanto em corpos de homens quanto em de mulheres.

Assim, se levarmos em conta que 1) os significados culturais estão em constante tensão e negociação entre os diferentes espaços semânticos; 2) dentro da cultura ocidental, tomada aqui genericamente, as categorias "feminilidade e masculinidade esgotam as categorias naturais que podem ser atribuídas aos seres humanos (e) qualquer coisa entre um e outro é a escuridão, é uma ofensa à razão" (Geertz, 1998:130) e 3) os diferentes atributos que fornecem sentido a estas categorias dentro do contexto em questão, estabelecem que os valores construídos culturalmente como masculinos assim definem o mundo da política. Em suma, que se tratam de produtos culturais, podemos vislumbrar a possibilidade de que corpos biológicos femininos estejam na esfera da política, atualizando atributos masculinos.

Deste ponto de vista, abre-se mão de uma postura romântica acerca de uma prática política no feminino e passa-se a atentar para aqueles elementos que fazem parte do jogo político: disputas, segmentação, busca por reconhecimento e estratégias. Há, portanto, que se focar as micro-relações cotidianas que perpassam o campo político, atentar para as produções de sentido aí em processo e para as disputas nestas relações. Não há, portanto, uma relação necessária entre os atributos de gênero - significados compartilhados, e portanto públicos - construídos culturalmente e os corpos biológicos.

Tendo-se colocado estas questões, posso pensar que as PLPs, por estarem circulando por diferentes espaços semânticos do campo político, dominam seus códigos e os utilizam na sua prática política cotidiana. Para designar sua prática política, é de uso corrente entre as PLPs o emprego de termos como *força, luta, briga, bater, dar pau*. Termos estes que fazem parte de um repertório simbólico associado a elementos como agressividade, virilidade, atributos culturais relacionados com o masculino em nossa cultura. Estes termos são utilizados em contextos onde se tem um embate entre questões políticas divergentes no OP, nas reuniões das coordenações do SIM, nos conselhos municipais ou ainda nos partidos políticos dos quais participam, ou seja: a ação política propriamente dita.

Alice costumava dizer antes das reuniões do OP, que *já tô me aprontando pra brigar hoje lá*. Numa reunião do OP, quando se candidatou à representante do Conselho Popular do Partenon na Comissão de Transportes Urbanos, os homens presentes disseram-lhe que seria necessário ter experiência no ramo para ocupar tal cargo. Alice rapidamente argumentou: *se é*

*pra ir lá e brigar, pode deixar comigo, isto eu sei fazer!* Neste mesmo sentido, Anete referiu-se ao funcionamento do campo político comunitário, ensinando como se deveria ali agir:

*Bah, entre liderança comunitária, por exemplo, é uma disputa de poder só. Eu que tô nisso vai fazer 11 anos agora, sei bem como é. As pessoas brigam por tudo, pra ser representante de rua, delegado do Orçamento Participativo, por tudo. É muita disputa por poder. E por isso tem muita fofocage. Ai que tu tem que ficar de boca fechada e falar o menos possível. Tu ganha mais, se ficar só escutando, observando. Esse meio de liderança comunitária dá muita falação, tem que tá se cuidando.* (Anete, 01/07/99)

Dentro deste *meio de liderança comunitária* do qual fala Anete, há ainda um outro código que o constitui e que é recorrentemente utilizado pelas PLPs: a troca de homenagens. Esta troca de homenagens traduz-se na prática como um jogo de elogios e deferências entre diferentes pessoas, no qual cada uma ressalta as virtudes da outra publicamente e a elogiada utiliza-se de modéstia, salientando que faz o que está a seu alcance sempre em *prol da comunidade*. No entanto, em âmbito privado, críticas àquela elogiada são também recorrentes, pelo menos no que pude observar no convívio que tive no campo político comunitário. Pude presenciar inúmeras vezes as PLPs utilizarem-se destas facetas do jogo político pelos espaços nos quais circulam.

Um caso exemplar aconteceu entre Anete e outra PLP, porém não atuante, muito criticada pelo trio. Em determinada reunião do OP, Anete chama a tal colega para me rerepresentá-la. Anete, com um certo ar de deferência, desdobra-se em elogios a sua colega, enfatizando todas as atividades que esta fazia. A elogiada, entre sorrisos, salienta que vinha trabalhando muito e passa a me relatar todas as suas atividades.

Esse jogo de trocas de homenagens assemelha-se em muito ao que Fonseca (1988) descreve na sua análise sobre as relações sociais numa vila popular de Porto Alegre. Segundo esta antropóloga, naquele contexto “a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo.” (Fonseca, 1988:02). Mais especificamente, em se tratando das trocas de homenagens públicas, este era o elemento constituidor do prestígio e da honra masculina, sendo que a feminina passava por outros elementos. Neste sentido, estendendo esta análise ao caso das PLPs atuantes, pode-se perceber que este constituidor de prestígio associado ao masculino e componente fundamental do jogo político é um código dominado e utilizado pelas PLPs na sua prática cotidiana, denotando sua habilidade dentro deste universo.

Esta noção de habilidade em lidar com os códigos do jogo político, torna-se mais inteligível se agregarmos a noção de "estratégia discursiva" (cf. Scott, 1998) como sendo uma das armas da disputa política. A "estratégia discursiva" traduz-se na utilização de determinados discursos que fazem sentido e sejam eficazes de acordo com o contexto em questão. Para tanto é necessário um pleno domínio dos códigos que regem os diferentes contextos, o domínio dos diferentes elementos que constituem os mais diversos espaços semânticos. No caso das PLPs/Partenon atuantes, esta "estratégia discursiva" parece ser de uso corrente, como revelam os ensinamentos da sua "conselheira" Gilda acerca dos requisitos básicos para se adentrar no campo político:

*pois é, se vocês querem entrar na política, vocês tem que ver essas coisas, esses interesses por trás. Tem que ser como eu, assim, metafórica. Isso é a política. O Estilaque me disse uma vez que eu sou metafórica. Eu nunca tinha me dado conta. Eu digo uma coisa e quero dizer outra por trás. Quem tem conhecimento do que é metáfora sabe. E é esse o jogo político...(Gilda, 20/05/99)*

A categoria êmica *metáfora* aqui utilizada para designar a idéia de que no campo político há que se atentar para os contextos e os cuidados com a produção de sentidos ali, parece ser algo muito utilizado pelas PLPs atuantes. Um exemplo disto pode ser tomado no caso analisado no capítulo terceiro, em que elas usam estrategicamente o termo "feminista" para se auto-definirem de acordo com os contextos em que se encontram. Além desta ocasião, este "princípio" político é estendido aos outros domínios do campo. Anete, como a "pupila" mais antiga de Gilda apropriou-se destes ensinamentos, agregando-os à sua pauta de ação de forma mais incisiva, orientando Alice à ter cuidado com as palavras nas reuniões das quais participavam.

Em determinada ocasião, quando cheguei ao plantão do SIM, as duas estavam em aberta discussão. Anete repreendia Alice por esta ter falado na reunião do OP da noite anterior sobre *tirar o pessoal da área de risco*. Este tema é um dos grandes pontos de tensão entre os órgãos estatais responsáveis e os moradores de áreas invadidas, nas quais há zonas em que há riscos de desabamento, deslizamento ou alagamentos. As intervenções estatais neste sentido são na tentativa de retirada dos moradores do local, o que causa grandes conflitos. Neste sentido o alerta de Anete à Alice colocou-se em relação a represálias dos moradores a quem defende a retirada. Assim, Alice retrucou o alerta da sua colega, enfatizando: *não tenho medo*

*de nada, quando tenho que falar, falo mesmo!* Anete a ensinou como se deve portar nestas ocasiões, utilizando-se grandemente da *metáfora* ou, nos termos de Anete, do *distorço*:

*não se diz o "pessoal da rua da represa" (a área de risco em discussão), Alice. Não se diz o nome da rua. Qualquer dia vão te esperar na esquina e eu quero ver. Não se diz. Quando se vai tirar alguém de área de risco, não tem que dizer qual é a rua, tem que fazer um distorço, dizer "dos altos da Vargas", "da chácara dos bombeiros" (ou seja, aponta-se genericamente a vila, sem especificar o local). Por que depois amanhece com a boca cheia de formiga...Lá na Vargas, por exemplo, eles vêem os cara da SMAM (órgão municipal responsável) e já saem correndo a bala. Eu não posso me arriscar, eu sou mãe e pai. Tenho filho, não dá pra ser corajosa.(Alice e Anete, 20/05/99)*

Desta forma, as PLPs atuantes parecem dominar e atualizar este importante código do jogo político, que, segundo Bourdieu (1989), é um dos requisitos fundamentais para participar do campo político. Ou seja, é necessário ter uma "competência específica e assim ter probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. (...) o habitus político requer uma preparação especial" (Bourdieu, 1989:169). Faz-se necessário entender as regras simbólicas implícitas ao campo e dominar os códigos.

No caso das PLPs atuantes, este domínio de códigos, a sua apropriação e ressignificação contextual deve ser aplicada na leitura tanto da relação que estas mulheres têm com o campo político - relativizando a partir daí supostas relações clientelistas - quanto das estratégias discursivas que utilizam na sua forma particular de participação política. Ou seja, elas também fazem parte da cultura ocidental, mas há pontos de diferenciação, atribuições de significados contextuais que interagem com um estoque simbólico que lhe é particular, constituído pela sua experiência total de vida.

É desta perspectiva que analiso o significado subjacente às práticas e concepções políticas das PLPs atuantes do Partenon, que ao meu ver, convergem para a busca de consolidação da sua atividade dentro do campo político porto-alegrense, através do estabelecimento do SIM como um serviço altamente especializado através da sua marca identitária: *a mulher popular*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - SIM: ESPAÇO PRIVILEGIADO DA MULHER POPULAR

---

Para se compreender a especificidade da participação política das Promotoras Legais Populares, pautada pela busca de realização de projetos individuais de mudança de status social, havia que se levar em conta, como o ponto de partida para a análise, o cenário político no qual surgiu. Tal como analisei no primeiro capítulo, a configuração política específica da cidade de Porto Alegre, que ao longo dos dez últimos anos (1989-1999) consolidou uma cultura política baseada na participação popular, é um cenário que oferece diversos canais para a participação política para as mulheres de grupos populares, tais como o Orçamento Participativo, os Conselhos Tutelares, os diversos conselhos municipais, entidades da sociedade civil, ONGs, entre outros. É neste cenário que se situam as PLPs/Partenon que atuam no Serviço de Informação à Mulher (SIM), frutos do projeto da ONG feminista Themis, representando o universo de pesquisa desta dissertação.

Partindo desta configuração política, no segundo capítulo detive-me na análise do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares, tendo como referência a terceira turma implementada pela ONG Themis na região sudeste de Porto Alegre, conhecida como Partenon. Neste capítulo, analisei a composição da turma de mulheres participantes do curso, o seu perfil, a relação entre estas e as organizadoras do curso, bem como os elementos que compõem a ideologia feminista norteadora da entidade Themis, presente nos conteúdos e nas aulas do curso. Com isto, trago mais elementos para compor o quadro interpretativo, argumentando que estas mulheres, ativas e experientes militantes da política comunitária, se apropriam tanto dos códigos que regem o campo político pelo qual circulam quanto dos conhecimentos disponibilizados no curso. A partir disto, elas os utilizam de forma contextual e ressignificada na busca pela consolidação e legitimação da sua atividade como PLP no cenário político de Porto Alegre.

Neste sentido, através da análise comparativa que empreendi entre o SIM e os SOS-Mulher (serviços feministas da década de 80 voltado para o atendimento de mulheres vítimas de violência) no terceiro capítulo, aponto como as PLPs introduzem no campo político outros significados. Estes últimos são produzidos a partir da busca da constituição da atividade de PLP, fundamentada num nicho social específico e diferenciado: as mulheres populares. Ou

seja, as PLPs em busca de realização do seus projetos individuais, procuram consolidar sua legitimidade política no campo através da construção do *reconhecimento* do SIM como o espaço por excelência das *mulheres populares*, como discuti no capítulo quinto.

Como procurei demonstrar ao longo do capítulo quarto, ao analisar as trajetórias de vida das três principais protagonistas desta pesquisa, as PLPs são mulheres de grupos populares urbanos, com larga experiência no campo político municipal, circulando por instâncias como os Conselhos Tutelares - principal referência comparativa para a institucionalização do SIM - e pelos Conselhos de Direitos da Mulher, como o COMDIM - principal referência contrastiva do SIM. Tanto os Conselhos Tutelares, que têm a sua existência justificada pela luta e defesa dos direitos da infância e juventude, onde circulam massivamente uma parcela da população urbana - as camadas populares -, quanto os Conselhos dos Direitos da Mulher, surgiram a partir da organização dos movimentos sociais, que pressionaram instâncias governamentais para o surgimento de legislações e instituições concebidas para a defesa dos direitos destes cidadãos. Frutos, portanto, da relação movimentos sociais e Estado.

Tendo este quadro como referência, à primeira vista, poder-se-ia enquadrar a atuação das PLPs no âmbito dos conselhos de defesa dos direitos da mulher, como o COMDIM de Porto Alegre. Muitas delas já fizeram parte em algum momento deste conselho, porém ocupando posições periféricas na sua estrutura. Estes espaços são hegemônica e hierarquicamente dominados por "feministas históricas", às quais as PLPs referem-se como *mulheres de elite*, *madames*, como discuti no capítulo quinto. Em outras palavras, as PLPs não se reconhecem como pertencentes a este espaço social de defesa da mulher, seja pela identificação do lugar como um espaço privilegiado de mulheres de outra pertença social que não a sua ou seja pelo desejo de ocuparem lugares de destaque nestas instâncias. Qual seria o espaço das PLPs, *mulheres populares* como se definem? Este espaço seria dado pela consolidação do SIM como o locus socialmente legítimo e reconhecido de defesa dos direitos da mulher. No entanto, não é um lugar de *mulheres da elite*; antes, é o espaço por excelência de uma mulher específica: a *popular*.

No campo de disputas por um lugar de destaque no cenário politicamente legítimo da defesa dos direitos da mulher, parece haver uma estratégia de embate e diferenciação das PLPs com os Conselhos da Mulher já consolidados. A categoria *reconhecimento* por elas largamente utilizada parece estar revelando uma intenção de construção de um problema

social legitimado pelo reconhecimento da problemática das *mulheres de base, comunitárias*, que não são representadas pelo COMDIM, espaço das feministas<sup>85</sup>. Neste sentido, é compreensível o uso contextual que fazem as PLPs da estratégia discursiva que marca uma distinção entre o *ser feminista* e o *ser feminina*, como salientei no terceiro capítulo.

Neste sentido, o SIM seria o espaço por excelência das *mulheres de base, da prática*. A noção de reconhecimento empregada pelas PLPs se alia ao seu pleno domínio dos termos do jogo político dentro do campo de defesa dos direitos da mulher. Estes elementos possibilitam a visibilidade para as tensões e negociações inerentes às relações entre alteridades - as PLPs e as feministas do COMDIM por exemplo -, dentro de um campo político permeado por "conflitos, estratégias de legitimação e jogos de reconhecimentos" (Barreira e Palmeira, 1998: 07).

Assim, na consolidação do SIM parece se situar a perspectiva de concretização dos projetos das PLPs. Neste sentido, a categoria *reconhecimento* está intrinsecamente associada com a participação política, pois

a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação (Bourdieu, 1989:165, grifos do autor)

Como as PLPs lograriam seu objetivo num campo político já consolidado, além de que as suas demandas e objetivos não chegam a caracterizarem-se como um movimento social<sup>86</sup>? Lembremos que a participação política destas mulheres parecem envolver sobretudo objetivos de concretização de projetos pessoais de mudança de status social. Creio que a resposta para esta questão se localiza na forma particular destas mulheres conceberem a participação

---

<sup>85</sup> Taylor (1994), ao analisar as demandas por reconhecimento dos movimentos nacionalistas frente ao multiculturalismo, salienta que na base destas demandas está uma noção moderna de identidade, a qual se alia intrinsecamente à política da diferença. Neste contexto, "aquilo a que somos chamados a reconhecer é a identidade única deste indivíduo ou grupo, aquilo que o diferencia de todos os demais" (Taylor, 1994:38).

<sup>86</sup> Gohn (1996) ao fazer um levantamento sobre as teorias dos Movimentos Sociais (MS), salienta que não há um conceito único e universalizável para definir os MS. No entanto, assinala alguns elementos que servem para caracterizá-los. Segundo ela, os MS "sempre têm um caráter político (...), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. trata-se de coletivos que no processo da ação socio-política desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos (...)." (Gohn, 1996:252). Neste sentido, pode-se afirmar que as PLPs, embora não se caracterizem como um MS específico, constituem uma das importantes forças neste campo político, tendo surgido dentro do movimento de mulheres.

política, que se fundamenta sobretudo no domínio, apropriação e ressignificação dos códigos que regem os diferentes espaços semânticos do campo político pelo qual circulam, tal como analisei no quinto capítulo.

Como continuação deste estudo seria interessante acompanhar como o processo de consolidação e legitimação das PLPs como sujeitos políticos continuou. Neste sentido há duas hipóteses plausíveis que podem ser aventadas tendo em vista a discussão que fiz ao longo desta dissertação.

Numa perspectiva mais negativa, um dos caminhos possíveis seria a desmobilização destas mulheres, seja pelo acirramento do processo de segmentaridade que lhes é característico, que acabaria por tornar os grupos autofágicos, seja pelo encontro de um lugar de destaque em outros canais de participação política, como a Secretaria da Mulher da qual Anete dirige no seu partido por exemplo.

Numa perspectiva mais positiva, poder-se-ia apontar um recrudescimento do engajamento das PLPs na suas atividades tendo-se em vista a autonomia dos SIMs a partir da sua transformação em pequenas ONGs, como as experiências pioneiras dos dois SIMs mais antigos, e a possibilidade de consolidação da Associação de Promotoras Legais Populares de Porto Alegre em processo de estruturação. Estes dois elementos apontam para uma suposta ampliação do campo de possibilidades de inserção no cenário político para as mulheres de grupos populares.

Um dado interessante que tive acesso já na conclusão desta dissertação, o qual vem a corroborar esta última possibilidade mais positiva de continuação do fenômeno político das PLPs, é a sua participação como assistentes de pesquisa num projeto implementado em Porto Alegre pela UNESCO. Tal projeto visa mapear a situação de violência, drogas e AIDS nas escolas da cidade. A ONG Themis conjuntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), são os responsáveis locais pela execução do projeto. As PLPs, juntamente com estudantes universitários, aplicariam questionários aos professores, pais e alunos nas escolas, além de fazerem relatórios num formato semelhante ao de um diário de campo. Segundo relatou-me uma das técnicas da Themis, durante o processo de capacitação das PLPs para tal pesquisa, estas passaram a auto-definirem-se como pesquisadoras, exigindo, dos órgãos promotores da pesquisa, um certificado de assistentes de pesquisa.

Este dado ao qual tive acesso quase um ano após o encerramento do meu trabalho de campo, é significativo por parecer concretizar vários dos elementos que apareceram ao longo

da minha pesquisa. Ao meu ver, esta situação encerra mais uma possibilidade de reconhecimento e legitimidade da PLP como uma autoridade, a aquisição de um status social diferenciado, a colocação destas mulheres numa outra posição, tendo em vista a relação que estabeleceram com minha pesquisa e, fundamentalmente, evidencia um domínio ímpar de diferentes códigos culturais e a grande habilidade em lançarem mão deles para a realização dos seus projetos pessoais.

Creio que uma conclusão plausível para esta dissertação está na afirmação da possibilidade de circulação destas mulheres de grupos populares por diferentes espaços semânticos como uma forma de mudança de status social que lhes está aberta, o que caracteriza a peculiaridade da sua participação política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALVAREZ, Sonia. 1998. *Feminismos Latino-americanos*. In *Revista Estudos Feministas*. Vol.6, no.2/98. IFCS/UFRJ. Pp. 265-284.
- \_\_\_\_\_. 1999. 'What *State* is Feminism In? (An)other American Perspective'. **Keynote Address prepared for presentation at the Conference on "Challenging the American Century"**, Loughborough University, Loughborough, UK.
- \_\_\_\_\_. 2000. "A 'Globalização' dos Feminismos Latino-americanos: Tendências dos anos 90 e desafios para o próximo milênio". IN ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR (eds.) **Culturas das Políticas /Políticas of Culturas: Revisando os Movimentos Sociais Latino-americanos**. EDUSP: São Paulo.(no prelo)
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. 1991. **O que é Feminismo**. Brasiliense. São Paulo.
- ARANTES, Antônio A. et al. (orgs.) 1992. **Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Editora da Unicamp. Campinas.
- AVELAR, Lúcia. 1989. **O Segundo Eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. UNICAMP. Campinas.
- BARREIRA, Irllys. 1998. "Entre Mulheres: Jogo de Identificações e Diferenças em Campanhas Eleitorais". In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir. (orgs.) **Candidatos e Candidaturas - Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil**. Anna Blume Editora. São Paulo.
- BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir. 1998. "Introdução" In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir. (orgs.) **Candidatos e Candidaturas - Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil**. Anna Blume Editora. São Paulo.
- BARSTED, Leila Linhares. 1995. "**Reflexões sobre a Trajetória do Movimento Feminista na Luta Contra a Violência**". Paper apresentado no Seminário Internacional Feminino e Masculino igualdade e Diferença na Justiça. 05-07 de julho de 1995, Porto Alegre.
- BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline. 1999. Prefácio à Edição em Português. IN *Direitos Humanos das Mulheres Passo a Passo - Guia prático para o uso do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos Mecanismos para defender os Direitos Humanos das Mulheres/ Women, Law & Development International/Human Rights Watch Women's Rights Project/Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação*. Rio de Janeiro.
- BLAY, Eva. 1980. "Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches." In FÉLIX, M. (ed.). **Encontros com a Civilização Brasileira - Mulher Hoje**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

- BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Angela (orgs.). 1994. **O Dilema da Cidadania - Direitos e Deveres das Mulheres**. Editora UNESP. São Paulo.
- BONETTI, Alinne. 1998. A Experiência das promotoras Legais Populares. **Cadernos Themis - Direitos Humanos e Acesso a Justiça**. Porto Alegre.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. **La Distinction - Critique Sociale du Jugement**. Les Editions de Minuit. Paris.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. **O Poder Simbólico**. Bertrand. Rio de Janeiro
- BRITO, Maria Noemi Castilhos & PRÁ, Jussara Reis. 1988. "Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987". **Cadernos de Estudo**. No. 14. PPGAS/UFRGS. Porto Alegre.
- BRITO, Noemi. s/d. "Gênero e Cidadania: Referenciais Analíticos". mimeo. UFRGS. Porto Alegre.
- BRUM, Silvia e SILVEIRA, Sandra. 1998. Implementação do Serviço de Informação à Mulher. In FONSECA, Claudia (org) **Cadernos Themis Direitos Humanos e Acesso a Justiça. Themis: Gênero e Justiça**. Themis. Porto Alegre.
- BUTLER, Judith. 1998. "Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'". In BESSA, Karla. (org.). **Cadernos Pagu - Trajetórias do gênero, masculinidades...** (11) 1998. PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Campinas.
- CALDEIRA, Teresa. 1984. **A Política dos Outros - O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos**. Brasiliense. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1987. "Mujeres, cotidianidad y política." In JELIN, E. **Participacion - Ciudadanía e identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos**. UNRISD. Ginebra.
- CAMPOS, Carmen. 1998. **Criminologia Feminista: alternativas para uma política no Brasil**. Dissertação de Mestrado. PPGD/UFSC. Florianópolis.
- CARDOSO, Ruth. 1978. Sociedade e poder: as representações dos favelados em São Paulo. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro (2 -4): 38 - 44.
- \_\_\_\_\_. 1983. "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico." In SORJ, B. e ALMEIDA, M.H. (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Brasiliense. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1987. "As Mulheres e a Democracia". **Revista de Ciências Sociais**, UFRGS, Porto Alegre, 1(2): 287-304.
- CLIFFORD, James and MARCUS, George (eds.). 1986. **Writing Culture – The Poetics and Politics of Ethnography**. University of California Press. Berkeley.
- CORRÊA, Sônia. 1993. **PAISM: Uma História Sem Fim**. Edição SOS Corpo. Recife.

- CORRÊA, Sônia et al. 1994. "As Aventuras e o Consenso do Movimento Feminista no Caminho para o Cairo", *Revista Estudos Feministas*, vol.2, no.03/94. pp.150-160. CIEC/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro.
- COLLIER, Jane and YANAGISAKO, Sylvia.(ed.).1992. **Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis**. Stanford University. California.
- COMAROFF, John and Jean. 1992. **Ethnography and the Historical Imagination**. Westview Press. Boulder
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo. Editora Saraiva. 13ª. edição, atualizada e ampliada. 1996.
- DA MATTA, Roberto. 1986. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rocco. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_.1993. "O Poder Mágico da Música de Carnaval (decifrando *Mamãe eu quero*) In: **Conta de Mentiroso**. Rocco. Rio de Janeiro. pp.
- \_\_\_\_\_.1997a. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rocco. Rio de Janeiro. (6ª.edição)
- \_\_\_\_\_.1997b. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rocco. Rio de Janeiro. (5ª. edição)
- Direitos Humanos das Mulheres Passo a Passo - Guia prático para o uso do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos Mecanismos para defender os Direitos Humanos das Mulheres/ Women, Law & Development International/Human Rights Watch Women's Rights Project/Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.
- DOIMO, Ana Maria. 1995. **A Vez e a Voz do Popular**. Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- DORA, Denise Dourado. 1998. "Themis e Acesso à Justiça" In Fonseca, Claudia (org) **Cadernos Direitos Humanos e Acesso a Justiça - Themis: Gênero e Justiça**. Themis, Porto Alegre.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. 1987. "Pouca Vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas". In: LEITE LOPES, José Sérgio. **Cultura & Identidade Operária - Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Marco Zero. Editora UFRJ. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1988. **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas**. Zahar. Rio de Janeiro. (2ª. edição)
- DUARTE, Luis Fernando Dias et al. 1993. "Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho, no. 22, ano 8. São Paulo.
- DUMONT, Louis. 1985. **O Individualismo - Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rocco. Rio de Janeiro.

- \_\_\_\_\_. 1992. **Homo Hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações.** EDUSP. São Paulo.
- DURHAM, Eunice. 1984. **A Caminho da Cidade - A vida rural e a migração para São Paulo.** Perspectiva. São Paulo. (3ª edição)
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1993. **Os Nuer.** Editora Perspectiva. São Paulo. (2ª edição)
- FEDOZZI, Luciano. 1997. **Orçamento Participativo – Reflexões sobre a Experiência de Porto Alegre.** Tomo Editorial. Porto Alegre.
- FERNANDES, Rubem César. 1994. **Privado porém Público – O Terceiro Setor na América Latina.** Relume-Dumará. Rio de Janeiro.
- FILGUEIRAS, Cristina. 1984. "O Cotidiano das Lutas Urbanas: Participação das Mulheres na Organização dos Moradores do Bairro Água Branca". paper apresentado no 8º Encontro Anual ANPOCS – Águas de São Pedro.
- FONSECA, Claudia. 1987. "Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense." *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais.* No.4. vol. 02. ANPOCS. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1988. "Feminino, Masculino e Formas de Poder: o código de honra de uma vila porto-alegrense." *In: Cadernos de Estudo.* no.10. PPGAS/UFRGS. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 1991. "Cavalo Amarrado Também Pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro." *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais.* No. 15. ANPOCS. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1993. "Bandidos e Mocinhos: antropologia da violência no cotidiano." *In Humanas - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS - No. 02/ VIOLÊNCIA.* jul./dez. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 1995a. **Caminhos da Adoção.** Cortez. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1995b. Os Gatos de Zanzibar: a contribuição da antropologia para o estudo de grupos populares no Brasil urbano. (mimeo.) UFRGS/ Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 1995c. "A Mulher Valente: gêneros e narrativas" *In Revista Horizontes Antropológicos - Gênero.* PPGAS/UFRGS. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Quando Cada Caso NÃO é um Caso: pesquisa etnográfica e educação" . Texto apresentado na Reunião da ANPED, Caxambu.
- FOSTER, George. 1967. "The Dyadic Contract: A Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village." *In POTTER, Jack; DIAZ, May and FOSTER, George (org). Peasant Society: A Reader* University of California: Little, Brown And Company. Berkeley.
- FRAISSE, Geneviève. 1995. "Entre Igualdade e Liberdade" *In Revista Estudos Feministas,* vol. 03 no. 01/95. Pp. 164-171. IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.

- FRANCHETTO, Bruna. et al. 1981. "Antropologia e Feminismo" In FRANCHETTO, Bruna et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. 1992. "Para Além da Irmandade". **Revista Estudos Feministas**, no. 0, pp. 31-56. IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.
- GAGLIETTI, Mauro. 1999. **PT: Ambivalências de uma Militância**. Da Casa Editora. Porto Alegre.
- GEERTZ, Clifford. 1989. **A Interpretação das Culturas**. Zahar. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1998. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Vozes. Petrópolis.
- GINZBURG, Carlo. 1995. **O Queijo e os Vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Companhia das Letras. São Paulo.
- GOHN, Maria da Glória. 1996. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo.
- GOLDBERG, Anette. 1987. **Feminismo e Autoritarismo: A metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante**. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. IFCS - UFRJ. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1989. "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político". **BIB**, no. 28, Rio de Janeiro, pp.42-70.
- GREGORI, Maria Filomena. 1992. **Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Paz e Terra/ANPOCS. Rio de Janeiro.
- GROSSI, Miriam. 1988. **Discours sur les Femmes Battues: Representations de la Violence sur les Femmes au Rio Grande do Sul**. Thèse. Université Paris V "Rene Descartes".
- \_\_\_\_\_. 1993. "Novas/velhas violência contra a mulher no Brasil" In **Revista Estudos Feministas**, vol. 1, no. 1. CIEC/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1996. "Pancada de amor não dói?". Trabalho apresentado no Encontro Interdisciplinar Fazendo Gênero II. UFSC. Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. 1998a. "Feministas Históricas e Novas Feministas no Brasil". **Antropologia em Primeira Mão**. No. 28. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. 1998b. "Identidade de Gênero e Sexualidade". In **Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. 2000. **As Mulheres e a Política Representativa: pesadelos e prazeres no exercício do poder**. NIGS/PPGAS/UFSC, Florianópolis, mimeo.

- GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. 1995. "Mapeamento dos grupos e Organizações de Mulheres/Gênero/Feministas dos anos 90 no Brasil". **Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- Guia dos Direitos da Mulher**/Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Brasília: CFEMEA, 1994.
- HEILBORN, Maria Luiza. 1996. "Violência e Mulher" In VELHO, G. e ALVITO, M. (orgs.). **Cidadania e Violência**. Editora UFRJ/Editora FGV. Rio de Janeiro.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo. (26a. edição).
- JELIN, Elizabeth. 1994. "Mulheres e Direitos Humanos" In **Revista Estudos Feministas**, vol. 2, no. 1/94, pp. 117-149. IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.
- LANDÉ, Carl. 1977. "The dyadic basis of clientelism." In SCHMIDT et al.(org.). **Friends, followers and factions: a reader in political clientelism**. University of California Press. Berkeley.
- LARAIA, Roque. 1998. "Ética e Antropologia". In LEITE, Ilka B. (org.). **Ética e Estética na Antropologia**. PPGAS/UFSC/CNPq. Florianópolis.
- LETELIER, Lilian. 1997. "Percurso Político das Idéias do Movimento Feminista Latino-Americano e do Caribe: de Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996). In **Revista Política & Trabalho**. No. 13. PPGS/UFPb. A União Editora. João Pessoa.
- LOBO, Elizabeth Souza. 1987. "Mulheres, Feminismo e Novas Práticas Sociais. **Revista de Ciências Sociais**, UFRGS, Porto Alegre, 1(2): 221-9.
- MACEDO, Carmen Cinira. 1986. **Tempo de Gênesis - O Povo das Comunidades Eclesiais de Base**. Editora Brasiliense. São Paulo.
- MAGNANI, José G. 1996. "Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole" In MAGNANI, J. e TORRES, L.(orgs.). **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1998. **Festa no Pedaco - Cultura Popular e Lazer na Cidade**. Editora UNESP/Editora HUCITEC. São Paulo. (2ª. edição)
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1984. Os Argonautas do Pacífico Ocidental - Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. **Coleção Os Pensadores**. Editor Victor Civita. São Paulo. (3ª. edição)
- MAUSS, Marcel. 1974. "Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas". In: **Sociologia e Antropologia**. (vol. II). E.P.U./EDUSP. São Paulo.
- MENEZES BASTOS, Rafael. 1998. "Antropologia como crítica cultural e como crítica a esta: dois momentos extremos de exercício da ética antropológica (entre índios e ilhéus)". In

- LEITE, Ilka B. (org.). **Ética e Estética na Antropologia**. PPGAS/UFSC/CNPq. Florianópolis.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. 1988. **Um Olhar para Dentro: o Movimento Feminista no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. PPGS/UFSC. Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. 2000. **A Política de Cotas por Sexo. Um Estudo das Primeiras Experiências no Legislativo Brasileiro**. CFEMEA. Brasília.
- MUNIZ, Jacqueline. 1996. "Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ". In SOARES, Eduardo. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. ISER/Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- NAVARRO, Zander. 1997. "Uma Análise do Orçamento Participativo: Sua Implantação e Desenvolvimento". In GENRO, Tarso (coord.). 1997. **Porto da Cidadania - A Esquerda no Governo de Porto Alegre**. Artes e Ofícios. Porto Alegre.
- NUNES, Edson. 1997. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- OLIVEN, Ruben. 1996. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Vozes. Petrópolis.
- PAIM, Heloísa. 1998. **Vivendo como Amante de um Homem Casado: entre a legitimidade e a ilegitimidade das uniões extraconjugais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio (orgs). 1996. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Contracapa Livraria. Rio de Janeiro.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. 1995. "Os Comícios e a Política de Facções". **Anuário Antropológico** 94: 31-94. Editora da UnB/ Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.
- PALMEIRA, Moacir. 1996. "Política, Facções e Voto." IN PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio (orgs). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Contracapa Livraria. Rio de Janeiro.
- PAOLI, Maria Celia. 1985. "Mulheres: Lugar, imagem, movimento." In FRANCHETTO, B., CAVALCANTI, M.L. E HEILBORN, M. L. (coord.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- PEIRANO, Mariza. 1995. **A Favor da Etnografia**. Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. 1999. **Ciladas da Diferença**. Editora 34. São Paulo.
- PINTO, Celi. 1987. "A Mulher como Sujeito Político - O Caso Latino Americano". **Revista de Ciências Sociais**, UFRGS, Porto Alegre, 1(2): 163- 70.

- \_\_\_\_\_. 1992. "Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto Sujeito Político." In BRUSCHINI, C. e COSTA, A. (org.) **Uma Questão de Gênero**. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Afinal, o que Querem as Mulheres na Política?" In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Candidatos e Candidaturas - Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil**. Anna Blume Editora. São Paulo.
- PONTES, Heloísa André. 1986. **Do Palco aos Bastidores: o SOS - Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao conjunto de antropologia social da UNICAMP. Campinas.
- PRÁ, Jussara. 1992. **Representação Política da Mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do Brasil e a questão institucional**. Tese de Doutorado em Ciência Política. FFLCH/USP. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Eleições e Cidadania: Notas sobre comportamento político de gênero" IN BAQUERO, Marcello. **A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos - Novas Perspectivas e Análises**. Editora da Universidade. Porto Alegre.
- RAGO, Margareth. "Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil". **Cadernos AEL - Mulher, História e Feminismo**. No. 3/4, 1995/1996. (pp. 11-43)
- RIBEIRO, Fernanda. 1996. **A Inserção do Conselho Tutelar na Construção do Problema Social da Infância e da Adolescência: Um estudo de caso a partir do conselho tutelar da Microrregião 3 de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, 1994**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 1995.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, 1995**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 1996.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, 1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 1997.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, 1997**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 1998.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, 1998/1999**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa: 1999.
- ROUQUIÉ, Alain. 1985. "O mistério democrático: das condições da democracia à democracia sem condições. In: ROUQUIÉ, Alian; LAMONIER, Bolívar & SCHVARZER, Jorge (orgs). **Como Renascem as Democracias**. Brasiliense. São Paulo.

- RIOT-SARCEY, Michèle. 1994. "A Democracia Representativa na Ausência das Mulheres" In **Revista Estudos Feministas**, no. especial/2º semestre/94. pp.247-255. CIEC/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro.
- SADER, Eder. e PAOLI, Maria Celia. 1988. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes) In CARDOSO, Ruth.(org.) **A Aventura Antropológica**. Paz e Terra. São Paulo.
- SALEM, Tânia. 1981. "Mulheres Faveladas: Com a Venda nos Olhos." In FRANCHETTO, Bruna. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. 1998. "Notas sobre Ética e Ciência" In LEITE, Ilka B. (org.). **Ética e Estética na Antropologia**. PPGAS/UFSC/CNPq. Florianópolis.
- SARTI, Cynthia. 1989. "Reciprocidade e Hierarquia: Relações de Gênero na Periferia de São Paulo" In: **Cadernos de Pesquisa**, no. 70. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1996. **A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. Editores Associados. Campinas.
- SARTORI, Ari. 1999. **Homens e as Políticas de "Empoderamento" das Mulheres - A Emergência do "Gênero" entre Sindicalistas de Esquerda em Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- SCHWADE, Elisete. 1993. "A luta não faz parte da vida... é a vida" - **O Projeto Político-Religioso de um Assentamento no Oeste Catarinense**. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1994. "Organizações Não Governamentais na América Latina - seu papel na construção da sociedade civil". In **Revista São Paulo em Perspectiva**, 8(3), 1994, pp.06-14. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Movimentos em Cena... e as teorias por onde andam" In **Cadernos de Pesquisa**. no. 15. PPGSP/UFSC. Florianópolis.
- SCHULER, Margaret e KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala (eds.) . 1992. **Legal Literacy – A Tool for Women's Empowerment**. UNIFEM. New York.
- SCOTT, Joan. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez.
- \_\_\_\_\_. 1998. Entrevista. In **Revista Estudos Feministas**. Vol.6 no. 01/98. pp.114-124. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro.
- SEGATO, Rita Laura. 1995. "Cidadania: Por Que Não? Estado e Sociedade no Brasil à Luz de um Discurso Religioso Afro-Brasileiro". In **DADOS**, vol. 38, no. 3. Rio de Janeiro.
- SINGER, Paul. 1980. "O feminino e o feminismo" In SINGER, P. & BRANT, V. (orgs.). **São Paulo: O Povo em Movimento**. Vozes/CEBRAP. Petrópolis.

- SOARES, Barbara Musumeci. 1996. "Delegacia de Atendimento à Mulher: questão de gênero, número e grau." In SOARES, Luis Eduardo (org). **Violência e Política no Rio de Janeiro**. ISER/Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- SOARES, Eduardo. 1996. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. ISER/Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- SOARES, Vera. 1994. "Movimento Feminista: Paradigmas e Desafios". **Revista Estudos Feministas**, número especial/2º. semestre/94. pp. 11-24. CIEC/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1998. **Muitas Faces do Feminismo no Brasil**. In BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau. (orgs.). **Mulher e Política - Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo.
- SORJ, Bila e MONTERO, Paula. 1985. "SOS-Mulher e a Luta Contra a Violência". In FRANCHETTO, B., CAVALCANTI, M.L. E HEILBORN, M. L. (coord.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- TAYLOR, Charles. 1994. "The Politics of Recognition". In GUTMANN, Amy (ed.). **Multiculturalism – Examining the Politics of Recognition**. Princeton University Press. Princeton, New Jersey.
- VÁSQUEZ, Roxana (org.). 1991. **Capacitación Legal a Mujeres**. CLADEM. Peru.
- VELHO, Gilberto. 1994. **Individualismo e Cultura - Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. (3ª. edição)
- VICTORA, Ceres. 1991. **Mulher, Sexualidade e Reprodução: representações do corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- VINCENT, Andrew. 1995. **Ideologias Políticas Modernas**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- WILLIS, Paul. 1991. **Aprendendo a ser Trabalhador - Escola, Resistência e Reprodução Social**. Artes Médicas. Porto Alegre.
- XAVIER, Euthália. 1998. **Fragments de um Discurso Interdito – sobre a voz do homem no conflito conjugal**. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- ZALUAR, Alba. 1994. **A Máquina e a Revolta - As organizações populares e o significado da pobreza**. Editora Brasiliense. São Paulo. (2a. edição)
- \_\_\_\_\_. 1998. "Crime, medo e política". In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um Século de Favela**. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro.